



Efraín García, Me alegré seriamente lo mismo que el olivo Guacamayas (1966)

Fonte: Página do fotógrafo Efraín García A. no Facebook.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**INSTITUTO DE GEOGRAFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo**  
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO**  
**CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**VALENTINA MONTEALEGRE MELO**

**ENTRE AS VIAS *DE FACTO* E AS VIAS DE DIREITO:**  
**Ordenamento territorial camponês como proposta de reforma agrária na**  
**Colômbia**

**UBERLÂNDIA/MG**  
**INSTITUTO DE GEOGRAFIA**  
**2015**



**VALENTINA MONTEALEGRE MELO**

**ENTRE AS VIAS *DE FACTO* E AS VIAS DE DIREITO:  
Ordenamento territorial camponês como proposta de reforma agrária na  
Colômbia**

**Dissertação de mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
Geografia do Instituto de Geografia da  
Universidade Federal de Uberlândia,  
como requisito parcial à obtenção do  
título de Mestre em Geografia.**

**Orientador: Prof. Dr. João Cleps Junior.**

**UBERLÂNDIA/MG  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA  
2015**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

M528e      Melo, Valentina Montealegre, 1988-  
2015      Entre as vias de facto e as vias de direito [recurso eletrônico] :  
ordenamento territorial camponês como proposta de reforma agrária na  
Colômbia / Valentina Montealegre Melo. - 2015.

Orientador: João Cleps Júnior.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,  
Programa de Pós-Graduação em Geografia.  
Modo de acesso: Internet.  
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.961>  
Inclui bibliografia.  
Inclui ilustrações.

1. Geografia. 2. Reforma agrária - Colômbia. 3. Conflitos de terra -  
Colômbia. 4. Camponato - Colômbia. I. Cleps Júnior, João (Orient.) II.  
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em  
Geografia. III. Título.

---

CDU: 910.1

Gerlaine Araújo Silva - CRB-6/1408



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
Programa de Pós-Graduação em Geografia



VALENTINA MONTEALEGRE MELO

ENTRE AS VIAS DE FACTO E AS VIAS DE DIREITO:  
ORDENAMENTO TERRITORIAL CAMPONÊS COMO PROPOSTA  
DE REFORMA AGRÁRIA NA COLÔMBIA

Professor Dr. João Cleps Júnior - UFU

Professor Dr. Júlio César Suzuki – USP - SP

Professor Dr. Marcelo Cervo Chelotti – UFU

Data: 03 / 09 de 2015

Resultado: Aprovado com Distinção

Dedico esta dissertação às mulheres da minha família e em especial à minha mãe, Martha Cecilia Montealegre, que plantou em mim a semente da rebeldia. Obrigada!

## AGRADECIMENTOS

Ao *sancocho* mais amoroso e multidiverso do continente: minha família Colectiva Agraria Abya Yala, gestora desta ideia de pesquisa.

Ao Laboratorio de Economía, Espacio y Poder LE2P pelas luzes no caminho.

A Doris da Corporación de Estudios, Educación e Investigación Ambiental, (CORPOCEAM), a *doña* Rosa da Asociación de Mujeres Buscando Futuro AMCABF, a *don* Ivan da Asociación de Productores Campesinos del Oriente Antioqueño ASOCAMPO, a *don* Guillermo Otálvaro de Asociación de Frutas de Marinilla ASOFRUMAR, assim como a Andrés Restrepo e o Centro de Estudios Regionales del Sur CERSUR que possibilitaram o trabalho de campo.

A minha família colombiana incluído Melao, o viralata mais bilíngue e viajado de Uberlândia e meu melhor presente brasileiro.

A Diana María, irmã de coração e cúmplice em tantas aventuras, pelo apoio e a força nos momentos difíceis.

À minha família brasileira Alison, Mária e Lecão quem sempre estiveram dando força e apoio.

Ao grupo Balaio de Chita, por me abrir as portas à cultura popular brasileira e encher de alegria, dança e batuques meu mundo. Agradeço em especial a Telma, quem acompanhou de perto toda esta travessia.

Ao MST Triângulo Mineiro, pelo carinho, generosidade e aconchego. Saibam que cumpri um sonho ao vivenciar tantas coisas perto de vocês, e seguimos na luta!

Às irmãs e irmãos do resto de latinoamericanos em Uberlândia, que preencheram os buraquinhos no coração que a saudade da terra vai deixando. Em especial a Marisol com quem compartilhei as descobertas de um mundo novo chamado Brasil e com quem sei que seguiremos tendo uma amizade por sempre.

À UFU pelas descobertas e ao meu orientador, João Cleps Jr., pela compreensão, apoio, as oportunidades acadêmicas e, sobretudo, a liberdade na escolha dos caminhos teóricos. Ao professor Marcelo Chelotti pela dedicação e apoio no decorrer da dissertação.

À OEA, ao convênio PAEC – OEA GCUB, ao CAPES e com isto, ao povo brasileiro que pagou com seus impostos a minha bolsa.

Ao resto da minha grande família brasileira, quem abriu as portas da sua casa, me acolheu, me acompanhou e que seria impossível mencionar em toda sua completitude aqui. Grata por sempre!

## RESUMO

Os conflitos por ordenamentos territoriais no campo colombiano hoje são os desdobramentos espaciais mais relevantes da reestruturação produtiva do capital na Colômbia, atrelados à composição da estrutura fundiária em uma constante relação de acumulação no nível internacional com impactos no nacional, associados a uma dialética da dependência. Uma estrutura fundiária concentrada e desigual, o fenômeno de estrangeirização de terras e, por último, um conflito armado vigente, expressão de uma acirrada luta de classes e um modelo de acumulação baseado na ilegalidade associada ao narcotráfico e à mineração, enraizado nas sucessivas contrarreformas agrárias efetivadas ao longo do século XX e agudizado pela dependência estrutural em uma relação centro-periferia. Isto configura um ordenamento territorial do campo colombiano altamente fragmentado, com uma tenência informal da terra, pouca informação disponível sobre o cadastro rural e a nascente efetivação de um mercado de terras, em substituição de uma política de reforma agrária. Diante desse panorama, emergem resistências materializadas em formas alternativas de ordenamento territorial por parte do campesinato colombiano, que se constituem como propostas de reforma agrária. A tensão entre as vias de direito e as vias *de facto* como formas de apropriação territorial atravessarão esta análise.

## Palavras-chave

Ordenamento Territorial Camponês, dialética, reforma agrária, campesinato, autonomia, Colômbia

## **RESUMEN**

Los conflictos por ordenamientos territoriales en el campo colombiano hoy son las consecuencias espaciales más relevantes de la reestructuración productiva del capital en Colombia, asociados a la composición de la tenencia de la tierra en una constante relación de acumulación en el nivel internacional con impactos en lo nacional, asociados a una dialéctica de la dependencia. Una estructura de la tenencia de la tierra concentrada y desigual, el fenómeno de extranjerización de tierras y, por último, un conflicto armado vigente, expresión de una concentrada lucha de clases y un modelo de acumulación basado en la ilegalidad asociada al narcotráfico y la minería, enraizado en las sucesivas contrarreformas agrarias efectuadas a lo largo del siglo XX y la agudización de la dependencia estructural en una relación centro-periferia. Esto configura un ordenamiento territorial del campo colombiano altamente fragmentado, con una tenencia informal de la tierra, poca información disponible sobre el catastro rural y la naciente efectivación de un mercado de tierras, en substitución de una política de reforma agraria. Ante ese panorama, emergen resistencias materializadas en formas alternativas de ordenamiento territorial por parte del campesinado colombiano, que se constituyen en propuestas de reforma agraria. La tensión entre las vías de derecho y las vías *de facto* como formas de apropiación territorial atravesarán este análisis.

### **Palabras clave**

Ordenamiento Territorial Campesino, dialéctica, reforma agraria, campesinado, autonomía, Colômbia.

## LISTA DE GRÁFICOS

Mapa 1. Colômbia: fluxos migratórios 1960-1980.....	78
Mapa 2. Colômbia: Ordenamento Territorial no Campo por tipo de população 1991 - 2014 ..	116
Mapa 3. Colômbia: Mineração ilegal e grupos armados (2011).....	141
Mapa 4. Reforma agrária e Ordenamento Territorial Ambiental 1994-2014 .....	154
Mapa 5. Localização geral Territorio Interétnico Corregimiento Cofania Jardines De Sucumbíos TICS 5 .....	183
Mapa 6. Colômbia: Intensidade das ações por organização no marco da Paralisação Agrária de 2013.....	191
Mapa 7. Reforma agrária e colonização camponesa 1994-2014. ....	204
Mapa 8. Regionalização das ZRC da Colômbia (2011) .....	207
Mapa 9. Localização <i>oriente antioqueño</i> .....	225
Mapa 10. Processos organizativos de base camponesa associados à ANZORC na região leste e sul da Colômbia.....	232
Mapa 11. Colômbia: Ação territorial da Política de Consolidación Territorial de La Macarena PCIM 2007 – 2011. ....	233
 Gráfico 1 Colômbia: Investimento público em desenvolvimento rural 1995-2008 .....	105
Gráfico 2 Concentração geográfica do Produto Interno Bruto (PIB) por departamentos (1984 - 2004).....	110
Gráfico 3 . Colômbia: concentração da terra 2000- 20009 segundo coeficiente de GINI .....	136
Gráfico 4. Proporção da superfície protegida pelo Sinap, por Categoría De Manejo (UICN), 1990 – 2013 (em %). ....	161
Gráfico 5. Meta: Distribuição da propriedade rural segundo tamanho 1984-2009 ...	2172

## LISTA DE MAPAS

<a href="#"><u>Mapa 1 Colômbia: fluxos migratórios 1960-1980.....</u></a>	78
<a href="#"><u>Mapa 2 Colômbia: Ordenamento Territorial no Campo por tipo de população 1991 - 2014 .....</u></a>	114
<a href="#"><u>Mapa 3. Colômbia: Mineração ilegal e grupos armados (2011).....</u></a>	141
<a href="#"><u>Mapa 4. Reforma agrária e Ordenamento Territorial Ambiental 1994-2014 .....</u></a>	154
<a href="#"><u>Mapa 5 Localização geral Territorio Interétnico Corregimiento Cofania Jardines De Sucumbíos TICS .....</u></a>	183
<a href="#"><u>Mapa 6 Colômbia: Intensidade das ações por organização no marco da Paralisação Agrária de 2013.....</u></a>	191
<a href="#"><u>Mapa 7. Reforma agrária e colonização camponesa 1994-2014. ....</u></a>	2040
<a href="#"><u>Mapa 8. Regionalização das ZRC da Colômbia (2011) .....</u></a>	207
<a href="#"><u>Mapa 9. Localização <i>oriente antioqueño</i> .....</u></a>	225
<a href="#"><u>Mapa 10. Processos organizativos de base camponesa associados à ANZORC na região leste e sul da Colômbia .....</u></a>	232
<a href="#"><u>Mapa 11. Colômbia: Ação territorial da Política de Consolidación Territorial de La Macarena PCIM 2007 – 2011. ....</u></a>	233



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1. Zona de Biodiversidad El Paraíso – Apartadocito (Consejo Comunitário Menor no Título Colectivo de Curvaradó) .....	177
Foto 2. <i>Marcha del silencio</i> , comemoração comunitária.....	181
Foto 3. VIII Encuentro de Guardianes de Semillas libres – Municipio La Unión – Nariño .....	187
Foto 4. Mercado Municipal do município de Marinilla.....	254
Foto 5. ADEC <i>Acueducto Comunitário de Cascajo</i> .....	261
Foto 7. Praça presença do CMDR na vereda Cascajo Arriba.....	262
Mosaico 1. Eleição ASOJUNTAS La Macarena – Meta .....	241
Mosaico 2. Sítio da Rosa Angélica Duque, presidenta da AMCABF .....	264
Mosaico 3. Sítio integrante de AMCABF. ....	266
Mosaico 4. Produtos comercializados pela AMCABF.....	267
Mosaico 5. Sítio Ivan Naranjo, presidente ASOCAMPO. ....	269
Mosaico 6. Loja ASOCAMPO, município de Marinilla (Antioquia).....	270
Mosaico 7. Chocolates de la abuela, produto marca DAR. ....	271
Mosaico 8. Ponto de venda ASOFRUMAR.....	273

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. População <i>Oriente Antioqueño</i> 2009 .....	222
Tabela 2. Uso do solo rural <i>Oriente antioqueño</i> 2009.....	222

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Colômbia: Pauta política de acesso à terra (2003 - 2013) .....	124
Quadro 2. Tensões entre reforma agrária e o ordenamento territorial 1994-2014.....	150
Quadro 3. Reforma agrária e Ordenamento Territorial Ambiental 1994-2014 .....	153
Quadro 4. Categorias de Manejo Ambiental Colombiano no Sistema Nacional De Áreas Protegidas SINAP .....	155
Quadro 5. Reforma agrária e conflitos territoriais .....	175
Quadro 6. Reforma agrária e colonização camponesa 1994-2014. ....	204

## **LISTA DE SIGLAS**

ACCU Autodefensas Campesinas de Córdoba e Urabá

ACDEGAM- Asociación Campesina de Ganaderos y Agricultores del Magdalena Medio

ADC Asociación para el Desarrollo Campesino

ADEC Acueducto Comunitario de Cascajo Abajo

ADO Movimiento Autodefensa Obrera

AGGAPAM Asociación Gremial de Ganaderos y Productores Agropecuarios de La Macarena

AMEM Área de Manejo Especial de La Macarena

AMCOP Asociación Municipal de Colonos del Pato

AMCABF Asociación de Mujeres Buscando Futuro

AMOR Asociación de Mujeres del Oriente

ANUC Asociación Nacional de Usuarios Campesinos

ANUC-UR Asociación de Usuarios Campesinos - Unidad y Reconstrucción,

APEN Asociación Patriótica Económica Nacional

ASOCAMPO Asociación de Productores Campesinos del Oriente Antioqueño

ASOFRUMAR Asociación de Frutas de Marinilla

ASCAL-G Asociación Campesina Ambiental Losada – Guayabero

APROVIACI Asociación Provincial de Víctimas a Ciudadanos

ASOJUNTAS Asociación de Juntas de Acción Comunal

ASOPEPROC Asociación de Pequeños Productores de la Cristalina

ASTRACAGUA Asociación de Trabajadores Campesinos del Guayabero

AUC Autodefensas Unidas de Colombia

ASCAMCAT Asociación Campesina del Catatumbo

ANZORC Asociación nacional de Zonas de Reserva Campesina

ACP Asociación Campesina Popular

BID Banco Interamericano de Desarrollo

BIRF Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento Banco Mundial (BM)

CAR Corporaciones Ambientales Regionales

CAVIDA Comunidad de Autodeterminación, Vida y Dignidad

CAPES Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEPAL Comisión Económica para América Latina y el Caribe

CERSUR Centro de Estudios Regionales del Sur

CGTD Confederación General de Trabajadores Democráticos

CHCV Comisión Histórica del Conflicto y sus Víctimas

CINEP Centro de Investigación y Educación Popular

CMDR Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural

CNA Coordinador Nacional Agrario

CNC Consejo Nacional Campesino

CNMH Comisión Nacional de Memoria Histórica

CODHES Consultoría para los Derechos Humanos y el Desplazamiento

CORPOCEAM Corporación de Estudios, Educación e Investigación Ambiental

CORPOAYARI Corporación de Trabajadores Campesinos Agropecuarios y Ambientales de los Llanos de Yari

CORNARE Corporación Autónoma Regional de las cuencas de los ríos Negro y Nare

COMOSOC Coalición de Movimientos y Organizaciones Sociales de Colombia

CONPES Consejo Nacional de Política Económica y Social

CORPES Consejos Regionales de Planificación Económica y Social

CRIC Consejo Regional Indígena del Cauca

CUT Central Unitaria de Trabajadores

DAOA Distrito Agrario de Oriente Antioqueño

DAR Distrito Agrario Regional

DAS - Distritos Agrarios Supramunicipales

DATALUTA – Banco de Dados de Luta pela Terra

DIH Direito Internacional Humanitário

DMI Distritos de Manejo Integrado

DNP Departamento Nacional de Planeación

DRI Desarrollo Rural Integrado

DRMI Distrito Regional de Manejo Integrado

ECAS Escuelas Campesinas

ENV Encuesta Nacional de Verificación de los Derechos de la Población Desplazada

ELN Ejército de Liberación Nacional

EPL Ejército Popular de Liberación

ETIS Entidades Territoriales Indígenas

EUA Estados Unidos de América

FANAL Federación Agraria Nacional

FARC - EP Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pueblo

FF.MM Fuerzas Militares

FAO Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FEDECAFÉ Federación Nacional de Cafeteros

FENSUAGRO Federación Nacional Sindical Unitaria Agropecuaria

G-5 Grupo Interinstitucional de Trabajo en Herramientas de Conservación Privada

GCUB Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras

IED Investimento Estrangeiro Direto

IGAC Instituto Geográfico Agustín Codazzi

IIRSA Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Sur Americana

ILSA Instituto Latinoamericano de Servicios Legales Alternativos

INCORA Instituto Colombiano para la Reforma Agraria

INCODER Instituto Colombiano de Desarrollo Rural

INDERENA Instituto de Recursos Naturales

IPC Índice de Precios al Consumidor

JAC Juntas de Acción Comunal

LE2P Laboratorio de Economía, Espacio y Poder

LOOT Ley Orgánica de Ordenamiento Territorial

LVC La Via Campesina

M-19 Movimiento 19 de abril

MCP Movimiento por la Constituyente Popular

MAELA Movimiento Agroecológico Latinoamericano

MAQL Movimiento Armado Quintín Lame

MASORA Asociación de Municipios del Altiplano

MUA Mesa de Unidad Agraria

MIA Mesa Agropecuaria y Popular de Interlocución y Acuerdo

MINAMBIENTE Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible

MISI Modelo de Sustitución por Importaciones

MOEC Movimiento Obrero Estudiantil Campesino 7 de enero

MOIR Movimiento Obrero Independiente y Revolucionario

MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MUCAPOC Mesa de Unidad Cívico, Agrario y Popular del Oriente Colombiano

OCAD Organismos Colegiados de Administración y Decisión

OEA Organização dos Estados Americanos

ONIC Organización Nacional Indígena de Colombia

PAEC Programa de Alianzas para la Educación y la Capacitación

PAN Partido Agrario Nacional

PBOT Plan de Ordenamiento Básico Territorial

PDA Polo Democrático Alternativo

PET Proyecto Estratégico Territorial

PCC Paisaje Cultural Cafetero

PCC Partido Comunista de Colombia

PCIM Política de Consolidación Integral de La Macarena

PCN Proceso de Comunidades Negras

PDI Plan de Desarrollo Integral

PEA População Economicamente Ativa

PEA Políticas do Ajuste Estrutural

PGN Procuraduría General de la Nación

PIB Produto Interno Bruto

PLADIA Plan Integral de Desarrollo Andino – Amazónico 2035

PND Plan Nacional de Desarrollo

PNR Plan Nacional de Rehabilitación

POT Planes de Ordenamiento Territorial

POAT Plan de Ordenamiento Ambiental del Territorio

POTAS Planes de Ordenamiento Territorial Alternativos

PRODEPAZ Programas de Desarrollo y Paz

PSR Partido Socialista Revolucionario

PRT Partido Revolucionario de los Trabajadores

RGSV Red de Guardianes de Semillas de Vida

RFP Reservas Forestales Protectoras

RNSC Reservas Naturales de la Sociedad Civil

RESNATUR Asociación Red Colombiana de Reservas Naturales de la Sociedad Civil

RUNAP Registro Único Nacional de Áreas Protegidas

SAC Sociedad de Agricultores de Colombia

SGR Sistema General de Regalías

SINAP Sistema Nacional de Áreas Protegidas

SPNN Sistema de Parques Nacionales Naturales

SNR Superintendencia de Notariado y Registro

TA Territorios Agroalimentarios

TAM Transnational Agrarian Movements

TMD Teoria Marxista da Dependência

UAF Unidad Agrícola Familiar

UICN Unión Internacional para la Conservación de la Naturaleza

*UMATA* Unidades Municipales de Asistencia Técnica

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UP Unión Patriótica

TCN Tierras de Comunidades Negras

TNC The Nature Conservancy

TICS Territorio Interétnico corregimiento Cofanía – Sucumbíos

UAESPNN Unidad Administrativa Especial del Sistema de Parques Naturales de Colombia

UE União Europeia

UFU Universidade Federal de Uberlândia

UNIR Unión Nacional Izquierdista Revolucionaria

UPRA Unidad de Planeación Rural Agropecuaria

UTC Unión Trabajadora Católica

WWF Fondo Mundial para la Naturaleza

ZLT Zonas Libres de Transgénicos

ZRC Zona de Reserva Campesina

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	19
1. AS POLÍTICAS DE REFORMA AGRÁRIA NA COLÔMBIA: Da titulação de baldios na fronteira à contrarreforma agrária.....	40
1.1 Das <i>Colonias agrícolas</i> e <i>zonas de autodefensa campesina</i> à Lei 135 de 1961 .....	45
1.2 Ordenamento Territorial e Ideologia: A construção de uma epistemologia do desenvolvimento .....	69
1.3 Colômbia, modernização dolorosa? .....	72
1.4. As periferias: A acumulação originária na fronteira.....	82
1.5 Traços da descentralização: O modelo de participação cidadã como estratégia de desarticulação de classe.....	91
1.6 A Constituição de 1991: Consolidação de um regime.....	96
2. A FRAGMENTAÇÃO DO ORDENAMENTO TERRITORIAL COMO EXPRESSÃO DAS CONTRARREFORMAS AGRÁRIAS .....	101
2.1 A reforma agrária de 1994: O mercado de terras .....	102
2. 2. Perante a contrarreforma agrária, um manifesto político: O mandato agrário.....	111
2.3 A espacialidade capitalista, economia política da guerra e Teoria Marxista da Dependência 2002 – 2010 .....	123
2.4 Reforma agrária e ordenamento territorial: tensões entre o campesinato e o capital na Colômbia.....	147
2.4.1 Reforma agrária e ordenamento territorial ambiental.....	149
2.4.1.1 Distritos de Manejo Integrado de los Recursos Naturales Renovables (DMI) .....	156
2.4.1.2 As Reservas Forestales Protectoras .....	158
2. 4.1.3 As Reservas Naturales de la Sociedad Civil.....	162
2.4.2. As contradições da conservação privada .....	164
2.4.2.1 Asociación para el Desarrollo Campesino ADC .....	165
2.4.2.2 Paisaje Cultural Cafetero .....	168
2.5 Reforma agrária e conflitos territoriais.....	173
2.5.1 Zonas Humanitarias e Zonas de Biodiversidad .....	174
2.5.2 Comunidad De Paz.....	179
2.5.3 Territorios Interétnicos .....	182
2.5.4 Territorios Libres De Transgénicos.....	185
2.6 Cumbre Agrária, Campesina Etnica y Popular (CACEP): expressão de uma classe.....	188
3. REFORMA AGRÁRIA E COLONIZAÇÃO CAMPONESA: CONTRADIÇÕES DO MODELO DE ACUMULAÇÃO NA COLÔMBIA .....	198



3.1 Entre as vias <i>de facto</i> e vias de direito: Instrumento Próprio / legal.....	206
3.1.1 Zonas de Reserva Campesina .....	206
3.1.3. Modelo de acumulação e inserção do Ordenamento Territorial Camponês no modelo territorial colombiano .....	210
3.1.3.1. Zonas De Reserva Campesina .....	210
3.1.3.2. <i>Distrito Agrário del Oriente Antioqueño DAOA</i> .....	217
3.1.4 A guerra na reconfiguração produtiva geográfica .....	225
3.1.5 Organização política e ordenamento territorial.....	229
3.1.5.1 ZRC Losada Guayabero .....	229
3.1.5.2 Asociación Campesina Ambiental del Lozada – Guayabero (ASCAL-G) .....	235
3.1.5.3 Asociación de Pequeños Productores de la Cristalina ASOPEPROC 2000 – 2001 .....	237
3.1.5.4 Corporación de Trabajadores Campesinos Agropecuários y Ambientales de los Llanos de Yari CORPOAYARI .....	238
3.1.5.5 Asociación de Trabajadores Campesinos del Guayabero ASTRACAGUA .....	238
3.1.5.6 Asociación Gremial de Ganaderos y Productores Agropecuários de La Macarena AGGAPAM.....	239
3.1.5.7 A Reorganização coletiva do Distrito Agrário del Oriente antioqueño DAOA....	242
3.1.6 Organização política e ordenamento territorial .....	247
3.1.6.1 As ZRC e o projeto de classe .....	247
3.1.6.2. A organização no <i>Distrito Agrário del Oriente Antioqueño DAOA</i> .....	252
3.1.6.2.1. Acueducto Comunitario da <i>vereda</i> Cascajo Abajo, ADEC .....	259
3.1.6.2.2 Asociación de Mujeres Campesinas Buscando Futuro AMCABF .....	262
3.1.6.2.3 Asociación de Productores Campesinos del Oriente Antioqueño ASOCAMPO .....	268
3.1.6.2.4 Asociación de Frutas de Marinilla ASOFRUMAR .....	272
3.2 Considerações finais.....	275
ANEXO 1 Mapa Divisão Político Administrativa da Colômbia .....	296

## INTRODUÇÃO

Muitos jovens saímos anualmente da Colômbia na busca de uma educação pública que nos permita seguir a trajetória acadêmica iniciada na universidade. O processo decorrente de privatização da educação pública no país, expressivo também da primazia do orçamento público destinado à guerra, impede que na Colômbia se realizem estudos de pós-graduação sem pagar altas somas de dinheiro. Por trás disso, toda uma arquitetura institucional destinada a facilitar os estudos aos estudantes partir do crédito e milhares de famílias endividadas. Desta forma, a busca por oportunidades fora do país, com os estudos custeados por uma bolsa, é uma forma recorrente na juventude colombiana, cujo nível de desemprego hoje (2015) é de 16%, fatos que infelizmente constituem um panorama similar para quase todos os países de América Latina e o Caribe.

Brasil e Argentina são hoje os principais destinos de estudantes que temos nos identificado como **exilados e exiladas acadêmicas**, elevando nossa reclamação por um direito que nos tem sido negado pelo Estado. Por outro lado, a repressão contínua e sistemática ao pensamento crítico na Colômbia é uma realidade que deve ser denunciada e divulgada, porque a partir dela derivam-se os estudos que permitirão transformá-la. Hoje em dia não é anormal que entre os comunicados que fazem os grupos paramilitares, apareça uma lista enorme de intelectuais que, preocupados por fazer da universidade um centro de ideias que transformem a nossa realidade colombiana, têm tido que calar seu pensamento por temor a represálias contra sua vida e a de suas famílias, outras e outros têm tido que fugir e seguir escrevendo desde fora do país, para não falar de quem ficaram e foram assassinados ou de seus escritos fizeram uma montagem judicial para serem capturados.

Além disso, também são frequentes as falsas incriminações judiciais feitas por parte do Estado a membros da comunidade acadêmica, por expressar oposição frente ao sistema, assim como a forte censura inclusive nas dependências oficiais. Isso explica também a diminuição significativa do marxismo como método na epistemologia colombiana: por um lado do enfoque estalinista estendido após da segunda metade do século XX aos escritos marxistas e sua apropriação mecânica por parte dos partidos comunistas –principais divulgadores de tal pensamento e como resultado lógico das disputas entre vertentes diferentes do marxismo leninismo– e, por outro lado, a forte repressão exercida à esquerda acadêmica, a que não só se expressou em assassinatos, massacres e exílio político, senão –e como resultado lógico daquilo–, na desaparecimento de

parte do aparelho intelectual (livros, editoriais, grade curricular das universidades) base das discussões e renovação necessária do pensamento. Na Colômbia, a combinação das duas formas tem sido determinante para o prático silenciamento dos debates que bebem do marxismo para entender a nossa realidade.

Desta forma encontrei no edital que anualmente faz a Organização dos Estados Americanos (OEA) uma boa opção. O percurso que a Geografia Agrária tem feito no Brasil e que faz dele pioneiro na área, assim como um projeto que articulasse a academia com os movimentos sociais do campo, o DATALUTA – Banco de Dados de Luta pela Terra–, foram meus roteiros para decidir escolher a Universidade Federal de Uberlândia como centro de chegada.

Mas o percurso começa desde antes. Ao *Colectivo Agrario Abya Yala, Grupo Estudiantil de Trabajo* associado à *Universidad Nacional de Colombia* em Bogotá, onde estudei Administração de Empresas, cheguei em 2010 com uma tarefa muito especial: participar do *I Campamento Ecológico* na região do Vale do Rio Cimitarra, lugar da *Zona de Reserva Campesina del Valle del Río Cimitarra* suspendida nesse momento pelo governo de Álvaro Uribe Vélez e parte de um processo de perseguição contra as lideranças regionais em clara deslegitimação de seu processo organizativo. A maravilhosa viagem pelas *ciénagas* do nordeste *antioqueño* e sul do departamento de Bolívar, fronteiras agrícolas fechadas, assim como as inúmeras histórias ouvidas de boca de mulheres e homens camponeses, me mostraram não só o esquecimento propositado do Estado quanto a força da resistência das gentes do campo, que perante tanta violência e repressão têm na garra e na tenacidade as únicas e melhores ferramentas para seguir na luta. Essa que é diária: plantando, pescando, colhendo, produzindo, vivendo. Essa de longo prazo: a reforma agrária e um projeto de país. Passariam cinco anos para que redimensionasse as fronteiras na história agrária colombiana, como linhas difusas e divisórias internas do que Colômbia como nação representa.

Descrentes dessa aparente modernidade e desconformes com não ver nas aulas, nem nos textos explicações para essas realidades, o Coletivo foi ponto de chegada de várias pessoas dentro da universidade. Resulta que todas e todos, sem exceção, tínhamos lembranças, raízes, cabeça e coração na roça, na terra, em uma infância, ou feriados, ou em avôs e avós. Além da nossa realidade cotidiana: uma guerra contínua voltada duramente contra o campo e seus habitantes.

Barbárie no campo e desenvolvimento na cidade, não poderiam ser duas realidades desconexas como acostumavam se apresentar tanto na faculdade quanto na mídia. Seminários, foros, acompanhamento a comunidades camponesas de base e inúmeras atividades seguiram ocorrendo dentro do Coletivo, que no passado março fez nove anos de ter sido conformado e cuja associação *Colectiva Agraria Abya Yala* é fruto desse trabalho coletivo.

Simultaneamente, em 2011 integrei-me ao *Laboratorio de Economía, Espacio y Poder* LE2P, grupo de estudo adscrito também à *Universidad Nacional de Colombia*, em Bogotá, no marco do qual nos reuníamos com outros estudantes e professores tentando entender os impactos das políticas públicas no campo a partir de uma análise espacial da economia política. A riqueza dos debates e ideias ali desenvolvidos, quanto a promessa de um *shot* especial ao final de cada encontro, faziam impostergáveis nossas reuniões, nas quais segui participando via internet.

Esse é o percurso coletivo do qual é tributária a ideia original desta dissertação, que busca fazer links entre –quem pensaria– administração de empresas e a geografia agrária a partir do ordenamento territorial, entendendo que nas formas territoriais produto do trabalho histórico das organizações comunitárias, se gesta a autonomia e resistência do campesinato e se constroem propostas frente aos desafios de pensarmos um país em paz.

Foi assim como cheguei no Brasil, em março de 2013, como parte da primeira turma na UFU do convênio PAEC – GCUB OEA de 2012, falando pouco e entendendo nada, mas com toda a expectativa pela Geografia Agrária e os movimentos sociais no campo. Além dos múltiplos e variados aprendizados nas disciplinas, tracei outros percursos tanto dentro como fora da Universidade que enriqueceram a minha estância ali:

O estágio docente, sob a orientação do Prof. Dr. João Cleps Jr., o qual me permitiu fazer contrastes entre a realidade da questão agrária colombiana e a brasileira, assim como desenvolver análises comparadas sobre a nossa realidade latino-americana.

Como aluna especial tive o privilégio de estudar na Escola Nacional Florestan Fernandes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um sonho cobiçado desde a Colômbia. Ali, junto ao programa Territorial cursei uma disciplina ministrada pelo professor Eduardo Paulon Girardi junto à turma José Carlos Mariátegui, que me deixou não só reflexões sobre a cartografia digital como ferramenta de pesquisa e ação política, mas boas lembranças e amigas e amigos que me acompanham até hoje.

Também me deixou muitas inquietudes, que no texto aparecem na busca por entender as particularidades do desenvolvimento do capitalismo na Colômbia mediante a Teoria Marxista da Dependência.

Do grupo de estudo Marx e Gramsci, adscrito ao Instituto de Filosofia e liderado pela professora Ana Maria Said, aparecem as diferentes inquietações sobre a complexidade do papel do Estado na formação econômica colombiana.

As análises decorrentes da geografia do trabalho na Geografia Agrária paraibana, liderados pela professora Emília de Rodat Fernandes Moreira, foram aportes inestimáveis para entender como se gesta e territorializa a resistência camponesa, oportunidade à que tive acesso mediante a realização de uma Missão de Estudos de mestrado sanduíche pelo Programa de Estímulo à Mobilidade e ao Aumento da Cooperação Acadêmica da Pós-Graduação de Sergipe - PROMOB (Edital CAPES/FAPITEC/SE 06/2012), apoiado pela CAPES, e a estância de um mês no ano de 2014 em João Pessoa capital do estado da Paraíba.

Por outro lado, a acolhida do MST no Triângulo Mineiro também configurou uma fonte de questionamentos e canteiro constante de ideias na comparação entre a realidade agrária Brasil – Colômbia. Participei de vários encontros, marchas, ocupações, manifestações às que fui convidada pelo movimento e por ele posso dizer que conheci a fama da comida mineira e a fartura das mesas camponesas, a fraternidade e a solidariedade como traços constitutivos dos nossos povos latino-americanos, como também as travas à reforma agrária impostas pelo capital e facilitadas pelo Estado, como similaridades nos desafios a enfrentar pelas lutas camponesas dos dois países. Amigas, amigos e infinidade de lembranças fazem da bandeira vermelha do Movimento, símbolo dos meus melhores presentes.

Fazer um relato territorial da Colômbia distante deixa muitos aprendizados e desafios. Frustrações em não poder vivenciar e acompanhar a realidade que se estuda. Nos via-crúcis deste trabalho entendi a humildade em assumir a falibilidade porque entre várias apostas arriscadas deste processo –entre as que se inclui a escritura em um idioma diferente–; este trabalho é expressão da minha recente aproximação com as ciências humanas e como tal, contém um olhar bem aberto e pouco especializado. Posso dizer que é um produto genuíno da curiosidade por um conhecimento novo: a Geografia Agrária, que se entrecruza com muitos momentos de vivências e práticas por entender o que passa com as gentes dos campos da Colômbia e Brasil.

Perante a necessidade de canalizar as análises, decidi-me pelo método do materialismo histórico dialético e, longe de um tratamento exaustivo das categorias enquadradas ali, este trabalho é uma simples tentativa por abordar questões tão complexas como a contradição, a dialética, a luta de classes e o entendimento do capitalismo como um sistema, os nexos entre o ordenamento territorial e a reforma agrária na Colômbia. Tomando partido e entendendo a ciência como um elemento não neutral, uma ciência com um sentido político e transformador.

Advirto assim, tanto os limites quanto as apostas nas que me empenhei para fazer este trabalho. A amplitude deste texto representa todas as descobertas que fiz ao longo desse processo de mais de dois anos, e é longo porque minha curiosidade é infindável e minha paciência é pouca. Espero que isso signifique um relato rico em ideias e caminhos de ação. Afinal, ter um país na cabeça (Colômbia) e outro no coração (Brasil) tem sido o principal aprendizado para mim.

Em 2009, foi publicado o estudo mais completo realizado em décadas sobre a estrutura fundiária: *Atlas de la propiedad rural en Colombia*, o qual demonstrou que após décadas de conflito armado a concentração da terra além de se manter, segue aumentando. A conclusão do trabalho foi incisiva: o índice de gini de 0,874 em 2012 demonstra que a Colômbia segue a tendência dos países da América Latina em ter uma alta concentração da terra. Internamente, a concentração da terra corresponde principalmente às fronteiras agrícolas incorporadas, confirmando uma configuração regional desigual, assim como a relação minifúndio - latifúndio. Por outro lado, o aumento da concentração da terra ao longo do período 2000 e 2010, coincide com a época da implantação do *Plan Colombia*, a chegada à presidência de Álvaro Uribe Vélez –mandatário com presuntos nexos com o paramilitarismo<sup>1</sup>–, e a consolidação deste último ator armado, responsável por executar a média de seis de cada 10 massacres cometidos entre o período 1985–2013, ratificando com isso o conflito armado como elemento fundamental da militarização da questão agrária.

Em novembro de 2012, em Oslo – Noruega deu-se início aos Diálogos de paz entre o governo colombiano e a guerrilha das FARC, como passo inicial para uma saída negociada ao conflito armado. Os cinco pontos contemplam o desenvolvimento agrário

---

<sup>1</sup> Em setembro de 2014, foi realizado no *Congreso Nacional de Colombia* o debate entre o senador Iván Cepeda e o ex-presidente Álvaro Uribe, acusado de ter nexos com o paramilitarismo. Para consultar a apresentação com os elementos defendidos por parte de Cepeda, consultar na página: <http://migre.me/qKjVr>. Acessado em 18 de setembro de 2014.

integral, a participação política da guerrilha, o fim do conflito, a solução ao problema das drogas ilícitas, e o ressarcimento às vítimas pelo conflito armado, demonstrando com isso a centralidade do setor agrário dentro da agenda a negociar. Um dos consensos do diálogo foi a criação da *Comisión Histórica del Conflicto y sus Víctimas* (CHCV) encarregada de fazer o informe *Contribución al entendimiento del conflicto armado en Colombia*, elaborado a partir de pesquisadores propostos pelas duas partes e polêmico por detalhar, entre outras coisas, a participação concreta de Estados Unidos nas táticas contrainsurgentes, elemento controverso e do qual se tem evidências de censura por parte do comité editor <sup>2</sup>.

Em julho de 2015 foram publicados os primeiros resultados do *Tercer Censo Agropecuario* realizado após 45 anos da última medição. Por incrível que pareça, dez períodos de governo passaram sem ter informação atualizada sobre o setor agrário colombiano. A negação aos reclamos por parte das organizações camponesas<sup>3</sup> de incluir a categoria camponês dentro do censo, assim como a não participação na formulação e preparação do estudo do qual elas são o principal objeto da análise, é expressiva do desconhecimento histórico do campesinato como parte fundamental na construção de um projeto societário. Tal posicionamento por parte do Estado é sintoma das consequências que reviste falar hoje sobre reforma agrária e com isto, da reestruturação da propriedade privada no campo na Colômbia.

Falar de reforma agrária em meio de mais de cinquenta anos de conflito armado, implica redimensionar suas origens como consequência da desigual distribuição da terra e identificar os interesses de classe ali envolvidos. Falar de luta pela terra é falar das origens agrárias da subversão (CHAVARRO, 2009), cuja expressão armada é reação à guerra como marco principal de expansão capitalista na Colômbia materializado de diversas maneiras no Estado. Porém, a insurgência armada não tem sido a única reação. Múltiplas e diferentes formas de ordenamento territorial têm sido colocadas ali como propostas de autonomia e soberania territorial por parte do campesinato. Identificar tais interesses de classe nesta relação é um dos propósitos deste estudo, visando colocar no debate sobre a questão agrária a necessidade inapelável não só de distribuir a terra, mas

---

<sup>2</sup> A carta aberta por parte de Renán Vega Cantor, um dos autores do informe e na qual acusa a Eduardo Pizarro, parte do comité editor da *Comisión*, justamente encarregada de fazer um levantamento histórico da memória como medida de reparação às vítimas da violência como política de Estado, pode se consultar na página web <http://rebelion.org/noticia.php?id=195986>. Acessado em 3 de março de 2015.

<sup>3</sup> Porqué No al Censo Nacional Agropecuario en Colombia? Desconoce la categoría de Campesinos. Recuperado página web: <http://semillasdeidentidad.blogspot.com.br/2014/07/porque-no-al-censo-nacional.html>. Acessado em 12 de fevereiro de 2015.

de colocar o Ordenamento Territorial Camponês como questionamento ao modelo de desenvolvimento proposto para o campo.

Desta forma, a centralidade dos estudos do campo na Colômbia atinge vários fatores que configuram a realidade da questão agrária na Colômbia: uma série de políticas de contrarreforma agrária efetivadas ao longo do século XX, um alto índice de concentração da terra, ter fronteira agrícola por expandir e mais de cinquenta anos de conflito armado e, por conseguinte, uma das taxas mais altas de deslocamento forçado no mundo –fato que atinge por completo às comunidades camponesas, indígenas e negras–, entre outros elementos. Decorrente disso, um ordenamento territorial rural completamente fragmentado, e milhares de experiências autônomas no campo, que se erguem como resistência perante séculos de exclusão e violência.

A centralidade do Estado na composição da estrutura de classes na Colômbia, definiu também a importância de analisar as lutas a partir de duas vias: as *de facto* e as de direito.

As leis, como arranjos jurídicos nos quais a sociedade legitima determinadas condutas sociais, atuam de acordo com os valores estabelecidos em uma determinada formação socioeconômica e a correlação de forças que nesse “consenso social” a luta de classes expresse. Decorrente disso a importância de contrastar o marco jurídico, em tanto que pugna pelo reconhecimento como sujeito político, sua proposta política supera a propriedade da terra como pauta reivindicativa.

Simultaneamente, a re-configuração produtiva do capital associada à guerra e a um capitalismo criminal e em um ciclo constante de fluxos e refluxos das lutas sociais, veio articulada também à necessidade de articular as rendas da terra ao mercado mundial.

Isto se evidenciou em um maior dinamismo imprimido à legislação relativa ao mercado de terras, cujo antecedente imediato se remonta à Lei 160 de 1994 com a qual se inicia a modalidade de reforma agrária via mercado, o qual aponta a uma maior flexibilidade do mercado de terras ao gerar condições de mobilidade dos direitos de propriedade, realocando-os aos “usuários” mais eficientes, fato expressivo na política pública traçada no *Plan Nacional de Desarrollo “Prosperidad para todos” 2010 – 2014*, do atual presidente Juan Manuel Santos e associado a uma arquitetura institucional destinada a esse fim.

Decorrente deste fato foi identificado o fenômeno de estrangeirização de terras, que veio atrelado ao fato de a Colômbia fazer parte dos trinta e dois países com mais de



três milhões de hectares de terra, que compõem o 90% da terra no mundo considerada como fronteira agrícola aberta. Esta está localizada na altillanura, nos *departamentos*<sup>4</sup> de Arauca, Casanare, Meta e Vichada, região recentemente alvo de processos de apropriação ilegal por parte de empresários colombianos, brasileiros e chineses, configurando com isso uma nova extração de rendas da terra.

Por outro lado, fruto das contrarreformas agrárias, a alta fragmentação do espaço agrário tem levado a uma complexidade no ordenamento territorial rural, o qual se define entre *Tierras de Comunidades Negras* para as comunidades negras, *Resguardos* e *Cabildos* para comunidades indígenas, mais de sete categorias diferentes do *Sistema Nacional de Áreas Protegidas* (SINAP) e um significativo número de experiências camponesas de ordenamento territorial que se constituem como propostas de ordenamento territorial camponês, fazem parte da atualidade de nossa reforma agrária, essa criada *de facto* pela carência da originada pelas vias de direito.

Desta forma, a presente pesquisa tem a seguinte estrutura: Na primeira seção, serão abordadas as diferentes políticas de reforma agrária no século XX, entendendo as mesmas como resultado da luta de classes e o desenvolvimento do modelo de acumulação, com características particulares para o caso colombiano, fatos determinantes na adoção de um modelo de desenvolvimento rural específico e uma divisão do espaço agrário, expressado em um ordenamento territorial rural altamente fragmentado.

Na segunda seção, mostrar-se-á a reconfiguração produtiva do capital, especificamente a partir da guerra, como elo central dentro do processo de acumulação, e determinante para os fluxos e refluxos próprios da luta de classes. Desta forma, serão desenvolvidas as relações entre reforma agrária e ordenamento territorial ambiental, reforma agrária e conflitos territoriais e reforma agrária e colonização camponesa, configurando assim diferentes graus de apropriação e desenvolvimento das aqui nomeadas como proposta de Ordenamento Territorial Camponês.

Finalmente, na terceira seção, ampliar-se-á a relação entre reforma agrária e colonização camponesa, como a mais expressiva dessas contradições a partir da análise de duas experiências de ordenamento territorial: o *Distrito Agrario del Oriente Antioqueño (DAOA)* no município de Marinilla, noroeste colombiano e a *Zona de Reserva*

---

<sup>4</sup> A República da Colômbia se divide em um Distrito Capital –que corresponde à capital, Bogotá–, e 32 *departamentos*, sendo esta última a unidade administrativa e política que se declarou com a *Constitución* de 1991, no sentido de descentralizar algumas responsabilidades administrativas do Estado, porém, como será visto ao longo do texto, a dita descentralização não está isenta de contradições.

*Campesina (ZRC)* Losada – Guayabero no município de La Macarena, no sudeste colombiano. Estas duas experiências ilustrarão a tensão existente entre a apropriação do território pelas vias de *facto* e as vias de direito em uma região integrada completamente ao projeto político do Estado e a outra uma região de periferia.

A hipótese desenvolvida ao longo do estudo é que o campesinato como sujeito principal na luta de classes na Colômbia, se espacializa a partir de formas próprias de ordenamento territorial e mecanismos associados tanto as vias de *facto* como as vias de direito, em resposta às contrarreformas agrárias efetivadas ao longo do século XX. Assim, as diferentes formas de Ordenamento Territorial Camponês seriam propostas de reforma agrária.

A partir da relação tempo e espaço se escolhem duas formas de ordenamento do espaço rural referentes às políticas de reforma agrária como contrarreformas agrárias. A colonização camponesa como política de reforma agrária, fato derivado da terra como mercadoria, será o ponto de partida para compreender, a partir do século XIX e mediante a contradição capital – trabalho na luta de classes, o decorrer da formação econômico-social atual e as contradições atuais da reforma agrária colombiana.

Porém, o horizonte de tempo abrangerá especificamente o período 1994-2014. Partimos do ano 1994 por ser este o da promulgação da Lei 160, único instrumento legal vigente de reforma agrária e, até o ano 2014, por ser o ano da realização da *Cumbre Agraria Campesina Étnica y Popular (CACEP)*, fato histórico da reorganização do campesinato enquanto classe e em torno a uma reforma agrária. Os estudos buscam atender os seguintes objetivos:

- Analisar as diferentes reformas agrárias na Colômbia à luz do modelo de acumulação capitalista e de expansão do capitalismo nesse país sul-americano.
- Ratificar a alta fragmentação do ordenamento territorial como produto das contrarreformas agrárias na Colômbia.
- Compreender as especificidades das formas de ordenamento territorial na Colômbia como propostas do campesinato na construção de uma reforma agrária, desde a Lei 160 de 1994 até a *Cumbre Agrária Campesina, Étnica e Popular* em 2014.
- Sistematizar as diferentes experiências de ordenamento territorial como expressões de autonomia e reprodução camponesa, a partir das vias de direito quanto pelas vias de *facto*.

- Comparar as propostas de ordenamento territorial, a partir das condições regionais existentes e a integração ao projeto econômico capitalista proposto e desenvolvido pelo Estado com base no modelo territorial proposto a partir da *Constitución de 1991*, carta política vigente.

Diante disso e como expressão de uma realidade independente da própria consciência como pesquisadora, é necessário ir além da aparência do objeto de estudo e alcançar a sua essência, a qual pode ser verificada mediante a História como cenário irrefutável das relações sociais e os conflitos inseridos na luta de classes (NETTO, 2011). Desta forma, o Materialismo Histórico Dialético (MHD), emerge como um método que se propõe a transformação da realidade a partir da dialética entre teoria e prática, colocando nessa relação uma condição na qual o sujeito está implicado no objeto de estudo.

Entendendo o concreto como sendo a síntese de múltiplas determinações, pode-se inferir que o pensamento é um ato de construção estreitamente relacionado com o processo de construção histórica - o *concreto* em pensamento. O movimento geral, particular → singular e singular → particular → geral, (a tríade/escalar categorial) é que nos permite chegar mais próximo do *real concreto*, munidos conceitualmente (concreto em pensamento), onde a cada movimento, o concreto em pensamento é ponto de partida para a “leitura” e compreensão do real concreto [THOMAZ, 1991, p 25].

Autores como Spósito (2004) colocam os seguintes elementos metodológicos para realizar pesquisas elaboradas segundo o MHD:

Técnicas não quantitativas; histórias e análise do discurso; incorporação de dados contraditórios; Pesquisa ação; pesquisa participante; entrevistas; observação; postura marcadamente crítica; tentativa de desvendar conflitos de interesse; fundamentação teórica através da eleição das categorias de análise na sua articulação com a realidade estudada; questionamento da visão estática da realidade; apontamentos para o “caráter transformador” dos fenômenos; preocupação com a transformação da realidade estudada da proposta teórica; resgate da dimensão histórica; estabelecimento das possibilidades de mudança [SPÓSITO, 2004, p 52].

Enquanto a exposição teórica define as hipóteses, o trabalho de campo possibilitaria se deparar com as contradições, centrais para uma pesquisa baseada na abordagem dialética, na qual a complementariedade dos diferentes tipos de fontes terá mais êxito em mostrar a essência do problema. A realização do trabalho de campo envolve decisões sobre o desenvolvimento da metodologia de pesquisa, indispensável porquanto traz elementos que poderiam se enquadrar em diferentes vertentes epistemológicas, mas que podem ser complementários na hora de mostrar a complexidade da problemática. É

assim como a escolha das fontes onde se apreende o conhecimento é fundamental porquanto nessa escolha convergem diferentes estratégias.

Portanto, dialética e fenomenologia não se excluem no trabalho de campo em Geografia. Enquanto métodos podem funcionar como estratégias complementares, buscando-se sempre a construção da síntese sujeito-objeto, própria ao ato de conhecer, ora utilizando-se da história enquanto categoria de análise, ora buscando-se intencionalmente abstrair a historicidade dos fenômenos, visando à explicitação de sua “essência” [SERPA, 2006, p 20].

Desta forma, as fontes de informação deste estudo se dividem em fontes documentais, produto da análise bibliográfica feita ao longo do estudo; e as fontes primárias, estas últimas derivadas do trabalho de campo que pela sua vez foi dividido em duas partes, de acordo com o desenvolvimento do conceito de Ordenamento Territorial Camponês.

Como consequência das políticas de colonização camponesa iniciadas no século XIX, vamos aprofundar no *Distrito Agrario del Oriente Antioqueño DAOA*, cujo trabalho de campo foi realizado no período de 16 a 22 de dezembro de 2014 no município de Marinilla –primeiro em implantar esta forma de ordenamento territorial–, contemplando entrevistas com as organizações que fazem parte dele, assim como outras pessoas próximas ao processo. Foram entrevistadas sete pessoas assim:

1. Doris Suaza e Gabriel Jaime García, funcionários da Corporación de Estudios, Educación e Investigación Ambiental (CORPOCEAM) e co-fundadores do *Distrito Agrario del Oriente Antioqueño*.

2. Iván Naranjo, presidente da *Asociación de Productores Campesinos del Oriente Antioqueño ASOCAMPO*, umas das três organizações pertencentes ao Distrito Agrario em Marinilla.

3. Rosa Duque, presidenta da *Asociación de Mujeres Buscando Futuro –AMCABF –*, outra das três organizações pertencentes ao Distrito Agrario em Marinilla.

4. Lucía Galvis, auxiliar administrativa do *Acueducto Comunitario vereda Cascajo Arriba – ADEC –*.

5. Guillermo Otálvaro, integrante da *Asociación de Frutas de Marinilla ASOFRUMAR*, outra das três organizações pertencentes ao Distrito Agrario.

6. Oscar Jaramillo, secretário de agricultura de Marinilla.

O segundo trabalho de campo atingiria a região da Zona de Reserva Campesina (ZRC em constituição) de Lozada – Guayabero. Inicialmente seria realizado em meados de dezembro de 2014 no departamento de Meta município de La Macarena, o qual teve

que ser cancelado por conta da reativação das pulverizações aéreas com glifosato na região, problemática recorrente na zona e que na época originou uma paralisação por parte dos camponeses ali localizados. Desta forma, o acesso às fontes primárias repousa nos depoimentos realizados na mesa *Rutas hacia una nueva ruralidad en Colombia* no marco do evento *Diálogos del Sur: retos y desafíos del posconflicto*, realizado na cidade de Neiva (Huila) nos dias 4 a 6 de dezembro de 2014 e organizado pelo *Centro de Estudios Regionales del Sur* CERSUR, o qual contou com a presença de lideranças das organizações UNIOS, *Asociación de Juntas de Acción Comunal* ASOJUNTAS La Macarena, *Corporación de Trabajadores Campesinos Agropecuarios y Ambientales de los Llanos de Yarí* CORPOAYARI e *Asociación Campesina Ambiental* Losada – Guayabero ASCAL-G dos departamentos de Meta e Caquetá. As fontes documentais se encontram no rico acervo bibliográfico e filmico de CERSUR, acesso que foi outorgado generosamente pelo seu presidente, Andrés Restrepo Correa, quem facilitou o acesso ao material inédito.

Seguindo as sugestões de Thomaz (1991), na tentativa de retratar o concreto, no capítulo 1, o universo teórico conceitual será a expansão do capitalismo no campo e seus efeitos territoriais.

No singular, será a análise histórica das reformas agrárias como contrarreformas agrárias; no geral do movimento contraditório da construção da sociedade colombiana e a inserção no modo capitalista de produção, serão levadas em consideração as disputas entre o modelo de desenvolvimento como expressão do projeto de classe do bloco dominante do Estado; no particular, das relações sociais de produção e a complexidade da luta de classes, será analisada a estrutura de classes, seu projeto e suas disputas; por fim, no singular, será na territorialização desta disputa que se evidencia a crescente fragmentação do ordenamento territorial da qual o Ordenamento Territorial Camponês é expressão do projeto de classe do campesinato.

A questão agrária na Colômbia tem tido uma análise multidisciplinar, baseada principalmente em disciplinas como a ciência política, a sociologia e a economia política. Em Absalón Machado (2002) pode se encontrar uma completa trajetória que abrange vertentes da economia como a neoclássica, o liberalismo econômico, o neoinstitucionalismo, assim como correntes metodológicas como o marxismo e estruturalismo. O autor retoma o percurso situado nas ricas discussões da década dos anos

70's, centradas na perspectiva campesinista ou descampesinista para entender a realidade colombiana.

Pela sua vez, Marco Palacios (2011) faz uma compilação de corte historiográfico, retomando os desdobramentos dos estudos de Chayanov (1966), Shanin (1973;1985;1986), Wolf (1976;1972;1975) e Hobsbawm (1973;1984), que bebendo das análises leninistas e marxistas, teriam se desdobrado em sucessivas hipóteses sobre o campesinato e o desenvolvimento das forças produtivas nos estudos latino-americanos. Fatos como a revolução cubana, a guerra Fria, assim como o papel do Estado na luta de classes teriam reformulado as estratégias sobre a revolução e o desenvolvimento capitalista. Outros aportes de corte historiográfico podem se encontrar nos livros *La historia al final del milênio* (ZAMBRANO; ARCHILA; 1994) e *La academia y el sector rural* (MACHADO, 2004).

Em uma análise mais recente, podem se encontrar outras publicações como *La Cuestión Agraria en Colombia, tierra, desarrollo y paz* (Planeta Paz, 2012) e *La Cuestión Agraria hoy: Colombia, tierra sin campesinos* (ILSA, 2008), ambas as organizações que tem se constituído como referências acadêmicas dos estudos agrários. Esta última organização também tem contribuído com a publicação *Cuadernos Tierra y Justicia*, que entre 2002 e 2010, tem abordado diferentes temáticas, como a economia camponesa, as políticas de reforma agrária, a estrutura fundiária, a mulher na agricultura colombiana, entre outros temas.

Como aproximação à análise da questão agrária com aportes da Geografia Agrária brasileira, e alimentados pelo fenômeno de migração educativa podem se encontrar os trabalhos de Bustos (2008) com o estudo de caso do *Plan Colombia* e as comunidades indígenas no departamento de Putumayo, Méndez (2013), com o Ordenamento Territorial Camponês e a Reforma Agrária Camponesa na ZRC do *Valle del Río Cimitarra*, Cristancho (2014); Ordóñez (2013); e Estrada (2013), com a análise das ZRC desde o conceito de movimento sócio-territorial. Com uma perspectiva desde a sociologia, Silva Ramos e Silva (2014), também incorpora as discussões do Partido Comunista de Colômbia, sublinhando as diferentes interpretações de dados econômicos relativos à estrutura fundiária, para identificar uma crescente proletarização ou não do campesinato na Colômbia.

Desde a Ciência Política os estudos de Ferro (2001) sobre a guerrilha das FARC e sua dimensão organizativa e política. Uma recente e completa síntese do contexto das

lutas sociais na Colômbia escrita em português a constitui o livro Colômbia, movimentos pela paz (PISMEL; CHAGAS, 2014), analisando o contexto educativo, rural e democrático da Colômbia.

A centralidade dos estudos agrários na Colômbia também é resposta de uma geração à qual foi vendida a ideia de que a guerra e a violência na Colômbia têm sido uma espiral eterna e sem sentido, em um país no qual ter o conflito armado mais prolongado do mundo converteu-se em fetiche e escusa para, da forma mais violenta e cruel, legitimar esse relato hegemônico que coloca a Colômbia como a democracia mais antiga do continente. Prova de um relato realizado pelos vencedores, como expressado pelo atual mandatário na inauguração da obra *El Gran Libro del Bicentenario*, livro oficial da história da independência da Colômbia:

A história da Colômbia, desde 1810 até os tempos atuais - regida por constituições democráticas, republicanas, garantistas-, é a história de um povo amante e respeitoso da lei e das instituições democráticas como poucos. Não em vão prezamos-nos de ser a democracia mais antiga da América Latina<sup>5</sup>.

Decorrente disso, este estudo pretende demonstrar que, como passo essencial para concretar um projeto em oposição ao capital, à paz não se chega com o término do conflito armado, porque ele existe como consequência de séculos de exclusão das classes empobrecidas, das quais o campesinato ergue-se como sujeito central.

A luta pela paz além de simbolizar uma luta contra a guerra, na Colômbia também simboliza esse projeto de classe que identifica claramente os sujeitos nessa guerra que tem funcionalizado a todos os atores armados, em diferentes graus, diante sua posição na luta de classes. Assim poderemos entender porque são gentes do campo as que por integrar esses exércitos deslocam a outras gentes do campo para as cidades, às quais chegam a aguentar fome enquanto engordam cifras: as de pessoas em situação de deslocamento forçado pela violência, no segundo país do mundo em ostentar a cifra mais alta por esta condição.

Por isso o sujeito central desta contradição é simbolizado nas mulheres e os homens camponeses, que paralelamente ao ato transcendental de nutrir a um povo, têm tido que conviver na guerra, tanto a recusando como fazendo parte dela, fazendo dessa condição de resistência contínua, o fato solene de consciência de classe e condizente com

---

<sup>5</sup> Palavras do Presidente Juan Manuel Santos, no lançamento da obra *El Gran Libro del Bicentenario*. Disponível na página web: [http://wsp.presidencia.gov.co/Prensa/2010/Diciembre/Paginas/20101209\\_19.aspx](http://wsp.presidencia.gov.co/Prensa/2010/Diciembre/Paginas/20101209_19.aspx). Acessado em 20 de maio de 2015.

isso, concretando formas autónomas de ordenamento e desordenamento territorial, que em diversas escalas são propostas diferentes de país frente à síntese de várias faces da guerra: como projeto do bloco dominante do Estado e deste como projeto econômico funcional ao capital.

Em síntese: a guerra e seus responsáveis, fetiche colombiano do capital, constituem-se assim como o maior inimigo da classe trabalhadora.

Desta forma, a relação central por desenvolver neste estudo se expressa mediante a ordenação do espaço agrário na Colômbia como forma de reprodução de classe por parte do campesinato e o sentido que a autonomia tem se analisarmos essa reprodução como um projeto de classe em oposição ao capital, a partir da tríade escalar categorial própria da dialética. Nessa relação faz-se necessário problematizar os conceitos de campesinato, ordenação, autonomia, como passos iniciais no posicionamento como pesquisadores.

Pensando em uma conceituação do campesinato que supere a compreensão primária – e bastante expressiva - que dele encontramos no dicionário, a qual define o camponês simplesmente como aquele rústico que habita ou trabalha no campo, pensamos que continuamente, mulheres e homens camponeses se vêm espelhados em múltiplos discursos que formulados desde *acima* (Estado, mídia, etc) reverberam *embaixo* para retratar uma caricatura de seres atrasados, culpáveis do subdesenvolvimento do país. Informe trás informe sobre o *desenvolvimento* na Colômbia é pontuado como os índices de urbanização são prova da inclusão no exclusivo grupo de países *em desenvolvimento*.

Longe disso, o campesinato na Colômbia carrega nas suas costas o peso de ter desencadeado através de complexos mecanismos a riqueza e o desenvolvimento –se for essa a palavra exata–, não só da Colômbia, mas da América Latina. Como América Latina, junto com a África e Ásia, o da Europa e Estados Unidos. Em uma imbricação histórica meticulosamente construída através de séculos.

Seria incompleto –e quando menos injusto–, pensar no território colombiano sem enxergar os *bogas*<sup>6</sup> dos tantos rios como o Magdalena, Cauca, Sinú, primórdios da nossa cartografia primitiva e traços primitivos dos caminhos do comércio. Sem ver o povo seringueiro da Amazônia. Sem ver o povo da *Colonización antioqueña* que sentou as bases da produção de café e a posterior indústria financeira. Sem ver a cordilheira oriental que albergaria o nó de montanhas do *Páramo de Sumapaz* e berço dos rios por cujo leito

---

<sup>6</sup> Transportadores e remadores das *canoas*, embarcações artesanais fluviais que conectavam os principais rios da Colômbia com o Mar Caribe e Europa, as quais foram uma das principais fontes de transporte e comércio da Colômbia desde o período colonial até os dias de hoje.



andariam mulheres e homens camponeses e peregrinos, nesse itinerário comum a nossa América, em busca não só de um pedaço de terra, mas da almejada liberdade que chegaria com ele. A liberdade do trabalho alheio. Além disso, os êxodos contínuos que configuraram sistemáticos fluxos migratórios a partir da violência e que, através da peregrinação pelas nervuras das três cordilheiras, desenharam as fronteiras agrícolas da Colômbia, que inundaram os mercados estrangeiros de madeira, petróleo, metais: matérias-primas.

Por tudo isso e no caso a palavra *patriota* lograra condensar realmente as virtudes de heroísmo, tenacidade e valentia — e não o exército colombiano como é comumente colocado na mídia—, ninguém o seria mais que um homem e uma mulher do campo. Especialmente ela, que com seu trabalho reprodutivo não reconhecido nem remunerado, carrega nas suas costas (literalmente), e na barriga (literalmente também), a tamanha tarefa de alimentar um povo.

A diversidade histórica, econômica e étnica define a classe do campesinato latino-americano. Não só a propriedade da terra, mas também a crescente necessidade de vender sua força de trabalho, como característica típica do motor do capitalismo. No aproveitamento de *tlacololes* e *coamiles*, terras que com pouca fertilidade do solo produzem grande diversidade de culturas e na forma de *milpas*, *conucos*, *nasa tules* ou *terrazas*<sup>7</sup> o campesinato diverso e multiétnico desenvolve essa apropriação do espaço, chave para sua recriação enquanto classe. Esta noção é nomeada como capacidade de resistência do espaço, conceito central neste estudo e o qual retomamos da análise feita por Fajardo (2003). Seguindo a concepção de Bartra (2011) o campesinato é demografia, geografia e produção, é movimento, conflito, luta sindical, um surdo rumor, uma cor local. Todas e todos eles são acúmulo histórico de um conhecimento a serviço da humanidade, que começou com a domesticação da primeira planta, o nascimento da agricultura e que hoje tem dado ao mundo milhares de espécies, plantas, sementes.

A elaboração do conceito de campesinato na Colômbia também se remonta às discussões sobre o desenvolvimento das forças produtivas na Colômbia e o diagnóstico adequado sobre o tipo da economia na Colômbia, se feudal ou capitalista. No Brasil essa discussão foi elaborada por intelectuais ligados ao Partido Comunista do Brasil, como Caio Prado Jr e Alberto Passos Guimarães, dando passo a elevadas disputas sobre as tarefas que deveriam levar os partidos na condução de uma política revolucionária. Por

---

<sup>7</sup> Diferentes formas de produção agrícola familiar, baseadas na unidade camponesa.

outro lado, uma boa crítica sobre o campesinato e sua articulação com os partidos pode se encontrar em José de Souza Martins (1981).

Na Geografia Agrária, os desdobramentos feitos por Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007), nas ciências sociais com José de Souza Martins (1981), Armando Bartra (2011), e Maria Nazareth Wanderley (2009), permitem entender a centralidade do campesinato dentro da luta de classes e sua inserção dentro do modelo aqui exposto. Como realiza sua transferência de excedentes e como aporta a realização do valor dentro do sistema. Com Emilia Moreira (2010), Darío Fajardo (2003) e William Chavarro (2009) vamos poder entender a relação entre espaço, o trabalho como criador de espaço e de territorialidades e as origens agrárias da subversão, como a luta pelos recursos.

Problematizando o conceito de autonomia, este tem significado para o projeto classista do bloco dominante no Estado uma ameaça. Como um *continuum*, recortes territoriais desenhados de complexas e diversas maneiras se erguem como resistência por parte de homens e mulheres camponesas, indígenas e negras perante a violência como mecanismo predileto da luta de classes na Colômbia.

Diferentes escalas mostram essas resistências que afloram e se constituem em uma ampla constelação de projetos políticos, representação autônoma de diversas territorialidades. Quase todas evocam ao Estado como ecos de uma modernidade que se anuncia mas não chega. O Estado encarna facilmente o capital no século XX, pois essa modernidade está associada invariavelmente ao investimento estatal, único capaz de levar infraestrutura à complicada e privilegiada orografia colombiana.

A falta de uma, três cordilheiras atravessam o país do sul ao norte, como uma grande espinha dorsal que enche de uma esplendorosa diversidade os campos com os frutos da terra, os povos com diferentes culturas, as línguas com múltiplas expressões. As migrações empreendidas por múltiplos povos em vários momentos levaram consigo a gesta histórica de vencer a natureza. Essa relação inspiradora do pensamento geográfico vê-se realizada plenamente na façanha de centenas de mulheres e homens camponeses em dominar as majestosas montanhas em busca de uma terra prometida, que como em uma passagem bíblica nos remete a outra na trindade cara da geografia: natureza, trabalho e ser humano, geograficidade, existência e ontologia do espaço (MOREIRA, 2009). Os primeiros homens e mulheres geógrafas, cartógrafas, construtoras do espaço, da paisagem, da região, do território.

Para entender as particularidades do modelo de acumulação no caso colombiano em uma relação dialética de centro periferia, tomamos como referência a Teoria Marxista da Dependência. O diálogo feito por Ruy Mauro Marini (1978), Theôtonio Dos Santos (1978), Marisa Amaral (2012), Fernando Correa e Rodrigo Castelo (2012), Thiago Camarinha (2013) com as categorias próprias desta teoria, permitirão entender como a guerra acentuaria essa dependência feita a análise aplicada as seguintes categorias: a transferência de valor às economias centrais a partir de uma determinada composição orgânica média do capital e mediante uma economia política da guerra –baseada na indústria bélica como fusão do capital industrial e financeiro–, verba pública para gastos de Defesa e o desdobramento do subimperialismo brasileiro na forma militar quanto na de expansão industrial; e a superexploração da força de trabalho, mediante a criação de um exército industrial de reserva produto das migrações internas a partir da violência –e sua derivação como consequência das contrarreformas agrárias.

Desse modo, a relação entre reforma agrária e ordenamento territorial conflui na reprodução ampliada do capital realizada na periferia, mas que representa uma reprodução ampliada da dependência. A relação singular–universal–particular se reproduz com todas suas implicações no plano político, ideológico e económico em todas as escalas das relações sociais de produção.

Levando em consideração diferentes formulações teóricas, são centrais os aportes que fizera Lênin e sua proposição sobre o desenvolvimento desigual, continuada por Trotsky e essenciais para entender o desenvolvimento como um processo e não uma etapa que aqui foi colocado de suporte para entender uma epistemologia das políticas agrárias para um desenvolvimento, atrelado a uma política militarista.

Já desde a geografia, por parte de Neil Smith (1988) conseguimos entender que o sistema territorial orientado pelo modelo de acumulação capitalista, se desenvolve a partir de uma dialética da diferenciação e equalização geográficas:

Da forma pela qual é comumente utilizado, "o desenvolvimento desigual" refere-se não simplesmente à Geografia do capitalismo, mas também às diferentes taxas de crescimento entre os diferentes setores da economia capitalista. Ao equiparar aqui o desenvolvimento desigual com a sua expressão particularmente geográfica, não há nenhuma tentativa de negar outros aspectos do processo. Isto é feito para compensar o nítido descuido para com a dimensão espacial do desenvolvimento capitalista e enfatizar, na prática, a conclusão tirada no capítulo anterior, de que a desigualdade espacial não tem sentido algum, exceto como parte de um todo que é o desenvolvimento contraditório do capitalismo [SMITH, 1984, p 151].

De outro lado, os aportes de Ruy Moreira (2003; 2009) se constituem como elementos para entender o espaço como contradição. A luta de classes pela disputa de um projeto de ordenamento territorial se evidencia na autonomia dentro deste modelo. É uma disputa expressada no regime jurídico político e no manejo dos recursos e sua administração, mas também na autonomia como mecanismo de consciência de classe do campesinato.

Bebendo da análise marxista (estruturalista) da estrutura agrária e influenciado por Antonio García Nossa (1973), Absalón Machado (2002) lega para o entendimento da realidade colombiana a relação espacial minifúndio – latifúndio como formas específicas da relação povoamento, fronteiras agrícolas e expansão capitalista, complemento do latifúndio como constelação social.

A partir das considerações de Oliveira (2004) e Henri Lefebvre (1983), vamos poder analisar o desenvolvimento capitalista no campo mediante a relação territorialização do capital e monopolização do território e seus desdobramentos na renda absoluta e diferencial da terra.

Retomaremos a Jairo Estrada (2007; 2012) para entender a reestruturação do capital e sua articulação a nível mundial mediante o narcotráfico, gerando uma nova espacialidade capitalista e um capitalismo criminal, expressado a partir de *zonas cinzas de acumulação*. No diálogo com Darío I Restrepo (2014; 2006) entenderemos as particularidades da configuração regional colombiana, a concentração da riqueza e os processos de descentralização como cenário da luta de classes e o fluxo e refluxo de classes no marco das Políticas de Ajuste Estrutural e o movimento do capital no mundo.

Desta forma e problematizando o conceito de ordenação do espaço rural a partir do campesinato, nas *Rochelas*, símbolo da emancipação de comunidades negras, indígenas e mestiças nos *Resguardos*, como recortes espaciais das terras comunitárias antes originárias, *Os Baluartes Campesinos* no norte da Colômbia, embriões de socialismo colombiano e genuínos herdeiros do anarquismo italiano –trazido por Vicente Adamo, desembarcado em algum porto do norte da Colômbia entrado o século XX–; a autonomia territorial das colônias agrícolas nas fazendas cafeeiras do Sumapaz, que consolidaram o incipiente processo de acumulação capitalista na Colômbia; as *Zonas de Autodefensa Campesina* do sul de Tolima, produto dos vazios da Frente Nacional e sua política de terras, os *Baluartes da Autogestión Campesina* decorrentes das quase mil ocupações de terra que fizeram camponeses nos anos de plena efervescência da

*Asociación Nacional de Usuarios Campesinos (ANUC)*; as *Zonas de Reserva Campesina* e as outras tantas formas de ordenamento territorial confluem todas com uma marca comum: vazios estatais produto de um projeto de nação truncado. Incompleto. Na outra face da medalha e poucas vezes evidente, essas formas territoriais que se contrapõem ao Estado, são oposições *de facto* ao capital. Mesmo não superando essa contradição porquanto a escala atingida é um recorte, a territorialização nesses espaços de resistência leva dentro a formulação coletiva de um projeto societário que está se gestando há séculos, na forma de resistências variadas, ubíquas e tão criativas quanto diferentes são os territórios que as produzem. Por isso no exercício da afirmação territorial, as gentes do campo organizadas asseguram: Me territorializo, logo existo. Ou, em palavras de Moreira (2009, p. 34-35): “A geograficidade do homem é então a forma como a liberdade da necessidade emerge e se realiza através da forma concreta de existência espacial na sociedade”. Desta forma, este estudo pretende contar a história do ordenamento territorial camponês como proposta de reforma agrária.



Efraín García, Yo soy el pueblo, la chusma, la multitud, la masa (1967).

Fonte: Página do fotógrafo Efraín García A. no Facebook.

## 1. AS POLÍTICAS DE REFORMA AGRÁRIA NA COLÔMBIA: Da titulação de baldios na fronteira à contrarreforma agrária

A complexa e longa apropriação das ideias liberais nas leis colombianas da nascente República, após as guerras da Independência da Coroa espanhola finalizadas em 1820, teve como precedente o fato da terra ser um “direito” subjetivo fundamental dos cidadãos. Tal feito tomava forma com dois eventos: O primeiro consignado no Código Civil colombiano, com a Lei de 13 de outubro de 1821, a primeira a regularizar a obtenção do título sobre terras baldias<sup>8</sup> e que tinha como fim promover a agricultura (PALACIOS, 2011) e o segundo, com a desamortização de bens eclesiásticos, chamados de *mãos mortas*<sup>9</sup>. Porém, o primeiro processo foi particularmente dispendioso para o campesinato, devido a complicados mecanismos legais que entravavam a propriedade sobre a terra e que configurariam uma complexa e desigual estrutura fundiária ao longo do século XX.

Um caso excepcional desta política de entrega de baldios foi a chamada colonização *antioqueña*, movimento de camponeses que impulsaria a constituição de novos assentamentos assim como a produção de café na Cordilheira Central e constituiria as bases da acumulação do capital neste período, situação à qual dedicaremos atenção na seção 3. Tal colonização permitirá definir o que será entendido por esse termo daqui em diante: a ampliação de fronteira agrícola por parte de diversos tipos de trabalhadores do campo ou colonos, compostos na sua maioria por mulheres e homens mestiços, indígenas sem terra e negros emancipados e libertos.

Também permitirá entender as diferentes formas de ordenamento e desordenamento do território que, provindas da premissa colonizadora ordenar para controlar, configuraram diversas expressões espaciais no país: *rochelas e palenques* de mulheres e homens negros emancipados, descendentes de escravos africanos que fugitivos, se localizavam ao redor das minas em Chocó, Antioquia, Cauca, Valle, Cundinamarca e *llanos orientales*. Também os *resguardos* indígenas, criados pelas leis espanholas, com diversas formas de tributação em trabalho.

---

<sup>8</sup> De acordo com a legislação colombiana, um *baldío* é um imóvel de propriedade da Nação, localizado em zonas rurais que, como regra geral, deve ser adjudicado a quem o ocupe e cumpra com os requisitos providenciados pela lei de reforma agrária colombiana. Atualmente, os baldios rurais são regulados pelo INCODER, segundo a lei 160 de 1994.

<sup>9</sup> Os bens de mãos mortas chamam-se assim por que não se renovam, nem passam a novas mãos por venda, herança ou doação (MACHADO, 2009).

Legrand (1988) sublinha o fato da Colômbia ser o país com a maior dívida externa entre os países da América do Sul após a mencionada guerra. Por isso, a nação começa a emitir bônus territoriais<sup>10</sup> que serviriam para pagar a dívida nacional e que não surtiu o efeito esperando: nem com títulos de dívida externa, promoção da imigração de estrangeiros, ou inclusive a colonização ao interior do país em regiões distantes como Casanare (leste) e Amazônia (sudeste), foi suficiente a amortização da dívida e a estabilização da economia.

O aumento da economia exportadora neste período foi o mecanismo que ativou uma maior mobilidade de terra, capaz de desatar uma mudança nas políticas de baldios por parte do Estado, que agora seriam entregues segundo critérios de exploração econômica. A Lei 61 de 1874 e a Lei 48 de 1882, que entregariam consideráveis quantidades de terras a empresários e militares, fechariam o século engrossando uma parcela da concentração da terra e encaminhariam a Colômbia na inserção do mercado internacional. Tal propósito uniria tanto a conservadores como liberais na promoção de um modelo de desenvolvimento centrado no dinamismo rural e que recusava a formação e permanência das fazendas, privilegiando com isso a comerciantes, agricultores comerciais e financistas. A quina<sup>11</sup> e o café seguiam estimulando novas empresas.

Para entender melhor as consequências desta configuração territorial, é necessário se remontar à consolidação da estrutura colonial no território colombiano. Esta foi feita através de processos de povoamento concentrados no Litoral Caribe, no Litoral Pacífico e na Região Andina, em cinco grandes unidades assim conformadas:

- Enclaves mercantis no norte da Colômbia em Santa Marta e Cartagena;
- Noroeste mineiro (Departamentos de Antioquia e Chocó);
- Sudoeste mineiro, con predominancia agrícola e pecuária (Valle, Cauca e Nariño);
- Centro-oriente agrícola e pecuário (Tolima, Cundinamarca e Boyacá);
- Nordeste artesanal (Santander) (FAJARDO, 1984).

A tipificação proposta por García Nossa (1973) mostra o contínuo dos processos temporais de povoamento associados às relações de produção e às características geográficas da Colômbia no século XIX: *Tipo I*: Ciclo de estrutura tradicional, onde prevalece a fazenda pecuária nas savanas e vales quentes de altura, a produção de cereais

---

<sup>10</sup> Doações de terras baldias por parte do governo colombiano.

<sup>11</sup> Planta medicinal usada para o tratamento de doenças como a malária.



e cacau nos vales quentes e litorais, assim como minifúndios de produção de fumo nas várzeas profundas e cultivos de subsistência como banana, mandioca e rapadura; *Tipo II*: Ocupação da cordilheira andina nos finais do século XIX, baseada em plantações de café, sítios medianos, estrutura urbana e economia de mercado; *Tipo III*: Nos *Llanos orientales*, inícios do século XX, predominância da pecuária, gado selvagem, segundo ciclo, década de 1930, pecuária extensiva e, por último; *Tipo IV*: Litoral atlântico, colonização no vale do rio Magdalena e incursão na bacia amazônica, predominância da moderna fazenda de plantação, associada à banana e cana de açúcar, pecuária moderna, algodão, arroz e cultivos para o mercado interno.

Assim, a estrutura fundiária encontrada a inícios do século XX estava caracterizada pelo latifúndio associado à criação de gado na zona norte da Colômbia — que seria um dos afetados pela abolição da escravatura em 1850—, que deslocou as atividades agrícolas e teve como consequências a subordinação de camponeses aos grandes latifundiários na Costa Atlântica e algumas partes dos *Llanos Orientales*; pelas fazendas cafeeiras no Tolima, Cundinamarca, Santander, Antioquia e Caldas; a pequena propriedade nos departamentos de Boyacá, Cundinamarca e Nariño; e, por outro lado, nas zonas de colonização, cujo avanço pela fronteira agrícola configuraria um rico esquema de lutas sociais cujo marco comum era o domínio sobre a terra.

Uma configuração baseada no complexo latifúndio-minifúndio, produto do processo de concentração e apropriação de terras através de venda de terras devolutas como forma de pago da dívida pública nacional, expulsão violenta de comunidades indígenas, negras e camponesas de seus territórios ancestrais, assim como a adjudicação de terras a militares pela sua participação nas guerras de independência, adjudicações para diversos projetos extrativos destinados à exportação, entre os que se contavam espécies como a quina, a borracha, a *tagua* e outras espécies florestais, assim como a falsificação de títulos (MACHADO, 2009). A caracterização da consolidação econômica de exportação esteve baseada em dois produtos principais: o tabaco e a quina, que saíam através dos rios Magdalena e Amazonas.

Com esse panorama, a adjudicação de baldios na segunda metade do século XIX firmou as bases para a chegada de infraestrutura e obras públicas, especialmente na construção de caminhos nacionais, fomento da agricultura nacional e indústria ferroviária. Empresários capitalistas dividiam o interesse nas terras baldias, tanto para a criação de gado, que se mostrava um negócio promissório segundo as novas inovações em matéria

de pastos e novas terras para ocupar, como para a especulação, produto dos investimentos do estado em infraestrutura de transporte (LEGRAND, 1988).

A desamortização dos bens eclesiásticos, também seria uma importante reforma à propriedade da terra, que buscava romper com as heranças coloniais e estimular o capitalismo, porém, o principal estímulo era aliviar a dívida nacional. Entre 1861 e 1885, foram adjudicadas à nação todas as propriedades de corporações civis e eclesiásticas, por meio de uma expropriação da qual o Estado devia pagar o valor correspondente à renda total, calculada em 6% anual. Os processos de concentração de terras nos departamentos de Cauca, Bolívar, Huila, Magdalena, Atlántico e partes de Boyacá, são produto da especulação das terras por oligarcas alinhados com o governo do momento, na cabeça de Tomás Cipriano de Mosquera. Porém, deve aclarar-se que, na maioria dos casos, a desamortização não contribuiu claramente na desconcentração na propriedade da terra e sim a uma troca de poderes. Por isso, em compensação com a expropriação à que foi sujeito o clero, o presidente Rafael Reyes entregou a responsabilidade pelo sistema educativo do país à Igreja (MACHADO, 2009).

Assim, o campesinato colombiano começa o século XX com uma má herança: a distribuição desigual dos baldios, ao longo do século XIX e um processo de concentração cada vez mais acentuado, gestado desde a colonização e que pressupôs um ordenamento do espaço acomodado aos interesses da Coroa Espanhola, peça que depois seria chave na engrenagem da conformação do moderno Estado-Nação.

Desde o nascente Estado de finais de século XIX, o ambiente político tinha como foco a consolidação de uma República e os processos de *colonização* promovidos pelo Estado estimulavam os processos de povoamento das vertentes ocidentais dos departamentos de Tolima e Cundinamarca, onde se concentrou a produção de café e que marcaria a vocação exportadora da Colômbia nos finais do século XIX até meados do século XX: eis o que anos depois seria o epicentro de luta camponesa. De outro lado, no sul do país, a exploração da borracha na Amazonas, converteu a região no epicentro de crescimento econômico do país, a custo do genocídio indígena pela atividade.

De outro lado, a *Guerra de los Mil Días* (1899 - 1903) consolidou a polarização política iniciada desde a Independência e que “havia se cristalizado para a década dos quarenta em uma peculiar trajetória de eleições-guerras (in)civis-eleições” (PALACIOS, 2011, p 146).

Neste período, empresários de Bogotá, obtiveram extensas terras nos *llanos* orientais no pé da cordilheira oriental; outros solicitaram adjudicações na região da colonização antioqueña, com uma infraestrutura criada para a produção e distribuição de café e que dinamizaria a indústria pecuária na Costa Atlântica –norte da Colômbia–, região que concentraria as principais adjudicações de baldios.

Duas leis terminaram de configurar as adjudicações de baldios na época: a Lei 56 de 1905, que reconhecia pela primeira vez o uso de cultivos e moradia como direito de propriedade sobre um terreno, e regulava seu uso, visando a exploração das áreas baldias e o limite de 1000 hectares na adjudicação. Porém, isso não seria empecilho para as adjudicações a grandes companhias bananeiras estrangeiras, expressivas da forma de plantação colonial persistente no conjunto das relações de produção colombianas: 56.000 hectares a *United Fruit Company* em Magdalena e 14.000 em Urabá no consórcio alemão Albingia entre 1904 – 1909 (ARANGO, 1987).

Por outro lado, a Lei 71 de 1917, seria o símbolo da promoção da colonização, ao fortalecer os direitos dos colonos no reconhecimento da propriedade sobre as terras cultivadas e a regularizar o limite à pequena propriedade a menos de 20 hectares, situação que provocou o fortalecimento do latifúndio. Tanto Legrand (1988), quanto Arango (1987) coincidem em afirmar que o resultado foi a concentração da terra, justamente na adjudicação de propriedades de mais de 1000 hectares. Para Legrand (1998), isso reforçou o predomínio da fazenda no campo colombiano.

A lei 71 não conseguiu impedir a concentração da terra, pois entre 1917 e 1923 só 638 proprietários alcançaram a propriedade sobre 10.196 hectares, no entanto, as adjudicações a outros títulos chegaram a 252.168 hectares, das quais mais de 80% eram maiores de 1000 hectares [ARANGO, *ibid*, p 198].

A partir desta configuração espacial, diferentes manifestações de lutas sociais emergiram, todas elas envolvendo conflitos pela apropriação espacial: lutas camponesas na Costa Caribe, com Juana Julia Guzmán e Vicente Adamo a partir da fundação da *Sociedad de Obreros y Artesanos* em 1918, quem junto outras lideranças foram à vanguarda na luta socialista de inícios de século, e que seriam referentes para os movimentos sociais; comunidades indígenas nos departamentos de Cauca e Tolima lideradas por Manuel Quintín Lame Chantre<sup>12</sup>, que foram efetivas no seu confronto com

---

<sup>12</sup> Célebre liderança social indígena nascido no município de Silvia, departamento do Cauca, quem promoveu históricas lutas contra as grandes injustiças cometidas com seu povo, a exploração sem limites dos povos indígenas e a rampante concentração de terras. As suas ações, que incluíam a mobilização armada e anos mais tarde a via eleitoral popular, concentraram-se nos departamentos do Tolima, Huila e o mesmo Cauca, entre os anos de 1912 e 1940.

o poder latifundiário, quem mantinha relações de escravidão e exploração da força de trabalho indígena dos *resguardos* ao redor (VEGA, 2000).

As lutas de Quintín Lame e seus descendentes foram vitais para desencadear uma resistência ao poder *encomendero*<sup>13</sup> enquistado desde a Colônia, que fazia de Cauca e Popayán núcleos de poder latifundiário e acumulação de capital a partir das grandes fazendas. Eventos como a massacre do município de Inzá no departamento do Cauca, executada pelo Exército e Polícia colombianos em 1916, contra o contingente armado que Quintín Lame havia mobilizado e que deixou um saldo de 5 indígenas mortos e 14 feridos, consolidaram formas de resistência que anos mais tarde seriam novamente centro das lutas pela terra. Os grandes focos de resistência concentrados no sul de Tolima e o departamento de Cauca seriam fruto da colonização da Cordilheira Central, especialmente nos inícios do século XX (MOLANO, 2014). As lutas agrárias de finais dos anos 1920 e princípios dos anos 1930, seriam não só o prelúdio da efervescência social que o país viveria anos mais tarde nas revoltas de finais da década dos 40's, mas seriam o embrião das guerrilhas e diferentes respostas armadas frente à repressão constante executada pelo Estado.

### **1.1 Das *Colonias agrícolas* e *zonas de autodefensa campesina* à Lei 135 de 1961**

As lutas do período eram lideradas pelo movimento colono, congregado em torno à ampliação da fronteira agrícola e única opção disponível fora do núcleo latifundiário de terras improdutivas. As ocupações de terras concentraram-se especialmente nas áreas de predominância latifundiária: áreas cafeeiras de Sumapaz, Quindío, Huila e norte do Valle; na região do Sinú e a área bananeira da *United Fruit Company* localizadas no norte da Colômbia (LEGRAND, 1988). Cada uma destas lutas gestaria o embrião das futuras lutas em torno à terra, em uma espacialização no tempo da luta de classes.

Assim, em 1930, tinham-se quatro tipos de propriedade: Os bens de uso público (pontes, caminhos, ruas); os bens fiscais ou do Estado, entre eles os baldios, adjudicados principalmente a militares; a propriedade privada, combinação heterogênea entre fazendas, fundos para criação de gado e latifúndios associados à plantação bananeira, cafeeira e de cana de açúcar; e as reservas indígenas, invariavelmente cercadas pelo latifúndio (PALACIOS, 2011, p 90).

---

<sup>13</sup> A encomenda é a forma periódica de tributo em trabalho surgida na Colônia, a que eram sujeitados grupos de indígenas sob o domínio do espanhol ou encomendero.

A propriedade privada configura-se central para o processo de acumulação do capitalismo. Terra, trabalho e capital seria a tríade geradora da riqueza e da luta de classes pela sua apropriação. A terra como mercadoria –produto social historicamente formado, portador de renda e vetor de acumulação do capital–, está mediado pela relatividade da sua escassez.

Segundo Chavarro (2009), a apropriação do território e seus recursos se dá pela classe que tenha a capacidade política, técnica, militar de exercê-la; além disso, esta apropriação tem que ser coerente com os objetivos que essa mesma classe persegue. Assim, o ordenamento territorial é relativo ou, socialmente simulado. Ali, significar-se-iam as origens agrárias da rebelião, e o desenvolvimento da mesma através das formas de ordenamento territorial. Esta argumentação coloca como historicamente conflituoso o uso comunitário e rotativo da terra e seus recursos, junto com a pressão demográfica por um território.

Aqui se faz importante distinguir o que se conhecerá como espaço e território. Retomando as considerações de Moreira (2012), a relação universal-singular-particular, onde o recorte é apreendido primeiramente como paisagem, sendo este nível o imediato da percepção, em segundo lugar como território como domínio do espaço e por fim, como um “espaço denso-concreto-qualificado”, tendo como conector o sujeito que irá mostrar a escala organizacional-geográfica da sociedade. O espaço é colocado como contradição:

De modo que falar da organização geográfica da sociedade a partir da relação sequencial do recortado da paisagem, do território e do espaço é enumerar os graus de inter-relação de níveis de empiria e de conceitos que levam essa organização a definir-se antes de mais nada como escala. E que, no regresso que leva de volta do espaço ao território e à paisagem, vista agora como um concreto-pensado de espaço, a ver à luz da escala o recorte não mais como um recorte em si mesmo, mas como a própria complexidade estrutural-geográfica do lugar aristotélico [MOREIRA, 2005 p 205].

Nesta luta de classes é que o campesinato reproduz a sua existência, que possibilita também a reprodução de uma territorialidade que está em constante confronto por ser expressiva de uma luta de classes. A noção de desenvolvimento desigual proposta por Lênin e posteriormente complementada por Trotsky se expressa na lógica contraditória do capital para construir e destruir formações territoriais que expressam dinâmicas desiguais de “valorização, produção e reprodução do capital, conformando as *regiões*” (OLIVEIRA, 2004, p 41). Posteriormente serão analisadas sob este prisma as contradições do modelo territorial colombiano e como as contrarreformas agrárias contribuíram para a

formação sócio territorial, ao modelo de acumulação e reconfiguração produtiva das últimas duas décadas. Assim, será entendido como território:

[...] o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do modo de produção/ distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supra estruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.), em que o Estado desempenha a função da regulação. O território é, assim, efeito material da luta de classes travada pela sociedade na produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários da terra [OLIVEIRA, op. cit., p. 40].

Os diferentes graus e níveis de materialização da luta de classes no Estado são definidos pelas particularidades de cada formação social. A tensão permanente entre as vias *de facto* –entendendo elas como as ações diretas do confronto entre classes–, e as vias de direito –mecanismos condicionados ao regime jurídico político do aparelho estatal–, na apropriação territorial e seus desdobramentos na reforma agrária e o ordenamento territorial, está dada justamente por esta medida. Tentar definir essa medida a partir da anterior tensão será a provocação constante ao longo do texto, levando em consideração dois elementos: os limites que as vias de direito tem enquanto acham-se sustentadas no regime jurídico político capitalista, que não questiona a base da propriedade privada sobre os meios de produção e sustenta nela a contradição principal sobre o acesso a terra; e os alcances das vias *de facto*, quanto por representar a luta de classes e os interesses que cada uma delas –com seus segmentos– perseguem.

Da forma que o espaço acha-se subordinado às necessidades de acumulação do capital, o espaço agrário é produto do trabalho, que parte do meio físico como matéria prima de sua transformação. Portanto, em uma sociedade capitalista irá se refletir a dinâmica deste modo de produção. O trabalho no espaço agrário é determinado pelos trabalhadores e trabalhadoras (campe sinato) e vai definir uma forma regionalmente diferenciada de organização espacial, pois a cada forma espacial corresponde um processo de acumulação. Nesta sociedade de classes identifica como elementos de análise dialética as lutas principais frente aos conflitos territoriais, os sujeitos envolvidos e o processo de dominação do capital regionalmente diversificado Moreira (2010).

Segundo Fajardo (1990), a ocupação do território tem sido o resultado das formas da apropriação privada sobre ele, derivadas das etapas históricas de apropriação dos recursos: com a coroa espanhola os minerais, depois o ciclo da quina, o *añil*, o tabaco, pecuária, café, borracha, tagua, peles e cultivos ilícitos. Como pano de fundo têm atuado os padrões históricos da estrutura fundiária e o modelo de desenvolvimento. Enquanto a

Colômbia carrega com a velha dívida de não ter feito uma reforma agrária, a eficácia das políticas de contrarreforma agrária tem sido refletida na relação migração-colonização-violência-migração e o processo de acumulação do capital a partir do campesinato e sua força de trabalho como intervenção no espaço, especialmente nas fronteiras agrícolas.

Por isso, a capacidade para valorar o espaço e seu recorte no território se expressa na sua proteção efetiva. Dessa forma, a capacidade de resistência do espaço, pode ser entendida como a ocupação sostenida de um espaço por uma sociedade, que leva ao desenvolvimento de um conjunto de conhecimentos, possibilidades, limitações, os meios técnicos para aproveitá-las e a capacidade de transmitir esse conhecimento. Porém, a principal contradição entre esta capacidade e as políticas de contrarreforma agrária são evidenciadas:

Se as condições técnicas de aproveitamento dos recursos consultam as possibilidades do médio ao respeito da população que deve sustentar, é possível garantir a permanência dessa comunidade e seu desenvolvimento em um determinado habitat; se as pressões exercidas sobre a oferta ambiental e as tecnologias para seu aproveitamento não consultam essas capacidades, este povoamento não será sustentável [FAJARDO 2003, p 502].

No aproveitamento desses recursos espacializa-se a luta de classes. A importância de pensar o território a partir dessa relação é essencial para entender que nenhuma luta se desativa. Pelo contrário, enraíza-se em um contínuo de resistências e embates, expressados através da história em diferentes formas territoriais de contenção e avanço do capitalismo, mas também em formas de ordenar o território desordenando-o, em uma apropriação que deixa marcas no tempo e no espaço.

Desta forma é possível explicar que das colônias agrícolas de Sumapaz na década dos 30 gestou-se o embrião da declaratória em 2014 de Zonas de Reserva Campesina *de facto* pelos habitantes de Sumapaz, excluídos historicamente da terra. Dos *baluartes campesinos* liderados por Juana Julia Guzmán e Vicente Adamo em 1920 no norte de Colômbia, aos *baluartes de autogestión campesinos da Asociación Nacional de Usuarios Campesinos* (ANUC) e promovidos por *La Rosca*<sup>14</sup> na década dos anos 70's, em uma simbiose de memória ativa de luta pela terra. Ciclos que continuamente vão desenhando os traços territoriais do capitalismo, mas também de suas contrapropostas. O objetivo deste relato é a validade dessas contrapropostas materializadas no espaço agrário e como em essas contrapropostas gesta-se historicamente um projeto contra o capitalismo.

---

<sup>14</sup> *La Rosca* foi um movimento que buscava integrar a pesquisa acadêmica e a ação política do campesinato, sob os princípios da metodologia Pesquisa-Ação, um de cujos formuladores mais emblemático é o sociólogo Orlando Fals Borda, quem teve um papel central ao interior do dito movimento.

Desse modo o espaço em toda sua complexidade cobra sentido: nessa luta de classes é necessário fazer menção aos nomes das pessoas, aos lugares percorridos; a memória coletiva nutre-se de experiências e resistências, renova os ciclos, os repete ou os anula para sempre. Acreditamos que essa é a melhor maneira de desafiar as tentativas por apagar a memória de nossos povos. Porque nas contradições entendemos a complexidade de nossa realidade.

Configuramos assim uma relação entre reprodução camponesa e os fluxos migratórios determinados por esta luta de classes. O sujeito central seria o campesinato colono, e os locais receptores desses fluxos migratórios definiriam uma reconfiguração do capital para extrair esse produto social que é a renda da terra. Tal processo seria consolidado através da expropriação feita pelo Estado em conivência com o capital, em uma relação contínua que envolve tanto arranjos jurídicos quanto a violência como válvula de escape à acirrada luta de classes. Ao respeito, é pertinente desenvolver as especificidades das relações de produção na agricultura no capitalismo.

García Nossa (1973) denomina como *república señorial* ao modelo colombiano de reforma agrária marginal, o qual se baseia na negociação entre os setores políticos das classes dominantes tradicionais (liberais e conservadores), pois sustenta o controle sobre o aparelho do Estado, excluindo desta forma às forças sociais e ao campesinato. Entre outras características ela possui:

[...] estrita hegemonia política das classes privilegiadas e sofisticada desarticulação do Estado liberal de direito; concentração articulada, do poder econômico e do poder político, resolvendo a antinomia criada nos ciclos de república liberal e populista; predomínio de ideologias de **apaciguamiento** social com o fim de adiar o estalo das tensões ou conflitos e de **eludir** historicamente as mudanças estruturais; aplicação de metodologias de *diversão táctica*, orientadas para a retenção da população camponesa em certas zonas rurais ou para a condução das correntes migratórias a zonas de *colonização periférica*. As linhas ideológicas deste modelo inserem-se na concepção tradicional que identifica *desenvolvimento nacional* com simples *modernização das condições de crescimento agrícola*, medida em termos de produto por habitante [NOSSA, 1973, p. 37].

O autor situa a discussão sobre a renda dentro de um esquema mais amplo de crítica e desenvolvimento ao conceito de latifúndio, adotando com isso um novo conceito chamado latifúndio como constelação social, que implicaria um latifúndio apoiado em três elementos: o monopólio señorial sobre a terra é dizer, o poder como instância predominante dentro do modelo de estrutura fundiária; a ideologia paternalista de *encomienda* e, o controle hegemônico sobre mecanismos de intercâmbio, transferência de recursos e representação política. Bebendo da análise marxista (estruturalista) da



estrutura agrária e influenciado por García Nossa (1973), Machado (2002) lega para o entendimento da realidade colombiana a relação espacial minifúndio-latifúndio como formas específicas da relação povoamento, fronteiras agrícolas e expansão capitalista, complemento do latifúndio como constelação social.

O desenvolvimento do conceito se remonta à concepção marxista de estrutura agrária, melhor resenhada em Machado (2002)<sup>15</sup>. Segundo Nossa (op cit., p 48), a modernização não teria modificado o sentido do monopólio senhorial sobre a terra e sim aprofundado as complexas relações do latifúndio com a economia de mercado, a organização política e as correntes externas de modernização tecnológica e cultural.

O papel do campesinato colono como sujeito revolucionário na Colômbia do século XX fundamenta-se justo neste ponto: a sua capacidade em diferentes momentos históricos para ser motor da acumulação do capital no país e sujeito central das lutas sociais, expulso da base produtiva da terra trabalhada, originando renda diferencial a partir do assentamento nas regiões mais remotas, nunca antes trabalhadas permanentemente. Também é a expressão das origens agrárias da rebelião, que de diversas formas são legitimadas através de formas de ordenamento territorial independentes, efetivadas no território nacional como resposta à violência.

Retomamos a González (1998) ao abordar as consequências espaciais da luta de classes. A colonização camponesa tem um conteúdo profundamente social –que às vezes é confundido com movimento social–, de resistência por parte do campesinato, e que a diferença de outros contextos nos quais teve uma revolução agrária como México, o campesinato colono teve que se mobilizar grandes distâncias, de suas famílias e redes de apoio, como meio de sobrevivência perante a exclusão histórica por parte do Estado. Coincidimos também na permanência da colonização como atributo fruto do processo histórico de configuração regional, que deveio na construção de novos espaços sociais diferenciando-se do simples povoamento. O terceiro e quarto aspectos salientados pelo autor são a vigência e a inevitabilidade, no sentido de ela seguir existindo como problemática até não ser atingida a reforma agrária, obstáculos que a originou.

Entendendo a colonização como construtora de novos espaços sociais, adotamos a diferenciação sócio espacial proposta por González (op.cit., p. 13) entre:

Área de consolidação a Área de colonização; Área transicional a área intermédia; Frentes de colonização ou *áreas de punta*.

---

<sup>15</sup> A noção de estrutura e suas raízes marxistas pode se encontrar mais ampliada em Machado (2002).

Nessa diferenciação e no sentido de explorar a subjetividade criada no sujeito social que lidera essa avançada, caracteriza a fronteira agrícola desde várias especificidades: camponesa, latifundiária-pecuarista gerenciada por comerciantes de terras e pecuaristas, a madeireira, a de cultivos comerciais e ou agroindustriais gerenciada pelos empresários agrícolas e a de cultivos ilícitos, entrecruzada com a fronteira camponesa.

A economia política da agricultura guarda uma estreita relação, por um lado, com o processo de concentração da propriedade agrária e ingressos rurais e, por outro lado, com o fortalecimento político em resposta à concentração territorial que deriva em deslocamentos forçados pela violência e, em geral, ações derivadas da guerra, criando uma relação entre fluxos migratórios, violência e uma espacialização do desenvolvimento, que faz necessário pensar na estrutura fundiária e a ampliação da fronteira agrícola. Fajardo (2002) parte da tese do círculo migração-colonização-conflito-migração para entender os desdobramentos na configuração regional colombiana, na qual a fronteira é chave para a acumulação do capital.

Deste modo, defrontámo-nos com todas as consequências que tal sequência lógica deriva na análise do ordenamento territorial e na subjetividade dos sujeitos que o conformam. Retomando-o como conceito e superando a compreensão jurídico normativa dele, concentrámo-nos em seus desdobramentos na luta de classes e sua relação com a reforma agrária, ideias que deram origem a esta pesquisa.

Para entender a realidade colombiana será necessário desenvolver uma análise entre as relações do campesinato com o espaço e a sua vez com o modo de produção capitalista.

Lefebvre (1983), parte do suposto que a terra, o preço dela e a renda provêm da sociedade, é seu produto social historicamente determinado correspondente a um grau determinado de forças produtivas.

A terra, ao igual que o dinheiro, não é, por si mesma e sem o trabalho vivo, produtora de ingressos [...] a terra não tem, por si mesma, nem valor nem preço; “a renda da terra, seu valor e seu preço” vêm da sociedade e das relações sociais, não da terra por si mesma [LEFEBVRE, 1983 p 23].

Também aponta a existência da renda diferencial, tomando como fato as diferentes fertilidades da terra e o preço desta no mercado, o qual depende do custo da produção de mercadorias associado à localização com respeito ao mercado, ambas as expressões do

trabalho incorporado na terra e no circuito de produção capitalista. Desse modo, a renda diferencial divide-se em duas partes:

A renda diferencial I provem das diferenças de fertilidade das terras (sempre dentro do mesmo estado determinado das técnicas agrícolas) e também de sua situação mais ou menos favorável com relação aos mercados. De fato, os gastos de transporte também devem ser levados em consideração. Mas por outra parte, o capitalista investe o capital na terra que aluga. A produtividade dos capitais sucessivamente investidos [ou melhor, a produtividade do trabalho colocada em movimento por esses capitais] é desigual e, por outra parte, não necessariamente decrescente, embora limitada [por exemplo, quando o proprietário introduz na terra, já em processo de exploração, uma técnica nova]. Essas diferenças constituem a renda diferencial II [que abrange tudo o que provém das diferenças técnicas] [LEFEBVRE, 1983, p 24].

O desenvolvimento da técnica é, neste ponto, um elemento importante nos processos de extração da renda da terra. A renda da terra é um produto social, é a produção da mais-valia produzida pelos trabalhadores. Esse é o motivo pelo qual quando o capitalista compra a terra não é porque esteja, como um senhor feudal, interessado na terra em si: o que ele efetivamente compra é a renda da terra, o direito de se assenhorear de uma parte da mais-valia social. Nesse sentido, a terra também é diferente do capital.

Em um país de características marcadamente agrárias, será importante caracterizar tanto a extração de mais valia expressada na renda da terra, como suas derivações na concentração da terra e a carência de políticas de reforma agrária na Colômbia. Por outro lado, será relevante a identificação das particularidades do campesinato, para entender as contradições da luta de classes no decorrer do desenvolvimento do capitalismo no campo colombiano.

Partimos do pressuposto de que o campesinato não é um resíduo do desenvolvimento das forças produtivas do capital, que tenderá gradualmente a sua desapareição. Tampouco pretendemos fazer um resgate exaustivo do conceito, senão, a partir de uma relação dialética, apresentar as especificidades da questão agrária na Colômbia como expressivas da luta de classes e o movimento do capital no mundo.

No relato histórico do campesinato colombiano como motor constitutivo dos processos acumulativos do capital a partir da relação migração-colonização-violência-migração e *geograficizado* nas fronteiras como espaços contínuos de valorização do capital interconectados, podem se encontrar diversas pistas sobre a complexa trama de derivações ideológicas e políticas dessa participação e construção do ordenamento territorial. As considerações sobre a complexidade da noção do campesinato e sua constituição enquanto de classe, são bem colocadas por Bartra (2015) quando afirma:

[...] a existência atual de uma classe social não pode ser explicada por razões de inércia histórica e como herança do passado. Ao contrário, é necessário mostrá-la como constituída pela operação do modo de produção imperante. Mas, ao mesmo tempo, a existência de um determinado modo de produção não se justifica simplesmente como resultado mecânico de sua reprodução ou como efeito automático da crise e da transição dos modos anteriores, pois, ao contrário disso, é necessário mostrá-lo também como algo constituído por um processo de luta de classes. Em síntese, as classes são constituídas pela operação de um modo de produção, mas, ao mesmo tempo, são constituintes ou dissolventes desse mesmo modo de produção em um sentido histórico [BARTRA 2011, p 6].

Contrário às teses descampesinistas, tanto Bartra como Martins (1981) destacam que o campesinato é constituído com a expansão capitalista e como produto das contradições dela. Dessa forma, a ação camponesa tem nas agressões, violências e tentativas de subordinação, a reação do capital. Fruto desta contradição pode se encontrar no uso que do direito faz tanto o campesinato quanto o capitalista: o primeiro para invocar a propriedade familiar, o segundo para invocar a propriedade privada. Paralelos nas histórias da estrutura de classes do campesinato tanto na Colômbia como no Brasil, como no México e muitos outros países desta nossa América, o definem raça errante, itinerante, migrante, peregrino. Isto faz dele um excluído da sociedade, localizado nas margens, definido tanto do lado direito como do lado esquerdo do espectro político como um resíduo, um perigo ou simplesmente, incapaz de ter um papel ativo na construção da história. Coincidimos com Martins (1981) ao reconhecer o campesinato como excluído do pacto político, mas como sujeito central na história da luta de classes, fato que tem transformado incessantemente nossa realidade como continente.

Em torno à questão da economia política, Bartra desenvolve várias especificidades do campesinato, a partir da relação de intercâmbio desigual com o mercado, proposta na relação da venda de seus produtos, mas também da sua força de trabalho ao capital agropecuário e com este ao latifundiário. A transferência de excedentes neste intercâmbio desigual estaria dada no mercado de produtos, dinheiro e trabalho.

No mercado de produtos, a apropriação está dada pelo pagamento por parte do comprador rural capitalista sob o preço de produção e da venda dos meios de produção a um preço comparativamente mais próximo ao preço de produção. No mercado de dinheiro, a transferência adota a forma de juros e no mercado de trabalho transfere valor a partir da sua força de trabalho, nos diferentes mecanismos de sujeição enraizados espacialmente. É de essencial importância colocar aqui que: “ao contrário do que desejam os “proletaristas”, a forma de origem e base imediata de toda luta camponesa é o combate à proletarianização” (BARTRA, op. cit., p 10).

Faz parte dos desdobramentos desta pesquisa, entender como os diferentes graus de esta autonomia que é conseguida, se espacializam na forma de ordenamentos territoriais com todas suas consequências econômicas, políticas e ideológicas: a autonomia como constitutiva da consciência de classe do campesinato, os ordenamentos territoriais como expressões espaciais dessa forma. As vias *de facto* e as vias de direito como mecanismos de estabelecimento dessa autonomia.

Com respeito ao campesinato, Oliveira (2007) aborda as relações de trabalho camponês como o limite para a sobrevivência e não o lucro médio. Daí a distinção básica entre produção camponesa e produção capitalista.

No trabalho camponês, uma parte da produção agrícola entra no consumo direto do produtor, do camponês, como meio de subsistência imediata, e a outra parte, o excedente, sob a forma de mercadoria, é comercializada. [...] Na produção capitalista, ocorre o movimento de circulação do capital expresso nas fórmulas:  $D - M - D$  na sua versão simples, e  $D - M - D'$  na sua versão ampliada. Já na produção camponesa, se está diante da seguinte fórmula  $M - D - M$ , ou seja, a forma simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poder obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades. É pois, um movimento do vender para comprar [OLIVEIRA, 2007, p 40].

Deste modo, para a reprodução camponesa acontecer, devem ser levados em consideração vários elementos que fazem parte da estrutura dessa relação social de produção: força de trabalho familiar, ajuda mútua entre camponeses, a parceria, o trabalho acessório, a jornada de trabalho assalariada (em momentos críticos do ciclo agrícola), a divisão social do trabalho ao interior da unidade produtiva, a propriedade familiar sobre a terra e os meios de produção.

Conforme já destacado, a sobrevivência é o limite para a produção camponesa e não o lucro médio, pois bem, o excedente que faria que ele tivesse uma melhor posição no mercado também inclui a força de trabalho familiar e sua reprodução, colocando em definitiva uma relação de coletivização constante do trabalho tanto ao interior da unidade produtiva quanto da inserção no mercado.

Wanderley (2009) consignando as discussões de Shanin e Chayanov para demonstrar tanto a validade conceitual de se falar de capitalismo no Brasil, como a possibilidade da reprodução do campesinato nos cenários em que o capitalismo se apodera da agricultura, expõe que o capitalismo brasileiro tem se traduzido em um processo de proletarianização, que não atinge a totalidade da força de trabalho, e em particular o trabalho agrícola, sem por isto se afastar da esfera de reprodução do capital,

sendo o campesinato o sujeito que permitiu a transferência total (renda e lucro) da mais valia fora da agricultura. Por isto afirma que no capitalismo o campesinato ocupa um espaço criado pelo próprio modo de produção –consequentemente, se transformando qualitativamente, em relação com os conceitos pré ou não capitalistas–, mas que nem por isto o trabalho por ele exercido é expropriado da mesma maneira que a do proletariado.

Daí que a reprodução deste campesinato dependa menos do grau de desenvolvimento do capitalismo, do que das condições históricas de seu funcionamento (contradições econômicas, sistemas de privilégios políticos), principalmente “dos mecanismos estruturais do mercado”. A autora coloca que a base de todo o processo foi a grande propriedade, e que foi possível pela mediação categórica do Estado, quem interveio com políticas públicas (muito especialmente as de crédito), dada as particularidades da incorporação do sobre trabalho camponês à acumulação de capital.

Na Colômbia, a fazenda cafeeira será palco da relação da terra como mercadoria e do camponês colono como motor da acumulação do capital. A localização nas terras férteis do centro dos vales interandinos, faria das fazendas cafeeiras de Tequendama, Sumapaz e do sul de Tolima o cenário principal da luta de classes. A disputa pela apropriação dos recursos, relativamente escassos porquanto fazem parte de um processo social e histórico, evidenciaria nelas vários fatores:

A pressão social da massa trabalhadora que, com uma economia dependente do café e da agricultura sazonal, articulava-se em torno aos latifúndios. Segundo Vega (2004), o campesinato da época poder-se-ia caracterizar em três tipos: o colonato, que ampliava a fronteira agrícola e incorporava ela aos circuitos de acumulação, sem título de propriedade não tinha segurança em permanecer no território; o arrendatário, trabalhador permanente na fazenda a partir de um contrato oral ou escrito, que pagava ou prestando um serviço pessoal ou uma renda em trabalho ou espécie. Dependendo da região, o arrendatário podia ser também *aparcero*, localizado nas zonas cafeeiras de Antioquia e Santander, quem pagava com uma porcentagem da safra para o fazendeiro; ou *colono a partida*, na região do norte nas fazendas pecuárias, onde o fazendeiro dava um pedaço de chão nos bordos da fazenda que o arrendatário devia entregar plantado com pastos; o *peón* ou *agregado*, camponês sem terra empregado nas fazendas em troca de um salário. Nas

fazendas cafeeiras ou com cana de açúcar, eram contratados pelos arrendatários para cumprir com a *obligación*<sup>16</sup> contraída com o fazendeiro.

A consolidação do protesto social liderado pelo colonato que lentamente cobrava força a partir da organização política e comunitária e sob o questionamento à função social da propriedade erguia suas lutas no grito de ordem: “*tierra para quien la trabaja*”, famosa anos depois e que teve a influência de grupos de esquerda como a *Unión Nacional Izquierdista Revolucionaria* (UNIR); o *Partido Comunista de Colombia* (PCC), e o *Partido Agrario Nacional* (PAN).<sup>17</sup> Perante tal situação, os proprietários reagiram expulsando colonos das suas fazendas, embora a estratégia do Estado fosse o parcelamento de várias fazendas em conflito, com o objetivo de inserir a Colômbia no mercado internacional.

O *Partido Comunista de Colombia* (PCC), nasce da Terceira Internacional Comunista de março de 1919 e foi conformado a partir do *Partido Socialista Revolucionario* (PSR), que conseguiu ser o primeiro na Colômbia admitido na Internacional Comunista em 1928. O PCC teve um papel muito importante na politização camponesa a partir de jornais como *El bolchevique* e *Claridad*, fundado pelo Erasmo Valencia, nos quais promulgava orientações socialistas à massa camponesa trabalhadora das fazendas de café (PALACIOS, 2011). Figuras como María Cano e Raúl Mahecha, com trajetória no âmbito sindical, promoveriam a criação de células do Partido Comunista, *Sindicatos Campesinos* e *Ligas Campesinas*<sup>18</sup> a partir da Lei 83 de 1931, assentadas na região de Sumapaz e Tequendama, berço de dois enormes latifúndios: *El Doa* e a *Hacienda Sumapaz* que com 300.000 hectares abrigava mais de 1.700 camponeses; também no sul de Tolima e Cauca, de grandes conflitos em torno da terra. Entre 1933 e 1945 foram registradas 103 *ligas campesinas* e sindicatos agrícolas. (MEERTENS, 2000).

Tamanha pressão social levou à declaração da *Colonia Agrícola de Sumapaz* que começou como um processo de colonização dirigida a partir da Lei 74 de 1927. Em um terreno de mais de 10.000 hectares, no qual eram projetadas escolas, pontes e roçados, cada colono recebia 20 hectares de terra. Em 1935 já contavam com 120 quilômetros de

---

<sup>16</sup> Figura na qual o camponês devia pagar uma renda em trabalho durante o ano, que oscilava entre seis e dezoito semanas. Com péssima alimentação, jornadas de mais de doze horas, só podia plantar culturas de rápido crescimento (VEGA, 2004, p. 29).

<sup>17</sup> Legrand (1988, p. 170).

<sup>18</sup> No Brasil, as Ligas Camponesas se conformaram em 1955, na região do Nordeste e nos estados de Pernambuco e Paraíba, com o apoio do Partido Comunista do Brasil e da Igreja Católica. (MARTINS, 1981).

caminhos e entre 1935 e 1936 se duplicou a população, que passou a ser de 1500 a 3000 habitantes, o que levou à expropriação da *Hacienda Sumapaz* e à incorporação dentro da *Colonia*. Segundo Palacios (2011, p 94), a partir dessa data “a colonização de baldios converteu-se em peça chave da “política agrária” de “redistribuição da terra”.

Nas fazendas cafeeiras do centro da Colômbia, também seria evidente a construção de um projeto hegemônico de disputa pela autonomia: tanto o projeto da burguesia cafeeira que definiu uma espécie de autonomia própria nas fazendas, evidenciada nos “microestados”, pois muitas delas tinham moeda própria, regime policial, cárceres, punições e, inclusive em algumas como *El Chocho* documento de identidade em uma época na qual nenhum colombiano ou colombiana tinha identificação como cidadão (VEGA, op cit., p 30), assim como a organização interna dos colonos – como no caso da *Colonia Agrícola de Sumapaz*, onde se tinha um hierarquia baseada em governador, prefeito, secretário, juiz de terras–, levaria a que lideranças como Erasmo Valencia e Juan de la Cruz Varela, a partir da ligação com o Partido Comunista, liderassem o movimento camponês da época e sentaram as bases do *Movimiento Agrario de Sumapaz* que chegaria a disputar as eleições anos depois.

A implantação de uma lei de reforma agrária leva também o reconhecimento de um conflito de interesses, neste caso, pela propriedade da terra. Desse modo, a Lei 200 de 1936, determinaria os sujeitos e as formas de apropriação espacial que no caso dos baldios, como pretende ser demonstrado, aconteceu de múltiplas formas: alterando as cercas, nas parcerias com os agrimensores, na modificação dos limites das propriedades nos testamentos e na inviabilidade burocrática colocada ao camponês colono que, a partir das leis, quisera regularizar seu título de propriedade. Tudo aquilo configurado com a negligência e omissão do Estado.

Assim, a reforma agrária se coloca, desde uma perspectiva legalista, como uma fonte de distribuição de riqueza e correção das distorções produzidas pelos arranjos espaciais capitalistas. Como aponta Oliveira (2007),

A reforma agrária constitui-se, portanto, em um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo. Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território. Este conjunto de atos de governo deriva de ações coordenadas, resultantes de um programa mais ou menos elaborado e que geralmente, exprime um conjunto de decisões governamentais ou a doutrina de um texto legal [OLIVEIRA, 2007 p 89)].



Nesse contexto surge a Lei 200 de 1936, formulada no governo de Alfonso López Pumarejo e conhecida como a primeira lei de reforma agrária moderna no país, que diferenciou as terras de propriedade privada das terras baldias. Contudo, a referida lei foi não impulsionou grandes mudanças no sistema de posse da terra e contribuiu enormemente à conformação de uma classe assalariada no campo, constituída por arrendatários e *aparceros*<sup>19</sup>, a quem os latifundiários compravam as benfeitorias feitas em suas terras após a sua expulsão, ou, simplesmente, faziam uso de vias jurídicas facilitadas para eles. O intuito era criar uma camada de empresários camponeses e estimular colonizações em grupo dinamizadas pelos créditos da *Caja de Crédito Agrario* (VIVAS, 2010). Um fato importante nesta lei foi a inclusão da criação de gado como prova de ocupação do terreno nos conflitos por terras, comuns na época. Isso levou, logicamente, à expulsão massiva de camponeses e camponesas que foram praticamente trocados por gado, feito que legitimaria o título de propriedade sobre grandes extensões de terra.

Entre 1925 e 1930 registraram-se 71 conflitos rurais, segundo o Escritório Geral do Trabalho, em 59 fazendas de 12 municípios, das que 36 eram fazendas cafeeiras da região do Tequendama e Sumapaz (Cundinamarca e Tolima). De esses conflitos, 53 foram resolvidos por mediação do Escritório Geral do Trabalho e 41 fazendas foram parceladas [VEGA CANTOR apud MACHADO, 2004, *ibid*, p 182].

A profusa eclosão de conflitos pela terra também é expressão das condições da economia exportadora da época. As relações financeiras com os Estados Unidos tinham dado já o primeiro grande salto com as duas Missões Kemmerer: a primeira em 1923 criou o *Banco de la República* e a *Contraloría General de la República*, com o objetivo de receber empréstimos de investidores estadunidenses; a segunda seria em 1930 e o objetivo era fazer ajuste à primeira missão. Segundo Villamizar (2012), a Colômbia foi o país de América Latina com maior crescimento nos investimentos dos Estados Unidos de América (EUA) entre 1913 e 1929, cujos empréstimos foram dedicados na grande maioria, à criação de infraestrutura de transporte. A economia pós-guerra imprimiu dinamismo e injetou capital na Colômbia, da mão tanto de operações financeiras quanto de empresas petroleiras, mineiras e bananeiras, como a mencionada *United Fruit Company*.

---

<sup>19</sup> A *aparceria* é conformada por uma parceria entre o proprietário da terra e o trabalhador assalariado dela, cujo resultado era dividido segundo os elementos ou implementos contribuídos e por igual depois de deduzir os gastos. Para mais informação sobre essa figura vide: FALS BORDA, Orlando. *Historia doble de la Costa*. 1ª edición. Bogotá: El áncora, 2002.

Somado a isso, a bonança cafeeira que triplicou a produção de café entre 1915 e 1929, levou a uma valorização das terras que segundo Legrand (1988, p. 130), desatou uma nova onda de conflitos pela terra. O assalariamento de antigos camponeses que tinham fracassado na tentativa de ter terra própria, levou a que, acabados os trabalhos temporais, voltaram para a cidade na procura de melhores condições de vida.

Seria no segundo mandato do presidente liberal Alfonso López Pumarejo (1943-1945), que seria assinada a lei n. 100 de 1944, instrumento que garantiria ao latifundiário, força de trabalho mais fácil a partir da *aparceria*, escassa no momento a raiz da expulsão massiva de colonos com a Lei 200 de 1936 (MACHADO 2009, id).

A tentativa das políticas de colonização dirigida de conformar uma classe de camponeses rurais associados à burguesia industrial fracassou. Por outro lado, a massiva expulsão de camponeses das terras por parte dos latifundiários, com medo de ser expropriados, assim como a consolidação da pecuária que precisava de poucos trabalhadores, levou a uma escassez da força de trabalho nas fazendas cafeeiras que facilitou a configuração de um marco legislativo ideal favorável a uma burguesia agrária que precisava um exército de reserva.

É importante apontar também a composição de classe da burguesia colombiana que, a partir da pecuária, conformará uma base de acumulação importante e, sobretudo, um poder político que permeará a estrutura fundiária no resto do século XX e XXI. Legrand (1998) define o que significou a lei para as formas laborais do campesinato em transformação neste momento:

A lei 100 de 1944 representa a culminação da nova aliança entre o governo e os grandes proprietários, iniciada em 1936. Não suscitou maior oposição, pois não estavam já em jogo os interesses econômicos dos grandes proprietários. Havia sido abandonado completamente o objetivo de dissolver o sistema de latifúndios ao fazer proprietários independentes dos arrendatários e os colonos [LEGRAND, 1988, p 219].

A expulsão levou a um fluxo migratório dirigido a abrir a fronteira agrícola. Os processos de territorialização do campesinato colono têm sido reflexo da apropriação acelerada e em consonância com a reprodução do capital a partir das rendas da terra em zonas de expansão de fronteira agrária, convertendo-as em fontes contínuas de disputa. Esta ideia será recorrente ao longo do texto.

Neste ponto, é importante sublinhar os processos sofridos na economia colombiana. Foram sugeridas parcerias entre latifundiários e a burguesia do café e cultivos de exportação, representados pela *Sociedad de Agricultores de Colombia* (SAC)

e a *Federación Nacional de Cafeteros* (FEDECAFÉ), que assumiram a bandeira dos latifundiários quando foi promulgada a Lei 200 de 1936. Assim, a burguesia pecuária seguiria esse pacto com consequências concretas na promulgação de políticas públicas e avanço da arquitetura institucional.

O governo de López Pumarejo também conseguiu concretizar uma reforma tributária que logrou aumentar em quase 30% os ingressos do Estado a partir da tributação à propriedade, fato que pela primeira vez lograva outra fonte importante de ingressos diferente da exportação de café. A tributação compreendia imposto ao patrimônio e à riqueza, assim como aos ganhos, transações sobre propriedades e arrendamentos. “Enquanto o imposto sobre a renda tinha produzido quase \$4 milhões em 1935, no primeiro ano de aplicação da reforma tributária essa quantia subiu a 13 milhões, e a 18 milhões em 1938” (NOSSA, apud VIVAS, 2010, p 90). As fissuras pelas diferentes orientações sobre o rumo da economia colombiana apareciam: López Pumarejo representava os interesses de classe de uma burguesia em prol da indústria e concordante com o intervencionismo de Estado – bandeiras do programa partidário liberal–.

Quais seriam os nexos entre essa burguesia e a consolidação do Estado?

Segundo Ramos e Silva (2011) a partir das ideias de Tirado (2001), o Partido Liberal e o Partido Conservador eram partidos pluriclassistas, com um setor de centro que teria permitido forjar parcerias entre interesses políticos diversos –laicos, com inclinações socialistas, até católicos radicais e partidários de doutrinas fascistas–, fato que teria facilitado uma consolidação bipartidária expressada na Frente Nacional. Esta tese opor-se-ia ao enquadramento simplista dos partidos no liberalismo em prol da indústria e o conservadorismo latifundiário.

Os dois partidos teriam, cada um, traços definidos de acordo com as ideologias representativas de cada fração de classe. O liberal, federalista e defensor de um Estado laico e o Partido Conservador, representando os interesses da Igreja Católica, e partidário da centralização. Isso se expressaria na classe dominante da Colômbia na segunda metade século XIX: latifundiários e comerciantes, burocratas e especuladores afiliados tanto a um quanto no outro partido (RAMOS E SILVA, op cit., p 30).

As parcerias em torno ao capital, permitiriam que grêmios pecuaristas liderados pela recentemente conformada *Federación Nacional de Ganaderos* conseguiram uma eficiente oposição de imposto sobre a renda que estava sendo impulsado na administração de López Pumarejo. Isso levou a uma diminuição da base sobre a qual se liquidava o

imposto sobre a renda: “em 1948 pagava-se quase 4 pesos por cada mil da avaliação comercial que geralmente encontrava-se muito abaixo do preço real, fato que constituía um desestímulo à exploração agropecuária” (CURRIE, 1950 apud VIVAS, 2010, p 92).

Por outro lado, a sistemática pressão fomentada por organizações, como a *Asociación Patriótica Económica Nacional* (APEN), a *Sociedad Agrícola Colombiana* (SAC) e a *Federación de Ganaderos*, dá como resultado a *Ley de Fomento pecuario* em 1938, no final do período de López Pumarejo, que com várias medidas seria importante na transformação da estrutura fundiária: a consolidação do arranjo jurídico estatal que cria o *Departamento Nacional de Ganadería*, *Consejo Técnico Nacional de Ganadería* e a *Secretaría Departamental de Agricultura y Ganadería*, assim como a isenção de impostos à importação de reprodutores bovinos machos e fêmeas e o transporte gratuito nos trens e buques da nação. Também se destinou um orçamento para criação de fábricas de sal para alimentação do gado, com venda ao preço de custo. Também, e muito importante, estimula-se a importação de arame para cercar.

A lei inclui uma exenção de 5 anos nos impostos nacionais sobre a renda, o patrimônio e o excesso de utilidades para os capitais, que a partir da data de expedição da lei, seja investido no país por empresários colombianos na indústria bovina [VIVAS, 2010 p 133].

Em 1939 cria-se o *Fondo Nacional de Ganadería* com o objetivo de fomentar o crédito ao longo prazo para a cria e levante do gado e, para terminar de consolidar a aristocracia senhorial, é aprovado o *Estatuto de Seguridad Rural*, o que dá origem à *Guardia Rural*, demanda feita intensa e sistematicamente pelos proprietários que denunciavam contínuos roubos ao gado. O resultado: uma cadeia maior para quem roubara gado que para quem corresse os limites das cercas. Assim, se estabelece, por exemplo, penas de dois a vinte meses de prisão “para quem tirar ou alterar as balizas ou sinais que marcam limites” (Art. 423), e entre seis meses e quatro anos para o roubo de gado (Lei 95 de 1936, apud VIVAS, 2010, p. 138).

Com uma política flexível ao latifúndio e um aparelho repressivo á cabeça da *Guardia Rural*, o campesinato posseiro só tinha como amparo a sua própria ação, a dos sindicatos rurais e por outro lado, a dos partidos de base liberal e comunista e especialmente, a figura de Jorge Eliécer Gaitán, candidato à presidência e principal difusor de ideias progressistas que visavam uma transformação da realidade do campo para os empobrecidos. Gaitán emerge como uma proeminente liderança lançando sua candidatura presidencial para as eleições de 1950, enquanto no país vivia-se um clima

fortemente polarizado entre a imagem esgotada das ‘excessivas’ reformas sociais implantadas pelos governos liberais, na cabeça de Alfonso López Pumarejo, desatando a fúria conservadora que, por fim, encaixou-se com a chegada ao poder do conservador Mariano Ospina Pérez, originando cada vez mais faíscas de guerra civil entre a população. Neste clima e com o apoio do governador, conforma-se em Boyacá uma espécie de polícia sectária mais conhecida como *los chulavitas*, quem seriam protagonistas de brutais massacres que seguiriam ao estalo do *Bogotazo*, a guerra civil interna que estourou em 9 de abril de 1948, e que seria marco da época conhecida como *La Violencia*<sup>20</sup> e que seria um parte aguas na história colombiana.

A Colômbia de novo era um caldeirão de conflitos. Enquanto o evento principal no mundo era a II Guerra Mundial, na Colômbia se conformavam duas grandes guerrilhas somando no todo mais de 21.000 combatentes: uma comandada pelo Guadalupe Salcedo, proveniente do campesinato liberal e localizada nos *Llanos Orientais*; e outra no Sul do Tolima e na região do Sumapaz onde, com apoio do Partido Comunista, surgiu um movimento guerrilheiro forte e disciplinado comandado por Isauro Yosa, quem com 200 famílias e uma coluna de marcha chamada Luis Carlos Prestes em homenagem ao político brasileiro, fundou o *Comando El Davis*, um assentamento em resistência em plena cordilheira central. Em 1952 conformar-se-ia a *Conferencia del Movimiento Popular de Liberación Nacional*, mais conhecida como *Conferencia Boyacá*, a qual promulgaria a construção de um governo popular, uma reforma agrária com o princípio de “terra para quem a trabalha”, terras para indígenas, nacionalização das minas, a separação entre igreja e Estado e um exército nacional e democrático. Ali seriam evidentes as primeiras brechas entre liberais e comunistas, depois denominados *limpios* e *comunes* respectivamente e germe do nascimento da guerrilha das FARC (MOLANO 2014, op cit.).

Tanto a forte repressão militar iniciada com a Frente Nacional, quanto a fragmentação das guerrilhas, deu origem entre 1958 a 1964 ao *bandolerismo* expressado em mais de 100 bandas compostas por camponeses armados. Seu caráter político difuso tinha a ver com que muitos deles eram adolescentes que tinham vivido a violência aguda contra suas famílias e *veredas*<sup>21</sup> e seu principal objetivo era cobrar vingança, e por outro lado, o peso do *gamonalismo* (que a literatura brasileira reconheceria como coronelismo)

---

<sup>20</sup> Um estudo detalhado dos memoriais desse período pode-se encontrar em MONSEÑOR GUZMÁN GERMÁN, FALS BORDA, Orlando, UMAÑA LUNA, Eduardo. *La Violencia en Colombia*. 1ª edição. Bogotá, Punto de lectura, 2010. 2do. vol.

<sup>21</sup> Subdivisão territorial colombiana em escala municipal.

que fazia com que a pesar de serem bandas armadas com influência a nível nacional, estiveram subordinadas aos interesses provinciais na medida em que estes legitimavam seus atos, isso derivou em uma consciência de classe fragmentada. De qualquer forma o bandolerismo conseguiu se enraizar com mais força no norte do departamento do Valle, o norte do Tolima e o Viejo Caldas<sup>22</sup>, principais produtores de café. O bandoleirismo assim foi meio de cultura para outras guerrilhas e territórios autônomos do Estado, como o conformado na região de Quinchía e Riosucio e conhecido como *República independiente de Quinchía*. Neste cenário político, saíam importantes figuras para a cena nacional guerrilheira, como o *Pedro Brincos*, liderança chave na guerrilha do *Movimiento Obrero Estudiantil y Campesino 7 de enero* (MOEC) e depois germe do *Ejército Popular de Liberación* (EPL), exército de orientação maoísta. A luta pela soberania territorial era o centro das disputas armadas e civis na época, situação que seguiria marcando as experiências de ordenamento territorial ao longo do século (MEERTENS, op.cit, p. 162).

O aparecimento contínuo de guerrilhas com base social camponesa por um lado e paramilitares atrelados ao projeto classista do Estado por outro lado –e com todas suas contradições–, denota o tono do acirramento da luta de classes na Colômbia, entendível somente com uma leitura geopolítica na qual o papel aliado da Colômbia com EUA, faz preciso o uso da guerra para manter a ordem social em América Latina.

Segundo autores como Palacios (2011), se acusa diretamente às elites que desde a proclamação da Independência fizeram uma política que dividiu politicamente ao país em uma bipolaridade de forma tal que barrou uma mobilização de caráter nacional.

Outro aspecto que diferenciou as mobilizações colombianas das guerras camponesas do século XX, que Wolf apresenta como elementos inextricáveis dos movimentos anticoloniais de libertação nacional em Ásia e África, foi que no país, como em Hispanoamérica, a libertação nacional havia se alcançado pelas armas ao redor de 1820. Por isso a ideologia nacionalista colombiana pôde ser construída e apropriada pelas elites independentistas que puseram o imaginário político a gravitar em uma bipolaridade perdurável (vermelhos-azuis, liberais-conservadores) que penetrou o mapa social e mental ao largo e comprido do país durante mais de um século e médio [...] A divisão de classes ou a regionalista pode, eventualmente, criar identidades e emoções políticas, que, porém, nunca serão equivalentes ao “sentimento nacional” [PALACIOS 2011, p. 61].

Gloria Gaitán, filha de Jorge Eliécer Gaitán, insistia que *La Violencia* não foi produto de um conflito dual entre os partidos liberal e conservador, foi uma política

---

<sup>22</sup> Departamento que nesse momento agrupava aos atuais departamentos de Risaralda e Quindío.

premeditada por parte do Governo Nacional colombiano para desestruturar toda tentativa de ideologia comunista. Em uma carta aberta à sociedade com ocasião do começo dos Diálogos de Paz entre Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pueblo (FARC - EP) e o governo colombiano, declara que o material probatório desse período, em suas mãos e diretamente colhido na época, demonstra uma política sistemática do Estado colombiano. Aqui é citada *in extenso*:

Coloco a disposição do Governo Nacional, das FARC-EP, do ELN e dos governos que, como garantistas, colaboram no processo, o seguinte material probatório: - 1º.- Os vários memoriais de agrávios que, a partir de 1947, meu pai lhe enviou ao Presidente Ospina Pérez detalhando os nomes das vítimas a mãos do Estado, com os locais, as datas e os delitos cometidos pelas autoridades. - 2º.- As denúncias puntuais, com nome das vítimas, os lugares, as datas e delitos cometidos pelas autoridades, publicadas no jornal Jornada, vozeiro do Movimento Gaitanista, publicação que desapareceu da Biblioteca Nacional mas que, afortunadamente, a minha família conserva. - 3º.- O arquivo Gaitán, no qual a minha família guarda miles de cartas originais de denúncia, que lhe enviavam seus partidários ao meu pai indicando os nomes das vítimas, os lugares, as datas e o uo os delitos cometidos pelas autoridades. - 4º.- As provas de que o Chefe da Polícia daquela época, o Coronel Virgilio Barco, contratou jagunços na *vereda* de Chulavita para gerar o conflito; coronel cujas malfeitorias também figuram no expediente do assassinato do meu pai, desaparecido dos arquivos oficiais, mas do qual minha família conserva cópia integral autenticada. Premeditadamente a esses jagunços os enviavam às *veredas* e municípios liberais e, no grito de “Viva o Partido Conservador”, sacrificavam liberais indefensos. Depois, os mesmos sujeitos, viajavam às *veredas* e municípios conservadores para, no grito de “Viva o Partido Liberal”, arremeter contra a vida e os bens de inocentes cidadãos conservadores. Meu pai percorreu o território nacional denunciando esta maquiavélica montagem oficial, que buscava acender a fogueira do ódio entre compatriotas. [...] Não fala meu pai, como tem pretendido quem querem responsabilizar ao povo da Violência da metade do século XX, que tratou-se de uma guerra partidista. Não! Em todas suas intervenções, que coloco a sua disposição, insistira em que é uma violência oficial, desatada em forma premeditada, sistemática e generalizada pelo Estado colombiano [GAITÁN, 2012].

Por parte do Estado e com o objetivo de pacificar a toda costa o país, se decretou a ditadura militar com a qual o General Rojas Pinilla assumiu o poder em 1953, logrando desarticular as guerrilhas dos *Llanos* a partir de uma oferta de anistia. Daí em diante, o pacto acordado entre os partidos liberal e conservador, dominaria durante duas décadas e foi denominado Frente Nacional. Esta Frente governaria por 16 anos, alternando cada período de mandato por cada partido: liberal ou conservador.

Segundo Ramos e Silva (2011, p. 36), a ditadura de Rojas Pinilla seria “a ditadura sem hegemonia” centrada no poder executivo, na qual as distintas frações de classe

encontram o equilíbrio e a unidade necessários para conter as forças pela democratização social e política.

Retomam-se aqui os postulados de Ramos e Silva (2011), no sentido de assumir que tal frente foi um pacto entre as elites dos partidos conservador e liberal para frear a influência de partidos mais radicais, de base comunista, conformando com isso uma ditadura sob o marco oficial de uma democracia.

Por outro lado, a época de *La Violencia* e os contínuos conflitos sociais derivados originaram grandes migrações do campo para a cidade. Entre 1951 e 1964 migraram mais de dois milhões de pessoas para as cidades, alterando com ela a composição agrícola e gerando com isso processos diferenciados de luta pela terra (MEERTENS, 2000). Será uma constante na análise da questão agrária na Colômbia a relação entre violência, fluxos migratórios produto do deslocamento forçado e a incorporação nos centros receptores de um exército de reserva que, de acordo com as particularidades de cada momento histórico, desempenhará uma nova fase de acumulação. Pode-se comprovar a relação entre violência, fluxos migratórios forçados e o desencadeamento de uma geografia do desenvolvimento, que vai marcando seus traços a partir da fronteira agrícola.

É possível cristalizar o panorama da expansão do capitalismo no campo neste momento. Após a II Guerra Mundial e com os Estados Unidos como ganhador nessa batalha, a economia da Colômbia se apresenta com um fraco mercado interno –entre outras coisas por falta de vias de transporte–, uma burguesia pecuária com um arranjo jurídico facilitado para estimular a indústria interna, baseado principalmente na escassa tributação pela renda da terra e com fortes incentivos ao consumo interno de carne e leite<sup>23</sup> e com um mercado de exportação destinado quase inteiramente ao café; na outra mão, camponeses expulsos das terras e principais receptores de toda a brutalidade da violência estatal. Tal processo claramente gestado sob o manto jurídico do Estado, conivente com essa expansão do capitalismo no campo baseado na apropriação da renda da terra.

Finalmente, deve enunciar-se a problemática dos países latino-americanos nos quais não existe uma verdadeira alternativa institucional de mudança e nos quais a pressão camponesa, a insatisfação social e o descontento político não se expressam por meio de formas institucionalizadas e convencionais. Nesses países –Colômbia, Equador, Guatemala, Perú (antes de 1969)–, os movimentos camponeses desencadeam-se fora do sistema de partidos e de sindicatos, expressando e desatando o explosivo potencial das barragens de subversão que armazenam as estruturas latifundiárias mais fechadas ou arcaicas. O

---

<sup>23</sup> Contando para isso com a difusão de ideias higienistas que desestimulavam o consumo de *chicha*, bebida fermentada de milho e altamente apropriada pela população colombiana, cuja preparação tradicional era herdada dos ancestrais indígenas (VIVAS, 2010).



característico de este tipo de movimentos camponeses é que surgem de dentro, que vão definindo suas metas sem definir correlativamente os meios institucionais, e que transmitem uma imagem da reforma agrária apoiada em dois elementos: a destruição física da fazenda e a ocupação direta da terra [GARCÍA NOSSA, 1975, p. 98].

A época de *La Violencia* na Colômbia constitui-se em um ponto de referência para entender os dois tipos de renda da terra e apropriação da mais-valia contida neles. A expulsão de camponeses à fronteira agrícola, em solos com pouca fertilidade natural e a posterior apropriação da renda a partir da tecnologia incorporada nos solos que implicou. A localização das terras e a inserção dos camponeses ao negócio do narcotráfico anos depois, permitirá entender a extração de rendas da terra na Colômbia.

A esse respeito Bustos (2008), no seu trabalho sobre o componente social do Plano Colômbia, no qual retrata a expansão das relações capitalistas a partir da produção de coca no departamento de Putumayo, assinala:

[...] o gradativo desaparecimento do campesinato colocar-se-ia como condição para a expansão capitalista mediante o despejo violento dos camponeses da terra, seu principal instrumento de produção, para torná-los trabalhadores para o capital. Este processo se experimenta no campo colombiano desde a segunda metade do século XX até nossos dias e acontece porque o capitalismo na Colômbia é *rentista*, ou seja, que os capitalistas são também os proprietários fundiários pelo que além de simplesmente auferirem lucro pelos empreendimentos capitalistas realizados na terra auferem também a renda da terra, como espécie de tributo que a sociedade toda lhes paga. A terra funciona também como reserva de valor ou como reserva patrimonial; mas também possui grande importância simbólica, como principal fonte de prestígio e poder para seus proprietários, diretamente proporcional a sua quantidade [BUSTOS, 2008, p 32].

Kalmanovitz (1971), retomando o texto de Marx “La historia crítica de las Teorías” sobre a mais-valia, destaca:

O fato de que na Colômbia as boas terras se encontrem acaparadas e de que sejam relativamente escasas manifesta-se por uma parte na colonização de terras novas, a assim chamada “expansão de fronteira” e por outra parte na valorización crescente das boas terras como as de a *Sabana de Bogotá* e *Valle del Cauca*, o que é um indicador da presença de aumento da renda diferencial em nossa agricultura [KALMANOVITZ, 1971, p 98].

Ramos e Silva (2013, p 26), faz um resgate da questão, situando-a no contexto dos debates que especialmente nos finais de 1960 e inícios de setenta, aludiam à incorporação ou não do capitalismo pleno na economia colombiana, saldando com isso uma velha discussão sobre feudalismo *versus* capitalismo na Colômbia<sup>24</sup>. Coloca, de um lado, intelectuais como o citado Kalmanovitz (1971), que tentava comprovar o

---

<sup>24</sup> No Brasil esta discussão se encontra em Guimarães (1968).

desenvolvimento do capitalismo nas formas de produção colombianas a partir da expansão absoluta de propriedades que permitiam uma exploração de tipo empresarial e, do outro lado, e afins as teses das formas pre-capitalistas no campo, intelectuais vinculados ao partido comunista especialmente, que buscavam comprovar a partir dos mesmos dados oficiais fornecidos na época, que as políticas públicas favoreciam o latifúndio. Estes debates eram na tentativa de entender a questão agrária em América Latina.

Assim, com respeito à particularidade histórica do desenvolvimento do capitalismo no campo colombiano, sugere que a Colômbia não teria superado plenamente as condições herdadas da estrutura colonial e, por conseguinte, não teria alcançado a via prussiana ou americana que Lênin e Lukács descreveram. Para Ramos e Silva, houve sim o estabelecimento da moderna propriedade e uma configuração em constante tensão entre uma nascente burguesia agrária e uma classe de expropriados, que seriam camponeses proletarizados pequenos proprietários. Tais tensões seriam espelhadas na relação entre a constituição da propriedade capitalista e violência política, expressada na luta armada (RAMOS e SILVA, op cit., p 35).

Por outro lado, Roldan (2005), propõe vários tipos de condições que dariam vantagens a determinados tipos de terras, em comparação com outras, ilustrando as especificidades da renda diferencial na Colômbia.

1. Terras próximas a mercados e com boa infraestrutura viária, *versus* terras isoladas e controladas por grupos armados, com pouca ou nula presença do Estado e com condições para a produção de drogas.

2. Terras com vantagens locativas próximas a portos e pontos de exportação de produtos agropecuários e agroindustriais, *versus* terras isoladas, mas inseridas dentro de corredores de saída de droga para o exterior e controladas por grupos armados.

3. Terras com alta fertilidade e infraestrutura para certos tipos de cultivo, *versus* terras de vocação floestal ou de biodiversidade que permitem o desenvolvimento relativamente seguro de cultivos ilícitos e com baixo requerimento de investimento de capital.

4. Terras aptas com cultivos legais, integrada aos circuitos de tributação *versus* terras não controladas pelo fisco e, por conseguinte, com maior acumulação de excedentes rentáveis.

Tendo como suposto que a única origem da renda da terra é a apropriação territorial, Roldán (2005) assume que os cultivos ilícitos permitem uma renda aos grupos armados, produto da força de trabalho localmente explorada. Assim, a renda da terra associada ao narcotráfico e que encontra suas raízes nos processos migratórios da época da Violência, permitirão ilustrar as configurações espaciais produzidas. Na espacialização dessa questão voltaremos mais na frente.

Por último, a discussão feita anteriormente permite pontuar a necessidade de uma reforma agrária, diante o avanço do capitalismo no campo, que coloca a pressão nas massas camponesas para a sua reprodução. A reforma agrária então, não é só a luta pela terra, mas pelo capital que está inserido na relação de produção que a contem. Ao mesmo tempo, é a necessidade do camponês se converter de um produtor individual, a um trabalhador coletivo. É pertinente trazer à tona os aportes de Oliveira (2007), quem salienta:

É, pois, por esses caminhos contraditórios que o modo capitalista de produção se desenvolve, e, desenvolvendo-se, cria as condições para a sua reprodução ampliada, mas cria também as contradições desse processo. A reforma agrária não pode ser entendida como solução para essas contradições, mas sim como um paliativo. Paliativo que resolve mais as questões do modo capitalista de produção como um todo do que a agricultura em particular. Porque, no fundamental, as soluções para os problemas da agricultura estão inscritas nas necessidades de superação desse modo de produção [OLIVEIRA, 2007, p. 67].

O diálogo entre a concepção de reforma agrária de Oliveira (2007), e o latifúndio como constelação social proposto por García Nossa (1973), para entender a complexidade do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, se aprofunda mais ao especificar como operam os mecanismos de subordinação da economia camponesa ao capital. Nessa relação dual, a territorialização do capital monopolista na agricultura significa a expulsão do campesinato do campo, ora na cidade, ora no campo como assalariado.

O outro mecanismo é a monopolização do território, na qual o campo segue povoado e se recriam relações de subordinação ao capital, redefinindo a reprodução camponesa e a partir disso o campesinato enquanto classe social. Neste caso, podem se dar mecanismos de distribuição da renda nas áreas rurais e na cidade, expressivo do fenômeno de metamorfose de renda da terra em capital. Na relação minifúndio – latifúndio da estrutura fundiária bimodal colombiana, pode se encontrar um diálogo na concepção de uma unidade contraditória entre campo e cidade, entre latifúndio e minifúndio no caso colombiano, que por conta da sua configuração territorial e o nulo

processo de industrialização, converteu as fronteiras agrícolas em espaços de acumulação de capital. O campo e a cidade, o minifúndio e o latifúndio, as economias periféricas e as centrais, todas elas relações de uma dialética da dependência, que faz necessário a mudança radical em todo o sistema para a superação dessa contradição.

## **1.2 Ordenamento Territorial e Ideologia: A construção de uma epistemologia do desenvolvimento**

Desta forma, a condição de dependência estrutural dos países de América Latina como condição do modelo capitalista de centro-periferia, baseado na Teoria Marxista da Dependência –TMD– será a base para entender o modelo de desenvolvimento no campo.

A dependência adquire uma categoria central ao configurar umas particularidades necessárias na análise da realidade da realização do capitalismo na América Latina. A mais-valia relativa está relacionada com o grau de desenvolvimento das forças produtivas em uma determinada formação social. Desse modo, é indispensável analisar quais impactos têm a relação de dependência de países cuja composição orgânica média do capital é maior devido ao avanço tecnológico e industrial e como isso reflete nas estruturas produtivas, políticas e ideológicas das economias dependentes. Assim, na relação desenvolvimento dependente do subdesenvolvimento, também se diferencia a situação colonial da situação de dependência.

Aqui, Marini [1991<sup>a</sup>] sugere corretamente que é preciso ter em vista a função da América Latina na formação da grande indústria no centro. Além do fornecimento de matérias-primas e alimentos que contribuem para a aglomeração urbana na Europa, a conversão da periferia em consumidora de produtos manufaturados e industriais acabaria ajudando aquela transição da produção de mais-valia absoluta para a produção de mais-valia relativa nos países centrais [CAMARINHA, 2013, p. 133].

Assim, a Teoria Marxista da Dependência (TMD) surge da retomada da teoria do imperialismo de Lênin e reflete uma análise dialética que busca entender a dinâmica de dependência do capitalismo em América Latina, em uma relação capitalismo centro-periferia. A partir da caracterização de um capitalismo dependente, surgem os seguintes elementos de análise: 1) Transferência de valor às economias centrais, 2) Super-exploração da força de trabalho e 3) agudização das contradições inerentes ao ciclo do capital.

Assim, a visão é a de que, no âmbito do processo de integração das economias nacionais ao mercado global, as relações de produção são desiguais porque o desenvolvimento de certas partes do sistema ocorre à custa do

subdesenvolvimento de outras. As relações tradicionais são baseadas no controle do mercado por parte das nações hegemônicas e isto leva à transferência do excedente gerado nos países dependentes para os países dominantes, tanto na forma de lucros quanto na forma de juros, ocasionando a perda de controle dos dependentes sobre seus recursos. E a geração deste excedente não se dá, nos países periféricos, em função da criação de níveis avançados de tecnologia, mas através da superexploração da força de trabalho [MARINI, 1990 apud AMARAL, 2012, p. 33].

A relação entre violência e migração configuraria uma verdadeira geografia do capitalismo na Colômbia. Acabada a ditadura da Frente Nacional, poder-se-ia analisar como um *continuum* a violência generalizada nos contínuos estados de sítio promovidos pelos sucessivos governos e, como política de estado, o terrorismo por parte das forças militares e seu provado parceiro, o paramilitarismo, ante o qual as guerrilhas em uma dinâmica brutal lutavam contra, ao mesmo tempo em que viravam funcionais ao modelo da guerra. Assim, no entendimento na relação entre a renda da terra e a expansão capitalista no campo, expressada no modelo de desenvolvimento e este, por sua vez, nas políticas de ordenamento territorial e reforma agrária, se analisará as condições que dariam lugar à retomada da reforma agrária como bandeira de luta.

Entre vários desdobramentos que terá a Teoria Marxista da Dependência (TMD), o fator que será especialmente desenvolvido a partir daqui é o modelo de desenvolvimento, entendendo por este último uma processualidade dinâmica e não um momento no qual se chega por etapas, como no discurso da Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) e o combate à pobreza, como se verá mais na frente. A industrialização, bandeira hasteada por este organismo, longe de superar a dependência dos países de raiz colonial, está enfocada na forte presença do Estado através do processo de substituição de importações, o que supostamente garantiria um futuro equilíbrio nas desigualdades, mas que na verdade nunca resolveu a condição estrutural de atraso, associado a um desenvolvimento dominado por forças hegemônicas e imperialistas. A difusão de tal discurso se dá no marco de repressão às iniciativas de mudança vividas em América Latina neste momento.

A centralidade da guerra como eixo explanatório da especificidade do modo de acumulação na Colômbia e seus desdobramentos a partir da criação de um Exército Industrial de Reserva e a transferência de excedentes com base em uma economia da guerra, serão apresentados como base para o desenvolvimento das categorias apresentadas pela TMD, retomadas especialmente na seguinte seção.

Os desdobramentos da *Frente Nacional* no programa desenvolvimentista *Alianza para el Progreso* e no plano militar com a *Operación Lazo* serão chaves para entender o contexto geopolítico da região após a ruptura que significou *La Violencia*.

*Alianza para el progreso* e seus US\$ 394 milhões chegam em Bogotá no dia 16 de dezembro de 1961 da mão do mesmo Presidente Kennedy. Tal programa contemplava dois objetivos principais: conter os supostos ventos comunistas que corriam pela América Latina após a Revolução Cubana, e a implantação de um novo modelo de desenvolvimento para América Latina, que aparecia como o carro chefe do “necessário” processo de modernização que deveria acontecer no continente. Ancorada na política de substituição de importações após a II Guerra Mundial, Colômbia se decide pelo fortalecimento do mercado de crédito e a necessidade de ampliação do mercado nacional e consumo interno.

Poucos meses antes, em um debate sobre a reforma agrária, o senador Álvaro Gómez Hurtado denominaria como *Repúblicas Independientes* os municípios de Sumapaz, Planadas, Riochiquito –todos eles no sul de Tolima e norte do Cauca–, e a região de Vichada –leste da Colômbia–, para referir-se ao perigo que tais territórios autônomos –produto da política de terras da Frente Nacional–, representavam no cenário político nacional. Esses territórios eram realmente formas de ordenamento territorial camponês chamadas *zonas de autodefensa campesina*, afirmadas territorialmente por um trabalho político e organizativo em grupos, comitês, juntas das *veredas* e outras atividades que contavam com o apoio do Partido Comunista e eram claras herdeiras das lutas políticas dos anos 30’s originadas nas fazendas cafeeiras e surgiram pela necessidade de se armar frente à violência promovida pelo Estado. Lideranças como Juan de la Cruz Varela, conjuntamente com Isauro Yosa, quem tinha liderado o *Comando El Davis*, haviam formado os grupos armados chamados de autodefensas camponesas no sul do Tolima.

Em finais de 1955, a ofensiva militar sobre a região fez que tanto as famílias que fugiam da violência praticada nas zonas rurais pelo exército colombiano a partir de *comissões de civis*, encarregadas de assassinar a “bandoleros” (GONZÁLEZ, 2011), como sua resposta armada a partir das autodefensas camponesas, se instalassem nas regiões altas das montanhas do Sumapaz e outras migraram formando uma colonização armada, chegando às bacias dos rios *Guayabero*, *Ariari* e *El Pato*, de forma tal que se agrupariam em cinco contingentes armados ocupando a região desde o rio Guayabero e

Caguan até o rio Magdalena e na vertente leste do Sumapaz desde o rio Ariari entre os departamentos de Meta e Guaviare, até o rio El Pato, entre os departamentos de Caquetá e Huila (MOLANO, 2014).

### 1.3 Colômbia, modernização dolorosa?

A modernização da agricultura através da militarização da questão agrária foi um panorama comum na América Latina dos anos 60's e 70's, na qual eclodiram diversas ditaduras, cujo fim principal era pacificar as revoltas cujo eixo central era a contínua dívida sobre a reforma agrária. Políticas desenvolvimentistas implantariam assim uma arquitetura estatal destinada a esses fins e que serviria para fortalecer geopoliticamente o poderio estadunidense na região. Dessa forma o *Plan Lazo* é formulado em 1962 e depois executado pelo Ministro de Guerra Alberto Ruiz Novoa, sob influência da política militar estadunidense anti-guerrilhas e como a contraparte militar do programa *Alianza para el progreso*. Nesse contexto, em 18 de maio de 1964, daria-se a *Operación Marquetalia* – na qual 16.000 soldados tiveram confrontos com 30 camponeses armados (MOLANO, 2015, op cit., p 579) –, a “Operación Guayabero” e a “Operación Pato” em 1965, esta última com mais de 4.000 soldados que deslocaram a mais de 200 famílias na chamada “Marcha Negra” e desocuparam a zona (GONZÁLEZ, op. cit., p 122). Tal desproporcionalidade seria simbólica porque guardava uma advertência: a Colômbia não alimentaria uma nova revolução cubana.

Porém, o apoio por parte do movimento agrário e as autodefensas camponesas conseguiram convocar em 1966 a *Segunda Conferencia Guerrillera* que deu início às *FARC* e a proclamação do “*Programa Agrario de los Guerrilleros de las FARC*”<sup>25</sup> o qual, com o apoio do Partido Comunista, inicia um programa de formação de quadros políticos baseados nas doutrinas marxistas leninistas (FERRO; URIBE, 2002). Paralelamente nesses anos, a organização social seria reativada com as Juntas Sindicales assentadas na região de El Pato, entre sul de Tolima e Caquetá e que seria repovoada por ondas de camponeses colonos, alguns expulsos pelos anteriores bombardeios, outros incentivados pela fertilidade do solo e o baixo custo da terra. Desta forma, a inícios da década dos anos 80, os moradores da região passaram de 890 em 1976 a 3000 em 1989. As *Juntas de Acción Comunal* regulamentavam tanto a extração madeireira, quanto a

---

<sup>25</sup> Este programa compreendia o acesso equitativo a terras, assim como assistência técnica, titulação e respeito à propriedade privada existente, também crédito, serviços básicos, proteção às comunidades indígenas, aliança operário-camponesa e com amplos setores da sociedade.

fundação de colônias camponesas, embora poucos imóveis chegassem a ter registro de propriedade no cartório, pois a compra e venda era feita por uma *carta-venta* ou declaração escrita feita pela vizinhança, legitimando a propriedade (MOLANO, op.cit.).

A influência do Partido Comunista sentir-se-ia com a constituição da *Unión Sindical de Trabajadores* de Tierradentro e Riochiquito, constituindo com isto, uma particular forma de ordenação do território.

Nesse mesmo ambiente seria formado o Ejército de Liberación Nacional (ELN), com especial influência da teologia da liberação, que através do sacerdote e sociólogo Camilo Torres, em meados dos anos 1960 projeta a “*Plataforma del Frente Unido del Pueblo Colombiano*”, manifesto no qual reúne em um texto as principais reivindicações da esquerda colombiana, dentro das que tem menção obrigatória a reforma agrária. Torres adere-se ao ELN, porém morre em um combate meses depois.

Na *Batalla de Palonegro* em 1900 no marco da *Guerra de los Mil Días*, na qual o general Rafael Uribe dispensou as tropas, e que anos depois originaria o enraizamento da guerrilha liberal no departamento de Santander (MOLANO, 2011), criar-se-iam as raízes do ELN. A partir de *El Bogotazo*, em Barrancabermeja –localizada no nordeste colombiano e epicentro das lutas sindicais pela produção petroleira do país com a *Tropical Oil Company* e a Shell–, ocorreria a *Comuna de Barranca*, 10 dias de poder popular liderado por Rafael Rangel, ex-polícia de corte gaitanista, e uma *Junta Revolucionária* que comandaria as ações sustentadas em um poder obreiro e um governo local e autónomo, que substituiu o que existiam antes daquele 9 de abril (CALLEJAS, 1988)<sup>26</sup>.

Embora a negociação com o governo conservador de Mariano Ospina Pérez acabou com a *Comuna*, os imediatos efeitos posteriores de repressão contra os instigadores da luta originaram núcleos de guerrilhas de autodefesa de corte liberal, que executaram a toma a San Vicente del Chucurí por 400 combatentes, demobilizados após a chegada da ditadura de Rojas Pinilla, mas que deixariam nos seus combatentes a semente para o nascimento da guerrilha do ELN (GALVIS, 2013)<sup>27</sup>.

De origem camponesa, raízes históricas de organização política nas ligas e sindicatos agrários e fruto da mistura com orientações partidárias, as guerrilhas

---

<sup>26</sup> Disponível na página web: [http://www.revistahistorik.com/descargas/diez\\_dias\\_de\\_poder\\_popular.pdf](http://www.revistahistorik.com/descargas/diez_dias_de_poder_popular.pdf). Acesso em 5 de julho de 2015.

<sup>27</sup> Disponível na página web: <http://palabrasalmargen.com/index.php/articulos/item/rafael-rangel-gomez>. Acesso em 5 de julho de 2015.



condensariam nos programas políticos os elementos que as forças sociais representadas no campesinato colono reivindicavam principalmente: uma reforma agrária, terra para trabalhar nela. E a ação – reação frente a violência se expressa em um contínuo.

Desta forma, a territorialização do campesinato e sua expressão armada nas guerrilhas como autodefesa vai conformando formas autônomas de ordenamento territorial as quais com o passo do tempo e de acordo com a luta de classes, origina espacialidades nas quais se recria a soberania negada e reprimida pelo Estado, e se expressam em uma ordem social baseada na resistência e no comunitarismo. Nesse recorte territorial da primeira metade do século XX, aparecem tanto os *Baluartes Campesinos* na região bananeira de Córdoba, as *Colonias agrícolas* com a produção de café no Sumapaz, as *zonas de autodefensa campesina* em Viejo Caldas, no sul de Tolima e Caquetá, a *Comuna de Barranca* com os trabalhadores petroleiros no nordeste e assim sucessivamente irão se conformando formas de ordenamento territorial nas quais, a partir da unicidade de classe, viabilizarão a construção de um projeto emancipatório.

Entre tanto na arquitetura estatal, seria chave a participação da CEPAL. Criada em 1948, no mesmo tempo que a OEA e sob a liderança do presidente Alberto Lleras Restrepo, quem impulsionou vigorosamente a estratégia de substituição de importações como a proposta mais pertinente da modernização, seriam materializados vários projetos cujo objetivo comum era levar a Colômbia ao anelado desenvolvimento. O autor intelectual foi W.W Rostow, que na área de planejamento e assuntos de seguridade no governo de Kennedy, propôs uma estratégia baseada em seu livro “As etapas do crescimento econômico” (1961) e propulsou o programa:

Segundo Rostow, as sociedades foram divididas em cinco etapas: 1) sociedade tradicional, 2) condições prévias para o impulso inicial, 3) impulso inicial ou de condições para o decolamento, 4) etapa do caminho ao amadurecimento e 5) sociedades de consumo em grande escala. Nas primeiras etapas se encontravam as economias em desenvolvimento e na última, os países industrializados [VILLAMIZAR, 2012, p. 129].

A CEPAL, como centro de pensamento regional, seria a principal difusora das ideias de Rostow. Além disso, a estratégia de modernização estava atrelada aos objetivos militares dos EUA, que levariam um forte investimento em assuntos militares que irrigariam as economias dos países da América Latina.

Entre 1961 e 1969, US\$17,8 mil milhões foram dirigidos para América Latina, dos quais, o 58% correspondeu a recursos dos Estados Unidos. O 43% (US\$7,6 mil milhões) eram recursos da USAID, repartidos entre créditos e assistência econômica (US\$6,6 mil milhões) e militar (US\$936,7 milhões). A assiguação

por países mostrava a força dos interesses geoestratégicos por cima dos propósitos dos objetivos de desenvolvimento [VILLAMIZAR, 2012, p. 139].

E, não foi gratuita a eclosão de diversas ditaduras no continente.

O maior receptor, o Brasil, recebeu as quantias maiores entre 1964 e 1968, ou seja, após o golpe militar ao governo de João Goulart. O Chile, passou de perceber US\$181 mil milhões em 1962 a US\$30 mil milhões em 1967, evidenciando o desencanto com o candidato da Democracia Cristiana Eduardo Frei. Por sua parte, a República Dominicana percebeu a maior quantia de recursos após da invasão norteamericana em 1966. Finalmente, a Colômbia, passou a ser o quarto receptor de tais recursos. Era o país onde melhor podia-se justificar que a Aliança funcionaria [VILLAMIZAR 2012, p. 139].

Assim, a Colômbia subscreve o Plano General, que comprometia o país com o Sistema Interamericano, a *Alianza para el Progreso* e a política exterior dos EUA, como forma de legitimar a Frente Nacional, que aplicava as orientações da CEPAL em termos do fortalecimento à indústria interna como forma de acabar com a brecha de desigualdade entre centro e periferia, tinha implicações políticas graves, entre elas o respaldo oficial de Colômbia à intervenção estadunidense no continente para deter o comunismo. (VILLAMIZAR, 2012, p 287).

Tal plano também seria a forma de consolidar o modelo de substituição de importações, que seria conhecido como MISI e que conseguiria deixar uma infraestrutura interna suficiente para a liberalização de mercados que se viveria na década de 1990.

Diversas críticas têm surgido no debate acadêmico. Assim, ampliaremos especificamente algumas discussões sobre a Teoria Marxista da Dependência, por representar uma crítica consistente ao modelo de desenvolvimento:

A percepção é a de que o modo de produção capitalista é intrinsecamente desigual e excludente e que desenvolvimento e subdesenvolvimento são fenômenos antagônicos –por se tratarem de situações distintas dentro de uma mesma lógica de acumulação– e, ao mesmo tempo, complementares. Isto se justifica pelo fato de que a lógica mundial de acumulação capitalista possui características que produzem o desenvolvimento de determinadas economias na mesma medida em que produzem o subdesenvolvimento de outras. Daí conclui-se que a dependência é uma característica estruturante das economias periféricas diante da prevalência da lógica de acumulação capitalista, restando às nações dependentes apenas a possibilidade de transitarem entre distintos graus de dependência [AMARAL, 2012, p 32].

Porém, não só o programa de *Alianza para el progreso* a fazia próxima dos EUA. Lauchlin Currie, economista canadense, chega ao período presidencial de Mariano Ospina Pérez em 1949 fugindo do Macarthismo estadunidense. Na equipe, se encontravam 16 economistas, que seguiam de perto as orientações provenientes do Banco Mundial e o *New Deal*. EUA era o novo centro do capitalismo mundial. Uma das

primeiras consequências foi a possibilidade de celebrar contratos com o *Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento* (BIRF), tal estratégia se concentrava no:

Aumento da produção agrícola, o abaratamiento dos insumos para o consumo urbano e industrial, o controle dos preços dos bens essenciais para as famílias e as empresas, além de um do emprego (L 135 de 1961). A retenção da população no campo e nas cidades intermédias era a expressão espacial da estratégia de desenvolvimento induzida desde o Estado. A reforma agrária complementou-se com uma política de fortalecimento institucional das cidades intermédias e uma descentralização da mediana indústria [VILLAMIZAR, op. cit., p 262].

Um fator foi determinante para a atuação da CEPAL na Colômbia: a indústria siderúrgica *Paz del Río*, que segundo o informe “*Influencia de factores locales en las industrias de hierro y acero en la América Latina*”, era um negócio promissório especialmente na Colômbia e na Argentina, países com os menores custos comparativos da região. Soma-se a isso um diagnóstico favorável da economia colombiana (VILLAMIZAR, 2012, p 170).

Em novembro de 1960, no governo de Alberto Lleras, Lauchlin Currie (que não representava o pensamento cepalino e não tinha ligações com o Banco Mundial) apresentava um Plano de Desenvolvimento chamado *Operación Colombia*, que seria a versão alternativa do Programa de Desenvolvimento económico oficialmente apresentado pela CEPAL.

Em 1966 o *Comité Interamericano de Desarrollo Agrícola (CIDA)*, publicou uma avaliação da estrutura fundiária na Colômbia e, em particular, examinou a lei 135 de reforma agrária expedida em 1961. O CIDA estava composto pela CEPAL, a OEA, o BID, a FAO e o Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA). Este tipo de institucionalidade lhe permitiria ao CIDA assumir posições de avançada, ou seja, posições delicadas e comprometedoras dentro dos países, sem que fosse criticada por aquilo [VILLAMIZAR, 2012, p 300].

A construção epistêmica do desenvolvimento na Colômbia na década de 1960 estava orientada por três vertentes: a intermediária, do Banco Mundial (BM) à cabeça do BIRF, cuja proposta frente à questão agrária se sustentava em dois pilares: a elevação dos impostos à terra e a concentração dos recursos ao desenvolvimento da agricultura comercial como algodão, cevada, trigo e pecuária (VILLAMIZAR, 2012, p 268); a Cepalina –ideologia muito mais próxima à intervenção do Estado e a luta contra a desigualdade, por isso não tão politicamente correta quanto a análise do BM–, que trás uma série de recusas por parte da política colombiana desde 1948 até os primeiros dois governos da Frente Nacional, levava a cabo uma completa reforma à estrutura agrária fortalecendo o Estado e o investimento social na cabeça das suas instituições; e a mais

polêmica, a de Lauchlin Currie, que com o respaldo político de Virgílio Barco e especialmente de Alfonso López Michelsen, concebia a solução ao problema agrário a partir da “migração” controlada da população do campo, atrasada, ignorante e, sobretudo, ineficiente, para as cidades intermediárias onde seriam os novos trabalhadores urbanos.

De qualquer forma, o orçamento planejado para cada um deles ligava seu desenvolvimento à banca multilateral, que possibilitaria o financiamento de tamanhos recursos.

Mas não se tratava só dos problemas que deviam resolver os colombianos da época, senão que agora se adicionava o fato que, desde 1950, foram-se instalando na Colômbia concepções sobre o desenvolvimento que eram distintas e todas elas com a característica de ser provenientes das organizações internacionais criadas na postguerra: em primeiro lugar, o Banco Mundial; em segundo lugar, as *Naciones Unidas* através da CEPAL e agora em integração com a FAO e o BID; em terceiro lugar, o economista canadense, Lauchlin Currie. O Governo, por sua parte, representando os interesses das elites econômicas e políticas, aderiu a ditas concepções, dependendo do favorecimento político que cada uma lhe otorgara [VILLAMIZAR, 2012, p 302].

A guerra provocou migrações em grande escala que em uma clara extração da renda diferencial da terra, serviu para abrir a fronteira agrícola e acrescentar uma brecha entre o campo e a cidade, que liderada por Lauchlin Currie e a *Operación Colombia* selava o genocídio cometido nas entranhas do país anos antes e funcionalizava o excedente de força de trabalho gerado a partir dessas migrações. *Operación Colombia* insistia em um modelo de urbanização que precisava justamente do que abundava: força de trabalho. Porém, este controvertido programa bastante comentado na época não foi implementado, já teria Currie outra oportunidade para por em marcha as suas sugestões.

Resumindo, três considerações foram colocadas para entender a relação entre TMD como resgate do método materialista histórico dialético e as políticas de reforma agrária no período citado:

A TMD como teoria em contraposição às teorias cepalinas e a própria CEPAL, como órgão ideológico desenvolvimentista.

A TMD como teoria em contraposição aos partidos comunistas de América Latina que promulgavam teses desenvolvimentistas e das quais a Colômbia não foi a exceção. O Partido Comunista na Colômbia, segundo Ramos e Silva, adotava essas mesmas teses da aliança com a burguesia e um estancamento ideológico baseado na discussão sobre a definição do modo de produção na Colômbia, se feudalismo ou capitalismo, herdeiro das divisões que os grandes centros comunistas tinham. A vigência da discussão dessa tese

se demonstra com força quando um dos setores da greve agrária, as dignidades agropecuárias, consolidam-se como porta-vozes do programa político do MOIR, que propõe justamente uma aliança com a burguesia para poder superar os laços feudais e neocoloniais nos que segue imersa a Colômbia (vide seção 2).

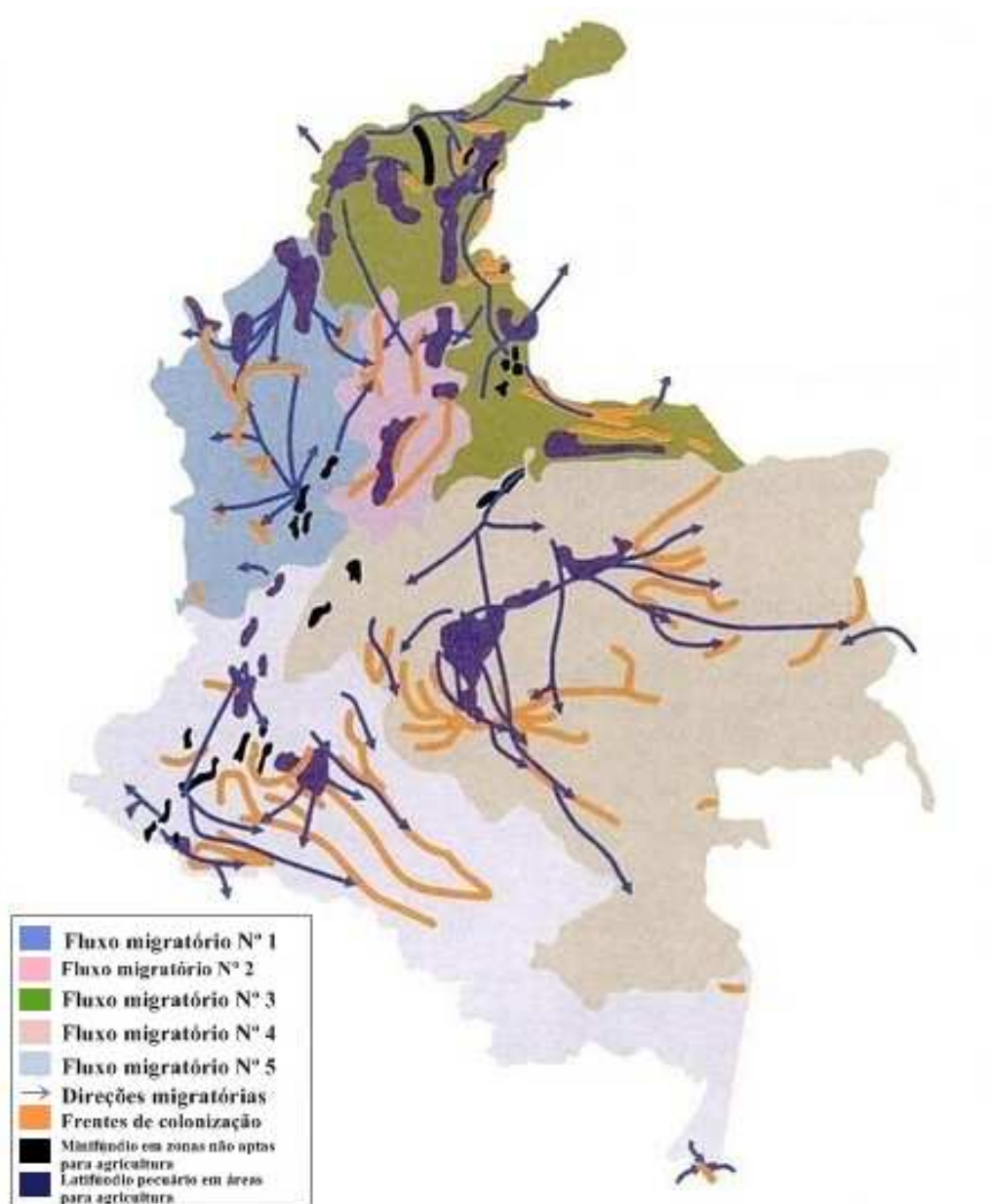
A TMD como evidência da contradição: a luta de classes expressada pelas dificuldades na implantação do programa político e ideológico da CEPAL em contraposição ao proposto pelo Currie e que respondia aos interesses de classe da elite pecuária e rentista da terra.

Retomamos a Fajardo (2002) para abordar como se dá a relação migração-colonização-conflito-migração na qual os departamentos com maior concentração da propriedade tendem a ser os locais epicentro das maiores migrações e deslocamentos forçados pela violência.

Segundo o esquema usado pelo autor pode-se identificar o ciclo migrações-colonização-conflito-migrações, que se tem no período 1960-1980, assim, as zonas com o maior fluxo migratório e avanço da colonização do campesinato colono:

1. Área *llano* aberto: Arauca, Meta, Casanare, e San José del Guaviare; 2. Área *Piedemonte llanero*: Arauca, Meta, Casanare e Boyacá; 3. Área de Caquetá; 4. Área suroeste; 5. Área Urabá; 6. Amazonia; 7. Vales centrais Interandinos: Magdalena Medio. O mapa 1 demonstra os contrastes, os iniciais processos de povoamento advindos com a Colônia e o desenvolvimento desigual dos territórios que deram lugar a uma colonização dispersa, espalhada por todo o território nacional.

**Mapa 1.** Colômbia: fluxos migratórios 1960-1980



Fonte: FAJARDO, Darío; MONDRAGÓN, Héctor; ARCILA, Oscar. Colonización y estrategias de desarrollo (1998, p. 69). Organização pela autora.

Os circuitos estão compostos por uma estrutura baseada em uma cidade principal e polo de desenvolvimento, seguida por cidades em crescimento. Uma estrutura agroindustrial, latifúndio pecuário, regiões de minifúndio e colonização.

No primeiro circuito, o polo é a exploração de petróleo no *Piedemonte llanero*, leste da Colômbia; no segundo seriam as obras de infraestrutura em Putumayo, na zona sul; o terceiro circuito provém de Córdoba, norte da Colômbia e produto do despojo histórico territorial; o quarto circuito conecta a Venezuela e o processo de expulsão dos latifúndios de Cesar e a zona petroleira de Arauca, leste da Colômbia; no quinto circuito não aparecem cidades principais, mas estariam associadas cidades intermediárias e;

sexto circuito mostraria os fluxos através das cordilheiras desde o sul até o norte, associados à produção de café e a incursão do mercado de narcóticos.

Periodizando a reforma agrária, Arango (1987, p. 210) define em quatro etapas as políticas apresentadas nesse período: entre 1962 e 1966, de ação lenta; entre 1967 e 1972 de reformistas; entre 1973 e 1983 de desmonte e, entre 1984 e 1987 de reelaboração, baseado no processo de paz nas zonas de reabilitação.

Em 1961 foi impulsada a Lei 135, como outra lei de reforma agrária, entendida mais como política de contenção das explosivas forças sociais que estavam agitando o ambiente político. Essa lei procurou um uso mais produtivo dos solos por parte dos latifundiários, com prejuízo de expropriação. Com a chegada de um novo presidente conservador no poder, Guillermo León Valencia (1962-1966), foi desmantelada gradualmente, optando por medidas altamente repressivas materializadas nos históricos ataques tanto a Marquetalia, como a El Pato e Guayabero. Com essa lei também foi criado o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCORA), com escassa participação do campesinato.

Arango (1987, p 15) afirma que nos censos agropecuários de 1960 e 1971, se evidenciou o agravamento da concentração da terra, pois os 3.5 milhões de hectares de terras entregues pelo Instituto Colombiano para la Reforma Agraria (INCORA), favoreceram principalmente os médios e grandes capitalistas, por outro lado, se fortaleceram as relações de arrendamento da terra e, por último, a Lei 1ª de 1968, em exercício desde a chegada de Carlos Lleras Restrepo no poder, produziu de novo uma expulsão massiva de arrendatários e parceiros, evidenciado em que somente o 12% dos potenciais beneficiários receberam a terra.

A Lei 1ª de 1968 provocou a queda do preço e na renda da terra, por ser operacionalizada sob um enfoque de indenização e avaliação não comercial, e não como um simples mercado de terras. O estímulo do Estado, novamente, era o aproveitamento dos investimentos feitos em torno de infraestrutura, para estimular aos capitalistas a um maior desenvolvimento no campo e criar ao lado dos sítios camponeses, empresários rurais, que o latifúndio como constelação social proposto por Nossa bem descrevesse (MONDRAGÓN, 2012, p 13).

O campesinato agiu a partir de ações diretas no confronto com o poder latifundiário. Como expressão da vontade do governo de acalmar os ânimos dos camponeses sem terra, nos primeiros anos de 1970 nasce a *Asociación Nacional de*

*Usuarios Campesinos (ANUC)*, cujas rupturas internas evidenciaram duas correntes ideológicas divergentes: uma oficialista, conhecida como *Línea Armenia*, conformada por dirigentes vinculados aos partidos tradicionais e outra mais radical, conhecida como *Línea Sincelejo* que teve uma grande base social em Sucre e Córdoba, a partir da consigna “*tierra para quien la trabaja*”<sup>28</sup>. Esta última conseguiu lançar, em 1971, a Plataforma Ideológica, cuja pauta estava baseada em uma reforma agrária integral a partir de 17 pontos onde se exigia limites à propriedade privada da terra, acesso ao crédito e assistência técnica. Aliado à questão anterior, é divulgado o documento intitulado “*La cuestión agraria es un problema político*” que será a sua linha ideológica. Infelizmente, devido às rupturas ideológicas entre seus dirigentes, não conseguiu responder ao avanço latifundiário, que encerrou temporariamente a possibilidade de uma reforma agrária com o *Pacto de Chicoral*, reunião entre representantes dos latifundiários empresariais em conjunto com o governo, quem decidiram pôr fim às políticas que minimamente tinham feito uma distribuição da terra. A ANUC sofreria uma contínua e sistemática repressão (ARANGO, 1980).

Entre 1971 e 1978 foram realizadas 984 ocupações de terra em 24 departamentos do país (PNUD, 2003), ações encaminhadas à redistribuição de terras e em um contexto de fervilhante mobilização popular, acompanhada de paralisações massivas.

Os governos seguintes realizaram uma abertura política que levou a política de descentralização administrativa e a negociação com vários grupos guerrilheiros, mas igual encerraram a possibilidade de acceder à propriedade pela via das invasões, com a Lei 60 de 1988. Neste fechamento, mais a ação direta dos paramilitares sobre as lideranças sociais e os promotores da toma de terras, significaram o fim das invasões como mecanismo de luta do campesinado. De fato, após o ano de 1993 não se registram ocupações de terras. A violencia logrou abater a luta social [PNUD, 2003, p. 91].

A repressão desatada por parte das forças militares, principalmente, foi particularmente intensa. Assim como a convivência entre os latifundiários e as forças militares e policiais. O gado era enviado aos cultivos para destruí-los, camponeses eram torturados sob os mais brutais mecanismos, inclusive se servindo da exibição pública deles como medida de advertência (VILLEGAS, 1980).

A década de 1970 é outro caldeirão de conflitos. Além das nutridas ocupações de terras por parte da ANUC, finalizando a década de 1970 explode o *Paro Cívico*, que

---

<sup>28</sup> Múnera (Op. cit., pág. 245).



confluía com a herança das lutas que desde inícios dos 70's se davam nas pequenas cidades com forte influência dos sindicatos camponeses (RESTREPO, 2014).

O movimento indígena também apresentava uma dinâmica importante que na época foi evidenciada nas ocupações de terras, que nasce desde os sindicatos agrários, passando pela ANUC, até a conformação do *Consejo Regional Indígena del Cauca* (CRIC), que em 1982 participou na criação da *Organización Nacional Indígena de Colombia* (ONIC). Isso levou ao reconhecimento de 700 reservas em 1964, que não representaram entregas efetivas de terras, mas a titularização ou formalização dos títulos sobre a terra que muito tempo atrás já habitavam<sup>29</sup>. Assim como o sindicalismo:

A taxa de sindicalização sempre tem sido escassa, nos antecedentes do MISI em 1947 era de (4,7%), subiu até o 13,4% (1965) e começou a declinar de tal forma que desceu em 1974 (12,5%) e em 1990 já era só de 6,6% [UNIVERSIDAD EXTERNADO DE COLOMBIA, 2004, apud RESTREPO, 2014, p. 268]<sup>30</sup>.

A mobilização forçada iniciada com a política de Estado patrocinando o assassinato massivo entre liberais e conservadores e que levou a grandes migrações internas que possibilitaram a ampliação da fronteira agrícola, a criação de uma burguesia pecuária, e a posterior extração de rendas da terra por parte do projeto latifundiário, se consolidou menos de 30 anos mais tarde com as políticas de “mobilidade” do campo para a cidade a partir do fomento à urbanização patrocinado pelos *Fondos de Fomento* ou organismos que aliados com a empresa privada, e o estímulo ao crédito, incentivavam diversos setores da economia colombiana.

#### **1.4. As periferias: A acumulação originária na fronteira**

No entanto, no sudeste do país, a emblemática colonização da *Reserva Natural de la Macarena*, veio a receber parte do fluxo migratório constatado anteriormente e que foi processo base para a vinculação de numerosos camponeses à região e à abertura de caminhos e infraestrutura mínima que facilitaria depois a ocupação. A partir deste processo, possibilitou-se a criação de sindicatos como formas de defesa do território e resolução de conflitos, como o que aconteceu depois quando o Estado chegou a expulsar os colonos.

---

<sup>29</sup> MONDRAGÓN, Héctor. Cómo encadenaron a la madre tierra y a la gente. Una historia del norte del Cauca. Disponível na página web: <http://www.semillas.org.co/sitio.shtml?apc=e-b-20155545-20155545&x=20155555>. Acesso em 3 de setembro de 2014.

<sup>30</sup> Boletín Los Sindicatos en Colombia (Una Aproximación Microeconómica) Bogotá. Boletín del Observatorio del Mercado de Trabajo y la Seguridad Social No.7. UNIVERSIDAD EXTERNADO DE COLOMBIA. Bogotá, septiembre 2004. pp. 24 y 25.

Como resultado da luta conjunta do colonato, o Estado aceitou a redemarcação do parque natural no ano de 1989. Neste processo de povoamento e de abandono do Estado nesta região, o narcotráfico emerge como forma essencial de acumulação (ESTRADA, 2007), pois a Colômbia acabava reunindo características desejáveis para a produção de coca e processamento de cocaína, situação que aliada juntamente com as tentativas por parte dos camponeses de instalar as Zonas de Reserva Campesina, mobilizou contingentes de *cocaleros* assentados na região. O resultado foi a real implementação da Lei 160 de 1994 (Lei de Reforma Agrária)<sup>31</sup>, o que possibilitou a criação de quatro *Zonas de Reserva Campesina* nos departamentos de Guaviare, Caquetá e Putumayo, historicamente ocupadas pelo avanço do colonato e que conseguiram levar adiante a luta pela terra.

Onde nasce o sistema de acumulação através da produção de cocaína? A cadeia de cultivo, produção e distribuição associada à cocaína é uma das formas mais eficiente de acumulação de capital na Colômbia a partir dos anos 70. Segundo Alfredo Molano (2011)<sup>32</sup>, a produção de cocaína nos departamentos de Caquetá, Meta e Guaviare se remonta à *bonanza marimbera*, como foi conhecida a produção de maconha na *Sierra Nevada de Santa Marta*, extremo norte da Colômbia, em 1960<sup>33</sup>. A maconha chega nos anos 50 das mãos de estudantes mexicanos de agronomia, que trouxeram à Colômbia uma semente que se adaptou bem e gerou uma variedade muito apetecida pelos jovens chegados no programa *Corpos de Paz*, originado pelo então congressista John F Kennedy em 1960<sup>34</sup> e que, igual que o programa *Alianza para el Progreso*, pretendia evitar possíveis levantes comunistas, situação que estimulou um pequeno mercado que foi aproveitado e expandido.

Segundo outra versão, também baseada na história oral, desde os anos cinquenta já se plantava maconha em Valle, Antioquia, Caldas, Risaralda, Atlântico e Magdalena,

---

<sup>31</sup> Esta lei define, entre outras coisas, a entrega de baldios mediante a *Unidad Agrícola Familiar*, denominada como “empresa básica de producción agrícola, pecuaria, acuícola y forestal cuya extensión, conforme a las condiciones agroecológicas de la zona y con tecnología adecuada, permite a la familia remunerar su trabajo y disponer de un excedente capitalizable que coadyuve a la formación de su patrimonio” (Congreso de Colômbia, Lei 160 de 1994,).

<sup>32</sup> MOLANO, Alfredo, 2011. Vídeo Coca. Disponível na página web: <http://otramerica.com/mapas/donde-nace-la-coca/3261> Acesso 29 janeiro de 2015.

<sup>33</sup> Molano (2001) aponta também que o desenvolvimento do contrabando tem raízes culturais na época da Colônia, onde os comerciantes da região utilizavam como um enlace contínuo os rios Ranchería, Magangué, Cesar entre outros, para não pagar tributação a Coroa pelas mercadorias vindas de Holanda e Inglaterra.

<sup>34</sup> Entre 1961 e 1981 participaram desse programa 4.638 voluntários, que se desempenhavam nas áreas de nutrição, educação, saúde, agricultura, entre outros (ACEVEDO, et al). Memoria de violencia, la bonanza marimbera em Santa Marta, 2012. Acceso 15 fevereiro de 2015. Página web: <http://oraloteca.unimagdalena.edu.co/wp-content/uploads/2012/12/Memoria-de-violencia-la-bonanza-marimbera-en-Santa-Marta-1.pdf>

com sementes trazidas de Magdalena e Antioquia, chegando inclusive a exportar de Santa Marta para Florida – (EUA) pacotes da planta.

Segundo Molano (2011), os possíveis contatos com jovens que teriam ido para a Guerra de Vietnã, deram as bases para expandir o mercado e pacotes de maconha cada vez maiores, que foram exportados da Colômbia. Outra versão aponta que o mercado foi expandido pelos marinheiros estadunidenses que desembarcavam no porto de Santa Marta pela exportação de banana. Tal mercado foi expandido pelas famílias dos departamentos da Guajira e Santa Marta, que estabeleceram relação direta com contrabandistas estadunidenses e que desenvolveriam relações mafiosas de maior alcance. A maconha foi plantada no norte da Colômbia, na região de Urabá e Bolívar, também nos *Llanos Orientales* e *La Macarena*, entre os rios Guaviare e Ariari, estas ultimas regiões de expansão da fronteira agrícola. Por fim, o exército estadunidense em conjunto com a polícia colombiana, atacou as principais organizações envolvidas e o negócio continuou nos EUA, onde a legalização da produção na Califórnia permitiu melhores condições para a ampliação do negócio.

O cultivo e distribuição de maconha foi um ensaio geral para a produção de cocaína, pois tem uma relação territorial diretamente proporcional (MOLANO, 2011). É muito importante destacar, também, a particularidade da economia ilegal, que através de mecanismos diferentes deturpa o preço segundo o risco da atividade envolvida. O trecho do vídeo de Alfredo Molano é significativo:

[...] no ano de 81, 82 teve uma súper produção de base de coca na zona de La Macarena. Havia coca *venteada* por todas partes, os rios cheios de coca, os depósitos cheios. A coca caiu nesse momento de 100 mil *pesos* que se estava pagando o kilo, a 30 mil, o que que o povo fez? Dedicou-se tranquila e docemente a cultivar milho de novo. E já tinha conhecido a bonança, já tinham motor fora de borda, já a casa não era de madeira senão de material, já tinham modos [...] Tem outro fenômeno interessante: quando descia o preço da coca, a pulverização aumentava imediatamente [...] Havia uma consistência perfeita entre esses dois fenômenos, e isso o conhecia todo o mundo [MOLANO, 2011].

O presidente Alfonso López Michelsen inaugura o pacto mafioso com a elite mafiosa –germe do que seriam as organizações narcotraficantes–, através da *ventanilla siniestra*, como foi chamada a operação de branqueamento de capital ou lavagem de dinheiro produto da exportação de maconha e que introduziu centenas de milhões de dólares na economia colombiana, com o aval do *Banco de la República*. Tal manifestação se repetiria como uma constante ao longo do processo acumulativo através do narcotráfico.

[...] é válido afirmar que cada fase de acumulação capitalista tem produzido sua própria ilegalidade. Não estamos, pois, frente a um simples “agente parasitário” estranho ao bloco de poder, senão frente a uma fracção da classe dominante e, o que é mais importante, estamos frente a uma parte da engrenagem de um bloco transclassista em cujo interior a função hegemônica é desenvolvida pelos estratos mais ricos e poderosos, sejam esses legais ou ilegais (ou uma combinação dos dois) que facilmente poderiam ser definidos como uma autêntica “burguesia mafiosa”, parafraseando a Hobsbawm [ESTRADA, 2007, p. 33].

A economia colombiana estava assim assentada na economia ilegal produto dos narcóticos. Em 1978, a maconha representava quase o 39% das exportações nacionais, 7,5% do PIB nacional e 29% do setor comércio (MEDINA, 2012). Tal acumulação permitiria o aparecimento de dois grandes carteis do narcotráfico: Medellín e Cali.

As ações dos narcotraficantes têm afetado duplamente ao setor camponês: de uma parte, as mudanças induzidas pelos narcotraficantes nos usos do solo, em particular naquelas zonas onde tem se mudado a vocação agrícola dos sítios pelo desenvolvimento de atividades pecuárias, têm deixado sem emprego a muitos dos trabalhadores rurais; de outra parte, as ameaças ou o emprego da violência física vem obrigando ao campesinato a vender ou deixar abandonadas suas parcelas. Desta forma, o modelo “Magdalena Medio” tem incidido desfavoravelmente sobre a agricultura, particularmente sobre a produção da economia camponesa; e tem induzido um rápido processo, pela via da modernização e desenvolvimento do capitalismo pecuário, no marco de um acelerado processo de “contrarreforma agrária” [MINISTERIO DE AGRICULTURA, 1990, p. 158].

Por outro lado, no sudeste da Colômbia, especificamente nos departamentos de Caquetá, Guaviare e Putumayo, *cocaleros* se mobilizavam para conseguir reconhecimento legal das terras e uma distribuição. Porém, apesar de ter sido feito no calor de uma nova Constituinte, não ficou incluso dentro da nova constituição e somente até 1994 seria decretado como lei o acesso as terras como parte da reforma agrária (Lei 160 de 1994). O único representante camponês na *Asamblea Constituyente* em 1991 foi Marcos Chalita, camponês colono ex-ANUC e guerrilheiro do Movimiento 19 de abril (M-19)<sup>35</sup>. A escassa representação é prova fiel da brutal repressão que viveu o movimento camponês via torturas, mortes, ameaças, etc.

No governo de Misael Pastrana Borrero, realizar-se-ia a Lei de 1973, mais conhecida como *Pacto de Chicoral* e chamada de *chicoralazo* pela ANUC. Esta lei beneficiou aos latifundiários na redução de impostos sobre a propriedade e impediu a expropriação das terras que estivessem ocupadas. Se enfraquece o Instituto Colombiano para la Reforma Agraria (INCORA) e as orientações se encaminham para a

---

<sup>35</sup> Grupo guerrilheiro nascido em 1974 como represália à fraude eleitoral da eleição presidencial de Misael Pastrana Borrero em 1970.

implementação do programa Desarrollo Rural Integrado (DRI), procurando uma inserção definitiva no mercado da agricultura sem atingir a grande propriedade, como Nossa (1971) advertia com o latifúndio como constelação social. Assim, enterra-se a reforma agrária e triunfa o plano econômico de Currie (1950), porém Villamizar (2012, op cit., 331) faz a seguinte provocação, na qual liga a necessidade da aliança entre as burguesias para a liberalização dos mercados que se veria depois:

O caso colombiano revela um capítulo escondido na historiografia da CEPAL. Toda a literatura principal tem centrado seu interesse na industrialização por substituição de importações, o que não é um erro, mas sim uma verdade incompleta. A estrutura do pensamento cepalino revela um interesse marcado pela agricultura. As avaliações por países incluíram esse componente já nos anos cinquenta e nos sesenta. Através da integração com a FAO criou-se o CIDA e desde ali as análises cepalinas mostraram a necessidade de dividir o latifúndio, desincentivar os minifúndios e promover as unidades agrícolas intermédias. De maneira que o modelo de industrialização sempre esteve amarrado à necessidade de satisfazer a capacidade agroalimentaria dos países, não era com importações agrícolas senão com produção agrícola própria que os países poderiam iniciar seu processo de sair do subdesenvolvimento [VILLAMIZAR, 2012, p. 331].

Seria no governo de Misael Pastrana Borrero que as teses de Lauchlin Currie se desdobrariam no programa *Las cuatro estrategias*, que centrava a sua análise numa relação oferta alimentos no campo – demanda de bens na cidade, na que esta última aumentaria a partir das ondas migratórias à cidade de um campesinato “pouco rentável” e que já tinha sido esboçado no programa *Operación Colombia*:

O modelo traçado por Currie sustentou-se em uma explicação de cinco eixos: o primeiro, a existência de uma sociedade dual, de um lado, uma enorme população em situação de desemprego disfarçado e de outro, um capital ocioso abundante; o segundo eixo, imobilidade de capital ocioso nas cidades e mão de obra sobrando no campo. Por isso, o que fazia falta era capital suficiente para pôr todo o potencial humano a trabalhar em forma produtiva – capital que, ao igual que nas propostas da CEPAL, seria trazido do exterior -; o terceiro, a identificação de um setor líder que absorvesse a maior quantidade de mão de obra não qualificada; o quarto, a criação de um mecanismo financeiro para pôr em marcha esse setor; e o quinto, sugeria que a criação de empregos mais produtivos e melhor remunerados na cidade quebraria a imobilidade do campesinato que iria até as cidades na busca de melhores salários [VILLAMIZAR, 2012, p. 323].

Esse momento mostraria a maciça aliança entre as burguesias da pecuária, do arroz e da banana, herdeiras da Frente Nacional e expressivas nas diferentes etapas que o Modelo de Sustitución por Importaciones (MISI) passou. Tal pacto se evidenciou no aumento contínuo dos preços dos alimentos por cima do *Índice de Precios al Consumidor* (IPC):

A manutenção do pacto com os agricultores, que lhes permita gozar de elevados níveis de proteção, deu lugar a que entre 1955 e 1990 o crescimento

do preço dos alimentos em 70% dos anos fosse superior ao IPC<sup>36</sup> promédio. Enquanto o IPC total cresceu, nesse lapso, a uma taxa média anual de 16,6% os alimentos o fizeram a uma taxa anual promédio de 18,7% [MISAS, apud RESTREPO, 2014, p. 280].

Nessa dinâmica, a CEPAL chegaria a propor uma reforma agrária. Currie (1950) evidencia a importância da política local e o papel do Estado dentro da engrenagem do processo de reprodução do capital. Herdeiro ideológico das premissas neoliberais e de ajuste estrutural do Banco Mundial, opositor das propostas cepalinas de fortalecimento do setor industrial e investimento no setor agrário, lavrou seu caminho ao poder dentro do Estado a partir das amizades políticas que fez através dos anos, que no final o converteram em um dos intelectuais mais influentes na economia e política colombianas e propulsor como ninguém das políticas do ajuste estrutural.

Lauchlin Currie lograria encerrar muito bem a vitória latifundiária no *Pacto de Chicoral* e a derrota das propostas que tinham sido feitas, mesmo desde organismos como a CEPAL, distantes de ideias radicais. Simbolicamente expressaria a figura do poder latifundiário que começou a construir desde que chegou a Colômbia e dedicando-se a trabalhar na sua empresa pecuária. Aqui se fecharam definitivamente as portas para uma reforma agrária e com isso a vitória de um modelo de desenvolvimento baseado na concentração da terra, típico de uma república senhorial e que perduraria até a atualidade.

A vitória do pensamento de Currie acima da CEPAL é a expressão continuada do primeiro distanciamento que as elites conservadores dos governos anteriores à Ditadura Militar e posteriores dentro da Frente Nacional mostraram para o projeto cepalino, situação que também seria reflexo do contexto mundial de guerra fria<sup>37</sup>. É de extrema importância assinalar que é a mesma burguesia pecuária quem financiará ao paramilitarismo na Colômbia, como estratégia contra-insurgente e com clara convivência

---

<sup>36</sup> O *Índice de Precios al Consumidor* (IPC) é um indicador realizado mensalmente pelo Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE) que mede a evolução do custo médio da cesta básica representativa de bens e serviços de um lar colombiano, com relação a um período base.

<sup>37</sup> Em uma entrevista entre Rocío Londoño ao presidente Alfonso López Michelsen (1974-1978), é de salientar a significativa opinião dele sobre o Frente Nacional.

Rocío Londoño: Passando a outro tema. Os informes do *Servicio de Inteligencia Colombiano (SIC)*, alguns dos quais reapossam no arquivo do *Ministerio de Gobierno*, indicam que a Guerra Fria teve bastante incidência na percepção que o governo, o exército, a igreja e muitos dirigentes liberais e conservadores, tinham sobre os conflitos sociais do país. Tal vez por isso produz-se a toma militar de Marquetalia, e de aí que **estemos como estamos ...**

Alfoso López.: A Guerra Fria na Colômbia tem um nome: Frente Nacional. Quantos anos durou a Frente Nacional? Dezesesseis anos que quase coincidem com a Guerra Fria. Esta esquentou-se depois de terminada a Segunda Guerra Mundial, quando surge a rivalidade entre a Rússia e os Estados Unidos. Inclusive as personagens coincidem: Alberto Lleras é o homem da OEA, com sede em Washington, e nesse momento a OEA era, como se dizia pejorativamente, o Ministério das colônias. E ele prolonga na Frente Nacional toda essa filosofia (LONDOÑO, 1999, p. 81).

por parte do Estado, e que a partir da repressão desarticulará sanguinariamente ao movimento social de raiz agrária no país e permitirá um processo de acumulação baseado na concentração da terra e expansão do capitalismo.

É comum que se afirme que houve uma mudança a partir das medidas tomadas no Consenso de Washington em 1989. Porém, o agenciamento desse pacto provém dos arranjos estatais pelos quais o avanço do capitalismo foi deixando os rastros e que provêm da década dos anos setenta. Restrepo (2014, p 578), sinaliza quatro objetivos estratégicos que traçaram o consenso:

1. O ataque à soberania estatal
2. Dissolução de ativos fixos estatais para promover a privatização<sup>38</sup>
3. Enfraquecimento da capacidade do Estado e o conjunto da sociedade dentro do projeto de nação de controlar o entesouramento, circulação e mobilidade do capital.
4. Enfraquecimento da participação dos ingressos para as classes não capitalistas e diminuição da capacidade de negociação dos excedentes econômicos.

Tais objetivos são enquadrados em dois ciclos. Os dois momentos das reformas de primeira geração, cujo elemento detonador é a dívida externa: um de choque, que implicará a contração do gasto social e em contraste a privatização dos serviços públicos e aumento da poupança para pagar a dívida, o outro o ajuste estrutural, que consolidou as bases para que a anterior situação não se repetisse e pelo contrário, minimizara o Estado de tal forma que o mercado tivesse via livre para fortalecer os mecanismos financeiros, preciosos para a alta rotação do capital e o cumprimento dos objetivos acima expostos.

Descentralização, luta contra a pobreza e participação cidadã, eis três dispositivos importantes que se anunciam desde a década de setenta como parte de uma estratégia de extensão dos mercados, desmonte do Estado interventor e enfraquecimento da classe trabalhadora assalariada e sindicalizada [RESTREPO, 2014, p. 275].

A partir do anterior, se mostrará que na Colômbia os impactos desses três elementos, iriam desestruturar principalmente o projeto de classe camponesa, cuja reivindicação pela reforma agrária seguiria sendo transformado em contrarreformas agrárias. A violência, como tem se visto ao longo do texto, acompanharia de novo e fielmente tal processo.

A legalização do despojo de terras se expressou na diminuição do *colonato* e o progressivo aumento na propriedade da terra, o que expressava a vitória do latifundiário

---

<sup>38</sup> Em uma clara tentativa de **redução** de capital fixo por capital variável que depois seria mais enfático com a financeirização.

sobre o camponês colono, que ao expulsá-lo de suas terras colocava gado para cadastrar a ocupação e legitimar o título. Por outro lado, o impacto das reformas agrárias na desconcentração da terra foi mínimo: em 1960 era de 0,8677 e em 1988 passou a 0,84403:

Nas zonas em conflito a forma “em propriedade” supera o 90%, e ainda mais nos departamentos de maior violência como é o caso de Córdoba que alcança o 95%. No que respeita ao colonato, participava em 1988 nestas zonas com só o 3,3%, enquanto que em 1960 alcançava a significar quase de 14%; deste modo, enquanto que o total nacional a forma de tenência, “colonato” perdeu significância em um 59%, nas áreas de maior conflito o fez em um 76%; assim mesmo, o aumento na forma “em propriedade” foi mais rápida nas zonas de conflito com respeito ao total nacional [MINISTERIO DE AGRICULTURA, 1988, p. 155].

A descentralização como forma de canalizar as transferências de recursos começa a ganhar terreno: A criação do programa Desarrollo Rural Integrado (DRI) fez-se sobre o enterro do INCORA e o objetivo principal era a modernização do campo.

A participação cidadã se mostrava na tensão entre movimento organizado vs cidadania, cujo contexto nacional era a paz, como mecanismo de negociação geral, expressado no *Plan Nacional de Rehabilitación PNR* e nos *Consejos de Rehabilitación*. Ali a era colocada a interlocução sobre temas territoriais; orçamento mediante contratação pública.

Assim, os instrumentos de intervenção territorial destinados à população em geral, em claro fortalecimento da cidadania, eram focalizados em um território e mediante contratação pública. Põe-se em marcha a burocratização do movimento social com os modelos de contratação com o Estado, que tiram do cenário a sindicatos. Os direitos se transformam lentamente em reivindicações a ser pautadas em contratos com o Estado. Na mesma marcha as desigualdades que o modelo centralista herdeiro da Frente Nacional tinha enraizado no território nacional aumentam consideravelmente, por conta do modelo de acumulação baseado nas rendas financeiras.

No mandato do presidente Alfonso López Michelsen (1974 - 1978), implanta bruscamente várias mudanças de acordo com o padrão neoliberal vigente, que levam a uma diminuição considerável dos ingressos: o encarecimento dos serviços públicos, o aumento do preço da cesta básica familiar. Como consequência, a população se levanta e as centrais sindicais convocam a uma paralisação que atingiu todo o país (RESTREPO, 2014), sendo reprimida por Turbay Ayala através do *Estatuto de Seguridad*.

Assim se dá início aos Movimentos Cívicos Regionais, expressão do enfraquecimento do movimento sindical (incluído o agrário) que fortaleceu as esferas locais, nos bairros nas cidades e no campo nas cidades menores.



A maioria das 300 paralisações acontecidas entre 1971 e o ano ante-sala das leis de descentralização em 1985, situaram-se em pequenas vilas entre 10.000 e 50.000 habitantes. As cidades intermédias, ou seja, com relativa presença estatal e mercados regionais haviam crescido principalmente em habitantes e necessidades que em dotações de serviços públicos [RESTREPO, 2014, p. 319].

No caso do movimento cívico do *Oriente Antioqueño*, a mobilização esteve marcada pela chegada dos megaprojetos associados à geração de energia o que tem a ver com as nascentes demandas de uma economia a ser inserida com mais força no mercado mundial.

Enquanto o centralismo é fruto da Frente Nacional, as guerrilhas seguiam ganhando terreno nos espaços periféricos que o projeto centralista desdenhou. Como consequências: a irrupção paraestatal expressada nas diversas formas de impor a ordem e a autoridade, assim como a administração do território por parte de experiências de resistência emergidas no nível local, e depois expandidas ao regional, como forma de luta contra os efeitos diretos da chegada do neoliberalismo nos territórios. Essa luta em muitos casos se repelia e atraía com a luta através das armas que diversos grupos guerrilheiros iniciaram como resposta à avassaladora repressão, da que o Estado foi o principal acionador.

Belisario Betancur (1982-1986) pretende retomar as políticas protecionistas, mas a dívida externa e poucas reservas em moeda estrangeira explodem como uma bomba interna obrigando a adotar políticas de ajuste estrutural, acudindo aos organismos de crédito. Inicia uma comissão de paz que assina acordos com as FARC, EPL, M-19 e Movimiento Autodefensa Obrera (ADO); também com frações ELN em 1985 (RESTREPO, 2014, p 339).

O governo oferece descentralizar, porque o centralismo começou a aparecer como consequência das revoltas e o clima de tensão vivido no país. Em 1982 todos os candidatos ofereceram a descentralização dentro dos seus planos de governo. Porém, a descentralização adquiria diferentes tonalidades dependendo dos interesses a ser servidos: para o desmonte do Modelo Industrial de Sustitución de Importaciones (MISI), precisava deter a intervenção do Estado e ampliar o mercado nacional, desmontar a burocracia da implantação das políticas públicas, tudo se dirigindo a um processo de privatização do que a Constituição de 1991 seria garante.

Por isso, a descentralização chega como um processo fragmentado onde cada posição tem uma proposta diferente de país, construída historicamente como parte da luta de classes. É o produto social da geopolítica da luta de classes.

Betancur deu uma virada importante na política social, ao apostar á resolução de conflitos, amnistia no que se chamou de Apertura Democrática, onde se encontrava presente, a descentralização política, fiscal e administrativa. É de sublinhar que o seu governo se distancia da política estadunidense ao fazer parte do *Grupo de Contadora*, que junto com os presidentes de México, Panamá y Venezuela, buscava mediar o conflito armado em Nicaragua, Guatemala e El Salvador.

No governo do presidente Virgilio Barco foi expedida a Lei 30 de 1988, que mudou o conceito de reforma agrária distributiva para uma comercialização de terras, ou mercado de terras. As políticas de subsídios à oferta e não à demanda de terra fizeram impossível o procedimento de expropriação vigente até o momento, mas o golpe frontal ao campesinato foi a proibição da aquisição por parte do Estado de prédios invadidos, ocupados *de facto* ou perturbados pela violência. A exceção da norma para prédios ocupados antes da lei foi a escusa para que latifundiários cometessem massacres e desapareições forçadas de camponeses.

O campesinato junto com o movimento indígena reagiu unificando um projeto de lei alternativo, que foi barrado. Segundo Mondragón (2002, p. 10):

A nova lei consagrou o reconhecimento aos proprietários da renda absoluta e da apropriação da parte da renda diferencial gerada pela sociedade ou pelas obras do Estado. Porém, do projeto altermo se logrou conquistar que fossem pagadas em efetivo somente as melhorias, no entanto que o preço somente da terra se pagava em bonos a 5 anos. Trás a expedição da lei 30 as aquisições do Incora cresceram até alcançar 96.098 hectares durante 1992, infortunadamente a preços altos, como tinham previsto as organizações camponesas e indígenas [MONDRAGÓN, 2002, p. 10].

Assim, várias razões confluíram para que fosse feita a eleição popular de prefeitos, que foi a consequência lógica de um crescente fortalecimento dos governos locais. Restrepo (2014) argumenta que por um lado, a importante transferência de recursos e delegação de competências, somada à estabilidade no governo por 2 anos, fizeram atrativa a possibilidade da via eleitoral como forma de estabelecer poder popular. Os dados sobre a alta rotação nos cargos durante a Frente Nacional são categóricos: 6 meses para prefeito e 9 meses para governador (RESTREPO, 2014, p. 349).

### **1.5 Traços da descentralização: O modelo de participação cidadã como estratégia de desarticulação de classe.**

Os impactos do contínuo fluxo-refluxo do movimento social enquanto classe na participação cidadã começa com o reconhecimento às *Juntas de Acción Comunal* dos

municípios e da cidadania (5% censo) no que seria os Acordos Populares derivados das Consultas Populares. Porém, o Estado excluía assuntos de extrema importância, como os impostos, a estrutura da administração, a ordem pública e a justiça.

A descentralização administrativa começa em 1986, onde a partir da Lei 11 de 1986 criam-se municípios e suas respectivas funções delegadas pela nação e os departamentos, assim como promove sua associação e a subdivisão interna entre comunas e *corregimientos*. Após alguns anos, no governo de Virgilio Barco, se descentralizam assuntos como a administração da água potável, a assistência técnica agropecuária e a economia camponesa em geral, assim como obras de infraestrutura como aquedutos e caminhos rurais.

Tal política abriu caminho para a consolidação de uma subcontratação com o setor privado, que seria o natural herdeiro das elites políticas que haviam detido o poder antes das políticas descentralizadas. Ao nível dos recursos financeiros, no período do MISI se fortaleceram os setores econômicos na escala departamental, agora na descentralização fiscal, se concentra nos municípios (RESTREPO, 2014, p. 355).

A Descentralização fiscal plasmou-se nos aportes crescentes que já se contavam com os antecedentes de participação no *Impuesto a las Ventas* e em 1968 no *Situado Fiscal*, que recebia transferências da nação para o desenvolvimento local. Mas foi no período de 1982-1985 que o Banco Mundial injetou uma importante soma de recursos, que passou de 3,5 milhões de dólares a mais de 20 milhões em 1985 que foram destinados à infraestrutura urbana, como aquedutos, mercados etc. (RESTREPO, 2014, p. 360).

O confronto definitivo com a *Frente Nacional* foi a desestruturação das redes clientelistas bipartidistas que suportavam coesionalmente a administração dos recursos que de por se já eram distribuídos desigualmente ao longo do país. Porém, a ilusão de uma maior participação vê-se opacada pela incursão de mais sujeitos que irrompiam com a força das leis do mercado e ameaçava agora a partir das leis implacáveis da economia de mercado, os novos recursos que deviam ser administrados eficientemente a nível local. Foi uma porta aberta à privatização que chegaria com força na *Constitución de 1991*, que estrearia o novo “poder cidadão” escondido após anos e anos de paralisação bicolor na esfera política.

As bases para a financeirização a partir das transferências às entidades territoriais foram expressas na Lei 14 de 1983 (de recursos próprios), que se concentraria no setor bancário para respaldar obras de infraestrutura exigidas pela população. Esta que

privilegiaria aos municípios de menos de 100.000 habitantes, justamente nos quais tinham se apresentado a maior parte de paralisações e marchas cívicas na década de setenta e oitenta.

Enquanto a descentralização reparte em *todos os territórios* recursos, competências e autoridade, os programas nacionais *selecionam lugares* de focalização e articulação “integral” de intervenções. Enquanto a descentralização gera um *direito adquirido e estável* para os territórios, os programas são *seletivos e redirecionam aleatoriamente* por quadriênio os locais de intervenção. Enquanto a descentralização fortalece o ordenamento territorial e cada um de seus níveis, os programas constroem uma autoridade paralela e excepcional [RESTREPO, 2014, p 369].

A quantidade de transferências aumentou de acordo com indicadores de pobreza e não de número de habitantes e uma nova reconfiguração espacial se gesta: criam-se novos departamentos, as reservas indígenas seriam ETIS (Entidades Territoriales Indígenas).

A descentralização possibilitou a escolha de prefeitos e governadores com um distinguido prontuário tanto de esquerda como de direita, assim que no bolo a repartir entraram tanto ex guerrilheiros quanto paramilitares e narcotraficantes. O processo de desmobilização de várias guerrilhas, como el Partido Revolucionario de los Trabajadores (PRT), Movimiento Armado Quintín Lame (MAQL), M-19, Ejército Popular de Liberación (EPL) e uma fracção do Ejército de Liberación Nacional (ELN), permitiu nutrir essa crescente participação cidadã.

[...] a expansão paramilitar chegou a 223 municípios e ali se fortaleceram novos grupos que elegeram um tércio do congresso em 2002, conquistaram mais de 250 prefeituras em 2003 e ampliaram sua representação parlamentária em 2006 [VALENCIA, apud RESTREPO, 2014, p 399].

Já nos referimos no início à espacialização da luta de classes. O cenário da luta de classes é o espaço e na riqueza do singular-universal-particular, podemos entender a complexidade do feito de que a mesma *vereda* Marquetalia do município de Planadas no sul do Tolima, seja também o mesmo cenário da aposta territorial do *Resguardo Nasa Wesh* onde em 26 de julho de 1996 celebrou-se o início dos diálogos de paz entre as Autoridades do Resguardo e as FARC. O que se quer sublinhar deste evento é o exercício da autonomia territorial.

As comunidades indígenas chegam na região em 1904 fugindo da guerra bipartidária entre liberais e conservadores, que começou a albergar colonos a inícios da década de 40, quando começam a ser mais visíveis os estragos do deslocamento forçado produto da guerra. Uma relação entre violência, fluxos migratórios e fronteira agrícola

desenhando as linhas do desenvolvimento forçado no campo. Depois de 1948, a chegada de pessoas não indígenas aumentou consideravelmente, dividindo a comunidade entre o assentamento de camponeses fugindo da violência bipartidária e as comunidades indígenas assentadas desde inícios do século. O resguardo divide-se: uma parte armada que toma as decisões. O Exército aproveitou a situação para armar a comunidade e militarizar o território a partir da premissa de quem está armado. A situação virou insustentável quando começaram a aparecer mortos entre guerrilha e indígenas, muitos da mesma família.

Nesse diálogo de paz foram colocados três aspectos principais em exercício da autonomia sobre o território: como organização indígena não deviam estar armados; a guerra não faz parte dos princípios do povo indígena e, economicamente, não favorece à comunidade (CAVIEDES, 2007). O MAQL nasce a mediados da década dos 80's contra os ataques dos paramilitares pela apropriação de terras em territórios indígenas. As comunidades decidem fazer diálogos de paz por entender que a hierarquia dentro da comunidade não podia estar dada por uma participação política armada, senão pela própria cosmovisão e cultura ancestral, onde a paz é a água, que leva o mal inconveniente para a comunidade.

Organizações indígenas que exigiam a desmilitarização de seus territórios, com alusão à força pública e a todos os grupos armados irregulares; também ao seio do Quintín Lame o debate sobre se correspondia consolidar uma perspectiva guerrilheira e passar à expansão territorial através de várias frentes ou atender definitivamente à dinâmica autônoma do movimento indígena e favorecer suas condições de interlocução e participação política; além disso, no plano militar e de segurança teve cuestionamientos diante a incapacidade deste grupo para garantir proteção diante o desdobramento paramilitar em curso – no meio de reiteradas denúncias de colaboração ou permissividade da força pública com os paramilitares -, e assim mesmo se colocava de presente que a existência do grupo armado pro indígena se utilizava como justificativa para o tratamento repressivo ao movimento social [CAVIEDES, 2007, p. 14].

O MAQL não respondia eficientemente como aparelho militar frente à convivência entre forças armadas paramilitares e do exército colombiano. Desmobiliza-se em 1991 junto com M-19 e outras frações guerrilheiras. Fez parte da *Coordinadora Nacional Guerrillera* e *Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar*.

No território é onde a violência gesta em si mesma sua própria contradição: a paz. Isto só é possível a partir da construção contínua de resistência materializada em lutadoras e lutadores como Juana Julia Guzmán, Manuel Quintín Lame, Jorge Eliécer Gaitán, Juan de la Cruz Varela, Guadalupe Salcedo, Álvaro Ulcué Chocué, entre muitos outros e outras.

No Oriente *antioqueño*, os movimentos cívicos conseguiram criar uma das primeiras propostas de ordenamento territorial regional e na Costa Caribe disparou-se uma forte mobilização política em 8 departamentos: Atlántico, Bolívar, Sucre, Cesar, Córdoba, Magdalena, Guajira e o *Archipiélago de San Andrés y Providencia*, que pressionaram pela criação de *Consejos Regionales de Planificación Económica y Social* CORPES; *Federación Colombiana de Municipios* e *Conferencia Nacional de Departamentos*.

Porém, mecanismos como a não obrigatoriedade da participação cidadã, a excessiva regulamentação e a incapacidade de decidir sobre aspectos de transcendência, foram diminuindo a vontade de participação que, somado à crescente repressão da parte de 5 grupos armados: Exército colombiano, guerrilhas das FARC, ELN, EPL e o paramilitarismo, quebrariam a abside cívica popular que tinha se hasteado como conquista.

O símbolo de tal contradição foi o partido *Unión Patriótica* (UP), nascido após os *Acuerdos de La Uribe*, diálogos de paz entre o governo de Belisario Betancur e a guerrilha das FARC. Em 1984 conseguiu uma quantidade significativa de votos, e a violência se concentrou contra a sociedade civil, visível nas decisões políticas na hora da votação. Inauguram-se os massacres, como atos de sevícia frente aos espaços abertos de suposta participação cidadã. O *Masacre de Segovia* é o emblema desta contradição: mais de mil lideranças sociais e sindicais foram assassinadas (RESTREPO, ANO, p. 408). O programa político da Unión Patriótica:

Dedicaria o 6% do Orçamento de Estado à reforma agrária e conservaria formas de pago similares à Lei 35, com bonos ao longo prazo e baixos interesses, o que faria mais viável a reforma. Outro ponto novedoso é estender o DRI a todos os adjudicatários do Incora, tendendo a uma reforma integral e reduzindo as necessidades de terra, mediante a intensificação da agricultura; de fato, um camponês precisaria segundo o Incora 22 hectares, em zonas DRI de Córdoba e Sucre 10.9 hectares e em áreas DRI do *Oriente antioqueño* 3-5 hectares [ARANGO, 1987, p. 218].

Desta forma se expressa a pugna entre o modelo de descentralização proposto pelas bases sociais (sindicalismo, movimento indígena, camponês, negro, movimento cívico) em um momento de ascenso da luta social no qual as vias legislativas são mais um mecanismo de reorganização popular, e a reação desmedida e violenta por parte do Estado, que através do paramilitarismo empreende um processo de recentralização, depois de constatar o perigosidade de jogar com as armas da democracia.

A descentralização cortou os recursos e o desmonte das instituições destinadas à reforma agrária:

O crédito de incentivo rural, desmontado gradualmente, especialmente desde 1987 e para 1997 já somente cobria o 7% dos produtores. Recebeu o golpe de graça com a liquidação da *Caja Agraria*. Morreu o *Himat* (que adequava as terras), nas mãos da corrupção. O *Incora* bloqueado pelos políticos em cada região recebe cada ano menos orçamento, em uma relação inversa com a necessidade de reforma agrária, agravada pelo incremento diário dos deslocados pela violência. O *DRI*, sem financiamento e sem o *ICA* que era sua alma, está no pavilhão da morte [MONDRAGÓN, 2002, p. 17].

Com isso, as Políticas de Ajuste Estrutural orientaram o Estado a processos de descentralização, concentrados no desmonte da institucionalidade que devia garantir os direitos fundamentais. Isso levou a um aprofundamento na privatização do aparelho estatal e abriu as portas para diversas fontes de financiamento, entre elas a cooperação internacional, créditos entre outras, em consonância com a necessidade do capital de encontrar na esfera financeira maiores possibilidades de acumulação.

### **1.6 A Constituição de 1991: Consolidação de um regime**

A Constituição de 1991 é um divisor de águas enquanto consolida o processo de desarticulação do movimento social a partir da descentralização. Configura também um novo ordenamento territorial que possibilita a expansão do capitalismo a partir da implementação de políticas específicas. Na tentativa de colocar a democracia como garantia da liberdade no reconhecimento de cada indivíduo como *cidadão* e a subscrição a um suposto *acordo social*, na Colômbia esse também vai ser o reflexo das contradições de uma sociedade dividida em classes, cujo espaço agrário será fruto de uma fragmentação encaminhada a uma nova divisão e produção capitalista do espaço.

As estratégias do Estado-Nação colombiano, re-modernizado a partir da nova constituição, estiveram definidas por uma dicotomia: ocultar ao campesinato como sujeito político, e ao mesmo tempo, reconhecê-lo para transformá-lo e convertê-lo em empresário.

A nova carta política colombiana expressa um arranjo jurídico que em seus vazios e contradições deixou de fora o campesinato como sujeito na ordem sociopolítica existente. Somente no artigo 64 menciona-se o camponês como *trabalhador agrário*, negando qualquer tipo de especificidade cultural, social e produtiva; no artigo 65 privilegia-se a produção de alimentos como uma atividade que terá uma atenção especial por parte do Estado e no artigo 66 menciona-se como condições especiais os ciclos das

safras e os preços, embora não se proponha ao longo do texto formas ou mecanismo para o acesso diferenciado à propriedade da terra e o reconhecimento que permita ter acesso aos créditos e assistência agropecuária (RUBIO, 2002).

Na questão agrária, a nova constituição trazia uma grave contradição: a distinção étnica como requisito para a obtenção da terra e a inauguração dos conflitos interétnicos pela apropriação territorial.

Porque a Constituição reconhece os indígenas?

Segundo Restrepo (2014, p. 418), “na década dos anos setenta, os resíduos de pequenas cidades homogêneas de negros e índios começaram a ser muito importantes para vertentes opostas do espectro ideológico”.

Por outro lado, as comunidades camponesas, indígenas e negras não constroem seus territórios pelos interesses atrelados à expansão do capital:

A tendência na cultura nacional sempre tem sido e continua sendo a de considerar estes territórios étnicos como uma anomalia ou um residual produto do subdesenvolvimento que deve ser solucionado. Isto se mostra mais conflitante quando a geografia do capital necessita dos territórios étnicos para sua expansão [DOMÍNGUEZ, 1994b, apud BUSTOS, 2008, p. 25].

É assim como o contexto colombiano desde a década dos anos 1990 tem sido de abertura total ao mercado; os impactos são evidenciados no nível de concentração da terra medido mediante o coeficiente de GINI, o qual tem aumentado até 0,8, o território nacional vive hoje o resultado de uma década de repressão e reestruturação do capital através da expulsão violenta do campo de comunidades indígenas, negras e camponesas, configurando assim um ordenamento territorial informal baseado no êxodo e na desapropriação. Diante desse cenário, se retoma a relação anteriormente exposta no texto, a qual permite estabelecer uma relação entre os fluxos migratórios, os locais receptores desses fluxos migratórios e uma reconfiguração do capital orientada para apropriação de rendas da terra por parte de diferentes atores para o avanço do capitalismo no campo, onde o conflito armado se configura como um elemento chave de articulação.

A dialética presente na expansão do capitalismo na Colômbia expressou-se em duas fases dentro da estratégia de desarticulação das classes sociais: uma fase na qual a violência foi o principal motor e a outra, de caráter legal, expressado nas políticas públicas, especificamente na reforma agrária. A fração de classe mais atingida foi o campesinato, dada a centralidade da sua ação dentro do conjunto das relações sociais de produção. Perante isso, a teoria marxista do Estado, assim como a teoria marxista da geografia e o modelo de desenvolvimento são importantes para entendê-lo.



Tal estratégia foi desenvolvida especialmente a partir da segunda metade do século XX, com *El bogotazo* como estopim e a década conhecida como *La Violencia* como engrenagem da acirrada luta de classes que ali se desenvolveria. O processo de migração desencadeado seria o alicerce para uma intensa extração de mais-valia, tanto nos deslocamentos forçados às cidades com a consequente criação de um exército de reserva, quanto na renda diferencial da terra, com a expulsão do campesinato até a fronteira agrícola.

As duas fases se entrecruzam virulentamente. Tanto na Frente Nacional como projeto político expressivo de uma ditadura levada a cabo para socavar a ideologia comunista, quanto na eclosão de múltiplas guerrilhas de cunho socialista, cujo programa político se baseava na reforma agrária, as duas alimentaram-se do contexto mundial da Guerra Fria.

A Frente Nacional baseava-se na dualidade entre ideologias conservadoras e liberais, frações de classe que no tangente às relações de propriedade sobre a terra, fariam oscilar o pêndulo entre a extração da renda e predomínio do latifúndio, como na modernização da agricultura e criação de um empresariado rural. O selo do contínuo pacto entre burguesias pode-se ler nas políticas de reforma agrária, o carro chefe no programa de *Alianza para el Progreso*, com seu componente militar *Plan Lazo*.

Na sua vez, as guerrilhas e o conjunto no movimento social expressavam os anseios represados pela repressão violenta e o modelo centralista de Estado. O fortalecimento do campesinato enquanto classe com a ANUC e sua posterior repressão, a atomização em lutas indígenas, cívicas, negras e sua posterior repressão, com os sucessivos estados de sítio e estatutos de seguridade, assim como a aparição do paramilitarismo.

A descentralização como tática para desarticular uma classe, evidenciou-se de maneira clara na Constituição de 1991, ao outorgar direitos de cidadania –e especificamente direitos coletivos sobre a terra– a negritudes e indígenas a partir do reconhecimento como minorias étnicas, tática sustentada no contraste da exclusão do campesinato como sujeito político e evidência da forte repressão sobre ele exercida nas anteriores duas décadas. Com a descentralização, também veio o desmonte gradual da institucionalidade associada à reforma agrária e desenvolvimento no campo, que terminaria por abrir definitivamente uma brecha entre o campo e a cidade, esta última receptora das grandes ondas de pessoas em situação de deslocamento pela violência.

Assim, a negação fática de uma reforma agrária depois da Lei 164 de 1990 e a implantação de outra contrarreforma agrária com a Lei de vítimas em 2011, inserir-se-ia no contexto da recomposição das relações sociais de trabalho a partir da migração e posterior criação de um exército de força de trabalho nas cidades baseado no deslocamento forçado de quatro milhões de pessoas ao longo de duas décadas dentro de um contexto de um conflito armado. Consolida-se assim a espacialização da luta de classes.

Nesse contexto, um dos principais desdobramentos espaciais das contrarreformas agrárias será a fragmentação do ordenamento territorial e a resposta por parte do movimento social em conjunto, na criação do Ordenamento Territorial Camponês, entendendo este como a efetivação de reformas agrárias *de facto*, situação que será abordada com maior profundidade na seguinte seção.



Efraín García, Cien años de soledad (sem ano)

Fonte: Página do fotógrafo Efraín García A. no Face

## 2. A FRAGMENTAÇÃO DO ORDENAMENTO TERRITORIAL COMO EXPRESSÃO DAS CONTRARREFORMAS AGRÁRIAS

*Ante la ausencia de acciones del Estado, los campesinos, afrodescendientes e indígenas adelantarán la reforma agraria de hecho.*

*Mandato Campesino, 2003.*

A frase é categórica. Perante a imobilidade do Estado em torno à efetivação de uma reforma agrária e a concretude de várias contrarreformas agrárias ao longo do século XX, os traços territoriais da luta de classes se efetivam em uma alta fragmentação do território nacional, do qual o ordenamento territorial no campo como política agrária, será expressivo.

Essa é a constante dialética na luta social colombiana. Perante as ditaduras da Frente Nacional, do paramilitarismo como projeto econômico, dos contínuos estados de sítio e a ilusão de democracia que temos: guerrilhas e movimentos sociais; perante as contrarreformas agrárias: ocupações de terra nos latifúndios; perante toda essa repressão: união e resistência.

As implicações territoriais da economia política da guerra foram inauguradas em 1991 com a Constituinte como novo pacto social. Perante a última década de horror, a paz seria a bandeira contra a violência exacerbada da guerra do narcotráfico contra o Estado. A legitimação de tal fato por parte do Estado veio a partir do diálogo com as guerrilhas, que encobria a advertência: “quem não dialogue será bombardeado”, efetivado no bombardeio a Casa Verde em La Uribe (Meta), lugar de reunião das FARC e o governo colombiano, no mesmo dia de assinar a nova Constituição.

O novo pacto social exige uma reconfiguração na composição da luta de classes e o paramilitarismo se consolida como novo ator armado, materializando um projeto econômico e de contra insurgência do Estado, quem promoverá a modernização a partir da pacificação. A reorganização do padrão de acumulação capitalista exige também uma recomposição de classe. Como é colocado por Estrada (2010):

De um bloco de poder expressivo do compromisso de classe entre a burguesia cafeeira, setores da burguesia industrial, o latifúndio, e o capital imperialista, próprio da fase capitalista anterior, transitou-se até uma nova conformação agora liderada pelo capital financeiro, aliado com o capital imperialista e

transacional, e a grande burguesia agroindustrial e dos agronegócios, incluídos setores do latifúndio narcotraficante e paramilitar [ESTRADA, 2010, p 18].

A década dos anos 90 começa com uma nova constituinte, coerente com os chamados à liberalização plena dos mercados. O principal embate ao campesinato, além da dura repressão vivida continuamente durante um século, se materializa no não reconhecimento político e com isso uma vulnerabilidade maior frente à nova divisão territorial do trabalho, expressão viva dos processos de descentralização que se realizam nos países de América Latina, mandatos das Políticas do Ajuste Estrutural (PEA) e um novo consenso capitalista, causando profundas consequências na soberania estatal.

A descentralização não só atuou como desarticuladora do movimento social enquanto classe, mas também marcaria uma configuração espacial atrelada à violência como mecanismo de apropriação de rendas, ligado especialmente ao destoaante negócio dos cultivos ilícitos, ao que cada vez mais e com mais força se incorporavam todos os atores armados.

Por isso, a recomposição espacial terá, como antes, o seu epicentro na violência desmedida como arma de guerra. No novo “acordo social” produto da *Constitución de 1991*, o paramilitarismo emerge como o principal sujeito de dita recomposição, que a partir dos laços comprovados com a política local, se desdobra em várias faces.

## **2.1 A reforma agrária de 1994: O mercado de terras**

Em 1994 se fecha a tentativa de uma reforma agrária redistributiva e se consolida o modelo de reforma agrária como mercado de terras. As raízes desse fato também podem se rastrear na descentralização. Segundo Machado (2009) a linha de política de terras no início dos anos 90 foi fundamentada no *Proyecto de Cooperación Internacional PNUD-FAO* e o *Departamento Nacional de Planeación* (DNP), em consonância com a desregulação do Estado<sup>39</sup>. A partir da lei, se cria o *Sistema Nacional de Reforma Agraria y Desarrollo Rural Campesino*, se define os direitos de exclusão de até duas *Unidades Agrícolas Familiares* (UAF)<sup>40</sup>, os prédios vinculados a cultivos ilícitos serão causa de

---

<sup>39</sup> Ao respeito, recomenda-se ler os trabalhos de RAMOS FILHO, E. D. S (2010). Movimentos socioterritoriais, a reforma agrária de mercado do Banco Mundial e o combate a pobreza rural: os casos do MST, CONTAG e MARAM. Subordinação ou resistência camponesa. Buenos Aires: Conselho Latino Americano de Ciências Sociais–CLACSO-CROP e Pereira, J. M. M. (2010). O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro--1944-2008. Civilização Brasileira.

<sup>40</sup> A Lei 160 de 1994 é “a empresa básica de produção agrícola, pecuária, acuícola ou florestal, cuja extensão, conforme condições agroecológicas da zona e com tecnologia adequada, permite à família remunerar seu trabalho e dispor de um excedente capitalizável que contribua à formação de seu patrimônio.

*extinción de dominio*<sup>41</sup> e, cria as *Zonas de Reserva Campesinas* e as Zonas de Desenvolvimento Empresarial (MACHADO 2009, p 168).

Produto das massivas mobilizações de camponeses colonos assentados no sudeste da Colômbia e que autodenominariam cocaleros, entre 1997 e 2002 foram estabelecidas sete *Zonas de Reserva Campesina (ZRC)*: em Calamar (Guaviare) com 469.000 hectares; Pato Balsillas (Caquetá) com 145.155 hectares; Arenal y Morales (sur de Bolívar) com 29.110 hectares; Cabrera (Cundinamarca) com 44.000 hectares; Puerto Asís (Putumayo) 22.000 hectares; e Cimitarra (Magdalena Medio) 184.000, contabilizando um total de 893.265 hectares. Justamente foi a autonomia das *Juntas de Acción Comunal* representadas na Asociación Municipal de Colonos del Pato (AMCOP), a que permitiu que fosse criada a segunda ZRC de Pato Balsillas (Caquetá) à qual se opunha a guerrilha das FARC pela financiamento que receberia por parte do Banco Mundial. Isto para exemplificar a linha existente entre a sociedade civil e os grupos armados, em torno à defesa da autonomia (MOLANO, 2014 op. cit.,).

Com a finalidade de financiar experiências piloto de reforma agrária sob esse esquema, o Banco Mundial liberou um empréstimo de 1,82 milhões de dólares em 30 de junho de 1996, destinados à reforma agrária baseada no mercado (MONDRAGÓN 2002). Daí em diante, a institucionalidade negará a criação de uma reforma agrária e reforçará uma institucionalidade voltada para a assistência às vítimas do conflito armado, em uma mistura entre políticas assistencialistas e focalizadas, com pressuposto aberto entre a nação e a cooperação internacional. Restrepo (2014) ilustra bem este processo:

Os programas contra a pobreza incrementaram o orçamento público, mais instituições foram envolvidas na intervenção territorial, a população coberta e os intermediários sociais e comunitários dos programas se massificaram. O crescimento da insurgência também tem relação com a capacidade de intermediar tal crescimento do gasto, do tamanho e da intervenção sócio-territorial do Estado. A insurgência foi trás a expansão do Estado, a economia e os mercados ao nível territorial [RESTREPO, 2014, p 439].

A injeção de capital na economia colombiana proveniente dos cultivos ilícitos desata o fortalecimento das FARC e uma expansão territorial, leva à implementação de uma *Zona de Distensión* em 1998, que abarcaria 42.139 quilômetros e 5 municípios entre

---

<sup>41</sup> Ley 1448 de 2011 define supressão da *Dirección Nacional de Estupefacientes* (DNE) e cria o *Fondo para la Rehabilitación, Inversión Social y Lucha contra el Crimen Organizado* (FRISCO) que assumiria a administração das terras produto da extinção de domínio e que ingressariam a Fondo de la Unidad Administrativa Especial de Gestión de Restitución de Tierras Despojadas. Atualmente são 19.819 os bens imóveis incautados ao narcotráfico.

os departamentos de Meta e Caquetá, no sudeste do país. Pastrana negocia com Marulanda, chefe guerrilheiro:

Por volta da década de oitenta e princípios dos noventa as *razões políticas* haviam levado a diferentes forças políticas e sociais a empreender o caminho da descentralização. Agora, em finais dos noventa as *razões econômicas* inclinaram drasticamente a balança até aqueles que lutavam por concentrar na nação, o governo e a tecnocracia central, muitas das potestades descentralizadas: a dívida das entidades territoriais e a crise econômica nacional de 1998 [RESTREPO, 2014, p. 450].

A privatização veio acompanhada do desmonte às garantias laborais e à precarização laboral, assim como a mudança dos subsídios à oferta, que asseguravam pressuposto às entidades estatais, por subsídios à demanda, que reconhecia os custos dos serviços e bens efetivamente prestados a preços liberados para certos mercados e regulados para outros. Isso abriu o campo para negócio das pensões, e saúde, a luta contra pobreza focalizou os recursos.

Desse modo, os espaços abertos à participação cidadã, que tinham dado a aparência de um Estado aberto, plural e democrático, foram fechados com a fórmula implacável da privatização. Assinala Restrepo (2014):

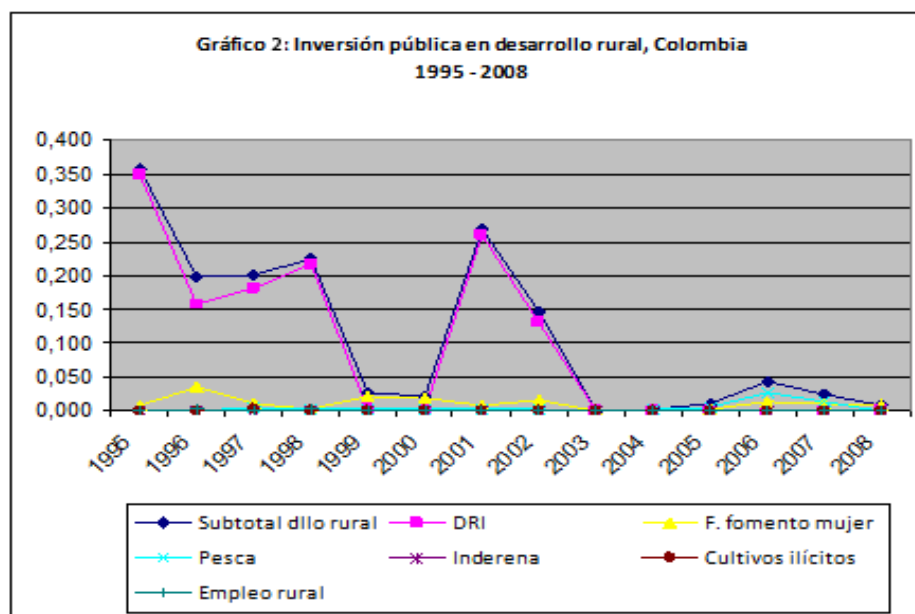
Desta maneira, através da descentralização se canalizaram cinco objetivos centrais do *componente institucional e político do ajuste pro-mercado* de inícios dos noventa: 1- a promoção da concorrência entre aseguradores e funcionarios públicos e privados, 2- a privatização de ambas as funções, 3- inocular comportamento de empresa privada nas entidades estatais participantes no sistema, 4- a flexibilidade laboral no setor e 5- a focalização da população pobre [RESTREPO, 2014, p. 457].

Em outros setores como saúde e educação, a descentralização se evidenciou na transferência de recursos a partir do subsídio à demanda, no qual o financiamento depende da quantidade de pessoas que cada entidade atende e o custo global. As consequências se evidenciam na competência entre as entidades estatais por maior pressuposto. Também ocorre a privatização dos serviços públicos domiciliários: água, rede de esgoto, luz, telefonia, e com mais força em telecomunicações e energia.

A descentralização supôs uma significativa redução do investimento com relação ao campo, conforme apresentado no gráfico 1.

O gradual desmonte da institucionalidade associada à reforma agrária veio com o processo de descentralização e coincidiu no tempo com a crise econômica generalizada de finais da década de 90's, a consolidação do paramilitarismo como novo ator armado e a implantação de políticas associadas à erradicação dos cultivos ilícitos com um forte componente militar como o *Plan Colombia*.

**Gráfico 1.** Colômbia: Investimento público em desenvolvimento rural 1995-2008



Componentes: DRI, programas de Desenvolvimento Rural Integrado; Inderena (referido a programas com camponeses anteriormente financiados desde o *Instituto Nacional de Recursos Naturales*, atualmente *Ministerio del Ambiente*). Fonte: Oficina Comercialización y Financiamiento Agropecuario. Departamento Nacional de Planeación – DNP. (2010). Cálculos dos autores.

Fonte: Fajardo Darío (2011). Balance sobre el desarrollo de la política de tierras en el marco del conflicto armado en Colombia. Monográfico N° 3. Centro Internacional de Toledo para la Paz (CITpax), 2011:12.

A descentralización significou expropriação e re-apropriação em grande escala. As finanças territoriais foram a engrenagem adequada para a acumulação de poder expressado no nascimento dos *Consejos Territoriales de Competitividad*, que levam a competência por recursos às regiões e, mais que isso, ao clientelismo.

De tal forma, só seis *departamentos* de 32 (Antioquia, Cundinamarca, Valle, Santander, Atlántico y Casanare) juntaram o 66% dos créditos e seis municípios de 1100 (Medellín, Bogotá, Cali, Barranquilla, Cartagena e Ibagué) concentraram o 60% dos empréstimos bancários. A concentração não foi unicamente territorial, também foi do setor financeiro, seis bancos monopolizaram o 75% da dívida territorial [CANCELADO, 2003, pp. 18, 19., apud RESTREPO, 2014, p. 470].

Com o *Código Minero*, da Lei 685 2001, o Estado fica como simples fiscalizador sem poder participar da exploração. Antes de 2001 se exigia licença ambiental para cada processo, agora só no final, assim se impede um possível rechaço. Neste período aumenta significativamente o Investimento Estrangeiro Direto (IED) e com o avanço da descentralização, se produzem desajustes macroeconômicos que foram a escusa perfeita



para uma re-centralização, suficiente para diminuir o papel do Estado e recortar a soberania fiscal com as transferências aos departamentos e municípios.

No contexto do rompimento dos diálogos com as FARC em 2002 e uma inserção significativa do paramilitarismo na institucionalidade colombiana (30% no Congresso), Álvaro Uribe Vélez é eleito como mandatário para o período (2002 – 2006).

Não sobra assinalar que a toma dos poderes locais se basou na existência de 22 grupos distintos com presença em 28 dos 32 departamentos da Colômbia. Com a ascensão de Uribe ao poder, as ações militares dos *paras* desceram em intensidade, assim como os massacres e deslocamento forçado da população, embora não os assassinatos seletivos de líderes incômodos [...]

Dentro do ordenamento espacial prevalente, prefeitos, governadores e parlamentários de esquerda contam com pouco espaço para a inovação devido às restrições legais e institucionais construídas pelo neoliberalismo. Por fora do ordenamento formal indígena, camponeses e movimentos cívicos levantam outras agendas territoriais, inclusive, outros ordenamentos espaciais possíveis [RESTREPO, 2014, p 491].

Desta forma, novas medidas terão como foco a repressão às *Zonas de Reserva Campesina* já conformadas. No Decreto Reglamentário n.1777 de 1996, em 2003 é suspensa a ZRC de Cimitarra e é colocada em operação uma montagem judicial contra seus integrantes. Tal ZRC só seria reativada em 2010.

A descentralização foi proposta dentro do neoliberalismo como um mecanismo orientado a colocar o ordenamento territorial voltado para o mercado. Sem autonomia e sem democracia, que sentido tem um processo de descentralização que dê poder às instâncias municipais e departamentais? (RESTREPO; CUELLAR, 2006)

Foi um dispositivo encaminhado para privilegiar o fomento de políticas de focalização e fragmentação dos processos organizativos locais ao mesmo tempo em que se fortaleciam as classes políticas tradicionais enquistadas no mais puro coronelismo: perpetuar o estado de coisas da inequidade histórica.

Agravado pelo fato de que na Colômbia, com o conflito armado enraizado na concentração da terra, a guerra produz uma centralização dos recursos públicos e mando militar, ao mesmo tempo em que o conflito armado reafirma a regionalização do país a partir de poderes irregulares que debilitam ao Estado. É assim como a soberania estatal fica diluída em discussões internas que não superam a problemática em tanto não propunham integrações em cenários supraestatais.

Esta ausência de soberania estatal obedece tanto a instituições paralelas ao Estado, como a uma ausência deste em muitas regiões do país, a mesma ausência que definiu os fluxos migratórios da colonização e que marcaram os protestos sociais recorrentes no

século XX. Embora na Constituição se definam as chamadas zonas de colonização, nunca se realizam. Só até 2011, 20 anos depois, poder-se-á configurar uma *Ley Orgánica de Ordenamiento Territorial – LOOT* -. Segundo Mondragón (2002):

Muitos acreditam que a participação das comunidades camponesas se faz em oficinas e especialmente em comitês sobre os programas do Estado. Embora seja importante, o problema real é do poder e da disposição dos meios financeiros. Enquanto não tenham poder, os comitês serão abandonados pelo povo, que vê sua inutilidade. Enquanto a descentralização signifique fortalecer os coronéis locais e departamentais, a participação será mentira. Enquanto os camponeses e indígenas não possam participar nas decisões, inclusive sobre convênios internacionais que afetam suas vidas, a participação não será real [MONDRAGÓN, 2002, p. 30].

Retomando a questão da escala proposta como análise metodológica do desenvolvimento territorial por Montenegro (2006), no Brasil o panorama não foi diferente pois a descentralização veio acompanhada de um enfoque de desenvolvimento territorial que descentralizava a política de reforma agrária. A contradição, igual que na Colômbia, se expressa a partir da possibilidade de ação por parte das prefeituras municipais em assumir a política de reforma agrária em conjunto com o papel dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural CMDR<sup>42</sup>:

Em ambos os casos, o que se constata é o despreparo do meio rural para assumir um enfoque de desenvolvimento como o desenvolvimento territorial rural, que exige articulações, identidades, coesões, participações etc., que não fazem parte do cotidiano real do meio rural. Araújo (1998), por exemplo, depois de um trabalho de campo, realizado em todas as regiões do país, constatou que os “principais receios” dos prefeitos e de suas equipes sobre a descentralização da política de reforma agrária eram: a) a transferência de responsabilidade sem transferência de autoridade e autonomia; b) a falta de pessoal capacitado nos municípios e nas prefeituras, para assumir as tarefas delegadas; e c) a ação fundiária dificultada, seja pelo movimento popular, seja pela pressão das oligarquias locais [MONTENEGRO, 2006 , p. 271].

Do lado das lideranças sindicais e populares, as principais conseqüências negativas levantadas foram: a) a fragmentação da pressão dos movimentos sociais e do movimento sindical, levando para o âmbito local o conflito e possibilitando um controle maior, por parte das oligarquias locais do processo; b) a instrumentalização da política fundiária por prefeitos conservadores (a maioria), para atenderem aos compromissos locais; c) a discriminação dos municípios com prefeitos de oposição; e d) a centralização das ações nas mãos dos prefeitos [ARAÚJO, 1998 apud MONTENEGRO , p. 271].

Dessa forma o desenvolvimento territorial consolida-se como carro chefe da expansão do capitalismo no campo<sup>43</sup>; o capital agora tem condições diferentes e

<sup>42</sup> O homólogo mecanismo, os *Consejos Municipales de Desarrollo Rural* (CMDR) na Colômbia, criados pela Lei 101 de 1993, opera também como mecanismos de participação cidadã.

<sup>43</sup> No caso brasileiro, uma das formas expressivas das políticas de industrialização associadas ao agronegócio é o Complexo Agroindustrial (CAI) cujos desdobramentos posteriores na fusão do capital industrial com o capital financeiro, sentaram as bases para uma reestruturação produtiva do capital na

favoráveis que foram traçadas ao longo de séculos e no momento atual são encabeçadas por diferentes organismos multilaterais que mantêm uma mesma estratégia em torno ao desenvolvimento *dentro* do capitalismo e com o objetivo de superar a pobreza. Essa será a pauta sob a qual vai se desenvolver o mercado de terras na Colômbia.

A naturalização das regras do mercado que toma conta da essência do desenvolvimento territorial rural (ainda que superficialmente se revista de um caráter eminentemente social-progressista) leva a pensar que o “possível” e o necessário circulam em torno de soluções inseridas dentro das margens do capitalismo. Nesse contexto, o desenvolvimento rural centrado na escala local cumpriria um papel duplo: integrar mais profundamente à lógica mercantil as parcelas produtivas rurais locais que ainda não foram integradas e oferecer um processo capaz de criar uma miragem de que “alguma coisa está sendo feita”, um projeto no qual envolver os esforços de instituições, movimentos sociais etc., mesmo que as instâncias reais de decisão, os verdadeiros espaços onde se tomam as decisões, nunca estejam ao seu alcance [MONTENEGRO, 2006, p. 278].

A descentralização também abriu a porta a um sem número de debates em torno às formas territoriais que o Estado deveria assumir como nação. Os debates partiam do fracasso do modelo unitário de Estado, que promulgou a autonomia, a democracia e a participação cidadã como pilares da construção de um projeto de nação. Ali se desenvolve uma crítica baseada na descentralização das funções administrativas ante os municípios e departamentos, mas não dos recursos destinados a seu funcionamento. Por outro lado, a partir da descentralização administrativa advinda com a *Constitución de 1991*, a divisão político administrativa do país foi organizada hierarquicamente em entidades territoriais assim: 32 departamentos, 5 Distritos, 1096 municípios, e 817 *Territorios Indígenas*. Por outro lado, outras formas de organização territorial oficial são: áreas metropolitanas (5), Provincias (34), Comunas (166), *Asociaciones de Municipios* (52), *Corregimientos departamentales* (29), *Corregimientos Municipales* (2947), *Regiones* (5), *Inspecciones de Policía* (387), *Inspecciones de Policía municipal* (400), *Inspecciones de Policía departamental* (848). A partir da LOOT, se estabelecem associações entre *departamentos, municipios, distritos especiales e áreas metropolitanas*, além de criar as *provincias administrativas e de planificación e regiones de planeación y gestión* (PROCURADURÍA GENERAL DE LA NACIÓN, 2011).

---

década dos 90's. Esta situação se apresentou em níveis diferentes em vários países da América Latina e atualmente esta relação é chave para entender o subimperialismo brasileiro associado à cadeia grãos – carnes, da qual o cerrado brasileiro foi pioneiro no Brasil e América Latina. Sobre os impactos desta relação ver CLEPS JUNIOR, J. Dinâmica e estratégias do setor agroindustrial no cerrado: o caso do Triângulo Mineiro. 1998. 291 f. Tese (Doutorado em Organização do Espaço) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP/Rio Claro, 1998.

Isso configura um Estado descentralizado na teoria, mas centralizado na prática e dependente aos vaivéns do modelo de desenvolvimento, fato ressaltado especialmente na última década, na qual se apresentou a descrita reestruturação produtiva do capital (ESTUPIÑÁN, 2006; 2009).

A consolidação da LOOT, após 20 anos de debates, também consolidou uma reestruturação produtiva que estaria orientada na disputa pelos recursos a partir do crédito, cooperação internacional e o setor de mineração e hidrocarburos e expressaria a tensão entre um Estado que descentraliza para privatizar, mas mantém o poder a partir dos velhos mecanismos de repressão e guerra para consolidar um modelo centralista.

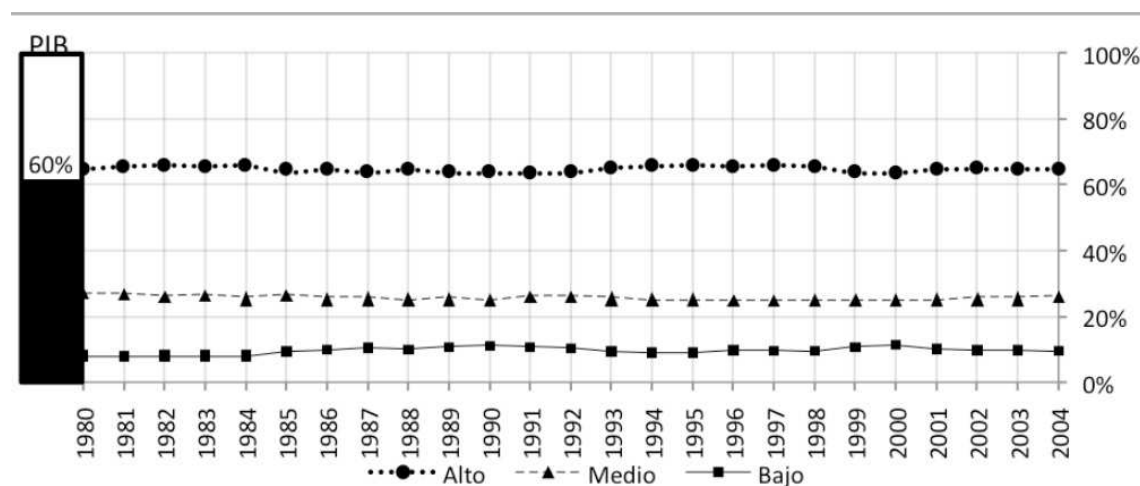
Analisar o modelo territorial do Estado é pertinente na medida em que, de uma maneira complexa, em diferentes níveis e com diferentes graus, é expressão da luta de classes entanto que nem todas as espacialidades se reconhecem dentro desse projeto por ter estado historicamente excluídas e ao mesmo tempo, tem criado sua própria espacialização. Neste caso, a importância de entender o projeto centralista do Estado remete ao entendimento de que as resistências serão respostas autônomas lógicas frente a esse modelo.

A discussão sobre as diversas posturas sobre qual modelo territorial deveria adotar o Estado, se o regional, federal ou seguir com o modelo unitário foi aberta após os primeiros 10 anos de expedida a Constituição de 1991. A primeira propunha um modelo regional baseado nas diversas condições históricas, geográficas e identitárias e com uma clara reivindicação de autonomia expressada em uma real descentralização administrativa em estatutos políticos, assembleias, eleições, serviços públicos regionais, entre outros elementos. O Estado regional seria a proposta ideal porque poderia consolidar a construção de poder desde um nível intermediário de participação. Porém, a LOOT encerrou definitivamente a possibilidade de ser a região o nível intermediário de governo e definiu o departamento. As entidades territoriais foram objeto do protagonismo excessivo da figura presidencial e diversas normas de controle fiscal que reduziram ao máximo sua autonomia territorial (ESTUPIÑÁN, 2011).

Porém, as contradições sobre a forma histórica de ser construído este modelo unitário em contraposição ao pretendido modelo descentralizador a ser executado, e expressão da expansão do capitalismo de modo desigual e combinado, pode se expressar no gráfico 2.

Desta forma, podemos identificar nos três níveis, a complexidade na relação periferia-centro dentro da divisão administrativa da Colômbia e a contradição entre um modelo descentralizador e seus resultados após 20 anos, nos quais a maioria dos departamentos (15 de 32) do nível baixo de concentração de ingressos corresponde à periferia (e fronteira agrícola e pesqueira) e também, aos recortes territoriais onde tem se assentado o capitalismo como forma de acumulação do capital. Em contraste, o nível alto (5 de 32) corresponde à região central, onde se priorizaram os processos de povoamento e também a monopolização do capital, concentrando em um processo estável o 64,74% da riqueza nacional medida como porcentagem do PIB. Desta forma, o nível médio não corresponderia a um processo de desconcentração da riqueza, pois os 12 departamentos que compõem este nível e que disputam entre si a faixa de 25,93% estão atrelados na relação de acumulação aos outros 5 departamentos, constituindo com isso uma relação de totalidade, na qual o modelo descentralizador só reproduziria e acentuaria as condições de dependência das economias regionais periféricas e reproduzindo também, na relação singular – universal – particular a dialética da dependência, como bem colocado por MARINI (1991) e continuado na Colômbia por NOSSA (1973). Como afirmado pelo primeiro, esta relação deve reforçar a necessidade de plantear estratégias que mudem radical e definitivamente o sistema como um todo e não as partes, entanto todas elas estão interconectadas.

**Gráfico 2.** Concentração geográfica do Produto Interno Bruto (PIB) por departamentos (1984 - 2004)



- O nível alto corresponde ao Distrito Capital e 5 dos 32 departamentos: Bogotá D.C, Antioquia, Valle, Cundinamarca, Santander e Atlántico, passaram de concentrar 64,66% do PIB em 1980 a 64,74% em 2004.
- Nível médio corresponde a 12 de 32 Departamentos: Bolívar, Boyacá, Tolima, Caldas, Risaralda, Norte de Santander, Huila, Córdoba, Magdalena, Nariño, Cesar e Meta, passaram de concentrar 27,04% do PIB em 1980 a 25,93% em 2004.

- Nível Baixo: 15 de 32 Departamentos: Cauca, Casanare, Quindío, Arauca, La Guajira, Sucre, Caquetá, Chocó, Putumayo, Guaviare, San Andrés e Providencia, Vichada, Amazonas, Vaupés e Guainía, passaram de concentrar 8,29% do PIB em 1980 a 9,32% em 2004.

Fonte: DANE - Cuentas Regionales, apud RESTREPO (2014, p. 534).

A relação entre descentralização e luta de classes, na qual entanto se propõe como um arranjo normativo territorial do aparelho estatal advindo do regime jurídico político do capital, se constitui como uma estratégia de desarticulação de classe sintetizada na seguinte relação:

Na Colômbia um alicate de três aristas confluíu sobre os movimentos sociais na década de noventa. Por uma parte, a institucionalização de líderes e a ampliação relativa das agendas públicas locais às demandas de organizações e comunidades. Por outra, a violência política dispersou organizações, negou a autonomia política dos processos y buscou instrumentalizar as lideranças dentro das estratégias dos atores armados. Finalmente, a agenda neoliberal utilizará amplamente os governos locais para a implantação das privatizações de empresas, a flexibilidade laboral e a intermediação financeira no conjunto da política social. A pouca autonomia local sobre os recursos e funções cedidas converteu-se em camisa de força para os líderes políticos e sociais dos movimentos sociais. As leis reguladoras do processo de descentralização otorgaram uma escassa liberdade à “inovação local” substantiva. Em consequência as alternativas políticas ficaram presas dentro do ajuste estrutural. *Institucionalização, repressão e neoliberalismo* trançaram-se sobre os movimentos sociais lhes extraindo o dinamismo que antecedeu a década prévia à emergência do processo de descentralização [RESTREPO, 2014, p 536].

Porém, a reorganização do campesinato começaria a se expressar em diferentes formas como forma da continuidade dialética da luta de classes.

## 2. 2. Perante a contrarreforma agrária, um manifesto político: O mandato agrário

O *Mandato Agrario* nasce os dias 7 e 8 de abril de 2003 no *Congreso Nacional Agrario*, evento realizado na Praça Parque El Renacimiento em Bogotá, capital colombiana, após uma massiva mobilização de cinco mil pessoas. Mais de 16 organizações se encontram dentro do manifesto político assinado, entre outros, pela ANUC e a divisão dela, chamada *Asociación de Usuarios Campesinos –Unidad y Reconstrucción, Anuc-ur*, assim como organizações de base de caráter eclesial como *Federación Agraria Nacional* (FANAL); sindicatos agrários como *Federación Nacional Sindical Unitaria Agropecuaria* (FENSUAGRO) e organizações regionais como a *Fundación San Isidro de Duitama*, de Boyacá. Teve a presença também de centrais sindicais como a *Central Unitaria de Trabajadores* (CUT) e a *Confederación General de Trabajadores Democráticos* (CGTD), assim como o *Sindicato Nacional de Trabajadores del Incora* e a *Mesa Agraria*, de caráter estudantil (ILSA, MANDATO AGRARIO, 2003).

Tal aliança de classe no *Mandato Agrario* é tributária do *Consejo Nacional Campesino* (CNC), formalizado em março de 1999 no meio de mobilizações unitárias do campesinato com as centrais sindicais e com uma proposta de reforma agrária integral em contraposição à promulgada com o mercado de terras da Lei 160 de 1994. Em 1999 o CNC liderou uma mobilização nacional por cinco dias junto com as *Autoridades Indígenas de Colombia*, assim como outra massiva mobilização em 13 departamentos do país em setembro de 2000, em conjunto com o *Coordinador Nacional Agrario* (CNA) e a *ONIC*. O CNC está organizado em conselhos camponeses departamentais e regionais, principalmente no *Eje Cafetero* (zona centro), Santander e Norte de Santander (nordeste), Cundinamarca (centro), Nariño (sul) e Atlántico (norte) (MONDRAGÓN, 2002). Já no Mandato Agrário, a análise sobre ordenamento territorial mostrava a reconfiguração produtiva de inícios de século XXI:

É gerado um reordenamento territorial ao redor dos grandes projetos de investimento, considerados como núcleos em torno aos quais se reorganiza a população e o povoamento, e são gerados os novos processos sócio-econômicos dentro dos quais as comunidades rurais, sua diversidade, seus direitos e sua integridade social, econômica e cultural, assim como o meio ambiente, subordinam-se às necessidades do setor empresarial transnacional [ILSA, MANDATO AGRARIO, 2004].

Uma das principais pautas políticas do mandato é o reconhecimento político do campesinato, “como sujeito de direitos específicos e ator social diferenciado, com identidade própria, pluricultural” (ILSA, 2004). Este sujeito deve ter uma retribuição pela sua contribuição ao bem-estar do país, uma participação efetiva no planejamento e gestão dentro do setor agrário, assim como inversão social do Estado e um reconhecimento especial às mulheres camponesas, seus direitos e seus aportes. Por outro lado, reivindica o direito à territorialidade: “A territorialidade não é somente um conceito que faz referência ao local e próprio, senão que inclui as relações com outros setores e a capacidade de unidade com e entre as diferentes comunidades, povos e setores sociais” (Ibid, p. 320).

Com a *etnização* da questão agrária que colocou a *Constitución de 1991*, outorgando direitos diferenciados à terra para comunidades negras e comunidades indígenas, se definem as contradições colocadas pelo projeto capitalista do Estado e também definiram os rumos, pautas, reivindicações e organização enquanto classe do campesinato.

Desse modo, a *Constitución de 1991* significou uma diferenciação baseada no reconhecimento da diversidade étnica, que no caso dos indígenas, negritudes e mulheres

levou ao reconhecimento da sua cidadania, porém de acordo com o bloco de poder dominante, não necessariamente se efetiva em uma real inclusão na política e incidência na construção de políticas públicas.

Desse modo, este campesinato múltiplo, diverso, construído historicamente entre êxodos, violência e resistência é o sujeito central da presente pesquisa, porquanto englobam a grande contradição em torno à terra e o território na atualidade. Porém, na grande pluralidade de sujeitos dentro do espaço agrário, se definem as formas de coesão social visando um projeto político comum frente ao avanço do capitalismo. Parafraseando a Bartra, a imagem camponesa se desvanece diante das mulheres e homens indígenas e negros. Fruto da intensa mestiçagem de nossa América, o campesinato colombiano itinerante e peregrino, emerge com mil rostos, como homens e mulheres *chilapas*, *urabeños* de fronteira, indígenas nasas, negras e negros. Desta forma, a identidade é um processo essencial na unicidade de classe.

[...] eu tenho uma grande dúvida e a tenho há tempo, por que essa diferença ou por que essa separação entre camponeses, negros e indígenas? Eu assumo que ser camponês é uma concepção de vida individual ou coletiva que permite aos indivíduos se assumir desde noções de relacionamento homem [mulher] – meio ambiente, onde a territorialidade, a dependência econômica da terra e aceitar como próprias umas manifestações culturais que vão diferenciá-lo de outros indivíduos ou de outros grupos, e se os indígenas os negros ou Afrocolombianos e os camponeses temos como fundamento de nossa cosmovisão essa relação íntima de homem [mulher] – terra, então, qual a diferença? É dizer, por que deve existir essa diferença para esses três grupos que moram no campo? Creio que o que interessa e existe é uma diferenciação cultural, mas não encontro a lógica para que exista essa divisão entre os camponeses deixando de lado os indígenas ou os Afrocolombianos, então esse é um questionamento que eu faço<sup>44</sup>.

Quando existe identidade, podem-se realizar exercícios de autonomia sobre o território que, além de defendê-lo, segundo os interesses das comunidades ali assentadas, também aportem à construção de um projeto societário.

[...] fazer mais ampla a discussão em termo(s) de que no território onde estamos como comunidade ou como povo negro está também o camponês, e isso tem que ser trabalhado para ver de que forma essas duas possibilidades nos unem para essa territorialidade, para esses mundos [...] isto é um chamado a todas as pessoas para a convivência que deve operar entre os diferentes grupos humanos, mas analisado assim, deduz-se dali uma necessária identidade ideológica política de que nós devemos ir construindo e que outros companheiros (camponeses e afrodescendentes) a apresentaram em suas intervenções. Porque a identidade ideológica ou política é a que vai me

---

<sup>44</sup> Dirigente campesino. Plenaria territorio y etnicidad. Abril 5 de 2002. Recolhem-se aqui os depoimentos de representantes dos setores do campesinato, indígenas e negritudes, como parte da oficina “Identidad, Autonomía e Imaginarios” realizada pela organização Planeta Paz em julho de 2001, abril e maio de 2002 como parte de encontros setoriais regionais e nacionais para a construção de uma Agenda Social por parte dos movimentos sociais do campo.



permitir, definitivamente, fazer bom uso do exercício da autonomia ou do exercício da autodeterminação ou como o queramos chamar, de valorar meus próprios referentes, sem querer dizer que não vou a valorar os referentes do outro [...] porque a gente definitivamente não tem sabido valorar os nossos referentes, porque os temos sim, mas resulta que giramos em torno aos referentes [...] do mundo pós-moderno, porque, entre aspas, acreditamos que é o melhor, que é o avançado e subestimamos os referentes do mundo tradicional ou –atrasado- porque [...] acreditamos que isso não serve para nada<sup>45</sup>.

Desse modo, tanto a ampliação das pautas reivindicativas que superam o acesso à terra e abrangem o território, são expressão da unicidade do campesinato enquanto classe na forma de múltiplas engrenagens políticas, e diversas discussões ideológicas recolhidas na ampla gama de expressões populares em torno à defesa do território e que são expressivas da diversidade da estrutura de classes e as especificidades do campesinato de acordo com o território. Por isso as propostas e discussões sobre ordenamento territorial no campo, como exercício político de autonomia, merecem um espaço privilegiado dentro da agenda política das lutas sociais.

Como observado no mapa 2, Colômbia: Ordenamento Territorial no Campo por tipo de população 1991 – 2014, pode se constatar a contradição entre a reprodução do campesinato e o modelo territorial, o qual legou às periferias as diferentes formas de acesso à terra e ordenamento territorial das comunidades do campo. Tanto as Terras de Comunidades Negras, conquista obtida pelas lutas do movimento negro materializadas na *Constitución de 1991*, como nos Resguardos Indígenas ampliados a raíz da mesma lei e nomeados como *entidades territoriales autónomas* com capacidade de manejar seus próprios recursos, assim como as ZRC localizadas nas regiões de fronteira agrária e materializadas na Lei 160 de 1994, o vazio desse tipo de formas na região central, a qual tem sido construída historicamente como projeto do Estado-Nação e justamente onde se localizam as terras nas quais se concentra a riqueza, se constitui como palco de disputa pelo acesso à terra e a permanência no território.

Entendemos a luta pela autonomia como derivada da consciência de classe<sup>46</sup>. E aos recortes espaciais no nível territorial, colocados aqui como Ordenamento Territorial Camponês, como expressivos do avanço nessa consciência de classe.

---

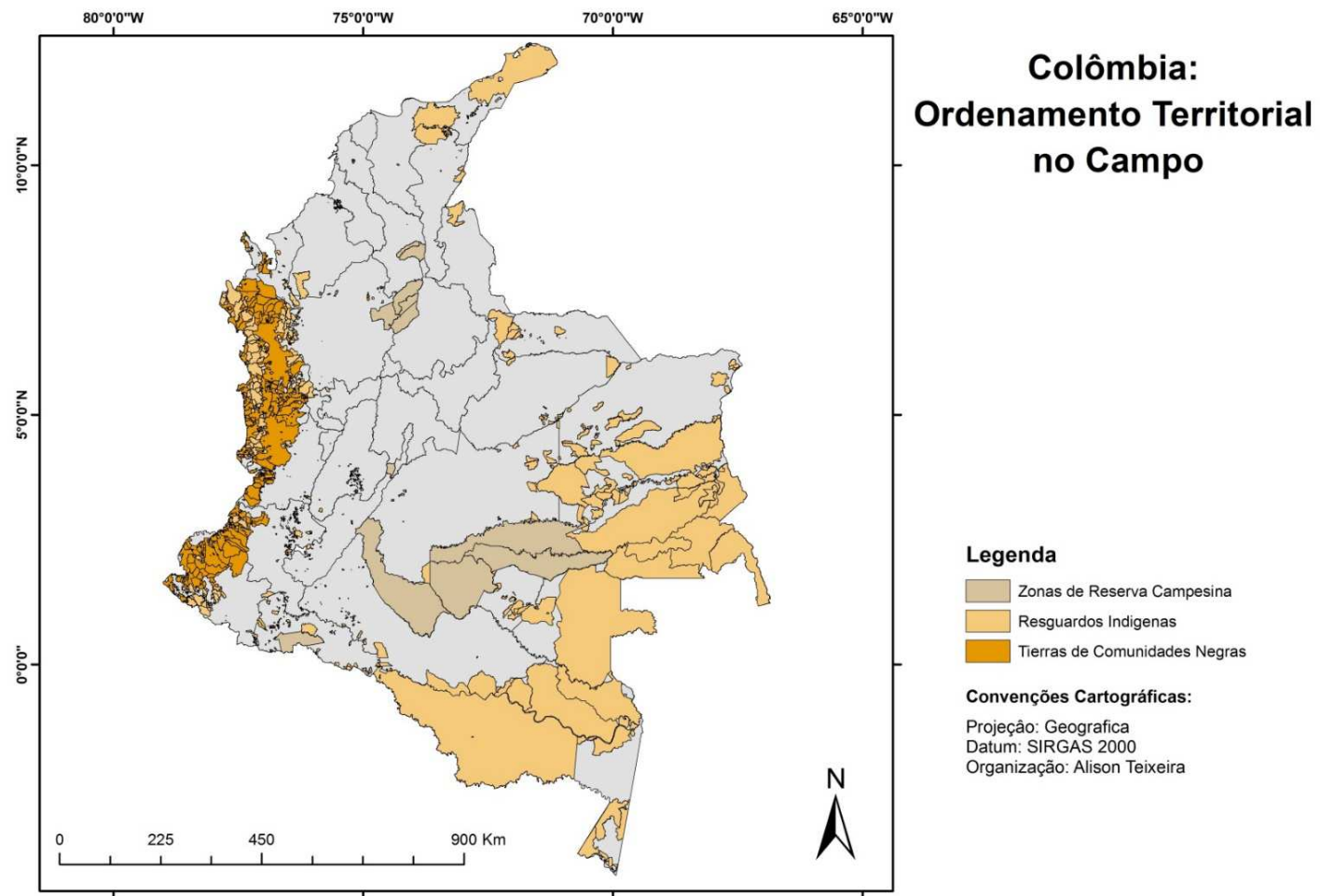
<sup>45</sup> Depoimento Dirigente setor afrodescendente.

<sup>46</sup> Marx estabeleceu uma distinção entre a situação objetiva de uma classe e a consciência subjetiva dessa situação, isto é, entre a condição de classe e a consciência de classe. A formação da consciência de classe estaria ampliada a partir da identidade de interesses, na qual a antagonia proletariado e burguesia aparece como base. Marx reconhece que podem haver conflitos de interesses entre os mesmos trabalhadores, por isso a importância da solidariedade na conformação da consciência de classe política, que segundo Lênin

---

emergiria do partido como instrumento organizacional e com forte influência dos intelectuais, em Luxemburg na mesma experiência social, inclusive com seus erros e em Lukács como uma transformação da classe em si para classe por si, ou seja, a distinção entre um sujeito histórico atribuído a partir da sua posição no processo de produção e a realização de sua ação política (BOTTOMORE, 1984, p. 128).

**Mapa 2.** Colômbia: Ordenamento Territorial no Campo por tipo de população 1991 - 2014



Fonte: SIGOT (2014)

A autonomia do campesinato entendida como a luta pela não proletarização; pela defesa do território e seus elementos constitutivos perante o capital, como elemento essencial da sua reprodução; pela construção política e organizativa que supera a escala local e se articula às lutas globais; pela construção de identidade de classe com comunidades do campo (negritudes e indígenas) com as quais o Estado tem patrocinado conflitos territoriais ao negar o direito à terra e ter como política a contrarreforma agrária.

Resgatamos aqui o debate entre a autonomia, movimentos sociais e o território, em relação ao capital. De Libreros (2013) retomamos a tensão existente entre a transnacionalização do capital e os impactos nas relações do trabalho advindas do desmonte das garantias laborais sentidas com mais força depois das Políticas de Ajuste Estrutural na década dos 90's e a subjetividade política do oprimido no contexto da luta de classes, desvertebrada com o neoliberalismo, seus impactos nas resistências e daí na correlação de forças. Uma subjetividade na qual prima o individualismo, rompe a solidariedade de classe e sua consciência coletiva.

Localizando essa análise na Colômbia e assumindo o campesinato como sujeito central nessa relação, o campesinato no enfrentamento contra o capital corporativo e o modelo extrativista de acumulação, torna-se anticapitalista: na defesa do território perante os megaprojetos, fazendo-o também perante o desenvolvimento predador do capital. Mobilizando-se desta forma não só pela terra mas pelo território e criando subjetividades a partir de outros condutos não tradicionais como blocos populares de massas, blocos políticos e sociais como alternativas a este modelo corporativo<sup>47</sup>. Isto cria contradições, sobre tudo com as pautas reivindicativas onde a democracia –em um cenário constante de violência, repressão e guerra–, é um requerimento indispensável para a construção desse projeto anticapitalista:

Estamos diante a possibilidade de potenciar imensas forças comunitárias –que para alguns parecem atrasadas– por estar por fora da lógica mercantilizada, mas que desde um acionar coletivo, autogerido, enraízam-se em uma alternativa de poder alterno, construído como poder desde baixo. Esta é uma possibilidade e uma realidade palpável, e desde este tipo de realidades é que temos que discutir e traçar as novas formas de mudança social [LIBREROS, 2013, on-line].

Com Fernandes (2000), concordamos sobre a complexidade das relações do campesinato com o território, pois a espacialização da luta de classes do campesinato decorre na espacialização da luta pela terra, no que ele tem categorizado como

---

<sup>47</sup> Por exemplo na forma de amplas plataformas políticas como Congreso de los pueblos e Marcha Patriótica.

movimentos sócio-territoriais e movimentos socioespaciais, em especial a partir da experiência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). É essa luta pela autonomia política que contribuiu à expansão do movimento por todo o Brasil, na subjetividade e no avanço da consciência de classe. As ocupações de terra, os trabalhos de base, os acampamentos fazem parte do desenrolar dessa consciência de classe, que possibilita a formulação de um projeto societário que supere as formas de subordinação ao capital<sup>48</sup>. O autor indica a organicidade –como característica dos movimentos sócio-territoriais– como realização da consciência dos sujeitos e sua identidade com o objetivo de luta. Ou seja, diríamos aqui, um avanço em torno à consciência de classe.

Dessa forma, o movimento sócio-territorial seria aquele que dedica sua luta a conquistar novas frações do território, atuando organizadamente em diferentes locais ao mesmo tempo. Quando se especializa a luta pela terra, se territorializa o movimento e se re-espacializa.

Porém, compartilhamos com Alentejano (2007) a crítica à autonomia na territorialização por parte dos movimentos sociais no sentido da relatividade da autonomia e os limites da escala no recorte territorial<sup>49</sup>:

O autor (Martins) sustenta ainda que os MSEs representam confrontações locais de poder a exemplo da “microfísica do poder”, de Foucault. Em consonância com essas idéias, Martin afirma que o “objeto da geografia não pode ser o espaço abstrato, mas, sim, o território, a territorialidade da sociedade e seus diferentes segmentos socioespaciais.

[...] A maior fragilidade teórica (da proposta de Martin) situa-se na desconsideração da dimensão classista em sua interpretação do processo de territorialização dos movimentos sociais, o que fica patente em sua concepção de territorialização como apropriação do espaço social, como se a realização de uma ocupação ou a conquista de um assentamento representasse a afirmação de outro projeto de sociedade sobre aquela parcela do território. Tal concepção ignora os complexos conflitos estabelecidos a partir da constituição dos assentamentos, quando se confrontam diferentes projetos de ordenamento territorial, do movimento social, do Estado e do capital.

Nesse sentido, o autor [Fernandes] leva em conta que as ocupações de terra representam um processo socioespacial de criação e recriação do campesinato, uma vez que “os movimentos camponeses se constituem em movimentos socioterritoriais, porque criam relações sociais para produzir seus próprios

---

<sup>48</sup> Ao respeito, o MST tem definido sua perspectiva política marxista – leninista desdobrada nos seis Congressos, encontros e diversos manifestos políticos. No entendimento da não efetivação de uma reforma agrária no Brasil, propõe no lema Lutar, construir, reforma agrária popular levantado no VI Congresso realizado em Brasília em 2014, que a Reforma Agrária Popular não se encontra no esgotamento da reforma agrária clássica, mas que constitui a raiz do enfrentamento dos sujeitos trabalhadores ao capital, pois não se restringe somente aos sujeitos no campo, senão em uma aliança com toda a classe trabalhadora, buscar criar condições e acumular forças para as mudanças estruturais de toda a sociedade. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra MST., Orientações políticas e práticas para os delegados do VI Congresso. MST: Brasília, 2014.

<sup>49</sup> Desde uma perspectiva dos movimentos sociais em quanto classe, vide GALVÃO, Andréia. Marxismo e movimentos sociais. Crítica marxista, n. 32, p. 107-126, 2011.

territórios [Fernandes e Silva, 2005, p. 88]. O que não se considera aqui é que a “conquista da terra de trabalho” não representa mais do que a ilusão da autonomia, pois a partir daí passam a operar outros mecanismos de subordinação. Afinal, as condições de trabalho e o regime de posse da terra são apenas parte das relações sociais de produção e não a sua totalidade. Ignoram-se os condicionamentos impostos pelo “projeto de assentamento”, pela assistência técnica e pela inserção nos mercados de produtos, serviços e trabalho [ALENTEJANO, 2007, p 104 -106].

Desta forma, entendemos a luta pela autonomia como derivada da consciência de classe. Na espacialização como apropriação do território a partir de diferentes escalas de organização política. E aos recortes espaciais no nível territorial, colocados aqui como Ordenamento Territorial Camponês, como expressivos do avanço nessa consciência de classe enquanto campesinato.

Entendemos que nas múltiplas divergências do debate sobre as formas como essa autonomia em conjunto com uma consciência de classe —e das quais aqui só é colocada uma pequena parte—, se expressam no espaço e nos diversos recortes territoriais, este não está acabado. Chamamos aqui os aportes nessa linha feitos por Harvey (2000) com o utopismo dialético nos espaços de esperança e os contra-espços da ordem burguesa colocados por Moreira (2002).

Colocamos aqui a autonomia do campesinato entendida como a luta pela não proletarização; pela defesa do território e seus elementos constitutivos perante o capital, como elemento essencial da sua reprodução; pela construção política e organizativa contra o capital, que formula um projeto societário em oposição a ele que supera a escala local e se articula às lutas globais; pela mencionada construção de identidade de classe com comunidades do campo (negritudes e indígenas), em meio dos conflitos territoriais patrocinados pelo Estado, como consequência do projeto sistemático de contrarreformas agrárias.

Deste modo, pretende-se avaliar a força das lutas sociais mediante a continuidade das suas ações em contraposição a sua suposta espontaneidade. Aceitar isso seria aceitar o jogo da repressão que apaga da memória coletiva nomes e também práticas e ações que são o legado de nossas resistências. O campesinato enquanto classe emerge justamente porque décadas de repressão tem sido eficazes na desativação desses focos de rebeldia. Não em vão que Colômbia seja o país com maior índice de morte de sindicalistas no mundo e que desde 1985 se registre o assassinato seletivo de militantes de uma nutrida esquerda que para o *establishment* toda se unifica em um par de guerrilhas.

Os movimentos sociais perante isso respondem com sua cotidianidade, a maneira mais efetiva e categórica de uma consciência de classe. Na prática, na reorganização

territorial e também na reorganização política. Na conjunção entre as formas organizativas camponesas e partidos existe a expressão pura da dialética, da necessidade de recorrer à história, não podem ser duas expressões dissociadas, pois fazem parte da mesma luta de classes. Não se trata de negar velhos problemas da esquerda e suas rigidezes, que por suposto, não são naturais.

Destacamos o trabalho historiográfico em torno ao movimento social feito por Archila (1994), mas nos distanciamos do enfoque assumido por ele que nega o conflito classista entre oposição capital-trabalho<sup>50</sup> explicitada sobre tudo na relação que faz entre movimentos sociais e classes sociais, colocadas por ele como categorias complementarias. Questionamos as proposições que se distanciam da análise classista das lutas sociais, por sua tendência “economicista” como colocado aqui:

As classes sociais não desaparecem nas novas formas de mobilização social, o que acontece é que estas expressam outro tipo de conflitos que transcendem o marco tradicionalmente atribuído à luta de classes (a esfera da produção). Os movimentos sociais, na sua luta contra formas de dominação, podem expressar interesses multiclassistas (os cívicos ou ecologistas), de segmentos de distintas classes (o feminismo) ou inclusive de uma classe (obreiros ou camponeses). O que está sim à ordem do dia é a renovação teórica sobre a análise de classe, introduzindo categorias mais flexíveis e compreensivas, adaptando-as às condições presentes de um país como a Colômbia [ARCHILA, op. cit., p 258].

Este enfoque classificatório é incapaz de abordar a realidade como totalidade e sim como compartimentos de lutas sociais entre movimentos sociais classistas, étnicos e “novos” como os policlassistas ou de setores de classe (ARCHILA, 1994, p. 264). Não é a insuficiência do marxismo para abordar pautas reivindicativas em torno ao gênero, ecologismo, etnicidade, etc., senão de uma escolha metodológica para produzir conhecimento.

A partir dos eventos históricos aqui colocados –e afastados de um enfoque historicista para entender uma realidade sempre dinâmica cujas particularidades é necessário pontuar–, entendemos que a “renovação” das lutas sociais se da como um fluxo e refluxo natural da luta de classes, onde o grau de apropriação de aparelhos organizativos como partidos, plataformas políticas e outras instâncias por parte da esquerda, está mediada pelos níveis de acesso a eles. As lutas sociais têm raízes expressadas na dialética

---

<sup>50</sup> Archila define aos Movimentos Sociais como: aquelas expressões de resistência coletiva (mais ou menos permanente) às distintas formas de dominação e que exigem transformações sociais. Note-se que esta definição não supõe como o deduz Touraine ou outros teóricos, uma explícita proposta social revolucionária, nem menos uma oposição permanente ao Estado. Mas isso não significa que sejam limitados à participação na gestão de recursos ou que não encerram germes transformadores da sociedade atual. Por sua vez, esta definição ampla considera a existência de movimentos sociais em momentos prévios ao capitalismo (ARCHILA, 1994, p 256).

da luta de classes e têm se nutrido de múltiplas combinações de luta que aqui são colocadas como vias *de facto* e vias de direito, tentando abarcar essa diversidade. Não negamos com isto a autoafirmação das diversas organizações na Colômbia como movimentos sociais, mas queremos destacar que respondem a um processo histórico de revalorização de identidade de classe.

Refletir sobre considerações, ações e cenários da pauta políticas do campesinato colombiano, também é refletir sobre os diferentes mecanismos dos arranjos políticos nos quais se apoia para levar na frente uma disputa que abrange não só a terra nem ações meramente focalizadas. É a luta social articulada no nível global referida anteriormente. O capitalismo em tanto age numa escala global que ultrapassa as fronteiras, faz o campesinato atuar num cenário internacionalista onde confluam as diferentes culturas, especificidades e também as diferentes expressões de luta contra o sistema. Borrás et al (2008) abordam esta discussão a partir do *Transnational Agrarian Movements* (TAM), onde para além da análise de classe, confluem uma diversidade de agendas e reivindicações em um enfoque de redes e parcerias entre diferentes movimentos articulados em torno à problemática agrária, em uma transnacionalização do campesinato. No que se refere ao enfoque de classe, são colocadas duas dimensões dentro da análise: a extensão da dominação de uma classe ou classes em particular e a qualidade da inserção de uma classe ou classes em particular dentro de um (TAM).

Enquanto as lideranças dos movimentos e seus aliados considerem firmemente as divisões e as lutas de classe como seus temas favoritos embora de fato raramente falem abertamente sobre eles, na verdade existem realidades entre os movimentos agrários transnacionais e entre os membros nacionais da sua organização que apontam a que o significado de classe é um assunto crítico. Porém, algumas poucas lideranças dessas redes transnacionais devem aceitar ocasionalmente o caráter de classe dos movimentos transnacionais. Por exemplo, João Pedro Stédile, recentemente afirmou que ‘o [brasileiro] MST e Via Campesina, especialmente, trabalham com a teoria dos ciclos ou luta de classes’ [STÉDILE, 2007, apud BORRAS et al, 2008, p. 195].<sup>51</sup>

Esta análise permite entender a consolidação da La Via Campesina (LVC) como movimento transnacional e um posicionamento internacionalista do campesinato enquanto

---

<sup>51</sup> While movement leaders and their allies hardly consider class divisions and struggles among their favorite issues and indeed rarely speak openly about them, actually existing realities within transnational agrarian movements and within their national member organizations point to the significance of class as a critical issue. A few leaders of these transnational networks may, however, occasionally acknowledge the class character of transnational movements. João Pedro Stédile, for example, recently asserted that ‘the [Brazilian] MST and Via Campesina, especially, work with the theory of waves or cycles of class struggle’ (STÉDILE, 2007, apud BORRAS et al, 2008, p. 195).



classe, nas disputas em torno aos direitos sobre a terra e território, que desdobrados no regime jurídico político do aparelho estatal colombiano, refletem em uma maior capacidade da luta social afirmar-se no território.

Desse modo, o campesinato e sua dinâmica enquanto classe vai permitir entender a especificidade do campesinato na Colômbia e sua relação como movimento social e suas formas de resistência frente ao capitalismo, na forma de agendas políticas perante uma reivindicação no sentido político mais tradicional –na cidadania e em exigência frente a seus direitos– quanto na forma de mobilizações, ocupações, encontros, parcerias e alianças entre classe que ultrapassam as fronteiras e configuram estratégias tanto pelas vias de direito quanto pelas vias *de facto*.

Pode se observar a dinâmica de classe do campesinato colombiano na dialética entre as vias *de facto* e as vias de direito, como resposta lógica frente aos impactos da Constituição de 1991, fortemente reprimido ao longo do século XX e na primeira década do século XXI. Esta dinâmica de classe tem tido como momentos importantes o mandato agrário em 2003 e a *Cumbre Agraria Étnica y Popular* em 2014, como resultado das massivas paralisações agrárias vividas em 2013 e 2014, como expressões de organização setorial, que no conjunto das reivindicações de classe em conjunto com os setores sindicais urbanos, tem representado em um ascenso na luta de classes. Porém, neste período apesar de ter sido o de maior intensidade do conflito armado, se apresentaram diversos encontros que seguiram operando como mecanismos contínuos de reorganização do campesinato. Uma completa revisão a este processo pode se encontrar no *Cuaderno de Tierra y Justicia* N° 11 ILSA (2011).

Mas, o que tem sido deliberado sobre o território por parte das organizações camponesas?

O quadro seguinte condensa a pauta política sobre o acesso à terra por parte de três blocos: I - O mandato agrário como manifesto político com caráter de classe por parte do campesinato; II - a *Mesa Agropecuaria y Popular de Interlocución y Acuerdo (MIA)*, como expressão de uma plataforma política mais ampla materializada na *Marcha Patriótica* e de uma fração de classe do campesinato e, por fim, III - o *CNA*, organização de base camponesa que também faz parte de uma plataforma política mais ampla materializada no *Congreso de los Pueblos*. Estas conexões serão importantes para entender o caráter de classe da *Cumbre Agraria Campesina, Étnica y Popular CACEP* e sua interlocução a um nível mais amplo a partir do internacionalismo.

É pertinente então analisar a pauta política das principais organizações camponesas após a Lei de Reforma Agrária de 1994.

### **2.3 A espacialidade capitalista, economia política da guerra e Teoria Marxista da Dependência 2002 – 2010**

Estrada (2010) postula uma nova espacialidade capitalista, como formulação de diferentes formas de acumulação materializadas no nível territorial e com uma nova economia baseada em a) petróleo e derivados, b) recursos minerais, c) agro combustíveis d) fontes de água e recursos de biodiversidade; e) produção de cocaína e f) plataformas para exportação de bens e serviços<sup>52</sup>:

1. Expropriação de parte do ingresso dos trabalhadores mediante mecanismos de precarização laboral.
2. Incremento da lógica especulativa nas rendas mediante submissão das relações sociais e do Estado ao setor financeiro.
3. Formas ilegais de acumulação, incorporadas em circuitos legais configurando zonas cinzas de acumulação.
4. Reconfiguração territorial da acumulação mediante exploração de recursos naturais e energéticos associados a uma escala transnacional.
5. Projeto político econômico neoliberal materializado em alianças entre Estado, paraestado, capital transnacional e influência política estadunidense.

As ideias a serem desenvolvidas se concentram principalmente nas seguintes relações:

1. As contrarreformas agrárias na Colômbia no século XX configuraram uma relação constante entre migrações forçadas produto da violência (com epicentro no primeiro ciclo da época de *La Violencia*) e a criação de um exército industrial de reserva, que especialmente depois da década dos 80's, se desenvolveu atrelado ao capitalismo criminal como forma de acumulação (narcotráfico, economia política da guerra).

---

<sup>52</sup> Santos (2001) denomina território usado como o objeto de divisões do trabalho superpostas, em um reindilhado no qual cada atividade ou cada empresa produz sua própria divisão do trabalho, atingindo diferentes escalas, desde a global até a mais local. Porém, discordamos deste conceito a partir do entendimento de que a divisão territorial do trabalho sempre está atrelada a uma dinâmica total, imposta pelo modo de produção capitalista.

**Quadro 1.** Colômbia: Pauta política de acesso à terra (2003 - 2013)

PROBLEMÁTICA	PROPOSTA	
Acesso à terra	<i>Mandato Agrario (2003)</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Serão reconhecidos os <b>direitos históricos</b> dos povos originários a seus territórios e em especial a propriedade coletiva.</li> <li>• Será aplicada a função social e ecológica da propriedade da terra. Será respeitada a pequena e mediana propriedade rural.</li> <li>• Diante a ausência de ações do Estado, será adiantada a reforma agrária de fato.</li> <li>• Será garantido o direito inalienável, não embargável e imprescritível à terra por parte das comunidades camponesas.</li> <li>• Será garantido este direito às comunidades que não têm terra ou têm em quantidade insuficiente assim como quem tem perdido sua terra ou quem estiver na propriedade da terra e esteja ameaçado de perdê-la.</li> </ul>
	<i>Mesa Agropecuaria y Popular De Interlocución y Acuerdo (Mia)</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Deter a política de <b>estrangeirização de terras</b>; esclarecer as operações ou transações que têm permitido a estrangeirização por capital estrangeiro; reverter estas operações e que as terras revertidas formem parte do fundo para a adjudicação e dotação de quem não tem terra.</li> <li>• A delimitação e constituição imediata das <i>Zonas de Reserva Campesina</i> (ZRC) nos territórios nos quais já foram cumpridos todos os trâmites para sua constituição, dando cumprimento aos acordos estabelecidos nas audiências públicas das ZRC.</li> <li>• Iniciar e finalizar os trâmites de delimitação e constituição das <i>Zonas de Reserva Campesina</i> nos territórios que as comunidades solicitem, em um prazo não superior a um (1) ano a partir da solicitude.</li> <li>• O financiamento e implementação de planos de desenvolvimento sustentável nas <i>Zonas de Reserva Campesina</i> constituídas e nas que se formem.</li> <li>• Criação tanto do Sistema Nacional como o Programa Nacional de <i>Zonas de Reserva Campesina</i>.</li> <li>• Respeito e prevalência das figuras de ordenamento territorial, produtivo e ambiental das comunidades camponesas, afro-descendentes e indígenas para as áreas de consolidação e recuperação, bem como os de desenvolvimento agroempresarial.</li> <li>• Velocidade no processamento de pedidos de constituição e expansão das reservas indígenas e territórios coletivos afrodescendentes, reconhecendo seus direitos ancestrais, e em consulta com as comunidades camponesas em casos de coexistência intercultural nos territórios. Promover a criação de territórios inter-étnicos para garantir a sustentabilidade e a coexistência pacífica entre as diversas identidades culturais e territorialidades.</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adjudicação e disponibilização de terras para camponeses, indígenas e afro-colombianos, que não têm, a possuem insuficientemente ou estão na posse de baldios que não foram concedidos, para o qual deve ser ordenado ao INCODER velocidade em conformidade com a Lei 160 / 94 sobre compra direta de terras em quantidade suficiente e de boa qualidade, e a adjudicação e formalização imediata da titularização das terras baldias ocupadas por camponeses, apoiados em assistência técnica e social, investimento, tecnologia e marketing para garantir a implantação da economia camponesa, bem como da pequena e média produção. Iniciar, avançar e terminar no prazo máximo de 1 (um) ano, os processos de extinção administrativa de terras concentradas e ociosas, das quais os camponeses vêm sendo possuidores, assim depois devem ser adjudicadas a estes.</li> <li>• A aplicação imediata do Decreto 1277/2013 de dotação de terras por INCODER, e a expansão da sua capacidade financeira para garantir maior cobertura e a adjudicação coletiva às comunidades afrodescendentes e as comunidades indígenas.</li> <li>• Garantir o estrito cumprimento da Unidade Agrícola Familiar (UAF) em todos os processos de adjudicação de terras, a reversão de adjudicações praticadas com excesso ou deficiência da mesma, bem como a criação de condições para garantir o nível de renda e sustentabilidade da economia camponesa que promove esta figura.</li> </ul>
	<b>Coordinador Nacional Agrario (CNA)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Que o governo declare nulas as compras massivas de terra que têm realizado empresas nacionais e estrangeiras violando a Lei 160 de 1994.</li> <li>• Adjudique os baldios ao campesinato que carece de terras e cumpra o que foi planteado na sentença C-644 de 2012 da Corte Constitucional.</li> <li>• Garantias ao autônomo e legítimo exercício das comunidades do campo para ordenar seu território e definir as suas formas de convivência.</li> </ul>

Fuente: Adaptação própria com base na Matriz de Sistematización de Documentos sobre Tierra y Territorio. Colectiva Agraria Abya Yala, Bogotá, 2014 (inédito).

2. A base da ilegalidade do capitalismo criminal permitiu desenvolver diversas particularidades na configuração dos sujeitos centrais nesta luta classes, onde o paramilitarismo, como principal reconfigurador dessa dinâmica da guerra a partir da década dos 90' expressa a materialização do projeto capitalista no Estado. Desse modo, sentou as bases para a tensão vigente entre a reestruturação produtiva do capital na economia primária (agrocombustíveis, setor de mineração e hidrocarbonetos) e a disputa territorial pelos *royalties* ou *regalias* (termo em espanhol) evidenciada em novas formas de ordenamento territorial.

O intercambio desigual entre economias dependentes e economias centrais tem significado que na transferência de valor na relação centro – periferia o consumo predominantemente ocorra nas economias centrais e a realização do valor a partir do trabalho nas economias dependentes. Dadas umas condições estruturais de dependência, baseadas principalmente no desenvolvimento histórico das condições coloniais e imperialistas que supeditaram os esquemas de produção das economias dependentes ao baixo nível de desenvolvimento de suas forças produtivas, o modelo de acumulação se baseia principalmente na extração de mais-valia absoluta, é dizer, na extensão das jornadas de trabalho principalmente.

Theotônio dos Santos, quem junto com Vania Bambirra e Ruy Mauro Marini<sup>53</sup> formularam a Teoria Marxista da Dependência explica melhor esta dependência:

A dependência é uma situação na qual um determinado grupo de países têm sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de uma outra economia a que se encontra sujeita. A relação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre estes e o comércio mundial, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem se expandir e autoimpulsar-se, enquanto outros países (os dependentes) só podem fazer isso como um reflexo desta expansão, o qual pode atuar positivamente e / ou sobre seu desenvolvimento imediato. No entanto, a situação de dependência leva a uma situação geral dos países dependentes e os coloca em atraso e sob a exploração dos países dominantes [DOS SANTOS, 1978, apud CORREA, 2012, p. 305].

Pelas particularidades da Colômbia, esta dinâmica se realizou atrelada à desestruturação da classe trabalhadora no campo e na cidade, a partir da repressão produto da violência e também por ela, da recomposição populacional que originou uma

---

<sup>53</sup> Bambirra, Marini e Dos Santos, foram fundadores da Organização Revolucionária Marxista Política-Operária (POLOP) em 1961, que lutava contra as teses “etapistas, dualistas e desenvolvimentistas” do Partido Comunista do Brasil. Junto com Gunder Frank participariam como professores da recém fundada Universidade Nacional de Brasília. Após o golpe militar em 1964 se reuniram no Chile até o golpe militar de Pinochet, em 11 de setembro de 1973. Dos Santos dirigiria o Centro de Estudos Socioeconômicos CESO da Universidad de Chile, convergência de diferentes intelectuais comprometidos com a teoria marxista.

verdadeira geografia do desenvolvimento, que concentrou temporalmente tal contingente de força de trabalho em determinados territórios para favorecer atividades produtivas associadas principalmente à ilegalidade e que desenvolveram nexos inseparáveis com a guerra. Assim, o conflito armado determinou tanto a recomposição capitalista geográfica quanto a transferência de valor às economias centrais.

Complementando as *zonas cinzas de acumulação* baseadas na indústria, a construção, o turismo, a agricultura capitalista e a pecuária, os serviços, entretenimento, saúde, educação e transitórias bonanças econômicas regionais (ESTRADA, op. cit., p 33), seriam três os níveis de infiltração das redes mafiosas na cidade: a criminalidade urbana (micro tráfico) e a violência extra estatal na sociedade; o controle mafioso de empresas lícitas e a toma de instituições públicas que a partir da corrupção e da apropriação de contratos do Estado vinculados à descentralização, conseguem extrair rentas (DUNCAN, 2005). Esta contradição campo-cidade tem configurado uma tendência de acumulação baseada nas três principais cidades: Bogotá, Cali e Medellín, com saídas aos portos de Barranquilla (norte, Oceano Atlântico) e Buenaventura (no Oceano Pacífico, Oeste), também nas periferias articuladas em grau e forma diferente Amazônia (sul da Colômbia) e Orinoquia (Leste).

Foi necessário para tal reprodução do capital: por um lado e como mecanismo de controle político e social, desativar os intensos focos de protesto social e rebeldia que se iam acumulando pelas fissuras de um Estado falido, e por outro lado, como mecanismo de controle econômico, inviabilizar as economias camponesas articuladas precariamente ao mercado internacional (café e cultivos permanentes) a partir da divisão internacional do trabalho e que fragilmente haviam consolidado um mercado interno de abastecimento de alimentos. Em outras palavras, esvaziar o espaço agrário.

Este Estado falido é substituído como agente regulador no mercado no desdobramento das rendas do narcotráfico em três setores que precisam de algum grau de ilegalidade pela sua base de informalidade: os *sanandresitos*, comércio baseado no contrabando e na evasão de impostos, esta última característica inclui também os jogos de azar e, por último, os mercados de abastecimento de alimentos com a especulação dos preços (DUNCAN, op. cit., p 28). Todos estes setores articulam-se ao negócio privado de segurança (para cumprir os contratos) através das chamadas *oficinas de cobro*, locais gerenciados por narcotraficantes nas quais podem ser contratados assassinos para fazer cumprir contratos ou amedrontar para que seja realizado o pago de *vacunas*, ou pagos

feitos às estruturas criminais associados não só aos grupos narcotraficantes, mas também às milícias armadas (paramilitares e guerrilhas) para o funcionamento de qualquer atividade comercial. O Estado falido é substituído então pelos principais atores armados na guerra, que materializam um projeto capitalista.

Os rastros sobre os desdobramentos da Teoria do Desenvolvimento Desigual já aparecem em Marx, que em uma carta dirigida a Engels assumiria que não aplica uma formulação na qual se deva fazer uma revolução democrático-burguesa para poder levar um processo revolucionário. Lênin tomaria estas indicações no seu livro “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia” (1982), o que levaria fazer uma análise relacionada ao contexto específico de cada país. Desse modo Lênin, no seu livro “Imperialismo fase superior del capitalismo”, ao analisar o intercâmbio desigual entre economias, desenvolve outro esquema de análise que seria retomado por Trotsky para sua “Lei do desenvolvimento desigual e combinado”. Na geografia, tal tese seria retomada principalmente por Neil Smith e nos estudos de sociologia e de geografia agrária por José de Souza Martins e Ariovaldo Umbelino de Oliveira, assinalados pertinentemente ao longo do texto.

O controle político e social baseado na repressão teve como consequência natural a aparição e consolidação de diversas guerrilhas e por outro lado, também teve como repercussão uma desestruturação das condições laborais das quais a classe trabalhadora ainda não se recupera. Tanto os altos índices de informalidade laboral, quanto as altas taxas de violência anti-sindical, são dois dos principais fatores que incidiram em um refluxo das lutas sociais. Porém, nos últimos tempos um sem-fim de movimentos e expressões de protesto tem se visto mais acentuados.

O capital não tem nacionalidade. Por isso a questão geopolítica é indispensável no sentido de entender o valor da luta de classes quando se analisa o panorama latinoamericano. A consolidação das dinâmicas da guerra permeou todas as relações sociais de produção na Colômbia: desde a manutenção das economias informais anteriormente assinaladas, até a orientação dos recursos do aparelho estatal para manter e aumentar o estado de militarização. Assim, vários supostos levam-se em consideração baseados em um da Teoria Marxista da Dependência (TMD).

1. A reestruturação de uma geografia desigual e combinada no espaço agrário colombiano por meio dos fluxos migratórios forçados via campo-cidade e na criação de um exército de reserva laboral baseado na economia informal, atualmente impulsados

pela mineração transnacional e o narcotráfico a partir da violência como um mecanismo repressor e contínuo. Dado que a super exploração do trabalho tende a ser intensificada uma vez que aumenta o número de trabalhadores na reserva, o que leva a reduções salariais e problemas na realização do consumo e a reprodução da força de trabalho, vamos caracterizar o Exército Industrial de Reserva: a dimensão do conflito armado no qual atuam mais de cinco agentes armados<sup>54</sup>, devido no deslocamento forçado de 5'368.100 milhões de pessoas entre 1985 e 2013, inteiramente provenientes do campo (ACNUR, 2013). Segundo o estudo feito por Vargas (2013), uma das consequências do deslocamento forçado na Colômbia é a queda do Valor da Força de Trabalho a quase zero a partir da equação:

Valor Agregado Potencial pela Força de Trabalho das Vítimas = Valor Agregado pelo trabalho no setor comércio \* População em idade de trabalhar deslocados forçosamente 1985-2010.

Valor Agregado pela Força de Trabalho das Vítimas = Remuneração média das vítimas ocupadas \* quantidade de vítimas ocupadas.

Valor agregado cessante = Valor Agregado pela Força de Trabalho das Vítimas - Valor Agregado Potencial pela Força de Trabalho das Vítimas.

Assim, a transformação do Valor da Força de Trabalho das vítimas do deslocamento forçado na Colômbia manifesta-se mediante o salário e o poder aquisitivo dele.

Isto se explica pela insuficiência da demanda no mercado laboral formal, já que as habilidades das pessoas em situação de deslocamento forçado, provenientes do campo, não costumam ser compatíveis com a economia urbana. Desse modo, estas pessoas não alcançam a materializar e reproduzir sua força de trabalho. Segundo dados da *Encuesta Nacional de Verificación de los Derechos de la Población Desplazada* (ENV 2007 – 2010), 51,5% das vítimas é População Economicamente Ativa (PEA), das quais o 90% estão ocupadas e daí o 96,5% encontra-se no setor informal. Por outro lado, segundo a *Consultoría para los Derechos Humanos y el Desplazamiento* (CODHES), 53% das vítimas estão inativas, ou seja, não trabalham, não estudam e também não estão procurando emprego. Esta condição também se pode manifestar pelo fato de que na cidade, segue se mantendo a presença dos atores armados nos locais de recepção de

---

<sup>54</sup> Exército da Colômbia, Guerrilhas (FARC, ELN e EPL), Paramilitares.



pessoas em situação de deslocamento forçado, e com isso novas condições de insegurança e inclusive, de novo deslocamento forçado.

Sobre a categoria superexploração da força de trabalho, a qual é central dentro da TMD, Marini (1978) apontava:

[...] em condições de intercâmbio marcadas por uma superioridade tecnológica dos países avançados, as economias dependentes deveram fazer uso de um mecanismo de compensação que, permitindo o aumento da massa de valor e mais-valia realizada, bem como a sua quota, pelo menos parcialmente contrarrestara as perdas de mais-valia as que tinham de sujeitarse; este mecanismo foi a superexploração do trabalho. Isso explica o forte desenvolvimento da economia de exportação da América Latina, apesar da troca desigual. É de supor que meus "críticos" não pretendam que, diante a transferência de valor que ela implicava, as economias latino-americanas pudessem reagir, elevando seu nível tecnológico a um ritmo igual ao que faziam os países avançados. Isso não significa de forma alguma, que a produtividade estagnou ou diminuiu, mas ela sempre esteve atrasada. Também não devemos derivar do exposto o que não foi dito: a superexploração do trabalho é estimulada pela troca desigual, mas não é derivada dele, senão da febre do ganho que cria o mercado mundial, e baseia-se principalmente na formação de uma superpopulação relativa. Mas, uma vez em marcha um processo econômico baseado na superexploração, ela põe em movimento um mecanismo monstruoso, cuja perversidade, longe de diminuir, é acentuada por recorrer esta economia dependente ao aumento da produtividade, através do desenvolvimento tecnológico [MARINI, 1978, p, 63].

2. O capitalismo criminal como modelo de acumulação precisa de múltiplos desdobramentos para poder funcionar, configurando com isso uma forma constante de transferência de valor para as economias centrais.

Desse modo, dar-se-ia aqui uma fusão entre o capital financeiro e o capital industrial da indústria bélica, de difícil seguimento e comprovação estatística porquanto o dinheiro que irrigaria essa relação viria do narcotráfico e a lavagem de ativos. Assim, a guerra como eixo de transferência de valor entre economias periféricas e centrais, explicaria no plano geopolítico a inserção das economias dependentes na produção de bens suntuários associados à indústria bélica que, por sua vez, precisariam de um alto nível de desenvolvimento tecnológico ou uma composição orgânica média do capital, gerenciada pelas economias centrais. É de assinalar que a taxa de transferência de tecnologia da indústria bélica é muito baixa, por quanto envolve informação estratégica, de segurança nacional e de patentes, que não é pública.

A Colômbia é o primeiro país no mundo em investimento ao gasto militar em relação com o PIB. Os negócios relacionados com segurança privada e governamental concentraram 15% do PIB nacional, 56.000 milhões de dólares dos 375.000 milhões de dólares que circulam pela economia colombiana em 2013, sendo que os gastos militares

superam o 4% do PIB. Estas transferências beneficiam diretamente à indústria militar de Estados Unidos, Inglaterra, Israel, Espanha e Brasil (SARMIENTO, 2013).

A principal expressão desta relação foi a implementação do *Plan Colombia*, verdadeira ocupação militar por parte de Estados Unidos na Colômbia, que operou sob a escusa da luta contra o narcotráfico. Nessa dialética da luta de classes, enquanto o campesinato constrói autonomia e com isso uma soberania relativa sobre seu arranjo espacial, Colômbia em uma escala maior, entrega a soberania do país para os Estados Unidos.

O orçamento do programa provém dos fundos públicos do governo desse país e foi destinado principalmente para toda a indústria armamentista e de treinamento militar cujo núcleo se concentrava justamente em EUA, configurando com isso um remanejamento do capital ao centro, com graves e sistemáticas violações aos direitos humanos e impactos na reconfiguração produtiva do capitalismo criminal na Colômbia.

Em outra forma de transferência de excedentes às economias centrais na relação guerra e Investimento Estrangeiro Direito, a multinacional exportadora de banana *Chiquita Brands* –a mesma *United Fruit Company*–, que protagonizou a massacre de mais de 3.000 trabalhadores em greve em 1928 em Ciénaga –Magdalena, no norte da Colômbia–, na década dos 90’s utilizou os serviços da empresa Convivir Papagayo, organização dedicada a prestar “serviços de segurança” e que realmente eram prestados pelas forças paramilitares, foi condenada a pagar uma multa de US\$ 25 milhões de dólares, pelos pagamentos de mais de US\$1, 7 milhões a esses grupos considerados ilegais (IPC, 2010).

Por outro lado, segundo Libreros (2013), o 75% dos fundos de pensões de EUA, financiam empresas de guerra e na Colômbia o 50% dos títulos de dívida pública são títulos de fundos de pensão. Ou seja, a classe trabalhadora do setor formal, concentrada nas principais cidades, financia as guerras e justifica o endividamento que acentua a dependência do país às economias centrais, em uma escala global de rotação do capital.

Associado à economia política da guerra, em vinte anos tem sido pulverizadas com glifosato um milhão 753.386 hectares de cultivos de coca, o que tem levado à reorganização produtiva do agronegócio da coca e seus desdobramentos: deslocamento forçado, inviabilização das economias camponesas não associadas ao cultivo mas localizadas no mesmo lugar, repressão do aparelho estatal, e, principalmente, trágicos efeitos nocivos por conta do uso de químicos como *Round Up Ultra*, do que tem sido

comprovada a associação entre seu uso e a aparição de câncer, malformações nos fetos, entre outras doenças. As principais companhias beneficiadas com esta indústria são Dyncorp e Monsanto, fabricantes tanto dos aviões quanto dos insumos para as aspersões. No governo do presidente Álvaro Uribe Vélez (2002 - 2010) se concentrou 68,7% de toda a pulverização aérea na Colômbia, cifra expressiva das políticas repressivas características deste período (VARGAS, 2015).

Na luta de classes, é importante determinar qual papel é cumprido pelos sujeitos principais nessa disputa. A repressão absoluta contra os trabalhadores na Colômbia, assim como a militarização da vida, objetivaram umas condições que favoreceram o aumento da mais-valia absoluta, conseguindo com isto uma transferência de valores baseada no modelo de acumulação –assentado nas economias ilegais–, para as economias centrais.

Em uma autêntica reestruturação produtiva do capital via guerra, entre 1981 e 2012 se documentam 23.161 assassinatos seletivos de líderes comunitários, militantes políticos dos quais a metade pertencia a orientações de esquerda, sindicalistas e defensores de direitos humanos, mortes das quais 38,4% foram ocasionadas pelos paramilitares, 27,7% por grupos não identificados, 16,8% pelas guerrilhas e 10% pela Força Pública, e outra porcentagem também conta as ações conjuntas entre forças armadas e grupos paramilitares (Comisión Nacional de Memoria Histórica (CNMH), 2013, p. 43).

A cifra dos massacres é catastrófica. Entre 1980 e 2012 foram cometidos 1.982 massacres com 11.751 mortes, cuja autoria é dos mesmos grupos mencionados acima. A relação entre vítimas e massacre supõe uma média de seis vítimas por massacre. De cada dez massacres, seis foram realizadas pelos grupos paramilitares, dois pelas guerrilhas e um pelos membros da Força Pública (CNMH, 2013, p 48).

Assim, o paramilitarismo comporta um projeto econômico que vai atrelado ao percurso histórico de despojo e violência, como política de Estado. O paramilitarismo é um projeto de Estado. Por outro lado, a guerrilha das FARC caracteriza suas ações nos sequestros e o cobro de impostos à produção de coca como principais fontes de financiamento, assim como ataques às estruturas associadas ao setor mineiro e de hidrocarbonetos como forma de ataque ao Estado e o capital transnacional, mas com isso causando graves prejuízos às comunidades ao redor, quem também sofrem violações aos direitos humanos recorrentes por parte de todos os atores armados.

A guerra como um traço territorial, obriga a entender a lógica dos corredores estratégicos e as zonas de consolidação, como colocado a continuação:

Os paramilitares resultaram eficazes na promoção do latifúndio pecuário, o agronegócio, a mineração e megaprojetos, em detrimento da economia camponesa. Um dos casos emblemáticos de consolidação deste tipo de desenvolvimento é fornecido pela alta concentração geográfica de cultivo de palmeira de dendê sobre o corredor estratégico e na área de retaguarda das AUC. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano, Colômbia rural: Razões para a esperança, as 360, 537 hectares de palmeira de dendê que existem na Colômbia hoje estão concentrados nos departamentos de Magdalena, Norte de Santander, Magdalena Medio, sul de Bolívar, sul de Cesar Montes de Maria, Bajo Atrato, planícies orientais, *Piedemonte casanareño* e corredor do Oceano Pacífico [CNMH, 2013, p 177].

Por outro lado, Restrepo (2014) pontua as diferenças entre a expansão e dinâmicas guerrilheiras e o paramilitarismo, já que esse último contou com o apoio dentro das forças militares estatais e um caminho aberto na política, enquanto as guerrilhas se debatiam nas zonas rurais historicamente esquecidas pelo projeto do Estado.

Do paramilitarismo se conhecem como primeiras ações a criação das *Autodefensas Campesinas de Córdoba e Urabá* (ACCU), que passou de ser um mediano movimento armado em defesa dos fazendeiros em finais da década dos 70, a um exército profissional, que entre 1984 e 1989, exterminou brutalmente à militância de esquerda na região do Magdalena Medio, especialmente em Antioquia. O financiamento por parte da *Asociación Campesina de Ganaderos y Agricultores del Magdalena Medio* (ACDEGAM) e o *Cartel de Medellín* liderados pelos narcotraficantes Pablo Escobar e Gonzalo Rodríguez Gacha, foi chave para tal expansão (VERDAD ABIERTA, 2012).<sup>55</sup> Como referenciado no próprio site da internet das autodefensas:

A origem básica da nossa autodefesa é espontânea. Em algumas áreas do país as AUC derivam-se do trabalho dos camponeses armados, que, na época, foram estimulados pelo Governo nacional para combater as ações da guerrilha. Em outras regiões, a iniciativa veio de agricultores, pecuaristas, fazendeiros e proprietários de pequenas empresas quem se organizaram e se armaram para exercer o seu direito à legítima defesa coletiva [COLOMBIA LIBRE apud MEDINA, 2007, p. 118]

O paramilitarismo também se territorializa e comporta contradições próprias da dialética das lutas sociais. As raízes dele na primeira metade do século XX se remontam à *Guardia Rural*, derivada do *Estatuto de Seguridad Rural* demanda por parte dos proprietários de gado ao Estado na década dos anos 40's e chave na ambientação política

---

<sup>55</sup> Tomado da página web: <http://www.verdadabierta.com/la-historia-de-las-auc/244-la-historia/auc/3862-pablo-escobar-autodefensas-ramon-isaza-magdalena-medio-colombia>. Acceso 21 janeiro de 2015.

prévia a *El Bogotazo*. Dá-se atrelado ao *gamonalismo*, sendo expressiva do modelo territorial centralizado nas elites regionais e nas principais cidades, que concentraria a acumulação de capital a partir da regionalização produtiva iniciada desde o arranjo colonial e com impactos vigentes no campo. Renova-se na década dos 70's como exército privado e na década dos 80's consegue se inserir completamente ao modelo de acumulação a partir de sua parceria com o narcotráfico.

Pelos imediatos impactos no espaço agrário, este processo colocaria o campesinato como sujeito central na luta de classes e do lado oposto o bloque dominante no Estado e suas derivações escalares que assim comportem o mesmo objetivo. Assim, o alvo a atingir pelo paramilitarismo é desestruturar o campesinato enquanto classe, comportando um projeto econômico que beneficie à acumulação do capital e prossiga o desenvolvimento das forças produtivas até aqui conseguido.

A violência armada, usada como medida constante para reprimir e manter uma ordem apropriada ao projeto hegemônico, pode ser entendida se olharmos o contexto geopolítico no qual Colômbia, enquanto aliado de EUA no continente e com uma posição geoestratégica privilegiada, é essencial para manter o domínio regional. Detalhar a estrutura de classes na qual está inserido o projeto capitalista no modelo de acumulação na Colômbia possibilitará também compreender as contradições de classe no seio do bloco dominante no aparelho estatal e aí enxergar as brechas pelas quais o projeto emancipatório, liderado pelo conjunto das lutas sociais, pode se realizar.

Seria demonstrado que o paramilitarismo é mais complexo do que uma simples reação setorial frente à guerrilha. A expansão em finais da década de 90's e inícios de 2000 coincide também com uma reestruturação produtiva do capital atrelada a vários projetos econômicos: na base o fluxo de dinheiro proveniente do narcotráfico e por outro lado, a implantação de megaprojetos como o da palmeira do dendê –conhecida na Colômbia como *palma africana* ou *palma aceitera*– e a mineração. Em 1994 se realiza a *Primera Cumbre Autodefensas en Colombia* em Cimitarra. Em 1997 são criadas as *Autodefensas Unidas de Colombia (AUC)*, concentradas em Córdoba e Urabá, *Magdalena Medio* e *Llanos Orientales*.

Da mesma forma, exponencial foi o desdobramento territorial do movimento que passou a ter uma presença em 279 municípios em 1997 a 455 apenas cinco anos depois, em 2002 [ECHANDÍA, 2013, apud RESTREPO, 2014, p. 448].

O paramilitarismo está atado a um projeto econômico principalmente, por isso não são orgânicos, não respondem a um só mando. Por outro lado, a insurgência foi

fortemente debilitada em regiões como Urabá e no Magdalena Medio foi praticamente expulsada.

No final dos anos noventa surgiu um novo ordenamento territorial, o da guerra. Ao norte o domínio paramilitar, ao sul e leste o da insurgência, no eixo central da geografia nacional, que também foi o do desenvolvimento institucional e dos mercados mais formalizados, o Estado. Entre eles várias áreas disputadas e em coexistência [RESTREPO, 2014, p. 449].

Nesta reestruturação produtiva, se desenham novas fronteiras: sul de Bolívar, Catatumbo e corredor do Oceano Pacífico, foram enclaves para o monocultivo dirigido ao abastecimento de biocombustíveis (CNMH 2013). Entre tanto, o panorama de concentração da terra agudizava sua desigualdade histórica:

Assim, não surpreende então o alto nível de concentração de terra registrado na Colômbia rural (1,1% dos proprietários concentra o 52,2% da terra), nem a prevalência da sobreutilização do solo para o latifúndio pecuário (39,2 milhões de hectares dedicados à pecuária, sobre um potencial apto de 24 milhões), e a subutilização para a agricultura (4,1 milhões de hectares plantadas sobre um potencial apto de 21,5 milhões) [CNMH, 2013, p. 178].

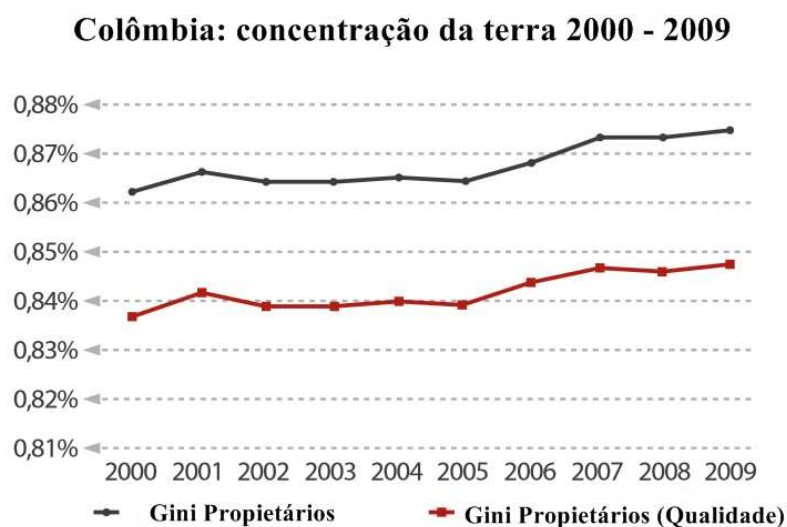
A precária industrialização da economia colombiana, a prevalência do latifúndio pecuário, a sistemática expulsão violenta das comunidades agrárias do campo, mostra uma economia parasitária dinamizada pela irrigação dos dinheiros do narcotráfico, onde os setores de construção e de serviços (em especial o financeiro) concentrarão os recursos conformando uma economia rentista e agudizando a condição de dependência da Colômbia como economia periférica.

É um fato comprovado que a concentração da terra acentuou-se no período 2000-2009 em 56% dos municípios do país. A trama territorial faz coincidir os departamentos com maior concentração da terra, com maior índice de deslocamento forçado pela violência e objeto de megaprojetos, associados à mineração (como os departamentos de La Guajira, Cesar-centro, Caquetá e Putumayo), produção de agrocombustíveis (Cesar-sur, Valle del Cauca e Nariño), agroflorestais (Sul de Bolívar, Valle del Cauca, Cauca e Córdoba) e todos os anteriores (Meta e Vichada), departamentos de fronteira agrícola. É importante salientar que neste período os imóveis de mais de 500 hectares que 20 anos atrás ocupavam o 32% da terra útil, ampliaram-se a 62%, em poder de 4% de proprietários. Por outro lado, as origens dessa concentração estão associadas diretamente ao narcotráfico, que na década de 1980, apropriou-se de 4,4 milhões de hectares localizadas em terras planas e de boa qualidade (SALINAS, 2011).

A espacialidade capitalista consolidada após os dois mandatos de Álvaro Uribe Vélez (2002-2006 e 2006- 2010) se renovou com a eleição do presidente Juan Manuel

Santos, que encaminhou por médio do *Plan de Desarrollo 2010 – 2014* as ações concretas que traçariam o modelo de desenvolvimento para o país, sob o sugestivo lema de “*Prosperidad para todos*”. No plano, a economia se concentraria em quatro setores chamados eloquentemente de locomotivas, porque impulsariam o crescimento geral da economia. Uma delas, com fortes impactos no espaço agrário, é o setor de mineração e hidrocarburos, que em novembro de 2014<sup>56</sup> tinha concessionado 5,1 milhões de hectares para projetos de mineração.

**Gráfico 3.** Colômbia: concentração da terra 2000- 2009 segundo coeficiente de GINI



Fonte: SALINAS, 2011, p 186.

Deste modo, é pertinente caracterizar o modelo extrativo de mineração e hidrocarbonetos, uma vez que se ensambla com o modelo de acumulação do narcotráfico a partir da guerra como mecanismo de transferência de excedentes e da ilegalidade, como forma de extração maior de rendas. Como opera esta relação? Mediante a incursão dos grupos armados no negócio, o que conecta invariavelmente com a violência e a guerra como estratégia de desarticulação do campesinato enquanto classe.

Já foi colocado aqui como a política de descentralização e re-centralização, ligada intimamente com a violência e repressão por parte do Estado, se evidenciam no papel que este cumpre como contribuinte ao fomento da informalidade e ilegalidade, fruto da

<sup>56</sup> Documento: Títulos mineros vigentes em el territorio nacional. Actualización del catastro minero: noviembre 13 de 2014. Agencia Nacional de Minería, Gerencia de Catastro y registro minero. Disponível na página: <https://sites.google.com/site/tierraminada/>. Acesso 27 de novembro de 2014.

expansão do capitalismo por meio de variados mecanismos que ao longo de séculos tem na terra e no espaço agrário como todo, o mecanismo mais efetivo de acumulação.

A reforma descentralizadora do Estado é um dos cenários em que se vivem e tentam resolver as contradições entre capital e coronelismo. A descentralização e reordenamento territorial, embora sejam políticas propostas pelo capital, unicamente têm fortalecido o poder dos coronéis e sua clientela. Em particular, o ordenamento territorial reflete os interesses de burocratas, fiscais, latifundiários e as pretensões eleitorais dos coronéis e não, como serviria realmente, uma resposta à realidade geográfica, ecológica, econômica, social, étnica e cultural [MONDRAGÓN, 2002, p. 19].

O narcotráfico e o paramilitarismo buscam participar na mineração porque implica uma lavagem de dólares e a configuração desigual do desenvolvimento baseado nas contínuas contrarreformas agrárias, faz das fronteiras agrícolas e a escassa presença estatal, o meio de cultura perfeito para a acumulação do capital a partir das economias ilegais, que encontram na guerra o mecanismo mais rentável.

Esta chamada mineração criminosa encontrou um espaço favorável para sua consolidação e expansão naquelas regiões onde existia *barequeo* e mineração tradicional, com uma muito débil, se não inexistente, presença do Estado; também onde a informalidade e ilegalidade, tinham enraizado por séculos e já era um fenômeno reconhecido e aceitado na prática pelas autoridades e comunidade local; e onde tinham fracassado os programas de legalização de mineração e inclusive em áreas onde os mineiros se aproveitaram dos benefícios deste programa para continuar operando e comercializando os minerais extraídos [GARAY, 2013, p. 159].

Assim, das 114 milhões de hectares do território nacional 40,8 milhões de hectares ou o 35,7%, fazem parte das áreas mineiras em 2012. Duas regiões fazem parte das áreas estratégicas mineiras<sup>57</sup>, declaradas pelo Estado como de importância nacional para exploração de minerais estratégicos como ouro, cobre, ferro, platino, carvão, coltan, potássio, magnésio, fosfato, urânio. O departamento de Chocó na zona Oeste da Colômbia e a região do Leste, especificamente na Amazonia Colombiana. Assim, em termos de porcentagem do território nacional, as áreas mineiras solicitadas somam 13,3% (15,2 milhões de hectares), a área estratégica Chocó – Oriente (suscetível de ser concessionada) leva a maior parte com 15,4% (17,6 milhões de hectares), a área estratégica tipo 1 com

---

<sup>57</sup> Plano Nacional de Desenvolvimento 2010 - 2014, artigo 108: Reservas mineiras estratégicas. A autoridade de mineração determinará os minerais de interesse estratégico para o país, ao respeito dos quais poderá delimitar áreas especiais em áreas que se encontrem livres, sobre as quais não serão recebidas novas propostas e não serão subscritos contratos de concessão de mineração.

O anterior com o fim de que estas áreas sejam concedidas em contratos de concessão especial através de um processo de selecção objetiva, em que a autoridade mineira estabelecerá nos termos de referência, as contraprestações económicas mínimas distintas dos royalties, que os interessados devem oferecer (...) (COLÔMBIA, 2011, p 35)



2,5% (2,9 milhões de hectares) e as áreas mineiras solicitadas, com 15,4% (17,6 milhões de hectares).

Por outro lado, e em consonância com os mecanismos de acumulação de capital, a internacionalização da mineração, a conexão com a ilegalidade e os circuitos mundiais se dão com grupos em aberta cooperação com o paramilitarismo como *Los Rastrojos* assim como com grupos ilegais de narcotráfico como o *Cartel de Sinaloa* de México.

Segundo as autoridades, pelo menos em oito departamentos colombianos, a mineração do ouro ultrapassou o tráfico de drogas como a principal fonte de financiamento de grupos ilegais. Enquanto o ouro é o pilar da mineração ilegal, grupos criminosos têm se expandido em outros setores, como os metais preciosos tungstênio e coltan, que são extraídos pelos guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), acrescenta o relatório [InSightCrime (2013), apud GARAY, 2013, p 177].

Assim, as cifras pela lavagem de ativos se estimam em até \$36 bilhões de pesos colombianos, dos quais \$10 bilhões corresponderiam à mineração ilegal, segundo GARAY (2013, p 178).

O negócio da mineração atrai por igual tanto às FARC, quanto aos paramilitares, supostamente desmobilizados, mas abertamente representados pelas bandas Los Rastrojos e Los Urabeños (ver mapa 3). Como foi mencionado anteriormente, dado que o paramilitarismo materializa também um projeto econômico, as bases militares desse grupo não respondem necessariamente a um mando e assim aparece fragmentado, também como estratégia política de suposta desmembração do paramilitarismo, ocultando a relação intrínseca e aqui confirmada entre o Estado e o paramilitarismo.

Nessa ordem de ideias, poderia se afirmar que os nexos da espacialidade capitalista no campo estão em grande medida sustentados no narcotráfico e o setor de mineração e hidrocarbonetos como principais circuitos de acumulação, que por sua vez geram conflitos em torno a uma autonomia territorial, a um modelo territorial que corresponde às particularidades de um projeto societário e com ele de uns interesses específicos de classe. Tal economia seria parasitária porque tende a duas dinâmicas conexas entre si: a importância do setor primário da economia com a exportação de *commodities* e com isso à dependência aos preços colocados no mercado internacional e, por outro lado, o setor terciário no qual estaria incluído o financeiro o qual mantém uma dinâmica aceitável enquanto recebe grande parte do fluxo da economia rentista do narcotráfico e do setor de mineração e hidrocarbonetos.

Levando em consideração que um dos mecanismos de re-centralização deu-se pela força a partir da irrupção paramilitar e despojo de terras e se são superpostas as zonas de

principal extração mineira e o paramilitarismo, poderíamos afirmar que o reordenamento territorial atrelado à reestruturação do capital valeu-se tanto de mecanismos jurídicos como da via violenta da imposição por meio da guerra, e teve como fim consolidar a mineração como megaprojeto econômico do qual Juan Manuel Santos fez um plano de desenvolvimento. A re-centralização como um processo de longa duração, superposto a diferentes períodos de mandato, encarna também um projeto econômico capitalista em todo o território nacional. A re-centralização implicou um refluxo do movimento social que não pôde reagir dada as graves dimensões do conflito armado que se viviam no país inteiro. A implantação de um processo de tamanhas magnitudes pela via armada, na qual o Estado não assume uma responsabilidade como garante dos direitos, entra em consonância com as características nas quais é baseado esse novo rearranjo: a mineração ilegal, herdeira dos circuitos de acumulação da produção de cocaína, que por meio da ilegalidade amplia o leque de expansão do capitalismo, como aponta o mesmo GARAY num informe para a Contraloría da Colômbia, órgão estatal encarregado de vigiar e controlar a gestão pública.

Contribuem para a explicação da situação, a presença de grupos legais da economia que pressionam para manter a informalidade na mineração, a corrupção e cooptação que perpetua a ilegalidade e contribui para a ineficácia da política, o caos normativo (como classificatório de diversos tipos de mineração) e a promoção de medidas de força para controlar um fenômeno inerente a um estado precário: a informalidade e a legalidade [GARAY, 2013, p 144].

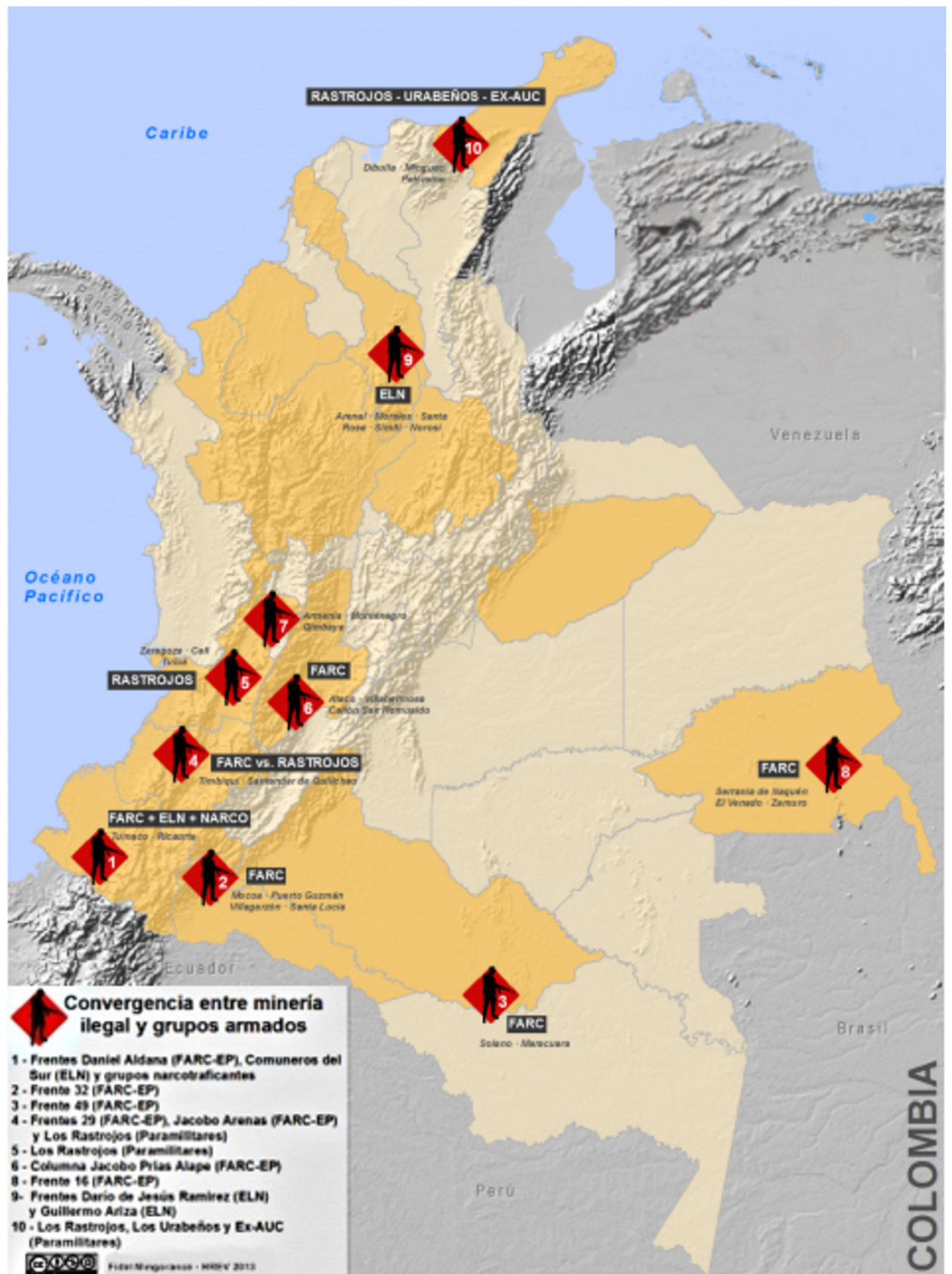
Por outro lado, a violência associada a tal modelo é categórica:

Como dito acima, é possível identificar violações dos direitos humanos que estão associados com a presença de mineração nos territórios em conflito. De acordo com dados do Funtraenergética (2011), 80% das violações dos direitos humanos que ocorrem na Colômbia, apresentam-se nos municípios mineiros e petroleiros (35% do total nacional); 87% do deslocamento forçado sai desses municípios e também daqueles que recebem royalties pela produção de mineração e energia; 78% dos crimes contra sindicalistas, 89% contra indígenas e 90% contra afrodescendentes, são cometidos em áreas de mineração e energia [RAMÍREZ CUÉLLAR, 2011, apud GARAY, 2013, p. 63].

A informalidade laboral e a ilegalidade não são a origem do problema, são consequências de um Estado que não conseguiu articular um projeto nacional. Aqui se evidenciam claramente as disputas entre a descentralização e o projeto capitalista do Estado no aproveitamento do auge internacional das *commodities*. Por conta disso, o país vive hoje uma intensificação no conflito interno pelo controle dos RRNN e da renda proveniente da mineração (GARAY, 2013, p 153).

O mapa 3, Colômbia: Mineração ilegal e grupos armados (2011), mostra os impactos das relações entre mineração ilegal e grupos armados, concentrando três atores armados no sudoeste, no departamento de Nariño com os Frentes Daniel Aldana das FARC, Comuneros del Sur (ELN) e grupos narcotraficantes, coincidindo com o corredor importante pelo Oceano Pacífico.

**Mapa 3.** Colômbia: Mineração ilegal e grupos armados (2011)



Fonte: Proyecto Geoactivismo. Radiografía Minera. Reorganização da autora.

A reação natural frente à situação planteada, o teor das mobilizações e ações das diferentes organizações em grande parte tem sido a luta contra o projeto de mineração do mencionado setor de mineração e hidrocarbonetos, pois é na extensão dos territórios rurais onde se condensa este modelo de acumulação. As lutas sociais de comunidades indígenas, negras e camponesas em contra desse modelo extrativo, são expressivas dessa situação: uma quarta parte das múltiplas formas de protestos entre o período 2000-2012, foi realizada por comunidades do campo, a maioria pela extração de hidrocarbonetos, seguido do ouro, carvão e outros minerais (CINEP, 2012).

Aqui se retoma a relação contraditória da *LOOT* como a proposta territorial de um Estado descentralizado que na prática funciona mediante um modelo unitário, seguindo uma lógica centralista de Estado que provêm desde a constituição de 1991 (ESTUPIÑÁN 2011, op., cit).

A principal contradição nesta situação provém das disputas territoriais pelo modelo de desenvolvimento imposto e, por sua vez, da admissão ou não de políticas de extração minero energética que, embora se consignem como estratégicas nos planos governamentais do presidente Juan Manuel Santos (2010-2014 e 2014 - 2018), não representam os interesses das comunidades. Desse modo, as políticas de ordenamento territorial que respondem a um modelo territorial definido para Colômbia, também definem a essência da luta de classes pelo uso e aproveitamento dos recursos e na sua administração nas diferentes escalas da gestão do Estado. Aí confluem tanto os interesses de classe da burguesia nacional e suas articulações no plano internacional, assim como os das comunidades do campo, entre indígenas, comunidades negras e campesinato que se debatem em torno à defesa não só da terra mas do território em seu conjunto, é uma disputa que retrata diferentes projetos societários encarnados em diferentes projetos de classe.

Nos últimos 20 anos, o controle dos *royalties* (*regalias*) ou recursos derivados das políticas extrativas se traduz em conflitos em torno às formas do modelo territorial definido para a Colômbia com a *Constitución de 1991*. Se por um lado, com *LOOT* se consolidou o departamento como nível intermediário entre o Estado e as outras entidades territoriais após o descarte das regiões, por outro lado também conseguiu condensar os conflitos em nível municipal e departamental, escala diretamente associada ao setor produtivo minero energético.

É nessa escala onde se evidencia a complexa disputa entre classes e a apropriação das vias *de facto* e as vias de direito em torno da efetivação de um modelo territorial que se legitima na medida em que seja capaz de refletir as orientações da coletividade nos planos de ordenamento territorial. Porém, os municípios e, por conseguinte, as diferentes expressões de classe no plano político, longe de ter uma real autonomia sobre a disposição dos recursos desse setor –que na maioria dos casos se expressa em uma menor dependência da transferência de recursos por parte do nível central–, disputam diferentes mecanismos de autonomia territorial. Segundo Garay (2013) somente até 2012 com a criação do *Sistema General de Regalías* (SGR) os recursos dos *royalties* começaram a ser readjudicados a todas as regiões do país e não somente onde se concentra a atividade extrativa.

O modelo territorial, descentralizado na teoria mas unitário na prática, delega responsabilidades mas não recursos para que as entidades territoriais as executem, essa foi uma expressão do desmonte da institucionalidade destinada a garantir os direitos e expressivo da privatização do aparelho estatal advinda com as políticas de ajuste estrutural materializadas na *Constitución de 1991*. Derivado desta problemática, pela escassa presença estatal em muitas regiões do país, os recursos são apropriados pelos atores armados configurando uma extração das rendas mineiras a partir da guerra e conformando assim uma relação entre esse modelo territorial, com expressão no ordenamento territorial normativo e que entra em conflito com a reforma agrária.

Já foi aqui retratado como o paramilitarismo, em convivência com o Estado, emergiu como sujeito principal dentro da reestruturação produtiva e territorial produto das políticas de ajuste estrutural, que a partir de mecanismos repressivos conseguiu se apropriar de uma grande parte das rendas derivadas do narcotráfico.

Essas rendas, embora ilegais, têm que estar necessariamente associadas a setores produtivos para efetivar a lavagem de dinheiro e se inserir nos circuitos de acumulação capitalista no modelo de capitalismo criminal anteriormente descrito. As consequências de tal conflito têm sido especialmente sentidas no campo, por ser ali onde se desenvolve a realização da extração, se encontra a força de trabalho e se realiza a reconfiguração territorial de acordo com a profusa irrigação de recursos. O conflito se expressa por um lado, na apropriação por parte de prefeitos, vereadores e sob a liderança de diferentes movimentos sociais e organizações comunitárias de base, de diferentes mecanismos de autonomia legal e administrativa nos denominados Mecanismos de Participação Popular,

produto da Lei 134 de 1994<sup>58</sup>. Vários municípios e fazendo uso destas faculdades legislativas, decidiram promulgar a realização de consultas populares nas quais se consultava à população sobre a pertinência ou não da exploração mineira energética sobre os territórios. Em todos os casos a população votou negativamente tal possibilidade. Essas medidas foram se expandindo de acordo com a efetividade do uso prático das vias legislativas para defender o território<sup>59</sup>.

O alerta por parte do governo foi expresso na recomendação em 2013 por parte da *Procuraduría General de la Nación* (PGN), de não ser realizadas as consultas populares por ser esta uma atividade a ser executada exclusivamente pelo Presidente da República. Desse modo os oito municípios de Casanare –um dos principais departamentos associados ao setor de mineração e hidrocarbonetos com a extração de petróleo–, teriam invalidado por parte do Estado o uso destes mecanismos. A discussão transcendeu a uma questão decisiva em torno do uso dos recursos: a autonomia sobre o uso do solo e o subsolo. A postura do Estado estaria destinada a neutralizar a autonomia territorial nos *Concejos Municipales* e *Asambleas Departamentales*, que pela sua escala de representatividade, refletiriam em um maior grau os interesses das organizações de base e das comunidades do campo que estariam em contra das políticas de estímulo ao setor de mineração e hidrocarbonetos.

No passado maio, 516 zonas mineiras que representavam 20'471.346 de hectares e 20% do território nacional – entre essas as zonas de reserva mineira estratégica Chocó e Oriente retratadas no mapa 2–, foram suspensas pelo *Consejo de Estado* da Colômbia a partir de uma ação legal interposta pelo *Centro de Estudio Tierra Digna* e com base nos reclamos sobre a nulidade da ação por não ter respeitado o processo de consulta prévia às comunidades étnicas<sup>60</sup>. A licença para exploração dos minerais seria entregue mediante processos de licitação pública a empresas privadas. Tal decisão é a expressão mais recente desse conflito.

---

<sup>58</sup> Esta lei regula os mecanismos de participação no âmbito político, plasmados na *Constitución de 1991* para o modelo de participação cidadã. Eles são: voto e a revocatória do mandato; a consulta expressada em plebiscito, referendo e consulta popular; a iniciativa popular, dividida em legislativa e normativa; o cabildo aberto e *veedurías ciudadanas*. Ver um completo estudo em torno às estratégias de defesa do território a partir de mecanismos de participação cidadã no caso da Colômbia em (CENSAT, 2014).

<sup>59</sup> É de salientar que esse mecanismo foi uma ferramenta importante para a defesa do território por parte do campesinato, na medida em que a partir do não reconhecimento dos direitos como sujeito político, tinha restrito o uso de mecanismos como consulta prévia que embora usados com muitos limites, tem sido uma ferramenta do uso afirmativo de direitos por parte de comunidades étnicas.

<sup>60</sup> Comunicado tomado da página web: <http://www.tierradigna.org/index.php/23-defensa-territorial/mineria/metales/documentos-m/tdcomunica-m/156-suspendidas-516-areas-estrategicas-mineras>. Acesso em 30 de maio de 2015.

Por outro lado, a reconfiguração produtiva do capital colocou a necessidade de um marco jurídico apropriado para imprimir um maior dinamismo ao mercado de terras. Tanto a partir da Lei 160 de 1994 de reforma agrária, como amparado na criação de um marco jurídico que facilitasse uma arquitetura institucional destinada a esse fim, do qual a *Ley de Víctimas*, foi simbólica. Esta lei regula o ressarcimento por parte do Estado às vítimas do conflito armado e define as formas e vias de acesso às terras das quais foram deslocadas violentamente<sup>61</sup>. Porém, a reforma agrária pela via de mercado aponta a uma maior flexibilização do mercado de terras, que gera condições de mobilidade dos direitos de propriedade, reassignados aos usuários mais eficientes.

A definitiva consolidação de um mercado de terras na Colômbia foi traçada no *Plan Nacional de Desarrollo* (PND) “*Prosperidad para todos*” 2010 – 2014, do presidente Juan Manuel Santos, que já anunciava uma série de medidas, entre elas, o fortalecimento à institucionalidade que permitiria um maior dinamismo na tenência, arrendamento e compra e venda da terra.

Quanto ao uso produtivo da terra, será necessário alinhar os instrumentos setoriais com os objetivos da competitividade, a fim de que o Estado promova o uso eficiente da terra, a fim de alcançar a expansão da produção e quando necessário, a reconversão em equilíbrio com o ambiente. Da mesma forma, serão desenvolvidos mecanismos para facilitar o investimento privado em projetos agro-industriais, complementados com esquemas de negócios inclusivos que incorporem as terras e a mão de obra dos pequenos produtores a projetos sustentáveis, sem que isso necessariamente envolva a transferência da propriedade. Para isso, devem se verificar as restrições relacionadas com a Unidade Agrícola Familiar (UAF), buscando um equilíbrio entre a correção da concentração da propriedade rural e a incorporação de terras e pequenos agricultores ao desenvolvimento de projetos agro-industriais associativos e / ou liderados pelo investimento privado, evitando comprometer a soberania nacional e o controle sobre o território. Isso exigirá, entre outras coisas, desenvolver o direito real de superfície e promover o estabelecimento de contratos de arrendamento de longo prazo ofereçam segurança jurídica aos camponeses proprietários da terra e aos investidores. Como complemento, se consolidará o processo de formação e atualização do cadastro rural e serão postas em prática estratégias para a formalização da propriedade rural e melhoramento na gestão dos impostos sobre a propriedade (taxas e cobrança). [DNP, 2011, p. 188-189].

O segundo elemento associado a um maior dinamismo do mercado de terras, veio associado ao fato de que Colômbia seja um dos países com fronteira agrícola “disponível”. No total mundial, seriam dois bilhões de hectares de terra, cujo 80% estaria localizado na África Sub-saariana e em América do Sul (HARALAMBOUS et al, 2009).

---

<sup>61</sup> Ver críticas a esta Lei em TENTHOFF; EVENTON (2013) e AMNISTÍA (2014).



Porém, os critérios para definir a disponibilidade de potencial de terra sem cultivar em diferentes regiões, mede-se pelos seguintes critérios: áreas sem bosques, que não estejam protegidas, e povoadas com menos de 25 pessoas por quilômetro quadrado. A cifra contempla 446 milhões de hectares ao total, que é um tercio da terra cultivada (1,5 bilhões de hectares) (DEININGER et al, 2011)<sup>62</sup>.

Desta forma, pode se encontrar que em total são trinta e dois países com mais de três milhões de hectares de terra, os que compõem o 90% da terra disponível total. Dezesesseis deste países ficam em África Sub-saariana, oito em América Latina e o Caribe, três em Europa oriental e Ásia Central e cinco no resto do mundo. Mais da metade de esta área se encontra no continente africano. Dentro dos países de América Latina estão Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiné Francesa, Guayana, México, Paraguai, Peru, Surinam, Uruguai, Venezuela. A área total de potencial disponível de terras sem cultivar em África Sub-saariana é de 201.546 e em América Latina 123.342 milhões de hectares.

Segundo cifras do *Instituto Colombiano de Desarrollo Rural* (INCODER), na Colômbia fariam parte da fronteira agrícola mais de quatro milhões de hectares de terras, localizadas na região da *altillanura*, entre os departamentos de Arauca, Casanare, Meta e Vichada, e onde têm sido comprovados casos de estrangeirização de terras por parte de empresários colombianos, chineses, estadunidenses e brasileiros.

Os argumentos esgrimidos pelo Estado nos quais apontam à necessidade de um forte investimento de capital para habilitar zonas com pouca fertilidade natural do solo, tem levado a nomear a *altillanura* como o novo *cerrado* colombiano, em referência à experiência brasileira de reocupação do território por parte do grande capital mediante a implantação dos cultivos de soja e cana de açúcar, em uma autêntica apropriação da renda a partir da monopolização do território.

Estudos que demonstram a viabilidade da agricultura camponesa na região (FORERO et al, 2015) a partir de práticas agroecológicas fundamentadas na ocupação histórica do território por parte de diversas comunidades indígenas, rebatem este argumento e criam novas razões para lutar contra o que seria um novo despojo de terras, iniciado desde a irrupção paramilitar na região e a execução de massacres como a de Mapiripán por parte desse ator armado.

---

<sup>62</sup> <http://siteresources.worldbank.org/DEC/Resources/Rising-Global-Interest-in-Farmland.pdf>. Acesso 20 de fevereiro de 2015.

Desta forma, a guerra não só atinge especialmente ao campesinato mediante o assassinato, desapareição, tortura e deslocamento forçado, senão também à sua própria reprodução e permanência no território, apartir do despojo de terras para implementação de megaprojetos baseados no setor primário os quais aprofundam a dependência da Colômbia, tanto à dinâmica econômica mundial ao redor dos *commodities*, como as políticas militaristas de países como EUA.

#### **2.4 Reforma agrária e ordenamento territorial: tensões entre o campesinato e o capital na Colômbia**

O ordenamento territorial é o espelho dos processos de povoamento que configuram territorialmente o país como uma unidade. A essa unidade, necessária para consolidar um objetivo de classe, chega-se mediante a concretização do Estado-Nação e o regime jurídico político destinado a criar limites e neles os conflitos pela expansão territorial. Desse modo, muitas das fronteiras político administrativas que desenharam os mapas oficiais, são traços da intervenção da humanidade no espaço e limites questionáveis também, por quanto descansam nos preceitos da apropriação privada da terra, dos recursos e da força de trabalho, que precisam ser desmontados ao pensarmos em um mundo realmente livre.

Enquanto as fronteiras externas dos países representam uma geopolítica que se baseia nesse regime jurídico político, internamente as fronteiras configuram uma composição espacial que em diferentes escalas vai definindo diferentes formas de administração e organização do território. Os múltiplos conflitos territoriais são expressão das tensões entre o campesinato e o capital enquanto representam interesses de classe opostos.

Desta forma, se pretende colocar aqui três tensões existentes frente à relação reforma agrária e ordenamento territorial. Assim, as diferentes formas de Ordenamento Territorial Camponês seriam propostas de reforma agrária que visam não só a propriedade da terra mas o uso autônomo da terra e dos recursos existentes nela, tudo isso como consequência do modelo de acumulação no caso colombiano. De acordo com o embasamento teórico aqui exposto, a caracterização desse ordenamento seria:

1. O Ordenamento Territorial Camponês faz parte da espacialização da luta de classes, caracterizada na dialética das vias *de facto* e as vias de direito. Nesta relação destacamos os limites destas últimas vias –no arranjo jurídico da vigente Constituição Política– entendendo por estas o não

questionamento à propriedade privada. Igualmente destacamos por parte do campesinato mecanismos de acesso e permanência na terra, que influenciam diretamente na viabilização de suas lutas.

2. O Ordenamento Territorial Camponês tem produzido reformas agrárias *de facto*, como resposta perante as contrarreformas agrárias, na medida em que constrói mecanismos de reprodução no território associados à ***capacidade de resistência do espaço*** e que fazem parte da construção de uma consciência de classe a partir da unicidade entre comunidades negras, comunidades indígenas e campesinato.
3. O Ordenamento Territorial Camponês administra o território e seus recursos a partir do seu próprio diagnóstico e resolução dos conflitos territoriais.

A primeira tensão a discutir é a existente entre reforma agrária e ordenamento territorial ambiental, com a descrição de quatro formas de ordenamento territorial: as primeiras associadas ao *Sistema Nacional de Áreas Protegidas* (SINAP), e deste especificamente três formas que permitem assentamentos humanos no interior: *Distritos de Manejo Integrado* (DMI), *Reservas Forestales Protectoras* (RFP) e *Reservas Naturales de la Sociedad Civil* (RNSC). Também será incluída a forma *Paisaje Cultural Cafetero*. Parte-se do suposto de que todas as formas aqui descritas são formuladas desde acima por meio de um aparelho jurídico político, porém são reformuladas desde a base social mediante um processo comunitário específico.

A segunda tensão é a existente entre Reforma Agrária e Colonização, contida sob a relação migração – colonização – conflito – migração colocada por Fajardo (1990). As formas analisadas serão: as *Zonas de Reserva Campesina* e o *Distrito Agrario de Oriente Antioqueño* (DAOA), nas quais pode-se encontrar uma formulação desde a base social, e uma reformulação desde em cima, com diversas leis promulgadas pelo Estado. Esta relação será desenvolvida na seguinte seção.

Por último, a terceira tensão existente entre reforma agrária e os conflitos territoriais, na qual se pode encontrar um caráter marcado sobre propostas alternativas à guerra. Como já afirmado, dada a centralidade da guerra no modelo de acumulação de capital no caso colombiano, fazer contrapropostas à guerra é definir propostas frente ao capital. Poderia se afirmar que o ordenamento territorial camponês aqui colocado é

emergente, pois é formulado desde a base social e é mantido como propostas de autonomia territorial baseadas no exercício da soberania comunitária.

As tensões podem se ver resumidas no Quadro 2. Tensões entre reforma agrária e o ordenamento territorial 1994-2014.

#### 2.4.1 Reforma agrária e ordenamento territorial ambiental

Este texto começa com a apropriação que dos códigos liberais fizeram as leis colombianas sobre a propriedade da terra. A economia política clássica toma como um fato inquestionável a propriedade privada sobre os meios de produção, que nos albores do século XIX se concentravam no uso que se fazia sobre a terra, seus recursos e o trabalho na tríade terra, trabalho e capital. Assim, emerge a função social da propriedade como uma forma moderna de dirimir os conflitos que existem sobre a propriedade privada. Desse modo, nos sucessivos acordos sociais que se estabelecem sobre a sociedade e que são referendados mediante os códigos legislativos, foram adicionados outros debates sobre como deveria ser eficiente o uso da terra, sem questioná-lo, e com isso, sem resolver a contradição principal: a propriedade privada sobre a mesma.

Desse modo, é concretizada a função ecológica da propriedade, que dá passo a um prolífico labirinto estatutário em torno de um uso “adequado” dos recursos naturais. A partir disso e o desenvolvimento das particularidades da formação sócio económica colombiana, representada em uma nova espacialidade capitalista nas últimas duas décadas, são colocadas duas contradições:

1. A função ecológica da propriedade, não é compatível com um modelo de desenvolvimento sustentável. Essa contradição só será superada eliminando a propriedade privada da terra e com ela os conflitos de interesses particulares pela sua apropriação. A partir da implantação da propriedade privada, o uso privado tanto da propriedade como dos recursos ali existentes, corresponde a um processo social e historicamente construído e fonte de conflitos em uma sociedade dividida em classes.

**Quadro 2.** Tensões entre reforma agrária e o ordenamento territorial 1994-2014

Tensão estabelecida	1. REFORMA AGRÁRIA E ORDENAMENTO TERRITORIAL AMBIENTAL					2. REFORMA AGRÁRIA E COLONIZAÇÃO		3. REFORMA AGRÁRIA E CONFLITOS TERRITORIAIS			
Forma de ordenamento territorial	SISTEMA DE ÁREAS PROTEGIDAS COM ASSENTAMENTOS HUMANOS				Paisaje Cultural Cafetero	Zonas de Reserva Campesina	Distrito Agrario del Oriente Antioqueño	Territórios interétnicos	Zonas humanitarias y zonas de biodiversidad	Comunidades de paz	Territorios Libres de Transgénicos
	ÁREAS PROTEGIDAS PÚBLICAS		ÁREAS PROTEGIDAS PRIVADAS								
	Distritos de Manejo Integrado			Reserva Natural de la Sociedad Civil							
		Reservas forestales protectoras									
Localização	Nacional	Nacional	Regional	Nacional	Eje Cafetero	Nacional	Departamento de Antioquia, noroeste.	Departamento de Nariño, sul.	Tierras de Comunidades Negras, oeste.	Urabá chocoano e antioqueño, noroeste.	Nacional/ Municipio La Unión - Nariño
Nº de áreas	27	51	12	1440	51 municípios 863 veredas.	6 ZRC constituídas, 53 processos de constituição	16 municípios	Corregimiento Cofania – Jardines de Sucumbíos – Nariño.	S/I	1	4 Reservas indígenas 1 municipal.
Nº hectares	3'424.531	460.973	17.718 = 478.691	108523,69	350.781	822.111	S/I	S/I	S/ I	S/I	S/I

Fonte: Realizado pela autora, 2015.

Na relação migração – colonização – conflito – migração tem-se configurado mecanismos de povoamento induzido, levando a um uso ineficiente dos recursos (terra, água, flora, fauna, etc.) como resposta às contrarreformas agrárias (mediante negação da reforma agrária ou mediante o estímulo a políticas de colonização dirigida que depois foram redirecionadas para extrair rendas diferenciais da terra). Enquanto são promovidas políticas de conservação e preservação dos recursos naturais, se exclui à população do uso deles e, em consequência, do conhecimento sobre seu uso adequado, legado coletivamente por mecanismos de transmissão cultural. Da mesma forma, é negada uma reforma agrária e com ela um uso da terra e seus recursos que seguirá configurando um quadro de desigualdade e apropriação violenta e inadequada da terra e seus recursos.

Desse modo a contradição nesta relação pode se resumir na premissa: sem reforma agrária não pode existir um ordenamento ambiental territorial sustentável.

2. Os interesses de classe sobre o uso dos recursos têm levado a uma nova espacialidade capitalista expressada em *zonas cinzas de acumulação*, que no caso da Colômbia tem se concentrado em uma nova economia fundamentada principalmente no setor primário, baseado nos circuitos ilegais de acumulação. O bloco dominante no Estado tem desenvolvido mecanismos e órgãos definidos para administrar esses recursos, que no modelo territorial “pactuado” na carta política vigente, irriga recursos para o funcionamento de leis e organismos dedicados a cumpri-las, articulados às economias parasitárias e rentistas da nova espacialidade, impulsadas principalmente pela guerra e com elas dando continuidade ao círculo vicioso de um ordenamento territorial conflituoso.

Como mostrado atrás no relato histórico, produto da sistemática desinstitucionalização do SINA, a dimensão ambiental no ordenamento do território (a cargo das CAR) poderia ter sido subsumida em alguns casos, pela pressão exercida por agentes buscadores de renda com poder econômico ou militar que, através de cooptação de decisões políticas sobre os conselhos municipais, e às vezes até níveis regionais e nacionais, haveriam logrado a modificação de normas urbanísticas para permitir a construção de moradia ou a localização de estruturas produtivas nas planícies de inundação de rios ou em áreas de praia sujeitas a processos de drenagem ou enchimento e que posteriormente teriam sido legalizadas através de atos administrativos formulados nessas instâncias. Processos que, juntos, teriam causado a perda de cerca de 7,4 milhões de hectares entre 1990 e 2005, aproximadamente [GARAY, 2013, p. 121].

Porém, embora não exista uma conciliação entre as diferentes formas de apropriação da terra e seus recursos –elemento principal para as comunidades do campo que são o sujeito principal nesta pesquisa–, é propósito deste estudo visibilizar o que o

campesinato tem feito mediante o uso de diferentes vias para poder fazer um ordenamento do espaço acorde com seus interesses.

Dessa forma, se encontra a tensão permanente entre ordenamento territorial ambiental e reforma agrária. A contradição entre ordenamento territorial ambiental servirá como suporte para aprofundar na relação entre ordenamento territorial rural e as perspectivas organizativas do campesinato colombiano em torno da efetivação de reformas agrárias *de facto* como resposta às contrarreformas agrárias<sup>63</sup>.

O mapa 4 mostra todas as formas que fazem parte do *SINAP*, o *Paisaje Cultural Cafetero (PCC)* e as 6 *Zonas de Reserva Campesina (ZRC)* constituídas (como as únicas áreas específicas de reforma agrária), com o objetivo de contrastar territorialmente a adjudicação de terras para a reforma agrária, com seis formas de ordenamento territorial constituídas, e uma grande parte pertencente a *Parques Naturales*, modalidade que não permite assentamentos humanos no seu interior.

O Ordenamento Ambiental do Território na Colômbia foi definido na *Constitución de 1991* pela Lei 99 de 1993, artigo 70<sup>64</sup>. Tomando como referência o dever do Estado de proteger a diversidade e integridade do ambiente, as áreas de especial importância ecológica e fomentar a educação para esses fins, tudo dentro de um marco do planejamento territorial do espaço e o uso dos recursos.

Entende-se por ordenamento ambiental do território, o papel atribuído ao Estado para regular e orientar o processo de concepção e planificação do território e dos recursos naturais renováveis da Nação, para garantir sua adequada exploração e seu desenvolvimento sustentável [COLÔMBIA, 1993, on-line]

---

<sup>63</sup> Excede o alcance de esta pesquisa o complexo debate colocado pela vertente da ecologia política em torno aos conflitos ambientais ou conflitos distributivos. Um importante referente brasileiro desde uma perspectiva analítica Modernidade / Colonialidade nutrida a partir dos conceitos desenvolvidos por Rosa Luxemburgo e Héctor Alimonda. Na Colômbia, podem se situar nesta perspectiva os trabalhos de Germán Alfonso Palacios Castañeda.

<sup>64</sup> A pesar de exceder o alcance deste estudo, deixa-se aqui indicada a importância de apresentar os impactos que as lutas sociais com orientações ambientalistas e por parte do próprio movimento ambientalista, inscreveram na criação de leis como o atual ordenamento territorial ambiental e no Sistema Ambiental em geral.

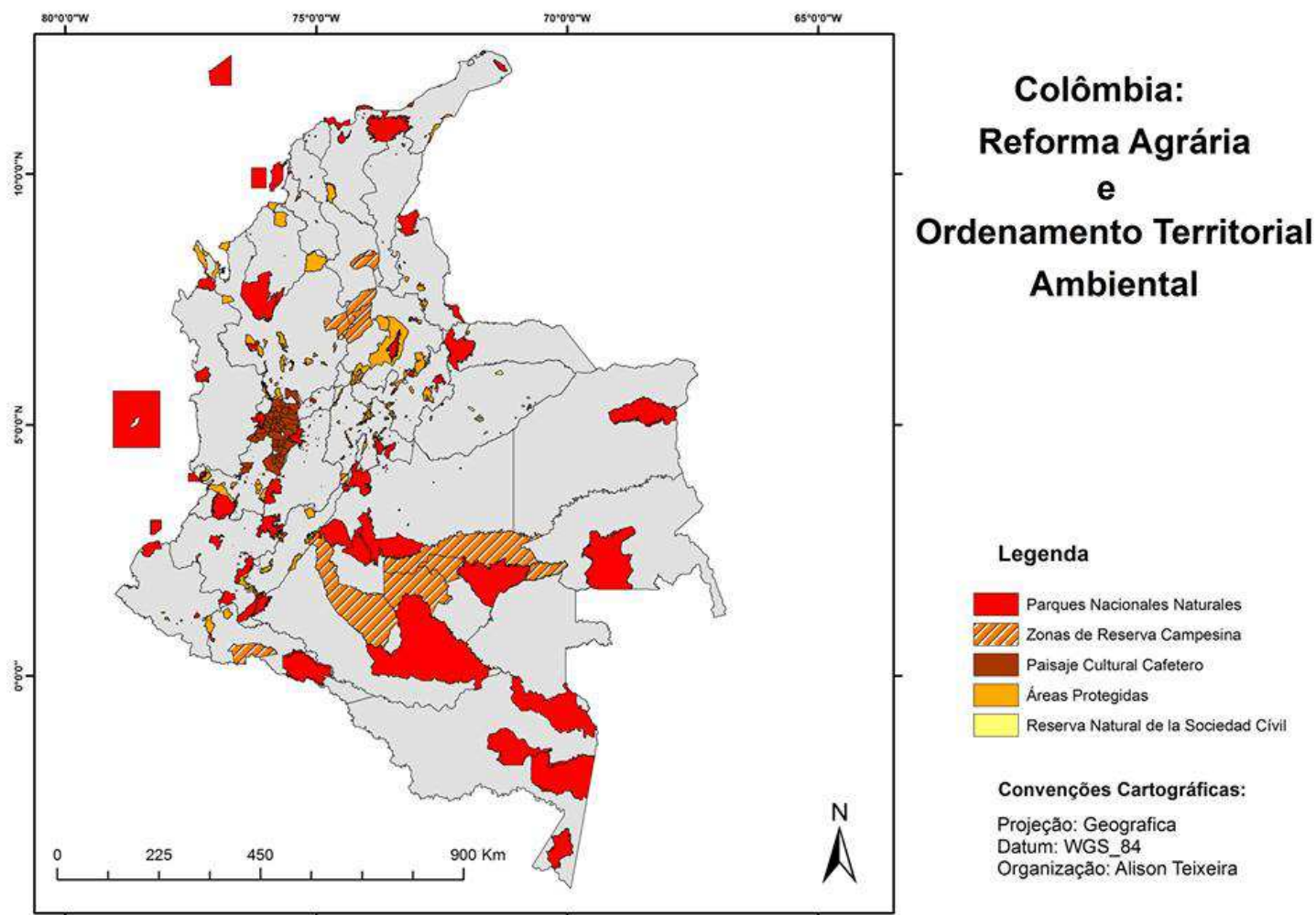
**Quadro 3.** Reforma agrária e Ordenamento Territorial Ambiental 1994-2014

Figura		Instrumento Próprio / legal	Processo organizativo de base	Afirmação territorial	Organização	Instrumento de planejamento
SISTEMA DE ÁREAS PROTEGIDAS COM ASSENTAMENTOS HUMANOS		Decreto 2372 de 2010	S/I	S/I	<i>Sistema de Páramos Bosques Altoandinos del Noroccidente Medio Antioqueño SPBANMA; Cuchilla Cerro Plateado – Alto San José; Santa Inés, Ríos Barroso y San Juan; Cuchilla Jardín Tamesis</i>	Plan Integral de Manejo
ÁREAS PROTEGIDAS PÚBLICAS	<i>Distritos de Manejo Integrado</i>					
	<i>Reserva Forestal Protectora</i>	Decreto 2372 de 2010	S/I	S/I	S/I	Plan de Manejo
ÁREAS PROTEGIDAS PRIVADAS	<i>Reserva Natural de la Sociedad Civil</i>	Decreto 2372 de 2010	S/I	Mingas asociativas	Asociación para el Desarrollo Campesino RESNATUR	Plan de Manejo
<i>Paisaje Cultural Cafetero PCC</i>		Artigo 3 da Resolução 2079 de 2011	S/I	S/I	Casa de Semillas Taapay Mikuy; Luta contra o mega-projeto energético Barbas – Bremen	Plan de Desarrollo Institucional do Paisaje Cultural Cafetero

Fonte: Realizado pela autora, 2015.



**Mapa 4.** Reforma agrária e Ordenamento Territorial Ambiental 1994-2014



Baseado nas categorias de manejo propostas *pela Unión Internacional para la Conservación de la Naturaleza* (UICN), o SINAP<sup>65</sup> é o órgão encarregado do manejo do conjunto das áreas protegidas do país que visa como objetivo a conservação.

Este sistema tem classificado as áreas do total da superfície de território nacional nas seguintes categorias:

**Quadro 4.** Categorias de Manejo Ambiental Colombiano no Sistema Nacional De Áreas Protegidas SINAP

Categorias de manejo UICN	Categorias de manejo na Colômbia	
	De âmbito nacional	De âmbito regional
<b>Categoria I. Proteção estrita.</b> Ia. Reserva natural estrita. Ib. Área natural silvestre.	Reserva natural	---
<b>Categoría II: Conservación e protección do ecosistema.</b> II Parque nacional.	Parque nacional	Parque natural regional
<b>Categoria III: Conservación dos rasgos naturales.</b> III Monumento natural	Área natural única Via parque	
<b>Categoria IV: Conservación mediante manejo ativo.</b> IV Área de manejo de hábitats ou espécies.	Santuário de fauna e flora	
<b>Categoria V: Conservación de paisagens terrestres e marinos e recreação.</b> V Paisagem terrestre ou marino protegido.		Área de recreação. Distrito de conservação de solos.
<b>Categoria VI: Uso sostenible dos recursos naturales.</b> VI Área protegida manejada	Distrito de manejo integrado. Reserva forestal Protetora.	Distrito de manejo integrado Reserva forestal protetora Reserva natural da sociedade civil.

Fonte: Ficha técnica SIMA, 2012, p 2.

<sup>65</sup> O órgão com funções paralelas no Brasil seria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Por outro lado, no artigo 23 da Lei 99 de 1993 foram definidas as entidades encarregadas de administrar territorialmente, mediante unidades com características geopolíticas e biogeográficas, e com autonomia para o manejo dos recursos, o meio ambiente, os recursos naturais, sob um modelo de desenvolvimento sustentável. Essas entidades são as *Corporaciones Ambientales Regionales* (CAR). Na Colômbia existem atualmente 33 corporações ambientais.

Desse modo segundo o quadro 3 de reforma agrária e ordenamento territorial ambiental vamos nos ocupar especificamente da Categoría VI, de *Uso Sostenible de los recursos naturales* resenhada no quadro 4, por quanto é a única forma tanto no âmbito regional quanto nacional dentro do sistema de Áreas Protegidas, que permite o assentamento e manejo da terra e os bens comuns a partir das comunidades moradoras em tais territórios.

Por tal motivo, vamos caracterizar as formas *Distrito de Manejo Integrado* (DMI), *Reserva Forestal Protectora* (RFP) e *Reserva Natural de la Sociedad Civil* (RNSC), colocando a contradição existente entre ordenamento ambiental territorial e reforma agrária, caracterizando com isso uma espacialidade capitalista baseada na concentração da terra, a negação da reforma agrária e as políticas de colonização como substitutas de aquela, em conjunto com o modelo de acumulação baseado na mineração e o mercado de terras.

#### 2.4.1.1 Distritos de Manejo Integrado de los Recursos Naturales Renovables (DMI)

Segundo o Decreto 1974, de 31 de agosto de 1989, homologado no Decreto 2372 de 2010 e renomado Distrito Regional de Manejo Integrado (DRMI):

Entende-se pelo Distrito de Manejo Integrado dos Recursos Naturais (DMI) um espaço da biosfera que, por causa de fatores ambientais ou sócio-econômicos, é delimitado para que dentro dos critérios de desenvolvimento sustentável ordene-se, planeje-se e regule-se seu uso e manejo dos recursos naturais renováveis e atividades econômicas que ocorram lá [COLÔMBIA, 1989, Artigo 2, on-line].

Assim, após a verificação do cumprimento dos requisitos, deverá ser realizado um *Plan Integral de Manejo*, que será implantado a partir do seguinte zoneamento:

- Área para Preservação, encarregada dos biomas e ecossistemas de especial importância para o país;
- Área para Proteção, encarregada da manutenção e conservação de atos ou atividades produto da intervenção humana;

- Área para Produção, no qual o DMI pressupõe um modelo de aproveitamento racional dos recursos naturais, visando um desenvolvimento sustentável;
- Área para recuperação, na qual se tem dois tipos: recuperação para preservação ou restabelecer as condições originárias do lugar e, recuperação para produção, na qual se entende uma recuperação que vise um restabelecimento das condições para um aproveitamento que visa à sustentabilidade;

Por outro lado, no artigo 18 do presente Decreto, se destaca:

O INCORA, de acordo com o ordenamento territorial ao uso e manejo da terra autorizado na zonificação e aos limites propostos no *Plano Integral de Manejo* do respectivo Distrito de Manejo Integrado dos Recursos Naturais Renováveis (DMI) poderá, segundo as atribuições conferidas à Lei da Reforma Social Agrária, adiantar os processos administrativos que tivessem lugar, para garantir o desenvolvimento harmonioso e sustentável do respectivo Distrito de Manejo Integrado dos Recursos Naturais Renováveis (DMI) [COLÔMBIA, 1989, Artigo 18, on-line]

Nos DMI, a participação e promoção pode ser impulsada por um privado ou particular e as *CAR*, serão as encarregadas de declarar, limitar e administrar os DMI. Segundo Cárdenas (2003), em um estudo realizado a 15 DMI existentes até 2003, em 11 dos 15 DMI se realizam diversas atividades, tais como agricultura comercial, produção pecuária, também atividades orientadas à produção empresarial a grande escala, está a atividade florestal para produção de papelão, no DMI *Cuenca Alta del río Quindío*, pela empresa *Cartones de Colombia*. Por outro lado, a mineração também é realizada em cinco DMI, extraindo carvão, materiais para construção e ouro.

Desse modo, entre as principais ameaças à conservação está a poluição, com águas residuais domésticas e agroquímicos, a mineração e cultivos ilícitos. Também um grave impacto na expansão da fronteira agrícola. Por outro lado, não existe manejo por parte das corporações, só alguma atividade de controle realizada pelas *Secretarias de Planeación* e *Unidades Municipales de Asistencia Técnica* (UMATA). Isso se evidencia em que na maioria dos DMI o estado de conservação e o uso dos recursos naturais não correspondem com os planos de manejo e sim com a alteração dos ecossistemas, e a pobreza da população residente (CÁRDENAS, 2003).

Segundo dados do SINAP atualizados a 2013, em todo o país existem 46 DRMI, somando 1' 251.551,15 hectares.

#### 2.4.1.2 As Reservas Forestales Protectoras

Mediante o Decreto Lei 2811 de 1974 (*Código Nacional de los Recursos Naturales Renovables y Protección al Medio Ambiente*) se denomina:

Area de reserva florestal a área de propriedade pública ou privada reservada para destiná-la exclusivamente ao estabelecimento ou manutenção e utilização racional das áreas florestais produtoras, protetoras e produtoras – protetoras, as quais só poderão ser destinadas ao aproveitamento racional permanente das florestas que nela existam ou se estabeleçam garantindo para o efeito a recuperação e sobrevivência dos mesmos. [COLÔMBIA, 1974, on-line]

As *Reservas Forestales Protectoras* (RFP) também tem um zoneamento sobre os usos do território que aponta a usos agroflorestais, piscícolas de moradia e atividades industriais e artesanais associadas a uma pequena escala e medido em porcentagens; também contemplam um *Plan de Manejo* adotado, que se constitui como determinante ambiental e assim estabelecido, os municípios deverão incorporar o disposto na presente resolução nos *Planes de Ordenamiento Territorial* (POT), de acordo com a Constituição Política e o artigo 19 do Decreto 2372 de 2010 e o artigo 10 da Lei 388 de 1997.

Segundo a *Resolución 1510* de 2010 *Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible* (MINAMBIENTE)

Que, de acordo com o artigo 202 do Decreto Lei citado, as áreas florestais poderão ser produtoras, protetoras e protetoras - produtoras.

Que segundo o artigo 204 *ibid* "entende-se por área florestal protetora a área a ser permanentemente conservada com florestas naturais ou artificiais, para proteger esses recursos ou outros naturais renováveis [...] [COLÔMBIA, 2010, on-line].

Segundo Cárdenas (2003, p 102), com a Lei 135 de 1961 de reforma agrária, essas áreas protegidas foram administradas pelo INCORA, no período de 1961- 1969. Porém, em 1968, a função foi delegada para o Instituto de Recursos Naturales (INDERENA) e, por fim, em 1993, com a Lei 99, o MINAMBIENTE ficou encarregado da preservação, limite e subtração das reservas, e as *CAR* encarregadas da administração.

A Lei 2º de 1959 definiu a criação de sete grandes reservas forestales, localizadas nos departamentos de Amazonas, região Central, Cocuy, Magdalena, Motilones, Sierra Nevada de Santa Marta, e Pacífico, totalizando 65'000.000 de hectares ao longo de todo o território nacional. Já, com a Lei de reforma agrária de 1965 foram subtraídas 6'785.931 hectares, principalmente da *Reserva Forestal de la Amazonia*, *Reserva Forestal del Magdalena* e *Reserva Forestal del Pacífico*, desenhando com isso o traço

das políticas de reforma agrária com o sentido de expansão da fronteira agrícola (CORTÉS, 2002).

Durante o período administrativo do INDERENA, foram subtraídas 6'834.972 hectares, também para processos de colonização, nas *Reservas de la Amazonia, Magdalena e Pacífico*. A principal atingida foi a *Reserva Forestal de la Amazonia*, que a partir da Lei de reforma agrária 4ª de 1973, mais conhecida como *Pacto de Chicoral*, determinou a Amazonia como área de desenvolvimento especial e: “dispôs que durante os seguintes dez anos em tal área a labor do INCORA seria o fomento da colonização, construção de obras de infraestrutura e adjudicação de baldios” (CORTÉS, 2002, p 104).

Desse modo, o avanço latifundiário se comprova aqui ao reservar a fronteira agrícola, e uma nula presença estatal, ao campesinato que pressionava pela reforma agrária. No período de manejo do Ministerio de Ambiente (1996 - 2002), foram subtraídos 7.878 hectares, das quais grande parte foi para a conformação de uma *Zona de Reserva Campesina* na Amazônia. Assim, na década de 1980, a subtração de áreas da reserva foi destinada ao estabelecimento de infraestrutura elétrica em todo o país, coincidindo com o PNR do presidente Virgilio Barco e a emergência dos *Paros Cívicos* em todo o país, unidos sob a reivindicação de uma descentralização. Assim, se evidencia a tripla tensão entre o ordenamento territorial ambiental, reforma agrária e descentralização:

A declaração de Reservas Florestais Protetoras está concentrada na década dos anos 80 (sob a administração do INDERENA), durante a qual foram criadas várias reservas de proteção de bacias para suministro de água e eletricidade, este último essencialmente relacionado com o Plano Nacional de Reabilitação que estabeleceu a criação de pequenas centrais hidrelétricas para o desenvolvimento das áreas mais remotas do país [MARTÍNEZ, 2002, p 105].

Também, as políticas de reforma agrária voltadas para colonização, foram as principais razões para extrair 13'990.547 hectares, enquanto que o latifúndio não foi desapropriado. Segundo o Registro Único Nacional de Áreas Protegidas (RUNAP), em outubro de 2013, em todo o país existem 56 *Reservas Forestales Protectoras Nacionales*, com 817.589,43 hectares e 83 *Reservas Forestales Protectoras Regionales*, com 109.867,71 hectares, totalizando 927.457,14. Por outro lado,

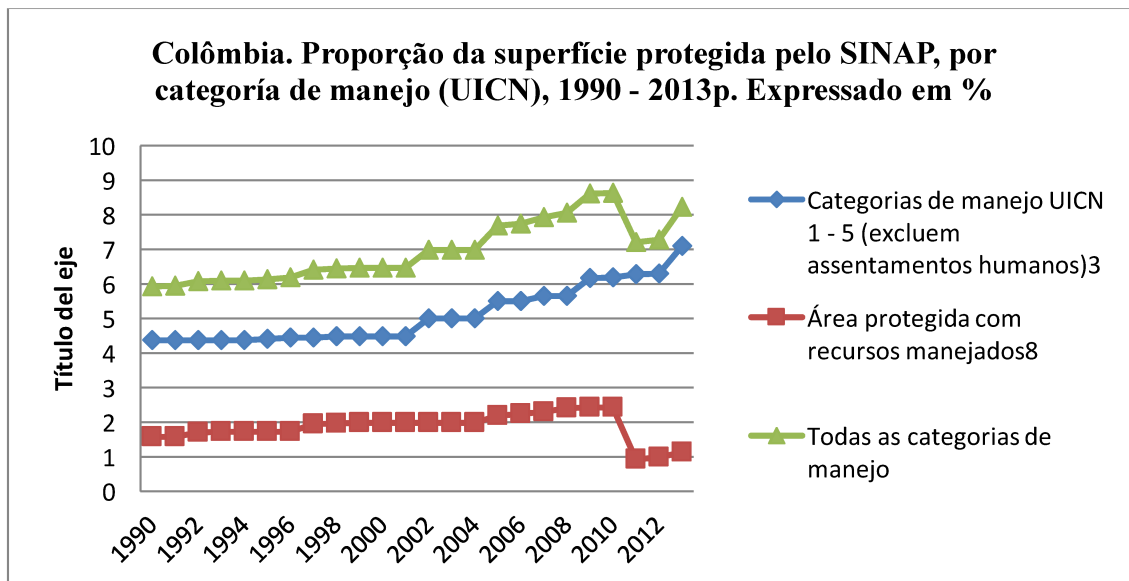
Uma peculiaridade da resolução 1510 de Minambiente para emitir o realindero desta área protegida, foi ter incluído ao interior de uma Zona Florestal Protetora, um zoneamento em três unidades, permitindo proteger o meio ambiente através da integração da comunidade que habita o território, que neste caso, é de aproximadamente 15.000 habitantes, à procura de intervenções sustentáveis ao longo do tempo. Isto implica uma nova concepção de áreas protegidas no século XXI [SIDAP, 2010, p. 67].

No Gráfico 1 mostra-se o aumento exponencial da área protegida excluindo qualquer tipo de assentamento humano versus a área de manejo integrado onde, apesar das problemáticas registradas é possível a integração entre os objetivos de conservação e o desenvolvimento da sociedade, socava a expansão territorial do campesinato que, vulnerável e sem terra, além da repressão exacerbada da violência contra ele encontra no marco legislativo colombiano outro mecanismo de legitimação do modelo de acumulação. É de notar que nos anos 2011 e 2012 teve uma queda de mais de um 50% na porcentagem da área destinada a ser área protegida com manejo de recursos e em 2013 se encontra com 1,13%, a menor porcentagem em 22 anos. O que aconteceu com a população que habita esses espaços?

Fruto do mesmo conflito é a Mesa de concertação nacional entre organizações camponesas e instituições para a formulação e gestão da política pública participativa para a solução de conflitos territoriais em áreas do *Sistema de Parques Nacionales Naturales* (SPNN) da Colômbia, cujo objetivo é:

Gerar, projetar e gerir propostas de financiamento e manejo concertado para a conservação dos parques nacionais e o melhoramento das condições de vida dos camponeses; a fim de garantir os direitos constitucionais de primeira, segunda, terceira e quarta geração [SPNN, 2014, on-line]

**Gráfico 4.** Proporção da superfície<sup>66</sup> protegida pelo Sinap<sup>67</sup>, por Categoria De Manejo (UICN), 1990 – 2013 (em %).



3. Correspondem a esta categoria de manejo UICN, as categorias de manejo nacional: Reserva natural; Parque nacional e Parque natural regional; Área natural única y Via parque; Santuário de fauna e flora; Área de recreação e Distrito de conservação de solos.

8. Correspondem a esta categoria de manejo UICN, as categorias de manejo nacionais: Reserva florestal protetora (nacional e regional), Distrito de Manejo Integrado (nacional e regional) e Reserva Natural da Sociedade Civil.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da proporção da superfície protegida pela SINAP 1990 – 2013 parcial, do Sistema de Información del Medio Ambiente de los Países de la Comunidad Andina.

A conformação da mesa está dada pela representação de delegados regionais das organizações camponesas, das instituições (*Parques Nacionales Naturales*, *INCODER*, a *Unidad de Planeación Rural Agropecuaria* (UPRA), o *Instituto Geográfico Agustín Codazzi* (IGAC) e a *Superintendencia de Notariado y Registro* (SNR)). Dentro dos aspectos a tratar, pelos quais existem dissidências está a interculturalidade na convivência entre negritudes, indígenas e campesinato, a re-delimitação e recategorização dos parques considerados parte das comunidades e com transposição entre outras formas de ordenamento territorial como as ZRC, a mudança de normatividade para permitir projetos produtivos ao interior das áreas dos Parques.

Deste modo e preliminarmente, dos anteriores documentos podem se inferir várias questões:

<sup>66</sup> Refere-se à superfície total, que inclui tanto a área continental e insular quanto a área marinha.

<sup>67</sup> Refere-se às áreas protegidas do Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SINAP), declaradas por ato administrativo.



É um paradoxo que a política pública ambiental não esteja sincronizada com a política de reforma agrária, porque tanto o espaço agrário, quanto os sujeitos envolvidos são os mesmos. Isto configura uma relação problemática dentro do ordenamento territorial como política pública e mais ainda, dentro dos processos de recriação do campesinato, de construção de um território e, por fim, de consecução de uma reforma agrária.

Principalmente nos inícios das políticas ambientais, as instituições voltadas para tal fim foram gradualmente enfraquecidas em um paralelo que seguiu de perto o enfraquecimento institucional associado à reforma agrária e assistência para o campo, a partir das políticas de ajuste estrutural e finalmente de descentralização.

Finalmente, foi subtraída uma grande porcentagem de áreas protegidas, enquanto que o latifúndio, assentado nas melhores terras da cordilheira central e onde está a maior concentração da terra, não foram tocadas. As contrarreformas agrárias têm gerado uma fragmentação territorial evidenciada na tensão entre reforma agrária e ordenamento territorial ambiental.

Por outro lado, fica indicado para futuras pesquisas o acervo documental encontrado no *I e II Congreso de Áreas Protegidas*<sup>68</sup> realizado nos anos 2013 e 2014, onde se encontram resenhados os processos comunitários camponeses participantes do congresso e localizados em formas de ordenamento territorial como os DMI's, as RFP e as RNSC, e que se poderiam se constituir também como Ordenamento Territorial Camponês.

#### 2. 4.1.3 As Reservas Naturales de la Sociedad Civil

*As Reservas Naturales de la Sociedad Civil* (RNSC) são fruto de uma iniciativa de um grupo de pessoas e organizações não governamentais, que criaram a *Asociación Red Colombiana de Reservas Naturales de la Sociedad Civil* (RESNATUR) em 1991. Tempo depois e com a Lei 99 de 1993 o estado definiria as RNSC, segundo os artigos 109 e 110 da Lei 99 de 1993 como:

A parte ou a totalidade da área de um imóvel que conserve uma amostra de um ecossistema natural e seja manejado sob o princípio da sustentabilidade no uso dos recursos naturais, cujas atividades e usos serão estabelecidos em conformidade com a regulamentação e a participação de organizações de caráter ambiental sem fins lucrativos [COLÔMBIA, 1993, on-line].

---

<sup>68</sup> Para consultar os anais do congresso visitar a página: <http://congreso.parquesnacionales.gov.co/>. Acesso em 26 de junho de 2014.

As RNSC são reconhecidas como a única figura privada de conservação ambiental, pelo SINAP. A conservação privada é definida como:

[...] as ações voluntárias ou decisões éticas individuais ou coletivas, que geram processos de conservação e vinculam à sociedade civil no planejamento e ordenamento territorial, e no manejo dos recursos naturais [OCAMPO-PEÑUELA, 2010, p. 21].

As RNSC também comportam planos de manejo dentro do seu funcionamento, assim seriam mecanismos agendados para determinar o zoneamento atual e o zoneamento projetado (ou planejado), entre áreas de conservação, áreas produtivas, áreas de uso intensivo, áreas para restauração ecológica entre outras; desenhar ações de conservação com os recursos disponíveis; conseguir recursos e negociar ações em prol da biodiversidade a curto, mediano e longo prazo.

O zoneamento previsto para as RNSC é:

- a) Zonas de uso intensivo: Destinada a moradias e infraestrutura.
- b) Zonas de conservação: Destinada a delimitação e cuidado de ecossistemas naturais incluídos dentro da área.
- c) Zonas de revegetalização: Destinadas à recuperação ou regeneração vegetal.
- d) Zona de produção: Destinadas a produção agroecológica, ecoturismo, implantação de agroecossistemas, entre outros.

Neste último item, as RNSC contemplam o enfoque conservação – produção, entendido como:

O conhecimento das bases de funcionamento dos ecossistemas locais para desenvolver sistemas agropecuários que melhorem, de forma progressiva, a complementariedade entre os sistemas naturais e os produtivos [RESNATUR, 2011, p. 98].

Assim, a produção dentro das RNSC visa um uso eficiente dos recursos locais, uma produção com caráter agroecológico, a incorporação do conhecimento local a partir do reconhecimento das características do ambiente tropical, nas que se desenvolvem a integração produtiva e a participação comunitária.

Assim, os direitos que têm as RNSC como parte do SINAP são:

1. Direitos de participação nos processos de planejamento de programas em desenvolvimento.
2. A anuência prévia para a execução de investimentos públicos que as afetem<sup>69</sup>.
3. Direito aos incentivos (O decreto especifica que devem ser criados, mas dependem da disponibilidade de recursos para sua implementação).

---

<sup>69</sup> Este direito é muito importante por quanto permitiria a defesa do território dos megaprojetos associados à mineração, agroindústria, entre outros.

#### 4. Os outros direitos de participação estabelecidos pela lei.

Nas organizações destinadas à conservação, foi conformado em 2002 o *Grupo Interinstitucional de Trabajo en Herramientas de Conservación Privada* (G-5), integrado por: RESNATUR, a *Fundación Natura*, o *Fondo Mundial para la Naturaleza* (WWF) e *The Nature Conservancy* (TNC). Em 2006, também se uniu a *Unidad Administrativa Especial del Sistema de Parques Naturales de Colombia* (UAESPNN). Seu objetivo é fortalecer, a partir da sociedade civil, os aportes em torno à conservação pública e privada da biodiversidade visando construir ferramentas para a conservação privada na Colômbia.

##### 2.4.2. As contradições da conservação privada

A estratégia promovida pelo G-5 é *in situ*, que “mantém o hábitat das espécies sadio para garantir sua presença e êxito reprodutivo”. O debate sobre os mecanismos de conservação se remontam a debates sobre a conservação *in situ* e *ex situ* entre países de origem e países receptores de recursos genéticos. Segundo Toro (2004, p 36), na ala dos conservacionistas entre os quais se encontra a WWF e a UICN, se promove a conservação *in situ* a partir do modelo de Parques Naturais, para preservação de variedades naturais a ser acessadas por parte de recolhedores de genes. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), estimularia um esquema orientado à integração ser humano – biosfera na qual predomine a conservação das práticas dos agroecossistemas.

Então nós vemos como as antigas unidades de conservação dos recursos naturais enfraquecem o Estado como uma ordem social e se constituem contextos de emergência da outra institucionalidade, na qual atores armados (guerrilhas e paramilitares) estão constantemente enfrentados diante da ausência da ordem que possa refletir as contradições sociais. Prelúdio também do manejo inerente à lógica do novo espaço de mediação das ONG, já não como mediadoras entre o Estado e o fórum científico, mas como mediadoras entre o mercado e alguns líderes de organizações sociais, gerando a fratura das organizações sociais locais e, assim, fortalecendo a nova governança global, onde o Estado moribundo ameaça com deixar de existir ou se tornar um novo tirano [TORO, 2008, p 175].

Na Colômbia existem 29 redes ou processos articuladores entre organizações camponesas e comunitárias, ONG's, proprietários privados, projetos institucionais e a confluência entre eles. Segundo dados de 2011, segundo *Parques Naturales de Colombia* (PNN), existem na Colômbia 1440 RNSC registradas tanto em PNN como com

organizações articuladoras como RESNATUR, SERANKWA (em processo de cadastramento), *Tierra Andina e Ecoambientes*, totalizando 108523, 69 hectares<sup>70</sup>.

Os fins que são perseguidos com a conservação privada levam intrinsecamente o caráter privativo de apropriação que pode ser facilmente vinculado a estratégias capitalistas de apropriação dos recursos naturais.

Em um contexto rural de alta concentração de terra e efetivação de contrarreformas agrárias que terminaram por agravar o panorama de desigualdade social, as políticas ambientais devem ter como prioridade os mecanismos de desconcentração da terra que, a partir de uma reforma agrária, visem a transformação da estrutura fundiária.

A Colômbia possui um dos mais altos índices de biodiversidade por metro quadrado no mundo, elemento de especial importância para a economia verde (Roa, 2012), intimamente ligada com os mecanismos de conservação, porquanto são a estratégia ideal para a mercantilização e expansão capitalista. Assim, a biodiversidade é facilmente apropriada por médio de patentes na forma de bioprospecção.

As questões derivadas da economia verde problematizam tal situação, já que o campesinato sem ter outra opção de permanência dentro do território, recorre a esta opção.

Desse modo, a relação entre a conservação e a guerra toma sentido quando se analisa o padrão de ocupação e reocupação produto dos fluxos migratórios produzidos pelo deslocamento forçado, ou como coloca Toro (2004):

Com a consolidação do Sistema da Unidade de Parques Nacionais nos anos 80 suas aldeias são deslocadas novamente, das atualmente chamadas "áreas especiais protegidas" até áreas de "amortecimento" umas e outras hoje convertidas em cenários de guerra [...] Em 1995, ainda a direção de Parques Nacionais da Colômbia, desconhecia os direitos de participação das comunidades que ainda resistiam em 80% dos Parques Nacionais, bem como nas decisões políticas e planos de manejo [TORO, 2004, p. 168].

Os processos de apropriação e mercantilização da biodiversidade, em um país altamente diverso como Colômbia, são perfeitamente compatíveis com as contrarreformas agrárias, produto de uma expansão do capitalismo. Por outro lado, estes mesmos processos podem se efetivar em reformas agrárias *de facto* por comunidades camponesas, como é o caso da *Asociación para el Desarrollo Campesino* (ADC).

#### 2.4.2.1 Asociación para el Desarrollo Campesino ADC

---

<sup>70</sup> Tomado do documento, PNN. *Contexto Nacional de las Reservas Naturales en Colombia*. Mapa interativo da RESNATUR aqui: <http://mavila.info/RESNATUR/> Acesso 21 de julho 2014.

Localizada em Nariño, sul da Colômbia, o emblemático processo de conformação de RNSC desenvolvido pela ADC e a série de organizações que conformam a *Red de Reservas Naturales de La Cocha* seria uma expressão da tensão existente entre as contrarreformas agrárias e uma reforma agrária *de facto* por parte do campesinato colombiano, mediante um exercício de ordenamento territorial autónomo a partir da compra de terras. Nesta região dos nudos dos pastos, convivem povos das etnias Quillasinga, Kamsá, Kofán, Inga e também mais de 50 reservas campesinas.

Nariño compartilha com Boyacá e Cundinamarca, departamentos no centro da Colômbia, uma estrutura fundiária herdeira da configuração colonial. Esse fato definiu uma vocação produtiva destinada à produção de autossustentância e o abastecimento de mercados locais sustentados na pequena propriedade. A grande fazenda sustentada pela força de trabalho dos resguardos indígenas ao redor e que apresenta uma forma latifúndio – minifúndio foi a estrutura territorial predominante no período colonial e que no século XX se transformaria em unidades contínuas de minifúndio, misturadas com grandes propriedades (FAJARDO, 1990).

As origens da ADC se remontam ao trabalho organizativo e comunitário feito pela ANUC em 1970 no setor de *La Cocha* (LÓPEZ 1993 apud TARAZONA, 2010) considerado o lago altoandino melhor conservado da Colômbia, e declarado *Humedal de Importancia Internacional* RAMSAR em abril do ano 2000. A ligação do movimento ambientalista, junto com o movimento cívico e o Movimento de los Inconformes sentou as bases para a criação do processo organizativo, que hoje é expressão da continuidade das lutas sociais. Em 1980 é fundada com apoio do grupo canadense *Dynamique Tiers – Monde*, que agrupa a camponeses da região e 17 voluntários. Este nexos seria importante para o processo cooperativista que teria depois mediante a criação da *Cooperativa Multiactiva Yarcocha Ltda* (COYARCOCHA), liderada por mulheres camponesas.

Deste modo cresce a ADC com mais grupos nos municípios de Yacuanquer, Chachaguí, Consacá. Cresce como uma iniciativa alternativa para a extração de carvão e madeira que era a principal fonte de recursos. Pouco a pouco foram consolidando uma forma organizativa baseada na figura de *minga*, ou mutirão, dividida em cinco grupos a seguir:

Equidad e gênero, Produtores agroecológicos, Participação “Eusberto Jojoa”, *Herederos del Planeta* “Los Tucanes”, Comunicadores comunitários “Brisas de La Cocha” e *Red de Reservas Naturales de La Cocha*. A apropriação territorial se adverte no

forte processo de defesa territorial empreendido pela declaratória de Humedal Ramsar à *Laguna de la Cocha* e contra o *Proyecto Multipropósito Guamués*, o qual pretendia desviar o Rio Guamués para gerar energia elétrica e deslocar em mais de 5.300 hectares a moradores da zona.

As alianças com as universidades, ONG's ambientalistas como WWF e organismos de defesa ambiental tem possibilitado *mingas* investigativas e os ganhos obtidos após mais de 25 anos de trabalho comunitário, tem sido refletidos em aspectos como geração de ingressos, no qual se encontra 2.77 vezes a média de salário na zona e 1.18 média das famílias de toda Colômbia (ASOCIACIÓN PARA EL DESARROLLO CAMPESINO ADC, 2004).

Outro aspecto a sublinhar é o relacionado com a segurança alimentar, encontrando-se que a comunidade passou de produzir 40% dos alimentos que consumia a 82,29%, configurando também uma alternativa econômica. A maioria das reservas adequou sua infraestrutura para o turismo comunitário, porém, a maioria das terras ao redor da *Laguna de la Cocha* se usam para produção agrícola, principalmente de batata e hortalizas, como pecuária de leite. Estas reservas privadas conservam os últimos fragmentos de selva localizados na parte alta da bacia da lagoa.

A criação da *Red de Reservas* foi chave para deter a extração de carvão e madeira da zona e encontrar alternativas econômicas que assegurassem uma vida digna. Embora o projeto ainda receba muita ajuda de organismos ambientalistas e cooperação internacional, a apropriação comunitária territorial e o exercício de autonomia sobre o espaço têm sido essenciais para o fortalecimento organizativo das comunidades camponesas. Os processos de afirmação territorial mediante organizações comunitárias, baseadas em princípios agroecológicos e associadas a cooperativas podem se encontrar assim:

- Minga Asoyarchocha: cooperativa Yarchocha, a qual muda em 1996 para associação. Localiza-se no corregimiento El Encano, e formam parte dela 94 camponeses e 160 *Herederos del planeta*<sup>71</sup>. Os sítios desta organização são biodiversos, cujos excedentes se destinam para comercialização a partir da forma comércio justo.

---

<sup>71</sup> Metodologia baseada na educação ambiental e conservação ambiental do território mediante sua permanência sustentável nele, cujo foco de ação são crianças e jovens.

- Minga Asoounificados: Em 1990 funda-se a cooperativa e em 1996 muda para ser associação. Conta com 19 associados e 10 *Herederos del planeta*. Tem influência nos municípios de Chachaguí e Buesaco. Dentro dos objetivos da organização, está a recuperação da fertilidade do solo, conformado com isso a *Red de recuperadores del suelo*.
- Minga Asoorquídea: Desde 1986 fazem parte das organizações de base da ADC. Tem influência no município de Yacuanquer, no sul de Nariño. Conta com 36 associados camponeses e 69 *Herederos del planeta*.
- Minga Gualmatán: Localizada no corregimiento Gualmatán, a 7 km de Pasto, conta com 25 associados e 30 *herederos del planeta*. Seu enfoque é a produção agroecológica e conservação dos recursos naturais. Ao processo comunitário soma-se a participação de nove grupos de interesse, localizados em diferentes municípios, dedicados à transformação de produtos naturais, artesanato, produção agroecológica de batata e cebola entre outros.

A apropriação desta forma territorial, fruto do movimento ambientalista quanto da influência da ANUC, mostram como as lutas sociais derivam em formas organizativas que de acordo com o grau de apropriação por parte do ambiente local, se consolidam como formas de Ordenamento Territorial Camponês, a partir do processo de acesso à terra, e mecanismos de permanência no território, neste caso ligados com a infância e juventude desde a metodologia *Herederos del Planeta*. A maioria de terras ao redor da *Laguna de Cocha* é propriedade privada e só a *Isla de La Corota* é propriedade do Estado. Denomina-se reforma agrária *de facto* porque conseguiu concretizar vários aspectos de Ordenamento Territorial Camponês.

#### 2.4.2.2 Paisaje Cultural Cafetero

O *Eje Cafetero* compreende os departamentos de Caldas, Risaralda, Quindío, nordeste de Valle del Cauca, sudoeste de Antioquia e noroeste de Tolima, todos localizados na cordilheira Central e Occidental. Sua configuração corresponde ao repovoamento pelo campesinato da cordilheira central a final do século XIX, na primeira onda migratória produto da *colonización antioqueña*. O café foi o produto central dessa expansão territorial e da consolidação dos assentamentos humanos que configurariam um sólido centro urbano, financeiro e produtivo. A queda mundial nos preços do café e os

desincentivos à mediana economia agrícola produto da liberalização dos mercados no final da década dos 90's converteram o *Eje Cafetero* em uma das regiões com maior índice de migração ao exterior e uma economia dependente das remessas provenientes do exterior, principalmente de Estados Unidos e Europa.

A expansão do paramilitarismo e a consolidação de uma economia parasitária a partir da irrigação das rendas do narcotráfico em setores como a construção e economia informal dos *sanandresitos*<sup>72</sup>, jogos de azar e mercados de abastecimento de alimentos (DUNCAN, 2005), deixou sentir os efeitos na região. A consolidação do agro turismo e a cristalização das antigas fazendas cafeeiras em centros turísticos é viva expressão de um setor danificado pela reestruturação produtiva do capital. O modelo territorial – descentralizado, mas unitário na prática –, também unificou as rendas para consolidar um triângulo de ouro entre as três principais cidades (Bogotá, Medellín e Cali), que fortaleceu o *Eje Cafetero* como potencial centro industrial e financeiro dada a sua localização no centro do triângulo. A crise do setor se apresentou na forma de várias crises e estourou com força nas paralisações agrárias de 2013 e 2014.

Mediante o artigo 3 da Resolução 2079 de 2011, o Estado colombiano reconhece o *PCC* como Patrimônio Cultural da Nação. Este último está definido por:

Todos os bens materiais, as manifestações imateriais, os produtos e representações da cultura que são a expressão da nacionalidade colombiana, como [...] a paisagem cultural, hábitos e costumes, bem como bens materiais de natureza móvel e imóvel aos que são atribuídos, entre outros, especial interesse histórico, artístico, científico, estético ou simbólico em âmbitos como o plástico, arquitetônico, urbano, arqueológico, linguístico, sonoro, musical, audiovisual, fílmico, testemunhal, documental, literário, bibliográfico, museológico ou antropológico [DNP, 2014, p. 5].

A paisagem cultural, “abrange uma diversidade de manifestações das interações entre a humanidade e seu ambiente natural” e são selecionadas de acordo com seu Valor Universal Excepcional e “de sua representatividade em termos de uma região geocultural claramente definida e, em consequência, pela sua capacidade para ilustrar os elementos culturais essenciais e distintivos de ditas regiões” (DNP, 2014).

O *PCC* é um exemplo destacado de uma centenária paisagem cultural, sustentável e produtiva, na qual o esforço coletivo de várias gerações de famílias camponesas forjou instituições, sociais, culturais e produtivas excepcionais, gerando, ao mesmo tempo, práticas inovadoras no manejo dos recursos naturais sob uma paisagem de condições extraordinariamente difíceis. A fazenda de café típica no *PCC* está localizada em uma paisagem difícil de montanhas íngremes, onde se articula a forma e o projeto da paisagem café, o

---

<sup>72</sup> Comércio informal caracterizado por ter menores preços e, em sua maioria, estar vinculado a cadeias de contrabando.



seu estilo arquitectónico e o estilo de vida de suas comunidades. Eles conseguiram criar uma identidade cultural única, onde o aspecto institucional do PCC é inigualável em qualquer outro lugar de café no mundo [DNP, 2014, p. 57].

O PCC está conformado por 47 municípios dos departamentos de Caldas (com 17), Quindío (com 11 municípios), Risaralda (com 10 municípios) e Valle del Cauca (9 municípios) como área principal e 4 municípios que fazem parte da região de influência, em total por 858 veredas de tradição cafeeira. Embora a categoria pretenda proteger a região, existem vários problemas associados às características sócio espaciais dessa forma de ordenamento territorial.

Os problemas são derivados de: poluição ambiental por conta dos agrotóxicos derivados da atividade cafeeira, a existência de 200 títulos mineiros vigentes para extração de ouro, prata, platino, carvão, entre outros, assim como altas taxas de desemprego nos quatro departamentos de área de influência do PCC, que obtiveram uma taxa maior que a média nacional, índices significativos de pobreza.

É de apontar que a produção de café tem sido uma das mais abatidas pela liberalização dos mercados na última década, registrando diminuição na área plantada na última década:

Ao mesmo tempo que a área cultivada se reduz, nos departamentos do PCC, a participação destes no total de produção nacional caiu de 33,7% a 28,1% entre 2006 e 2011. Neste período o departamento de Quindío reduz sua participação de 5,4% a 3,7%, Caldas de 11,6% a 10,1%, Risaralda de 7,4% a 6,6% e Valle de 9,3% a 7,7% [DNP, 2014, p. 31].

Assim, enquanto se verifica uma redução na área plantada de café, aumenta o uso de atividades alternativas para o uso do solo, especificamente relacionadas com o turismo. “O 96% da oferta total dos provedores de serviços turísticos se concentra nos 16 municípios que separam Manizales de Armenia, percurso conhecido como “Eje Cafetero” (DNP, 2014, p 36).

Por outro lado, dentro dos objetivos do documento do *Consejo Nacional de Política Económica y Social* (CONPES), para uma política de preservação da paisagem cultural cafeeira da Colômbia, se pretendem desdobrar várias estratégias:

- Gerar apropriação social do patrimônio cultural e imaterial do *Paisaje Cultural Cafetero* PCC
- Fortalecer o ordenamento territorial e garantir a sustentabilidade ambiental, econômica e social na zona de influência do PCC;
- Melhorar as condições sociais da população; Fomento do cultivo do café;

- Melhorar o acesso e turismo

Desse modo, a contradição colocada aqui é que, embora o PCC seja uma nova forma de ordenamento territorial, ainda não incorpora dentro de sua proposta uma transformação da estrutura fundiária e da profunda crise que vive o setor, um dos que mais gera emprego no campo. Nos últimos 25 anos, o café colombiano passou de representar o 20% ao 5% da produção mundial do produto. Desta forma, o que quer ser colocado aqui é que esta figura de ordenamento territorial não pode ser a cristalização na forma de paisagem dos efeitos territoriais da variação monetária de *commodities* como o café, despojando ao campesinato, motor principal do processo de acumulação do capital a partir do café desde o século XIX. O campesinato como sujeito vira também paisagem na lógica de provedor de serviços territoriais por conta do turismo. A superação definitiva desta contradição, só pode ser feita a partir da reformulação desde a base comunitária desta forma de ordenamento territorial.

Com os *Organismos Colegiados de Administración y Decisión* (OCAD), e o *Contrato Plan*, mecanismos inaugurados com a LOOT e sua articulação com o SNR, foi proposta uma primeira experiência envolvendo os departamentos do *Eje Cafetero* (Caldas, Quindío, Risaralda e Antioquia).

O *Contrato Plan* foi definido como o mecanismo ideal para administrar territorialmente e ao longo prazo, recursos destinados a um planejamento entre os departamentos como nível intermediário de governo. Porém, a associatividades territorial é produto das políticas de ajuste estrutural materializadas na descentralização e expressadas na participação do setor privado dentro do planejamento público, agenciando tanto políticas públicas quanto o padrão de modelo de desenvolvimento. A principal contradição apresentada aqui toma a forma das tensões entre os níveis de autonomia disputados dentro da organização territorial, dos setores provindos das lutas sociais e que logram uma representatividade dentro do regime político do Estado, e a origem dos recursos e o gerenciamento do modelo de desenvolvimento a partir da pacificação e a guerra, que logram ser uma das fontes principais da economia e que está ligada ao narcotráfico, e a um padrão de acumulação articulado no nível global.

Essa contradição é sintetizada na ineficiência no uso desses mecanismos para o financiamento dos projetos associados ao PCC e que garantiriam a sua viabilidade:

Até o momento, só tem sido subscrito um *Contrato Plan* no país, o que confirma a complexidade do processo e as tensões que no alto governo são produzidas entre um Ministério da Fazenda que aspira a exercer cada vez um

maior controle central sobre os recursos estatais e as opções de desenvolvimento autônomo das regiões [ARANGO, 2013, p. 4].

Segundo Arango (op. cit., p 7) é necessário articular organizações como a *Asociación de Municipios* para que seja uma realidade o processo de planejamento integral e a inserção nos planos de ordenamento territorial dos municípios envolvidos no PCC. A sua não inclusão até o momento, é expressiva do caráter hierárquico da proposta territorial do PCC vinda desde acima com as políticas preservacionistas da UNESCO e adotadas pelo Estado colombiano, mas que deverá desenvolver uma necessária reformulação por parte das organizações camponesas que se reorganizam para contornar à crise que vive o setor.

Porém, a partir de processos comunitários de base existentes previamente dentro do PCC e que o antecedem, esta forma de ordenamento territorial se reformula, colocando a agroecologia como uma das bases dentro da formulação de um programa de desenvolvimento alternativo e confrontando com isso as novas legislações em matéria de sementes nativas que restringem seu uso, troca e comercialização por parte de comunidades camponesas, indígenas e negras. Ou seja, o sentido político da agroecologia como ferramenta territorial, não só de resistência, mas de confrontação ao capital.

A inserção do projeto *Casa de Semillas Taapay Mikuy*, dentro da construção do *Plan de Desarrollo Institucional del Paisaje Cultural Cafetero*, faz parte da reformulação desde baixo por parte das organizações comunitárias. Este projeto, sistematizado pela *Universidad Tecnológica de Pereira* como parte de sua linha em agroecologia, busca a conservação de mais de 151 espécies vegetais pertencentes a 106 géneros de plantas alimentícias, medicinais e *arvenses* a partir dos Custódios de sementes ou homens e mulheres do campo especializados na tarefa de multiplicação e conservação de germoplasma nativo ou crioulo, o que tem permitido o plantio de 150 espécies diferentes em diferentes chácaras e sítios da região. A casa de sementes se concentra na conservação de espécies como milho, chia, amaranto, yacón, mandioca, abóbora, entre outras.

O projeto está articulado à *Huerta Agroecológica* –espaço demonstrativo dentro do campus universitário e local de oficinas e sala de aulas permanente–, ao *Mercado Agroecológico* e vários projetos entre os quais é incluído *Niños Custodios de Semillas* e a articulação entre as Corporações ambientais, institutos ambientais e rede universitária do *Eje Cafetero*, assim como da RNSC do município Santa Rosa de Cabal e o *Resguardo Indígena Caña Momo y Lomaprieta*, localizado em um dos municípios da zona e pioneiro no país por ser o primeiro a ser declarado *Territorio Libre de Transgénicos*, como medida

de proteção frente à privatização das sementes nativas. Também dos custódios de sementes da *Escuela Campesina de Agroecología Nabsecadas* de Santa Rosa de Cabal, a organização *Fuentes de esperanza*, a *Red Quindiana de Familias de custodias de semillas libres*, assim como do *Movimiento Agroecológico Latinoamericano* (MAELA) e outra série de organizações tanto acadêmicas, como comunitárias que transcendem a escala global (GARCÍA; BARRERA, 2013).

A articulação de custódios de sementes se consolida depois da segunda versão do *Encuentro de Actores del Paisaje Cultural Cafetero* realizada em março de 2015, organizado pelo *Comité Técnico Departamental de Paisaje Cultural Cafetero* em conjunto com outras organizações.

Como outra das diversas reformulações feitas desde a base comunitária no PCC, esta figura tem representado também uma defesa no território e um exercício de autonomia e resistência camponesa frente à chegada de macroprojetos na região, com o megaprojeto energético Barbas Bremen, que pretende instalar 40 torres entre 30 e 50 metros de altura para a exportação de energia, em uma região onde também se encontra o *Distrito de Conservación de Suelos de Barbas Bremen*<sup>73</sup>.

## **2.5 Reforma agrária e conflitos territoriais**

Uma breve olhada ao ordenamento territorial no país nos depara uma contradição evidente: do total de 18, 9 milhões de hectares aptos para agricultura, aproximadamente 4.7 milhões são usados para cultivos. Dos 12.5 milhões de hectares com vocação de uso para criação de gado, entre 37.3 a 30.6 são usados realmente para esse propósito: ou seja, se apresenta uma sobre utilização da terra com impactos na estrutura fundiária, materializados no fato que o campesinato ainda alimenta o país a partir do minifúndio ou pequena propriedade, que soma apenas 29,60% da área do país (ESTRADA 2013, p 199). O modelo territorial descentralizado mas unitário na distribuição das principais rendas provenientes do setor primário e irrigado com os dinheiros do narcotráfico determina o esquema de ordenamento territorial: as melhores terras do país estão em mãos da burguesia pecuária que tem financiado o paramilitarismo e expulsado das suas terras a milhões de camponeses, negros e indígenas. Tendo como centro dessa problemática o

---

<sup>73</sup> Uma descrição mais detalhada sobre os conflitos territoriais no distrito – localizado na última amostra da selva alto andina -, advindos com a possível implantação do projeto elétrico podem se encontrar no vídeo Un bosque en alta tensión. <https://www.youtube.com/embed/Me3LqUfG6zo>. Acesso em 7 janeiro de 2015.

conflito armado, se isso não muda no vigente processo de paz, é uma reforma que embora necessária, seguirá postergando a resolução definitiva da questão agrária na Colômbia.

Enquanto a Reforma Agrária siga representando uma dívida sem resolver, o ordenamento territorial ambiental deve dar prioridade à viabilidade dos assentamentos humanos que estejam dentro da *Área de Reserva Forestal* e dentro do SINAP, porque por um lado, são as comunidades indígenas, camponesas e negras que moram no campo são as que tem cuidado e feito uso sustentável por milênios dos bens comuns (água, ar, terra) que existem na totalidade do espaço, e por outro lado, quanto existe, a degradação e depredação do médio ambiente tem sido um mecanismo ao que tem sido levadas para garantir a sua supervivência após a expulsão de seus lugares de origem pela violência.

As contrarreformas agrárias e a relação migração-colonização-conflito-migração tem gerado novos espaços expressivos da multiplicidade de comunidades agrárias. Isso tem gerado situações favoráveis em torno à solução de problemas territoriais associados à chegada de megaprojetos, mas também tem gerado conflitos territoriais.

#### 2.5.1 Zonas Humanitarias e Zonas de Biodiversidad

A primeira Zona Humanitaria foi iniciada pela *Comunidad de Autodeterminación, Vida y Dignidad – CAVIDA* - em Cacarica (Chocó) em junho de 2001. A origem foi o retorno após o deslocamento forçado pela violência da *Operación Génesis*, operação militar da Brigada 17 em conjunto com os grupos paramilitares executada em 1997. A consolidação territorial paramilitar coincidiu com a chegada da empresa Maderas del Darién, filial de Pizano S.A, cuja atividade se concentrou no agronegócio banana, borracha, e palma pela empresa Multifruits CIA S.A. A principal aposta de autonomia territorial é expressada na proibição do trânsito por parte de atores armados dentro do território. Esta aposta está respaldada pelo trabalho comunitário e também pelos estándares de proteção à população civil estabelecidos nos artigos 4, 13, 14 e 16 do *Protocolo Segundo Adicional a los Convênios de Ginebra* (pelo nome em espanhol) no qual se reconhece a existência de um conflito armado interno e a consequente vigilância à população civil a partir da proteção aos direitos humanos, de seguridade pessoal e da paz.

**Quadro 5.** Reforma agrária e conflitos territoriais

FIGURA	Instrumento Próprio / legal	Processo base	Afirmação territorial	Organização	Instrumento de planejamento
<i>Territorios Interétnicos</i>	<i>PLADIA 2035</i>	Marchas cocaleras anos 1996, 1997, 1998.	<i>Encuentro Social por la Unidad Popular la Democracia y la Paz</i> na região do Putumayo; <i>Frente Amplio por la Unidad, la Democracia y la Paz con Justicia Social</i> (22 fevereiro 2015). Paralisações agrárias 2013 - 2014.	<i>Mesa Regional de Organizaciones Sociales, Campesinas, Indígenas, Afrodescendientes, Juveniles y Sindicales del Putumayo, Baja Bota Cauca y Cofanía, Jardines de Sucumbíos, Nariño.</i>	<i>PLADIA 2035</i>
<i>Zonas Humanitarias</i>	Convênio de Ginebra de 1949 sobre Direito Internacional Humanitário	Comunidad de Autodeterminación, Vida y Dignidad – CAVIDA	Zonas de Biodiversidad	Comunidad de Autodeterminación, Vida y Dignidad – CAVIDA	<i>Planes de Ordenamiento Territorial Alternativo POTAS</i>
<i>Comunidades de paz</i>	Convênio de Ginebra de 1949 sobre Direito Internacional Humanitário	Juntas de Acción Comunal e Ligas Campesinas	Peregrinações, marchas, passeatas.	Ligas Campesinas, Sindicatos agrários, Partido Unión Patriótica	Comitês comunitarios. Consenso de Apartadó.
<i>Territorios Libres de Transgénicos</i> Caso Município La Unión	Acuerdo N° 31 Diciembre 2012	Rede de Guardiães de Sementes de Vida RGSV <i>Nodos Antioquia, Cali, Consacá, Pasto, Cauca, San Lorenzo, Yacuanquer, Ipiales, Encano, Cundinamarca</i>	Encontros de Guardiães de Sementes	<i>Grupo Semillas</i>	Mapeamento participativo de sementes crioulas

Fonte: Realizado pela autora, 2015.

As *Zonas de Biodiversidad* foram criadas em associação com as *Zonas Humanitarias* para dar continuidade ao processo de afirmação territorial mediante proteção e uso sustentável do território. As *Zonas de Biodiversidad* se constituem no aporte que as comunidades negras organizadas em diferentes associações e movimentos sociais, realizam com o objetivo de construir a paz territorial. Entre 2001 e 2003 foram declaradas 50 *Zonas de Biodiversidad* nas *Tierras de Comunidades Negras*, titulações coletivas de terras produto da Lei 70 de 1993 ou *Ley de Comunidades Negras* no marco da Constituição de 1991 e em defesa do direito ao território. Em 2012 foram declaradas 6 novas *Zonas de Biodiversidad* em títulos Coletivos de Comunidades Negras.

Elas se constituem como a forma de afirmar o direito a uma alimentação familiar digna e a uma cultura camponesa e negra em resposta ao conflito armado vivido na região. Esta proposta foi construída ao longo de quase duas décadas como um exercício de soberania territorial que busca garantir os direitos à alimentação, uso e proteção da água e biodiversidade. Nestes territórios, estabelecidos pela comunidade mediante declaratórias, é permitida o aproveitamento florestal –principalmente de madeira–, familiar e comunitário e de recursos não florestais. Estas zonas se baseiam nos princípios de sustentabilidade, sustentabilidade e uso, com o objetivo de preservar e proteger os ecossistemas presentes na região. Segundo o INCODER em 2012 nos territórios de Curvaradó e Jiguamiandó localizados no departamento de Chocó tinham sido reportadas 10.000 hectares de monocultivo de mandioca, 4.000 hectares de banana para exportação e 6.000 hectares de pecuária extensiva<sup>74</sup>.

As Zonas de Biodiversidad contem semelhanças com a figura de RNSC, mas a diferença significativa é sua aposta territorial em regiões de conflito armado interno onde existe a seria ameaça de destruição ambiental e a ocupação por pessoas que tem se beneficiado da violência exercida pelos grupos paramilitares.

Como formas de planejamento territorial, são usadas ferramentas como cartografia para a delimitação segundo os usos dados a cada porção do território. Desse modo as áreas de conservação são espaços destinados à proteção da floresta nativa, as fontes de água e reserva de ecossistemas para fauna silvestre, que também serve de alimentação; as áreas de recuperação são espaços de regeneração natural dos ecossistemas, destruídos pelos monocultivos, a pecuária extensiva, e a extração de recursos naturais; a área de cultivos serve para promover práticas de regeneração de solos,

---

<sup>74</sup> Ibidem.

rotação de cultivos e práticas agroecológicas de produção de arroz, milho, banana entre outros alimentos, promovendo com isso a soberania alimentar; a área de moradia projeta um lar digno e com infraestrutura suficiente; a área de usos sosteníveis ensambla a prática de proteção e recuperação ao promover atividades como adubos verdes, casas de sementes crioulas e viveiros de flora nativa para reflorestação.

**Foto 1.** Zona de Biodiversidad El Paraíso – Apartadocito (Consejo Comunitario Menor no Título Colectivo de Curvaradó)



Fonte: Comisión Interceslial de Justicia y paz<sup>75</sup>.

Nesse sentido, o desenvolvimento dos *Planes de Ordenamiento Territorial Alternativos* (POTAS), é a forma de afirmação territorial das comunidades em torno às decisões autônomas que sobre o uso do solo e dos recursos fazem, promovendo o respeito aos direitos humanos e a natureza e consolidando a administração do território por parte de seus moradores. Configura-se como proposta política de reivindicação da autonomia territorial. A organização comunitária produto desta experiência é a *Asociación de Zonas Humanitarias e Zonas de Biodiversidad*, que já tem levado a experiência a processos de comunidades camponesas, indígenas e negras nos departamentos de Cauca, Meta, Valle del Cauca, Antioquia e Putumayo, constituindo assim um exercício de unicidade de

<sup>75</sup> Disponível na página web: <http://justiciaypazcolombia.com/En-2012-se-declararon-6-nuevas>. Acesso em 30 de maio de 2014.



classe, em torno ao planejamento territorial contra a guerra e questionando o modelo de desenvolvimento.

Os planos de desarraigo nestas regiões da cordilheira central, que hoje seguem vigentes, estão associados aos processos de construção de infraestrutura hidroeléctrica com a canalização para o represamento de vários dos rios principais das vertentes do *Nudo del Paramillo* [COMISIÓN INTERECLESIAL DE JUSTICIA Y PAZ, 2013, on-line].

Estes exercícios de autonomia territorial se caracterizam por um processo de afirmação no território mediante caminhadas, passeatas e outras manifestações que buscam tanto fortalecer os laços comunitários como se constituir em ativas propostas de denúncia e encorajamento coletivo em relação ao avanço do capitalismo a partir da implantação de megaprojetos e o deslocamento forçado de dezenas de pessoas, quanto ao conflito armado. Nas *Tierras de Comunidades Negras* (TCN) o exemplo disto é o 5 *Movimiento Ecológico, Ecuménico y Social*, espaço de encontro que em julho de 2012 mobilizou a 110 pessoas em torno à recuperação da memória, comemoração aos 15 anos das operações militares “*Septiembre Negro*” e “*Génesis*” executadas pela brigada 17 e brigada 4 contra a população local. O ponto de encontro foi o município de Dabeiba no departamento de Antioquia caminhando por lugares emblemáticos desse ato fazendo memória ativa pelo território. Também dentro do percurso foram visitadas as *Zonas de Biodiversidad* de três famílias. A expressão não só de autonomia mas de controle efetivo sobre o território na garantia do retorno, permanência e vida digna manifesta-se em declarações políticas nas quais não só defendem o direito de permanência no território mas também denunciam a chegada de macro projetos como o hidroelétrico Dabeiba 1 e Dabeiba 2 liderados pela *Empresa de Generación y Promoción de Energía de Antioquia*, (EMGEA S.A ESP) e articulado ao *Plan Puebla-Panamá*, cujos impactos tem sido refletidos na militarização da zona violando os princípios de autonomia territorial.

Afirmamos a nossa vontade e decisão de fortalecer nossas apostas de habitar o território e os mecanismos efetivos para a recuperação dele e desde ali impulsar a diversificação de nossos sistemas produtivos para gerar autonomia efetiva, proposta para o intercâmbio de produtos e recuperação de sementes e práticas tradicionais. Igualmente promover os POTA, como mecanismos não só para o reconhecimento dos usos, sob princípios comunitários-ambientais, bem para fortalecer os processos organizativos de convivência do território, a memória da ocupação, o conhecimento próprio e como ferramental para as exigências de respeito ao exercício integral do direito à propriedade e à terra e participação nos cenários de política pública [COMISIÓN INTERECLESIAL DE JUSTICIA Y PAZ, 2012, on-line].

O aproveitamento dos recursos naturais na região se deu na particularidade de estar principalmente em uma das regiões mais biodiversas no mundo, mas especialmente

atingida a partir da consolidação do fenômeno do paramilitarismo. Para as comunidades negras é de essencial importância conservar os ecossistemas porque só assim é garantido o futuro das gerações posteriores. A estrutura da análise desta forma territorial é o aporte que as comunidades negras, como cultura camponesa, têm feito para resolver os conflitos territoriais. É uma construção de ordenamento territorial que nasce desde uma reivindicação étnica, mas que se promove ao campesinato.

### 2.5.2 Comunidad De Paz

Em 1996 foi assassinado o líder comunitário Bartolomé Cataño, fundador do corregimiento San José de Apartadó (do município de Apartadó, na região do *Urabá antioqueño*) e concejal comunitário pelo partido *Unión Patriótica*. Desde esse momento começa uma perseguição em contra da comunidade por parte das forças militares, acusando ela de ajudar à guerrilha. Em agosto de 1996, tropas do exército entravam à comunidade perguntando especificamente pelos líderes comunitários e camponeses que tinham impulsado o êxodo, provocado por 811 camponeses de 27 veredas de Apartadó e Turbo que ocuparam o Coliseo de Apartadó para denunciar as numerosas violações aos direitos humanos. Em fevereiro de 1997 foram assassinados 3 líderes comunitários por forças paramilitares em clara aliança com a Fiscalía, esse foi o episódio que provocou que em março de 1997, o Domingo de Ramos fosse levada a cabo a criação da *Comunidad de Paz de San José de Apartadó*. O texto da Declaração tinha tomado como referente o Convenio de Ginebra de 1949 sobre Direito Internacional Humanitário (DIH), que afirma os direitos da população civil em meio do conflito armado. A ideia surgiu do sacerdote Isaías Duarte Cancino, que foi assassinado em 2002. Esta comunidade de paz chegou a abrigar a mais de 1300 pessoas deslocadas pela violência. Em 2005 foram assassinadas oito pessoas, inclusive crianças e pessoas mutiladas. Este convênio define às comunidades de paz assim:

[...] aquela que faz parte da população civil camponesa não combatente e que, apesar do desenvolvimento das hostilidades, é protegida sem distinção alguma da confrontação [...] São os habitantes que têm se comprometido livremente em tal processo; também pessoas civis que não participem nas hostilidades, que não realizem atividade alguma de índole militar durante sua estância na comunidade e que se comprometam com os Estatutos e o Regulamento; também pessoas cuja permanência seja transitória na Comunidade, sempre que estejam comprometidas com os Estatutos e o Regulamento e se encontrem abrigadas pelo estatuto de proteção à população civil [COMUNIDAD DE PAZ SAN JOSÉ DE APARTADÓ, 1997, on-line].

Por outro lado, as comunidades de paz simbolizaram tristemente as chamadas “execuções extrajudiciais”, assassinatos seletivos de civis fazendo passar eles como guerrilheiros. Em 1997 também foi criada a *Comunidad de Paz de San Francisco de Asís*, no município de Paravarandó, com mais de cinco mil pessoas, deslocadas pela violência. Em 1998 e 1999 aparecem também duas comunidades de paz a mais: Natividad de María com aproximadamente 150 famílias e a comunidade *Nuestra Señora del Carmen* com 250 famílias.

San José de Apartadó surge da migração de camponeses dos departamentos de Antioquia e Valle del Cauca. O território foi legatário da economia bananeira de enclave ancorada historicamente no latifúndio do norte da Colômbia, administrado pela *United Fruit Company* e cenário do *Masacre de las bananeras*, um dos maiores massacres de trabalhadores em 1928. O cultivo de banana chega na região na década dos anos 60's, onde se expandiu rapidamente. O território *urabeño*, estratégico por ser ponto de acesso tanto ao oceano Pacífico como ao oceano Atlântico, foi rapidamente surcado por todos os atores armados: no Magdalena Medio as FARC e ELN, em Urabá EPL e as FARC e em conjunto a estes dois o exército colombiano, atualmente é disputado causando graves violações diárias aos direitos humanos.

A delimitação do território das comunidades de paz veio associada a o exercício político de soberania territorial que legitimaram com isso o direito da comunidade a decidir sobre o território. A relação da comunidade com o Partido Comunista se remonta ao trabalho feito desde os sindicatos agrários da banana, situação que trouxe muitos conflitos com a guerrilha do EPL, que também teve forte arraigo na região através do trabalho sindicalista. O consenso de Apartadó chega como estratégia de neutralidade frente a todos os atores armados, o que significou uma arremetida violenta evidenciada em numerosos massacres, desapareições e assassinatos seletivos de lideranças comunitárias.

Porém, o exercício político de soberania frente aos atores armados se manteve e agora está acompanhado de uma forte estratégia de denúncias, acompanhamento internacional através de organizações defensora de direitos humanos, alertas precoces, e denúncias baseadas também no empoderamento político de seus moradores. A estrutura organizativa proposta para a *Comunidad de Paz* retomou as experiências de outras partes do mundo e esteve associado ao trabalho do *Centro de Investigación y Educación Popular* (CINEP) e o trabalho do padre Javier Giraldo, quem promoveu a criação do único banco

de dados de violações aos direitos humanos na Colômbia: *Banco de Datos Noche y Niebla*, associada à ONG.

**Foto 2.** *Marcha del silencio*, comemoração comunitária



Fonte: Comunidad de paz San José de Apartadó<sup>76</sup>.

A estrutura comunitária, com apoio da Igreja e ONG, baseia-se em um conselho interno rotativo, com o objetivo de não estabelecer relações autoritárias e acumular poder. Tal compromisso se estende sobre os princípios que residem no pacto de neutralidade<sup>77</sup> e o apoio às tarefas comunitárias distribuídas em comitês e grupos de trabalho.

Artigo 2: as pessoas da comunidade de paz começarão a ser membros dela quando o conselho interno lhes faça entrega de maneira oficial da carteirinha e após ter assinado e deixado seu rasto como mostra de aceitação do processo. Para isto é requerido: a) Conhecer a declaratória e o processo; b) Não ser parte do conflito; c) Aceitar o regulamento da *Comunidad de Paz*; d) Conservar responsávelmente os signos da comunidad e) Comprometer-se com o desenvolvimento do processo essencialmente nos trabalhos comunitários (*Comunidad de paz*: 1998) [RESTREPO, 2006, p 194].

Como mostrado na foto N° 2, um dos exercícios de afirmação territorial e de ativação constante da memória como exercício político frente à impunidade, se

<sup>76</sup> Disponível na página web: [http://fotos.cdpsan jose.org/main.php?g2\\_itemId=1067](http://fotos.cdpsan jose.org/main.php?g2_itemId=1067). Acesso em 30 julho de 2014.

<sup>77</sup> A pesar da anterior consolidação territorial das FARC, o pacto de neutralidade inclui este ator armado também, pois tem feito graves violações aos direitos humanos, por parte de desertores vinculados a outros grupos armados, como paramilitares e exército.

comemoraram os massacres através de marchas, peregrinações e as atividades comunitárias se desenvolvem para criar identidade e, sobre tudo, no exercício de soberania territorial também se reivindica soberania sobre um modelo de desenvolvimento excludente, origem e base estrutural da guerra.

### 2.5.3 Territorios Interétnicos

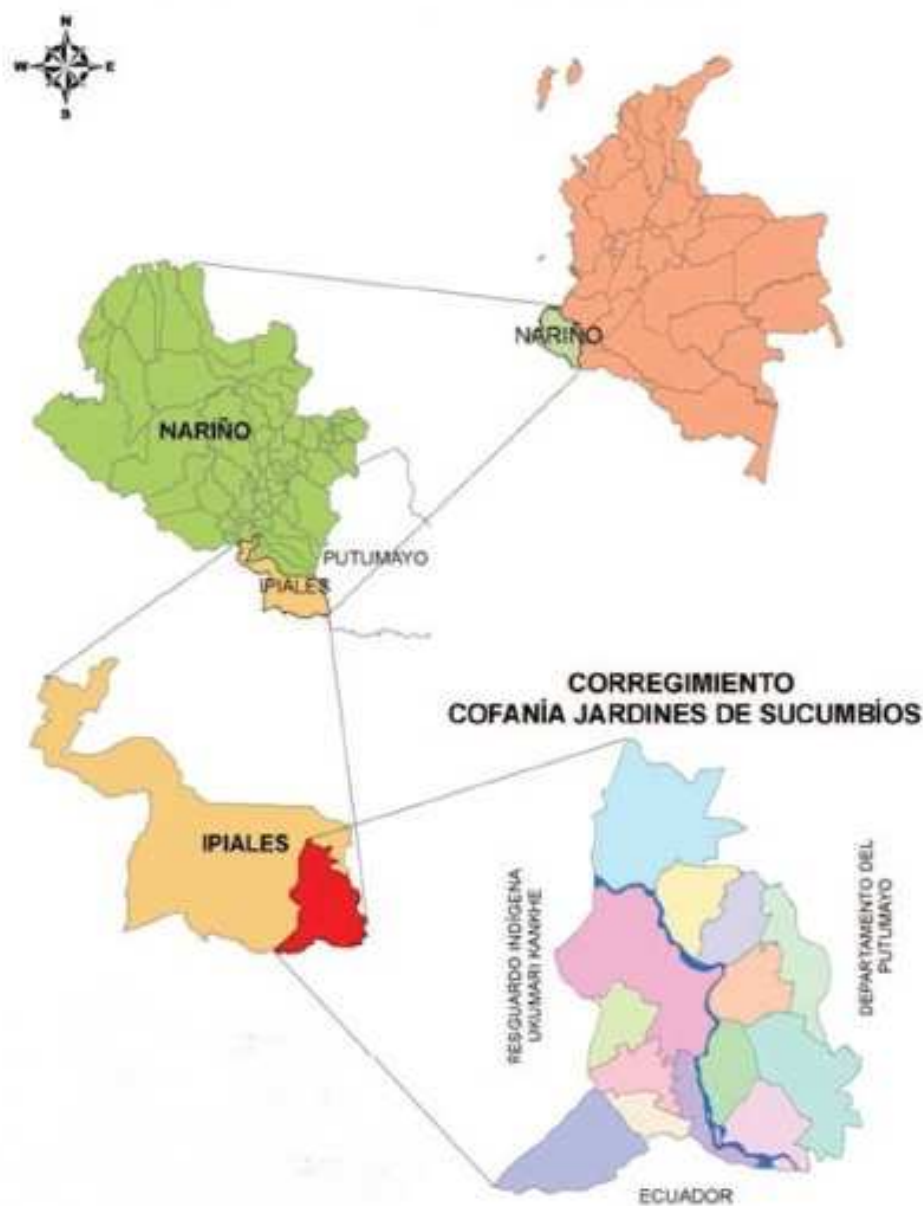
Este processo surge da Mesa Regional de Organizaciones Sociales, Campesinas, Indígenas, Afrodescendientes, Juveniles y Sindicales del Putumayo, Baja Bota Cauca y Cofanía, Jardines de Sucumbíos, Nariño, onde homens e mulheres camponesas provenientes de muitos lugares da Colômbia e assentados em Putumayo, que na segunda metade da década dos noventa era a nova fronteira agrícola, juntaram-se para pensar-se territorialmente estratégias de vida digna e frente ao capital. O processo organizativo é herdeiro das marchas dos cocaleros em el 96, 97, também da dura repressão a partir da guerra e a inviabilização das economias camponesas, com as pulverizações com glifosato aos cultivos de coca.

Em um contexto de ampliação da fronteira agrícola pelo histórico deslocamento forçado produto da violência, é o reconhecimento do território o que possibilita a viabilização camponesa e com isso sua reprodução:

Tem a ver com que não é somente com o desenvolvimento do investimento, o desenvolvimento empresarial... é o desenvolvimento do pessoal em sua relação com o território. É como as pessoas vão tornando-se pessoas de um território e tomam características que lhes permite o território. É uma concessão do desenvolvimento das pessoas de qualidades das pessoas, não de tenência econômica das pessoas.

Não é um desenvolvimento do capital. Não estamos interessados na multiplicação do capital. E essa concessão leva então a lhe dar como um carimbo próprio aos programas que fazem parte do plano de desenvolvimento ou que compõem o Plano Nacional de desenvolvimento Camponês. Isso é criticado, obviamente, quem critica isso da gente? Quem considera que temos de ser competitivos, ganhar dinheiro e virar empresário. Nós não estamos em contra disso, mas acreditamos sim que o prioritario é ser gente, ser gente harmônica com o território, ser felizes e não lhes negar às futuras gerações os direitos que hoje queremos para nós [MESA REGIONAL DE ORGANIZACIONES SOCIALES DEL PUTUMAYO, BAJA BOTA CAUCANA Y COFANÍA JARDINES DE SUCUMBÍOS (NARIÑO) – COLOMBIA – MEROS, 2015, 6:21’].

**Mapa 5.** Localização geral Territorio Interétnico Corregimiento Cofania Jardines De Sucumbíos TICS 5



Fonte: Base Cartográfica SIGOT – IGAC 2012. Plan de Desarrollo Integral Cofanía Jardines de Sucumbíos Ipiates – Nariño. 2012, p 45. Organização pela autora.

O *Territorio Interétnico corregimiento Cofanía–Sucumbíos* (TICS), com população indígena, negra e camponesa na divisa dos departamentos de Nariño e Putumayo, emerge como proposta frente à militarização do território, que conta com a Base Militar *Batallón Especial Energético e Vial N° 9*, assim como frente ao megaprojeto *Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Sur Americana* (IIRSA),

que pretende comunicar todo o continente facilitando o fluxo de mercadorias interno e a outros países por meio de portos principais. O TICS é fruto da chegada de trabalhadores que na extração de madeiras, foram se assentando no município desde a década de 1960, especialmente a partir da chegada *Texas Petroleum Company* em 1968. Na década de 1980 o auge da produção de coca traz consigo graves prejuízos por conta das aspersões com glifosato para a erradicação do cultivo.

Os primeiros em se consolidar organizativamente foram as comunidades Nasa, Pastos e Awá em 1997. As *Juntas de Acción Comunal* (JAC) agrupavam nesse momento as organizações de base de comunidades camponesas e negras, esforços que mais adiante foram materializados na *Fundación El Progreso* no ano 2003, constituída entre outras razões para denunciar a grave violação aos direitos humanos na região, produto dos confrontos entre militares, paramilitares e guerrilhas. As comunidades negras se conformaram em *Consejos Comunitarios* e esperam a entrega de títulos de propriedade dos territórios coletivos fruto da Lei 70 de 1993. A maioria da produção é de “subsistência”, os cultivos predominantes são milho, arroz, plátano, chiro, mandioca, e permanentes como cacau e café.

A afirmação do território pela comunidade passa por vários fatos, entre esses o não reconhecimento do Rio Churuyaco como limite político-administrativo (entre os departamentos Putumayo e Nariño) colocado pela Lei 26 de 1943. Esta expressão demonstra a nula legitimidade do Estado numa região de escassa presença institucional, situação repetida ao longo de todas as fronteiras agrícolas do país (FUNDACIÓN EL PROGRESO, 2012).

As organizações comunitárias estabeleceram as “*Normas de convivencia multiétnicas para la población del corregimiento de Cofania Jardines de Sucumbios*” e atualmente desenvolvem com recursos gerenciados pela *Fundación El Progreso* o Plan de Desarrollo Integral (PDI), que visa contribuir a um exercício conjunto de planificação territorial. O documento se baseia nos princípios de vida digna e bom viver, como estratégia de desenvolvimento e autogoverno. Os setores atingidos pelo plano são ambiental, fortalecimento organizativo, ordenamento territorial, água, educação, cultura, infraestrutura, saúde e medicina não convencional. A agroecologia será a filosofia no setor de produção, como exercício de autonomia, resistência e resiliência.

Referente ao ordenamento territorial, os esforços se encaminham a construir o POT do *Corregimiento Cofania Jardines de Sucumbios*, passo necessário no

reconhecimento do território sob a figura de *corregimiento*, sob a tutela do departamento de Nariño, mais de 40 anos após a chegada dos primeiros ocupantes. O plano também reivindica a titulação de terras a comunidades camponesas, a titulação de TCN e a delimitação das Reservas dos povos *Nasa*, *Awá*, *Pastos* e *Cofán*. As claridades sobre a autonomia, ganhada trás muitos anos de vias *de facto* e de direito em interlocução com o governo:

Aspiramos que exista uma interlocução entre os camponeses e o governo, para que esse plano vire política pública, uma ferramenta para que possam trabalhar con melhor certeza, a institucionalidade com a comunidade. Mas se não se dão esses espaços de diálogo com o governo, o *PLADIA* (*Plan Integral de Desarrollo Andino – Amazónico 2035*) é a nossa rota. O *PLADIA* é nosso instrumento de construção de cultura regional, de economia regional, de desenvolvimento camponês.

Ou seja, com o governo nacional e departamental ou não, desde o movimiento camponês estaremos trabalhando no desenvolvimento camponês com nossos próprios recursos e o plano camponês será o nosso plano de luta [MESA REGIONAL DE ORGANIZACIONES SOCIALES DEL PUTUMAYO, BAJA BOTA CAUCANA Y COFANÍA JARDINES DE SUCUMBÍOS (NARIÑO) – COLOMBIA – MEROS, 2015, 9:29’].

Por que esta proposta territorial é também uma proposta de paz? São conhecidos os conflitos territoriais na zona de litígio no Catatumbo, nordeste colombiano entre a Associação Camponesa ASCAMCAT e o povo indígena Barí, produto da má gestão territorial do Estado, que tem negado os direitos territoriais na terra, e no Cauca, onde de forma similar tem havido enfrentamentos entre comunidades camponesas e indígenas. Assim, na afirmação de um ordenamento territorial autónomo, nas propostas construídas dia trás dia, pode se encontrar uma via mais expedita a tão anelada paz com justiça social.

#### 2.5.4 Territorios Libres De Transgénicos

Invocando os princípios de autonomia territorial (artigo 1), a soberania (artigo 3), a diversidade étnica e cultural (artigo 7), a obrigação do Estado de proteger as riquezas culturais, a proteção especial do Estado à produção de alimentos e às atividades agrícolas, pesqueiras, agroindustriais (artigo 63), e a proteção do patrimônio cultural da Nação (artigo 72), a função ecológica e social da propriedade (artigo 58), a política nacional de biodiversidade sustentada na *Convención sobre Diversidad Biológica* mediante a Lei 165 de 1994; os conceitos de Soberania Alimentar impulsados pela Via Campesina e ratificados pela Assembleia Geral das Nações Unidas, assim como os Direitos do Agricultor reconhecidos pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o *Concejo Municipal* do município de La Unión, no departamento de



Nariño após dois debates aprova o Acuerdo N° 31 de 21 de dezembro de 2012 mediante o qual fazem-se as seguintes declaratórias:

- Institucionalizar e promover a soberania alimentar, e o fortalecimento do processo associado à conservação de sementes nativas, crioulas e silvestres.
- Zona de Protección Especial, com a proibição de atividades mineiras
- Territorio Libre de Transgénicos, protegendo a biodiversidade e os conhecimentos tradicionais associados à produção de sementes.
- Declaratoria da totalidade do município de Zona de Reserva Agroalimentaria.
- Incorporação de todas as anteriores disposições nos planos de ordenamento territorial do município.

A disposição é decidida especialmente, dadas as características especiais que fazem de Nariño e o município de La Unión, um território a ser protegido, como colocado no acuerdo na seção conservação, recuperação e defesa de sementes nativas e crioulas:

Como a Colômbia é um país centro de origem<sup>78</sup> e com uma grande biodiversidade agrícola e silvestre, o mesmo departamento de Nariño e o Município de La Unión, caracterizados por sua riqueza cultural de grande arraigo no campo, com diversidade de alimentos e conocimientos ancestrais sobre os cultivos, as sementes e o ambiente, os quais não se devem privatizar, eles têm a capacidade para produzir os alimentos que requerem e mais ainda, vamos avançando até a soberania alimentar, onde os pequenos produtores agrícolas são mais eficientes que os grandes produtores, fortalecendo a agroecologia e a sostenibilidad [NARIÑO, Concejo Municipal La Unión, Nariño, 2012].

As anteriores disposições pertencem ao processo iniciado pela *Red de Guardianes de Semillas de Vida* (RGSV), em 2002, em um Encontro de Guardiães de Sementes em Equador. Em agosto de 2008 é consolidada a RGSV na Colômbia e agora conta com filiais departamentais localizadas em Nariño, Putumayo, Cauca e Valle del Cauca. Em outubro de 2013 e após a paralisação agrária que teve como um dos focos a privatização das sementes como prova da inviabilização por parte do Estado colombiano da economia camponesa, foi realizado o *Primer Encuentro Nacional de la Red de Semillas Libres de Colombia*, com a participação de mais de 80 organizações indígenas, camponesas, negras e de base social diversa. Como colocado na declaração política do encontro e como expressão da união das lutas sociais das comunidades agrárias e uma tendência à recomposição de classe, mas também como exercícios políticos de autonomia territorial:

---

<sup>78</sup> A denominação *Centro de Origen* faz referência ao centro de nascimento de múltiplas variedades de sementes nativas.

As comunidades indígenas, afro e camponesas da Colômbia estamos comprometidas a conservar, proteger e compartilhar nossas sementes; esta é a melhor forma de resistir contra o despojo e a melhor forma de preservar a biodiversidade. Continuaremos a trabalhar dentro de nossos próprios sistemas de propagação de sementes. As sementes em mãos das e dos agricultores são um elemento fundamental para que as populações rurais e urbanas possamos garantir nossa soberania e autonomia alimentar diante a crise climática atual. É por isso que como *Red de Semillas Libres de Colombia y de América* estamos guardando, intercambiando as sementes, não só para nós, mas como patrimônio dos povos ao serviço da humanidade [Documento de Posição pela defesa das sementes, 2013]<sup>79</sup>.

**Foto 3.** VIII Encuentro de Guardianes de Semillas libres – Municipio La Unión – Nariño



Fonte: Red de Guardianes de Semillas de Vida RGSV.

É de destacar também o processo de constituição de *Zonas Libres de Transgênicos* (ZLT) em outras regiões do país, conformando com isso cinco ZLT das quais a declaratória no município de La Unión é a única à escala municipal e produto de um processo de base essencialmente camponês. As outras zonas estão localizadas em reservas indígenas assim:

1. *Cabildo Resguardo Caña Momo y Loma Prieta* no departamento de Caldas, noroeste da Colômbia, com a Resolução N° 018 do 30 de novembro de 2009.

2. *Resguardo Indígena Huila Río Negro Íquira y Llano Buco Nataga Huila*, no departamento de Huila, no sudeste da Colômbia com a Resolução N° 001 em 17 de setembro de 2010.

<sup>79</sup> Tomado da página web: [http://colombia.redsemillas.org/?page\\_id=1443](http://colombia.redsemillas.org/?page_id=1443). Acesso 30 março de 2014.

3. *Resguardo Indígena Mayabangloma Mayalitas*, no departamento de Guajira no norte da Colômbia, em 31 de maio de 2010.

4. *Resguardo Indígena Zenú San Andrés de Sotavento* nos departamentos de Córdoba e Sucre no norte da Colômbia, com a Resolução N° 007 de 17 de dezembro de 2010.

Se analisarmos o conjunto completo das declarações, poderia se afirmar que no exercício de autonomia territorial –proposto inicialmente pelas comunidades indígenas e fazendo uso das faculdades de soberania às que têm acesso pela sua condição étnica–, e apropriado pelas organizações de base camponesas, existe também um vínculo unificado em torno às lutas sociais em defesa do território, na proteção de conhecimentos milenários, patrimônio cultural e imaterial do mundo e de unificação de classe a partir dos conflitos territoriais. Neste apartado, as ferramentas metodológicas de ordenamento territorial como o PLADIA ou os POTAS se constituem como ferramentas de espacialização das comunidades agrárias e faz parte do conhecimento que sobre o território é construído ao longo do tempo e no espaço como palco, é essa capacidade resistencial do espaço a que contribue também a uma unicidade de classe.

## **2.6 Cumbre Agrária, Campesina Etnica y Popular (CACEP): expressão de uma classe**

O ano 2013 representou a eclosão de diversas mobilizações que, embora expressiva de diferentes frações de classe, mostravam os impactos de uma política absolutamente conservadora em relação com o setor agrário. O vigor do movimento social camponês se expressou nos protestos sociais, fato inédito desde as lutas camponesas de 1975 encabeçadas pela ANUC. No ano 2013 foram registrados 1.027 protestos sociais (CINEP, 2013). Dentro das reivindicações do *Pliego de Exigencias* protocolado na CACEP, se encontra como primeiro ponto e principal o item Terras, territórios coletivos e ordenamento territorial:

O país precisa um processo de Ordenamento Territorial onde sejam as comunidades quem redefinam a maneira como se organiza a produção, se distribui o uso do solo, o subsolo é regido, e são protegidos o ar, a água, os ecossistemas estratégicos e os meios de vida das comunidades agrárias. Esse ordenamento apontará a harmonizar a conservação do meio natural com o aproveitamento para a pervivência das comunidades agrárias. Por causa do anterior, Exigimos e mandatamos:

1. Que sejam as comunidades e os povos quem definam quais devem ser os usos do território e as maneiras de habitá-lo, conservá-lo e cuidá-lo em conformidade com as cosmovisões dos povos e comunidades agrárias, em concordância com uma política diferencial própria que inclua às distinções

étnicas, regionais e produtivas, e que possa garantir a seguridade jurídica para os territórios individuais e coletivos.

O ordenamento territorial exigido terá como base a definição e o respeito das figuras coletivas de governo próprio e defesa do território, incluindo:

- Reservas indígenas e territórios ancestrais
- Territórios coletivos afrocolombianos
- *Zonas de Reserva Campesina*
- *Zonas Agroalimentarias*
- *Zonas de biodiversidad*
- Territorios interétnicos e interculturales
- Outras formas de exercício da territorialidade das comunidades.

Estas terão o caráter de inalienáveis e imprescritíveis [CUMBRE AGRARIA, CAMPESINA, ÉTNICA Y POPULAR -CACEP, 2014, on-line].

Salcedo et al (2013) analisa a dinâmica desenvolvida na Paralisação Agrária de 2013, a partir da adaptação de uma tipologia para o sujeito camponês em América Latina planteada pela FAO e o BID, assim:

1. Agricultura de subsistência não formalizada
2. Agricultura em transição
3. Agricultura consolidada ou de pequenos *clusters* produtivos
4. Agricultura patronal empresarial

De tal forma, a pequena e média produção camponesa estaria representada na Mesa Agropecuaria y Popular de Interlocución y Acuerdo (MIA), como agricultura de subsistência não formalizada e fruto do percurso feito por organizações de cunho sindical como FENSUAGRO que ao longo de 30 anos tem hasteado a bandeira das reivindicações específicas do camponês colono, sem terra.

O CNA, nascido nos Foros Nacionales Agrários feitos em 1997 e 1998 e com influência em Tolima, Sul de Bolívar, Cauca e Nariño faria parte de Agricultura Familiar em Transição e com ela de camponeses vinculados à mineração e produção de café em pequena escala. O campesinato assentado nestas regiões e afiliado ao CNA é caracterizado por ter o título de propriedade formalizado.

O tipo de camponês maioritário no CNA é relacional ao de *Agricultura familiar en transición*, debido a que muitos deles têm feito parte de processos de formalização da terra, mas estão muito longe de poder se vincular economicamente a mercados regionais e nacionais de grande escala, e ainda estão baseados no trabalho e a colaboração familiar para produzir. [SALCEDO et al, 2013, p. 8].

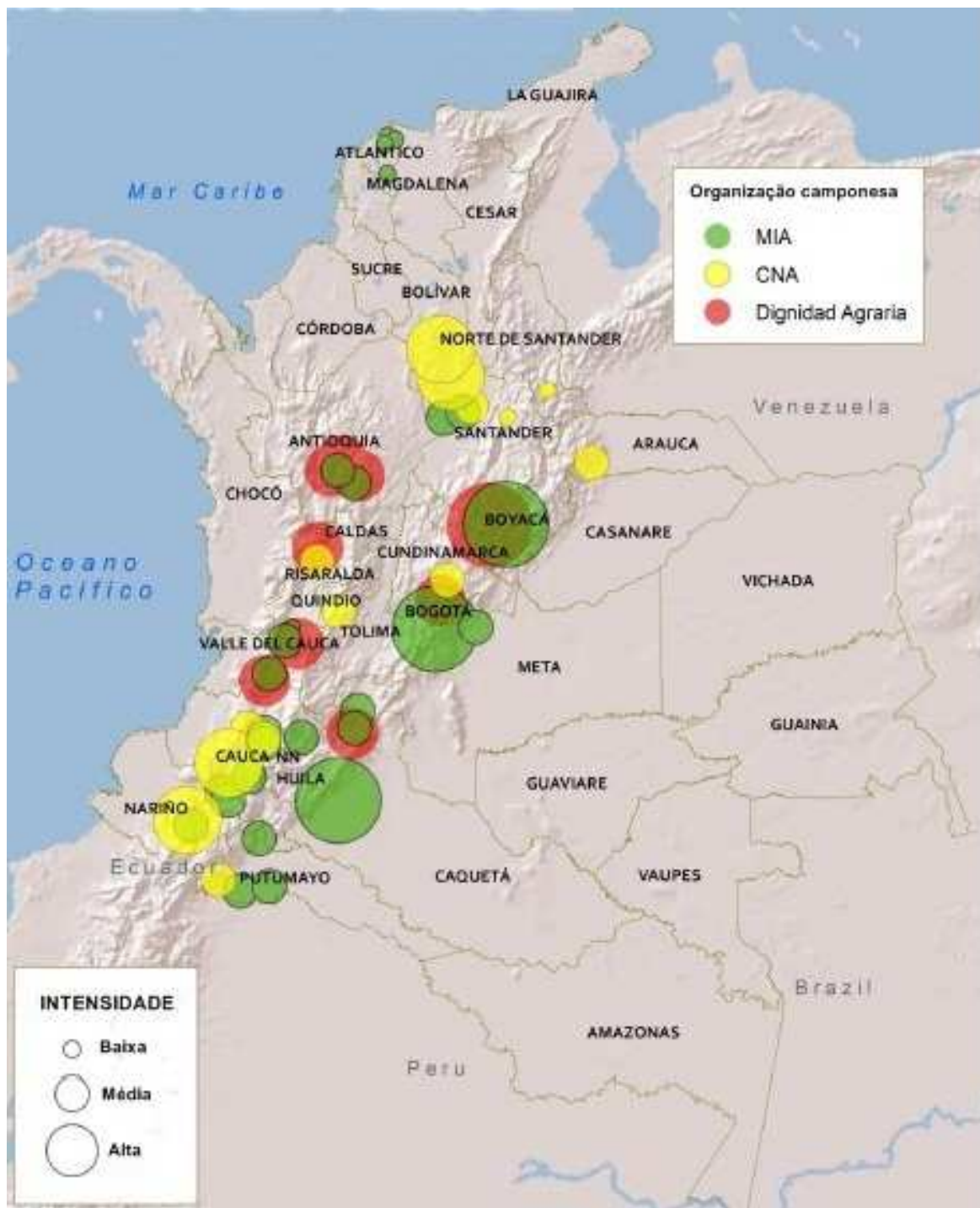
Por outro lado, a *Dignidad Agropecuaria*, movimiento tributario do *Movimiento Obrero Independiente y Revolucionario* (MOIR) e de medianos proprietários associados a cultivos como batata, rapadura, café, leite, arroz representados no processo nacional *Salvación Agropecuaria*, representaria a agricultura familiar consolidada ou de pequenos

*clusters* produtivos. Cabe salientar que a pauta política deste último movimento, apresentada ante a opinião pública após as mobilizações, se concentrou no melhoramento das condições para se inserir no mercado, como subsídios, incentivos para a produção e diminuição de insumos agrícolas (SALCEDO et al, 2013). Esta pauta foi recolhida pelo governo, quem no dia 12 de setembro inaugurou o *Gran Pacto Agrario*, evento que pretendia reformular a política pública de desenvolvimento rural mediante os já criados CMDR, em um claro discurso em prol da participação cidadã.

O resultado das mobilizações e a unificação do *Pliego* se materializou na criação da *Mesa Única de Negociación* com o governo colombiano o dia três de outubro de 2014, contraditoriamente o mesmo dia da protocolização das *Zonas de Interés de Desarrollo Rural y Económico (ZIDRE)*, figura jurídica que permitia a entrega de baldios não somente a camponeses sem terra, mas a empresários interessados em investir em regiões com pouca infraestrutura, estratégia orientada para atingir especificamente a fronteira agrícola localizada na altillanura colombiana, em uma nova tentativa de extração de rendas a partir do despojo de terras pela via legislativa e pela qual tem se alçado numerosas vozes de protestos por parte do campesinato, que ameaça com volver às ruas diante o incumprimento por parte do governo com os compromissos adquiridos.

Assim, a CACEP instalada em 2014. é expressão de uma classe, representada tanto nas organizações que a compõem, quanto nas reivindicações ali colocadas. As organizações que integram a Cumbre pertencem a organizações de base tanto indígenas, quanto de comunidades negras e camponesas, expressando uma unicidade de classe e uma continuidade das lutas sociais após décadas de repressão como via *de facto* do aparelho militar do Estado. As seguintes são as organizações presentes na CACEP: CNA; *Congreso de los Pueblos*; *Proceso de Comunidades Negras* (PCN); *Mesa de Unidad Agraria* (MUA); *Coalición de Movimientos y Organizaciones Sociales de Colombia* (COMOSOC); ONIC; *Movimiento por la Constituyente Popular* (MCP); FENSUAGRO; *Asociación nacional de Zonas de Reserva Campesina* (ANZORC); *Asociación Campesina Popular* (ACP). A estas mobilizações somam-se os exercícios de soberania e autonomia territorial colocados pelas diversas formas de ordenamento territorial que, retratando a constante tensão entre a espacialização da luta de classes, no encontro de comunidades camponesas, negras e indígenas também recompõem o sentido de classe que persiste enquanto gentes de campo, no campesinato enquanto classe.

**Mapa 6.** Colômbia: Intensidade das ações por organização no marco da Paralisação Agrária de 2013



Fuente: SALCEDO *et al*, El Paro Nacional Agrario: un análisis de los actores agrarios y los procesos organizativos del campesinado colombiano, p 14. Organização pela autora.

Como expressão da centralidade do Ordenamento Territorial Camponês como proposta de reforma agrária *de facto*, as mobilizações da Paralisação Agrária de 2013 e 2014 geraram propostas como a do CNA, quem em sua *Cuarta Asamblea Nacional* realizada em novembro de 2013, determinou a conformação de *Territorios*

*Agroalimentarios* (TA), localizados em regiões como Antioquia, Arauca, Cauca, Catatumbo, Nariño, Cauca, Cundinamarca, Eje Cafetero, Huila, Santander, Sur de Bolívar e Tolima, lugares de influência desta organização. Os *Territorios Agroalimentarios* seguiriam os princípios de autonomia, convivência interétnica e participação política nas determinações sobre a terra e o território, a partir dos quais orientariam os *Planes de Vida Comunitarios*, como instrumentos de planejamento territorial, na forma de reconhecimento à territorialidade, a cultura e vida camponesa, definindo o auto-governo próprio como programas e propostas para uma vida digna (CNA, 2015)<sup>80</sup>, o que consolidaria esta forma de ordenamento territorial como forma emergente de Ordenamento Territorial Camponês e insumos para um projeto de classe.

Porém, dentre as contradições decorrentes deste processo se encontra a falta de garantias de proteção por parte do Estado e a forte repressão exercida por parte do paramilitarismo que derivou na conformação da *Mesa de Garantías de Derechos Humanos*, organismo destinado a proteger e sistematizar as vulnerações dos direitos humanos, especificamente no governo do atual mandatário Juan Manuel Santos.

A desestruturação violenta dos partidos, sindicatos e outros mecanismos de organização da classe trabalhadora, expressiva nas últimas duas décadas de uma reconfiguração produtiva do capital desde a qual foi perpetrada uma violenta toma do poder por parte do paramilitarismo e em oposição às forças sociais de esquerda, provocou uma reação a partir da convergência e ascensão das lutas sociais que tomaram a forma de plataformas e redes, como a *Marcha Patriótica* e o *Congreso de los Pueblos*, amplias nas suas bases (comunidades negras, indígenas camponesas, urbanas, LGBTI, estudantis, entre outras) e reivindicações, tendo como ponto de unidade pautas como o apoio incondicional aos Diálogos de paz entre o governo colombiano e a guerrilha das FARC. Tais mobilizações também são tributárias do intenso ciclo de mobilizações massivas apresentadas em Bogotá, capital da Colômbia e um dos centros do poder político e administrativo do país.

Essas plataformas têm nutrido as fileiras de vários partidos de esquerda, entre eles o *Polo Democrático Alternativo* (PDA), quem poucos anos atrás conseguiu ter uma representatividade importante no voto às eleições presidenciais, mas a partir de fortes divisões internas e o afastamento das bases populares, enfraqueceu sua posição diante a

---

<sup>80</sup> Para informação sobre a localização dos TA consultar a página web: <http://cnagrario.org/2014/12/30/territorios-agroalimentarios-cartilla/>

correlação de forças na região central, onde se concentra o poder de voto. Assim, a ascensão descrita pode se visualizar em vertentes dentro do PDA, como *Poder y Unidad Popular*, que a partir das mobilizações e articulação de forças entre o CNA, a *Minga Indígena y Popular* e o *Congreso de los Pueblos*, conseguiram eleger no senado a Alberto Castilla, uma liderança camponesa formada dentro das lutas sociais na região de Catatumbo, nordeste da Colômbia e quem desde 1997 trabalha junto com o CNA. Atualmente lidera projetos de lei que reivindicam os direitos do campesinato, também os *Territorios Agroalimentarios* como propostas emergentes de reforma agrária e que superariam inclusive os conflitos territoriais que existem nas atuais ZRC.

Entre tanto, o Partido Comunista da Colombia (PCC), segue sua articulação política com plataformas como a *Marcha Patriótica* e sindicatos agrários como FENSUAGRO, que teve o XI Congreso em junho de 2015. Nesta disputa frente ao bloco hegemônico, tem impulsionado a proposta de *Constituyentes por la paz*, organismos legislativos próprios que atuam desde as bases sociais de todo o país, compilando reivindicações de comunidades do campo com o objetivo de levá-las na conformação de uma nova Assembleia Constituinte, entendendo os diálogos de paz e a saída negociada ao conflito armado como um novo acordo social que leve a uma paz com justiça social.

A partir do genocídio<sup>81</sup> político instaurado contra o *Partido Unión Patriótica*, em julho de 2013 teve como medida de reparação por parte do *Consejo de Estado* a restituição da sua pessoa jurídica, suspendida após não ter tido candidatura nas eleições de 2002. A sentença demonstrou que não foi falta de apoio popular, pois entre os anos 1988 e 1992 foram eleitas 43 prefeituras diretamente e quase duzentas prefeituras em coalizão, assim como a eleição de numerosos deputados e vereadores. Dois candidatos à Presidência foram assassinados. Decorrente deste fato, a sentença admitiu a total impossibilidade de participar em igualdade de condições com os outros partidos nas eleições de 2002.

Perante a preferência pelas vias *de facto* por parte da classe dominante, a sociedade em seu conjunto tem respondido com uma precária apropriação das vias eleitorais e representativas de uma democracia. O nível de abstenção de 63% por parte do conglomerado eleitoral expressa os imensos limites de uma democracia construída a partir da exclusão histórica e sistemática dos oprimidos. Irônico é o discurso da Colômbia como a democracia mais antiga do continente. O projeto falido de Estado é expressão da

---

<sup>81</sup> Extermínio ou eliminação sistemática de um grupo social por motivo de raça, de etnia, de religião, de política ou de nacionalidade.



luta de classes, entanto que nem todas as espacialidades se reconhecem dentro desse projeto por ter estado historicamente excluídas, mas ao mesmo tempo, tem criado sua própria espacialização.

Porém, as vias de direito seguem estando presentes nas pautas políticas do campesinato. A *Asociación Nacional de Zonas de Reserva Campesina (ANZORC)*<sup>82</sup>, no *Foro Agrario*, com ocasião dos Diálogos pela Paz, exige um “reconhecimento social, político e económico do campesinato” lembrando as grandes dificuldades para o reconhecimento, fruto da estigmatização, da guerra, da fragmentação que este setor têm passado especialmente na ultima década. Esta é uma reivindicação que vai além da reforma agrária, é: “Uma redistribuição da terra que leve a uma redistribuição da riqueza” (ANZORC, 2012).

Em consonância com isso, a Via Campesina na declaração dos *Direitos das Camponesas e Camponeses*, exige: ser sujeitos titulares de direitos, ter direito à vida e a um nível de vida digno, à terra e território, sementes e ao reconhecimento das suas práticas e saberes, entre outras pautas (VIA CAMPESINA, 2011). Tal declaração foi recolhida pelas Nações Unidas, quem aprovou o documento feito pela Via Campesina e é um passo importante no objetivo de converter ditas exigências em caráter vinculante e aos Estados passíveis de cumprir esses direitos.

Nessa mesma lógica, garantir os direitos associados à reprodução da vida camponesa é garantir o pleno desenvolvimento de suas condições dignas de vida. É assim como aparecem na cena mecanismos como a consulta prévia como estratégias de defesa do território (QUESADA, 2013). Contudo, essa é uma conquista dentro da lógica que o Estado e as suas políticas são um território em disputa. O CNA aponta:

A Constituição Política de 1991 tem sido um importante referente para as organizações sociais e populares na luta pelos direitos. Por um lado, muitos direitos que já estão reconhecidos na Constituição continuam sem ser plenamente aplicados e respeitados; por outro lado o significado e conteúdo dos direitos têm estado em permanente disputa. Nessa ordem, muitas ações de mobilização têm estado orientadas a buscar interpretações garantistas dos direitos, a demandar a ampliação de seus conteúdos e a impulsionar a expansão da carta de direitos a esferas ainda não reconhecidas. A proposta de reforma constitucional que aqui apresentamos retoma estas três perspectivas de luta pelos direitos do campesinado: a interpretação garantista, a ampliação de seus conteúdos e o reconhecimento constitucional de direitos que ainda não se encontram na carta política [CNA, 2015, p. 10].

---

<sup>82</sup> A ANZORC reúne a 50 processos organizativos camponeses em torno as Zonas de Reserva Campesina na Colômbia.

Coincidimos com Fajardo (2013), e Estrada (2013) em assumir que as ZRC representam um contínuo entre as formas de resistência territorial de índios, mestiços e brancos das *rochelas*, os *palenques* dos negros *cimarrones* fugitivos, as *colonias agrícolas*, os *baluartes campesinos*, as *zonas de autodefensa campesina*. Aqui temos colocado várias outras formas de ordenamento territorial resenhadas na forma de *Reservas Naturales de la Sociedad Civil*, *Paisaje Cultural Cafetero*, *Territorios Interétnicos*, *Comunidades de paz*, *Zonas Humanitarias* e *Zonas de Biodiversidad*, *Territorios Libres de Transgénicos* e *Territorios Agroalimentarios*, entre outras, como parte desse contínuo de resistência e como possibilidades emancipatórias.

Desta forma, a possibilidade de colocar término ao conflito armado tem sido central nesta ascensão das lutas sociais, gerando uma unicidade da classe trabalhadora, que vê nessa oportunidade uma reconfiguração tanto do bloco hegemônico, como da construção de alternativas frente ao capitalismo, particularmente materializado mediante a guerra na Colômbia. Diante esta conjuntura, o ordenamento territorial no campo tem vários fatos importantes:

- As negociações de paz entre as *FARC-EP* e o governo colombiano<sup>83</sup> e uma possível negociação com as outras duas guerrilhas *EPL* e *ELN*, inéditas porquanto representam por primeira vez um avanço significativo em termos dos acordos logrados entre as duas partes. Não é coincidência que a pauta sobre o ordenamento territorial apareça como principal dentro desta conjuntura, pois aparece um novo marco legislativo orientado e a implantação de um mercado de terras.
- Diante deste cenário, o ordenamento territorial de base se configura expressão da espacialização dos movimentos sociais. Enquanto alternativas, ela é expressão da insuficiência da via legislativa e estatal ante o campesinato para conformar um projeto político que em verdade coloque o território nacional em função dos seus moradores e suas necessidades.
- O ordenamento territorial hoje se expressa em várias iniciativas como uma proposta de intervenção concreta no território a partir do campesinato, que encontra nas formas de resistência à reprodução do capital *alternativas*, ante um contexto de alta concentração de terras, êxodo massivo de

---

<sup>83</sup> A *mesa de negociação* entre o governo colombiano e o presidente Juan Manuel Santos e as *FARC*, em cabeça de alias Timochenko foram iniciadas em novembro de 2012 na Havana – Cuba. Noruega assumiu a função de país garante e outros países facilitadores do encontro foram Chile e Venezuela.

comunidades rurais e uma crescente estrangeirização de terras, questões que configuram o problema da questão agrária na Colômbia.



Efraín García, Surcos (sem ano).

Fonte: Página do fotógrafo Efraín García A. no Facebook.

### 3. REFORMA AGRÁRIA E COLONIZAÇÃO CAMPONESA: CONTRADIÇÕES DO MODELO DE ACUMULAÇÃO NA COLÔMBIA

É um desafio colocar novamente na arena o debate sobre o que é reforma agrária hoje em dia na Colômbia, pois até aqui poderíamos afirmar que as políticas orientadas a esse fim e executadas pelo Estado colombiano após o estabelecimento de um mercado de terras desde inícios do século XIX, foram contrarreformas agrárias.

A relação entre reforma agrária e colonização sentou as bases para a acumulação do capital a partir da extração de rendas, tanto pela ausência de uma legislação destinada a regular a crescente concentração da terra e de um modelo territorial desigual, quanto pelas políticas e incentivos que privilegiavam uma colonização dirigida a ampliar as fronteiras agrícolas do país, evento que seria o motor da acumulação capitalista e posterior concentração de terras.

Pretendemos traçar aqui uma continuidade nas lutas sociais, na medida em que processos organizativos fortes e que têm deixado legados no tempo, não respondem a esforços espontâneos senão que, pelo contrário, as lutas sociais fortemente enraizadas e cujo centro é a distribuição da terra, têm sido desestruturadas como parte de uma estratégia para poder desativar focos de rebeldia, que não são mais que um amplo consenso de transformação estrutural a partir de uma consciência de classe por parte do campesinato.

A entrega da soberania por parte do Estado colombiano aos interesses capitalistas de potências mundiais como EUA que funcionalizaram a guerra e com isso todo o território colombiano, teve como resposta lógica a construção de soberania e autonomia própria por parte das comunidades agrárias como eixos indispensáveis de permanência no território.

Na Colômbia isso tem se dado a partir da repressão contínua e constante. As vias *de facto* entendidas como a ditadura da Frente Nacional para deter qualquer tentativa do Partido Comunista, a Aliança para o Progresso e sua contraparte militar *Plan Lazo*, os estados de sítio de Turbay, o Plano Nacional de Reabilitação de Barco e deste modo diferentes políticas repressivas nos sucessivos governos, igual que o paramilitarismo como ator armado emergente associado ao Estado. Ou seja, a resposta armada e origem das guerrilhas tem sido consequência da repressão generalizada como política de Estado, perante as tentativas de reformas agrárias *de facto* realizadas pelo campesinato e constituídas como iniciativas de soberania expressadas em ordenamento territorial

autônomo. Porém, as mesmas guerrilhas têm sido funcionalizadas à acumulação do capital a partir da guerra, com trágicas consequências para o conjunto da sociedade, tendo como resposta lógica por parte da reorganização do campesinato como sujeito central das lutas sociais, a busca de autonomia frente a essa guerra. O conflito armado na Colômbia materializa o capital e com isso o maior inimigo das lutas emancipatórias.

Desta forma, uma das consequências para a esquerda tem sido focar a luta não só contra a vulgarização e reprodução mecânica dos conteúdos marxistas a qualquer contexto social –situação herdeira do processo de estalinização–, quanto a repressão e estigma de qualquer forma de dissidência no melhor estilo das ditaduras: elementos como os partidos são vistos como sinônimo de obsolescência, termos como luta de classes como anacronismos, logo, a reforma agrária não é um tema a discutir dentro da arena política. É uma grande mentira –quando não ironia– repetir que Colômbia tem a democracia mais antiga do continente.

Destarte, a relação reforma agrária e colonização condensa em grande parte a acumulação de capital na renda absoluta a partir do monopólio da terra e como rasgos da transnacionalização do capital, a renda diferencial com a estrangeirização de terras.

Retomamos as considerações de González (1988) sobre a colonização camponesa como construtora não só de espaço social, mas de comunidades políticas assentadas nas fronteiras como periferias rurais da Colômbia. Decorrente disso, adicionaríamos que a fronteira também produz unicidade de classe, na forma do resgate do conhecimento e aproveitamento do espaço e todos seus elementos, na gesta histórica de vencer a natureza mediante o trabalho, na forma de capacidade de resistência do espaço e de tecer comunidade a partir de um conhecimento comum, de umas lutas comuns, inclusive de uma terra comum.

Retomamos aqui exposições diversas sobre esta relação complexa: de Chavarro (2009) as origens agrárias da subversão, a disputa pela terra e seus recursos, em conjunto com uma dinâmica populacional e o questionamento da escassez como categoria central da economia política na análise dos estudos agrários.

De Molano e Fajardo (2002) tomamos as provocações sobre *orden amplio*, no sentido de entender como as diferentes formas territoriais surgidas não espontaneamente, mas na relação migração-colonização-violência-migração, também são formas de propor a territorialidade perante a ausência do Estado e como uma forma estratégica de

ordenamento territorial a ser adotada, onde predomine a economia camponesa para conter o avanço do latifúndio e gerar brechas no padrão desigual da estrutura fundiária.

Com relação à autonomia do campesinato, retomamos a conceituação colocada anteriormente, na qual entendemos esta categoria como parte inerente da luta pela não proletarização; pela defesa do território e seus elementos constitutivos perante o capital, como elemento essencial da sua reprodução; pela construção política e organizativa que supera a escala local e se articula às lutas globais; pela construção de identidade de classe com comunidades do campo (negritudes e indígenas) com as quais o Estado tem patrocinado conflitos territoriais ao negar o direito à terra e ter como política a contrarreforma agrária.

De Ferro e Arango (2013) consideramos importantes suas considerações sobre a autonomia como projeto territorial e a unicidade de suas lutas na proteção do território frente à ofensiva do capital.

Nesse sentido o ordenamento e manejo próprio dos territórios, poderia ser um conjunto de ações consensuais e permanentes encaminhadas a alcançar a consolidação do domínio e controle integral sobre seus respectivos territórios, um cenário de convivência, um dispositivo de governo, uma possibilidade de habitar a floresta, a savana, as *ciénagas*, as montanhas com autonomia concertada com os vizinhos, o Estado e a sociedade em seu conjunto [FERRO; ARANGO, p. 112].

Seguindo esta lógica, serão apresentados dois casos de Ordenamento Territorial Camponês com o intuito de problematizar eles a partir da contradição entre reforma agrária e o processo de colonização camponesa: o DAOA localizado no noroeste e a ZRC *Losada-Guayabero*, localizada no sudeste e em processo de constituição.

Para entender a relação entre estas duas formas, devemos retomar as considerações expostas sobre a configuração desigual geográfica colombiana e a reprodução interna de uma dialética da dependência, para entender o papel que cada recorte espacial tem dentro do departamento, este por sua vez dentro do conjunto do território nacional e o último no mundo, a partir da transnacionalização do capital e, em quanto economia periférica, a transferência de excedentes às economias centrais.

Também será importante localizar estes processos na relação espaço-tempo, para entender os graus de consolidação das formas de ordenamento territorial em consonância com a acumulação capitalista e os desdobramentos na luta de classes.

Como forma de apresentar esta relação, vamos nos remeter ao quadro da concentração geográfica do PIB por departamentos entre 1984 e 2004, que mediria a concentração da riqueza.

Em quanto o *oriente antioqueño* faz parte de Antioquia, departamento integrado nos circuitos centrais de acumulação capitalista e com Medellín como segunda cidade em importância da Colômbia, representados no nível alto de concentração com 64,74% da riqueza nacional em 2004 –mantendo o comportamento estável desde 1984–; a ZRC Losada-Guayabero faz parte do departamento de Meta, localizado no nível médio de concentração do PIB, mas territorialmente conexa a quatro departamentos no nível baixo de concentração, como Casanare, Guaviare, Vichada, Caquetá, expressando uma relação de transição entre uma periferia mais integrada pela proximidade à região central, pois também faz divisa com Huila e principalmente com Cundinamarca cujo centro está em Bogotá D.C.

Como particularidade neste último caso, podemos observar que grande parte do departamento faz parte da fronteira agrícola, na qual a partir do processo de expansão da metade do século XX, deslocou seu centro a outros departamentos como Putumayo e Amazonas no sudeste da Colômbia, como resultado da fragmentação territorial da produção de cocaína produto das políticas estatais –e supraestatais no caso do *Plan Colombia*–, de luta contra o narcotráfico. Como já colocado, o narcotráfico como forma de acumulação sentou as bases para a diversificação das economias ilegais e com isto a interconexão e dependência entre os setores, que explica a totalidade do circuito capitalista interno.

As duas formas de ordenamento territorial comportam diferentes expressões tanto no tempo como no espaço das contradições nas políticas de reforma agrária como colonização camponesa. Por outro lado, a consolidação das suas experiências em torno à apropriação das vias *de facto* e as vias de direito como mecanismos expressivos da luta de classes, tem consequências no grau de consolidação territorial delas, a partir da apropriação por parte dos diferentes sujeitos ali envolvidos.

Para exemplificar melhor esta relação contraditória, coincidimos com Legrand (1988), na sua tese de que a distribuição de baldios acentuou os processos de concentração da terra e a estrutura fundiária profundamente desigual na Colômbia. De acordo com as cifras de Machado (1986), até 1972 mais de 90% de terras entregues foram por titulação de baldios em áreas de colonização, entre 1973 e 1979 o 85% e entre 1979 e 1982 mais de 90%, configurando uma contrarreforma agrária na forma de regularização fundiária na titulação de baldios, como substituto de reforma agrária. Somado a isso, ao analisarmos que a guerra tem sido o principal mecanismo de despojo e expulsão do campesinato, para



concentração de terras e apropriação das rendas, temos um quadro completo de contrarreforma agrária.

O recorte territorial será em nível municipal, no caso do DAOA com Marinilla, como o primeiro município em implantar a figura; no caso da ZRC Losada-Guayabero no município de La Macarena, como pioneiro dentro da ampliação da fronteira agrícola desta região e com várias particularidades: a pesar de ser tributário do mesmo processo que daria início as primeiras ZRC, este ainda não conta com a formalização da ZRC na região, a pesar de contar com uma autonomia organizativa.

No caso do DAOA, a reocupação do território por parte da chamada *colonización antioqueña* se concentrou no povoamento da cordilheira central e ocidental, além disso, foi a base para a integração com as outras regiões do país e deste com o circuito internacional do capital a partir da produção de café.

Entre 1840 e 1914 foram entregues 250.760 hectares de baldios no sul do departamento de Antioquia, norte do Tolima e no departamento de Caldas, sugerindo uma média de mais de 7600 colonos com propriedade. Porém, o fracasso de tal política não foi visibilizado da mesma maneira:

Como estes pequenos proprietários conservaram seus sítios e como os novos municípios que foram constituídos ao redor chegaram a ser centros cafeeiros importantes após de 1900, toda a atenção tem se concentrado neles. Estes são os colonos visíveis da história colombiana, cuja existência promovia o ideal de uma fronteira democrática. A maioria dos colonos nas fronteiras, e inclusive a maioria dos colonos de origem *antioqueña*, não contaram com tanta sorte. Segundo as listas oficiais de adjudicações, de 1827 a 1917 só 1.256 camponeses, além daqueles nas populações *antioqueñas*, lograram obter concessões do governo “a título de cultivador” [LEGRAND, 1988, p. 58].

No caso de La Macarena, a colonização deu-se por diferentes vias e sua origem responde às guerrilhas liberais dos *Llanos Orientales*, que mobilizou famílias na busca de terras pelo alto del rio *Duda* e rio *Guayabero* até a região do Caguán, no sudeste da Colômbia e eixo principal do que seria a acumulação de capital a partir do narcotráfico. A base social provém dos sindicatos agrários que, fortalecidos na organização política por parte dos camponeses colonos, conformariam o *Sindicato Agrario del Ariari*.

Neste caso, a violência e a ampliação da fronteira agrícola estão estreitamente ligadas para configurar um processo de acumulação do capital e sua realização de valor a partir do narcotráfico, numa parte diferenciada dessa cadeia: a produção de cocaína, com todas as consequências políticas, ideológicas e econômicas derivadas desse processo.

Nos dois casos, pode se constatar que o processo de acumulação se articulou nessa formação desigual e combinada. Tanto a inícios do século XX com o movimento de

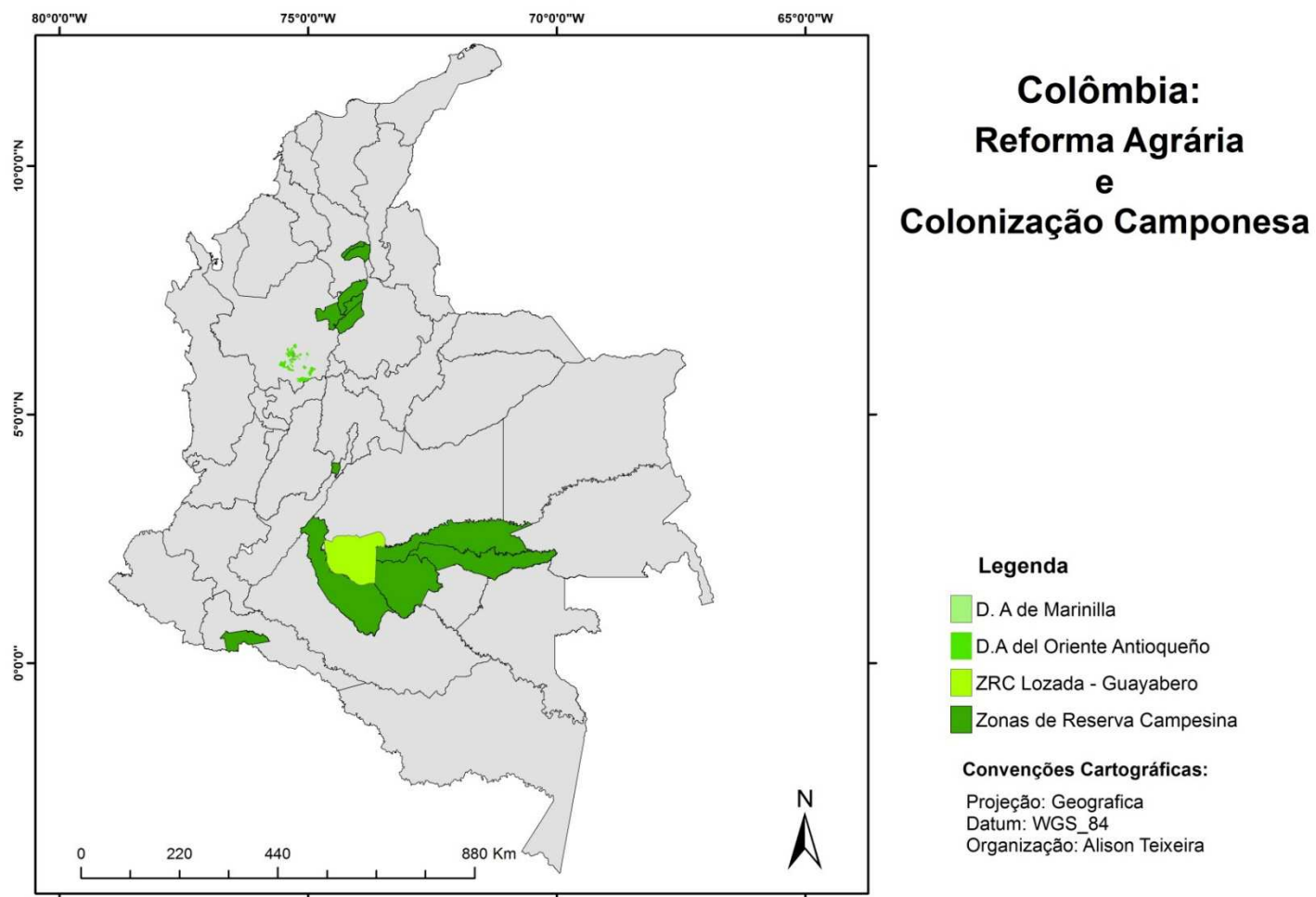
colonato que contribuiu ao modelo territorial vigente, na criação espontânea de assentamentos humanos na procura da viabilização de sua economia e deu lugar a *corregimientos* e municípios, como na estruturação de um dualismo funcional a partir de centros comerciais, originados em um desenvolvimento comercial mais avançado, com uma infraestrutura mais completa e articulado aos circuitos de produção internacional de mercadorias e outro núcleo de subsistência, que abastecia tanto os mercados locais, como gerava pequenos excedentes para comercialização de alimentos e produtos de primeira necessidade no processo de entrega de baldios de finais de século XIX:

Os colonos das fronteiras não se limitavam a se alimentar senão que alimentavam ao país. Junto con outros camponeses –pequenos proprietários de terras altas, arrendatários e aparceriros– os colonos de fronteira produziam quase todos os alimentos consumidos nos mercados locais e regionais [LEGRAND, 1988, p. 56].

Poderíamos afirmar que em um breve exercício comparativo e longe de ser exaustivo, podem se extrair algumas considerações sintetizadas no seguinte quadro, onde se ampliará a abordagem feita no capítulo anterior, para abranger de uma forma mais completa a análise, conjugando o embasamento teórico e as considerações estabelecidas previamente na relação reforma agrária e colonização camponesa. A seguir os aspectos analisados:

- Mecanismos da luta social, como procedimentos legais e instrumentos de planejamento territorial das vias *de facto* ou de direito, como a forma de legitimação da forma territorial, tanto no nível legal e/ou como o exercício político de manifestação organizativa.
- Modelo de acumulação com o item Inserção no Modelo territorial colombiano, para retratar em um nível de análise qualitativo a localização geográfica.
- Organização política e ordenamento territorial com três itens:
  - Processo base, como o processo comunitário organizativo que historicamente deu lugar à forma territorial exposta.
  - Afirmação territorial, como o mecanismo de apropriação territorial mediante ações de reconhecimento do território e com isso, de um exercício político de autonomia.
  - A organização, como o conglomerado e seus desdobramentos em diferentes escalas dentro ordenamento territorial camponês.

**Mapa 7.** Reforma agrária e colonização camponesa 1994-2014.



Fonte: Realizado pela autora, 2015.

**Quadro 6.** Reforma agrária e colonização camponesa 1994-2014.

FIGURA	Mecanismos da luta social	Modelo de acumulação	Organização política e ordenamento territorial		
	Legislação relacionada. Instrumentos de planejamento territorial.	Inserção no Modelo territorial colombiano	Processo base	Afirmação territorial	Organização
Zonas de Reserva Campesina (ZRC)	Lei 160 de 1994 <i>Plan de Desarrollo Sostenible.</i> Zonificação ambiental e cultural	Fronteira agrícola em expansão, desde metade século XX.	Guerrilhas liberáis Llanos orientales 1950 Marchas cocaleras anos 1996, 1997, 1998.	Campamentos ecológicos; <i>Encuentros Nacional de Zonas de Reserva Campesina</i>	<i>Asociación Nacional de Zonas de Reserva Campesina (ANZORC)</i>
Distrito Agrario del Oriente Antioqueño DAR	Decreto Supramunicipal Ordenanza N° 37 julho 30 2014. Ordenamento desde o sítio, planejamento predial participativo, planejamento bacia – <i>vereda</i> - sítio. Metodologia Corpoceam	Fronteira agrícola em expansão finais século XIX e atualmente dentro do Triângulo de Oro das principais cidades (Bogotá – Medellín - Cali)	<i>Movimiento Cívico Regional del Oriente antioqueño</i> <i>Mesa de Desarrollo Rural del Oriente Antioqueño.</i> <i>Proceso Estratégico Regional PER.</i>	<i>Proyecto Estratégico Territorial PET.</i>	CORPOICA, Universidad Católica, COREDI, PNUD, Vida Justicia y Paz, PRODEPAZ, COOPANELA, FUSOAN, DPS, Asamblea Provincial, CEAM, ASOCIPAR, ECOMADREMONTE, Asociación de Paneleros Alejandria, Jóvenes Cafeteros de Nariño, ASPHOR, PROPEZ, PROMESA, Asociación Cívica Manga Larga, ASPRORIENTE, Vamos Mujer, Desarrollo Comunitario del Municipio de La Ceja, CEAM, AMCABF, ASOCAMPO, ASOFRUMAR.

Fonte: Realizado pela autora, 2015.

### 3.1 Entre as vias *de facto* e vias de direito: Instrumento Próprio / legal

#### 3.1.1 Zonas de Reserva Campesina

As ZRC são o único instrumento vigente de reforma agrária com a Lei 160 de 1994. O marco jurídico tem como bases na Constituição vigente o artigo 58 (função social e ecológica da propriedade); o artigo 64 (melhorar ingressos e vida dos trabalhadores agrários); artigo 65 (segurança alimentar); e os artigos 79 e 80 (sustentabilidade ambiental). Desta forma, com a Lei 160 de 1964 foram constituídas seis *Zonas de Reserva Campesina*: 1) ZRC de Calamar no departamento de Guaviare em 1997; 2) ZRC de Cabrera, na Província de Sumapaz em 2000; 3) Zona de Reserva Campesina de El Pato em 1997 em Meta; 4) ZRC do Sul de Bolívar em 1999; 5) ZRC del Valle del Río Cimitarra, em 2002; 6) ZRC Bajo Cuembí y Comandante “Perla Amazónica”, todas elas em territórios de fronteira agrícola e herdeiras das lutas pela terra que fizera o campesinato colono nas décadas de 1920, 1930 e 1940 e que depois retomariam os sindicatos rurais (vide mapa 2 Ordenamento Territorial no Campo).

Dentro dos objetivos contemplados na norma das ZRC se contempla o controle à expansão da fronteira agrária, evitar e corregger a concentração da terra e criar condições para o desenvolvimento da economia camponesa.

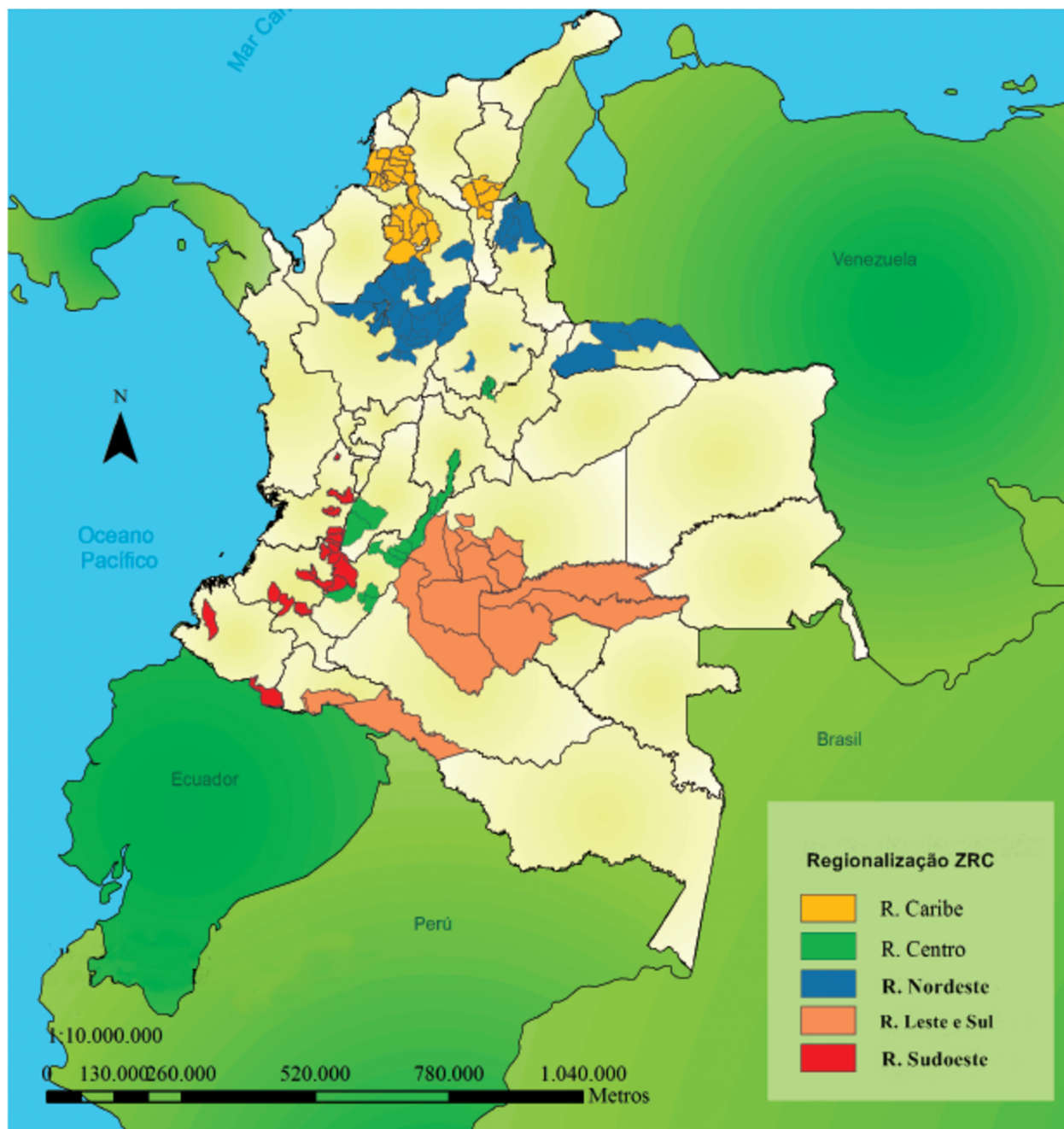
As ZRC podem ser constituídas onde predomine a existência de terras baldias e/ou nas áreas geográficas que precisem regulação, limitação e ordenamento da propriedade rural, nas zonas de amortecimento de impactos da área do *Sistema de Parques Nacionales Naturales*, em imóveis declarados com extinção de domínio. As ZRC podem abranger toda uma região, e mais de um município ou *vereda*.

Não podem ser constituídas em zonas dentro dos *Parques Nacionales* nem *Reservas Forestales*, Territórios Indígenas, *Tierras de Comunidades Negras*, *Zonas de Desarrollo Empresarial*, e outras reservadas pelo INCODER ou outras entidades públicas para outros fins.

Um processo baseado nos elementos seleção, delimitação e constituição define a constituição da ZRC. Ali sofrem intervenção em diferente grau ao longo do processo, tanto as comunidades da área como a institucionalidade ao redor do *Sistema General de Reforma Agraria y Desarrollo Rural Campesino*, governadores, prefeitos, os *Comités Departamentales de Desarrollo Rural* e CMDR.

É importante destacar o papel da UAF, como critério de distribuição de unidades mínimas ou máximas em torno às ZRC. Como instrumento de planejamento territorial, está o *Plan de Desarrollo Sostenible*, onde estão consignadas as disposições do diagnóstico feito previamente na solicitação, assim como o *Plan de Ordenamiento Ambiental del Territorio* (POAT) (INCODER, 2013).

**Mapa 8.** Regionalização das ZRC da Colômbia (2011)



Fonte: Territorios campesinos: la experiencia de las zonas de reserva campesina. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia; Instituto Colombiano para el Desarrollo Rural (INCODER). 2013, p. 61. Organização pela autora.

No mapa 8. Regionalização das ZRC da Colômbia (2011), apresenta-se a regionalização das ZRC no qual estão incluídas as ZRC em constituição e as ZRC *de fato*.

### 3.1.2 Distrito Agrario del Oriente Antioqueño DAOA

O DAOA tem na *ordenanza* de conformação de Distritos Agrários Supramunicipais (DAS) no departamento de Antioquia, sua forma mais acabada. Este instrumento jurídico tem base na LOOT e sua faculdade para regular e ordenar espaços que transcendam os municípios com o fim de dinamizar seu desenvolvimento. Contempla como elementos importantes a necessidade de criar economias de escala para superar os problemas advindos pela globalização, a proteção das economias camponesas e a possibilidade do seu pleno desenvolvimento perante os tratados de livre comércio e o Investimento Estrangeiro Direto, a partir da criação e consolidação de organizações camponesas e instituições dispostas a brindar a integração com as diferentes instâncias estatais, a criação de ferramentas de atualização do sistema de cadastro rural para evitar a imposição de impostos que contribuam à expulsão ou deslocamento das comunidades camponesas dos seus territórios.

Em particular responde à urgência de criar a institucionalidade que demanda o setor rural e que estende os fios de comunicação e interação desde o governo departamental até as comunidades camponesas e vice-versa, lhe dando ao departamento a capacidade de ampliar a cobertura de seus serviços de maneira sistemática e integral, apropriada às condições e necessidades das comunidades, assim como aos habitantes do campo a possibilidade de seu desenvolvimento no marco de espaços regionais eficientes para investimento social e produtivo [ANTIOQUIA, 2014, p 4].

Tem conexão com o Artigo 4 do Decreto 3600 de 2007, na definição das áreas de produção agrícola, pecuária e de recursos naturais estabelecidas pelos municípios. Os Distritos Agrários Supramunicipais são unidades de planejamento e gestão rural destinadas a promover o acesso à propriedade da terra e sua regularização, também na proteção do meio ambiente, as comunidades e economias camponesas, as organizações comunitárias, assim como o estímulo à produção agroecológica, práticas comerciais equitativas e promoção da soberania e segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável da população.

Os DAS poderão ser conformados a partir dos municípios definidos como *Distritos Agrarios* ou territórios definidos de prioridade agrária de acordo com os POT respectivos.

Para lograr isto conta com instrumentos como as políticas de desenvolvimento rural, o ordenamento do território a partir do sítio, a *vereda* e a microbacia determinada nos POT, os estímulos tributários para a conservação da ruralidade a partir da cobrança menor nos imóveis rurais que façam parte da figura mediante *Acuerdo Municipal*, a regulação e controle dos processos de urbanização na forma de parcelamento em propriedade horizontal e urbanística nos imóveis rurais, a harmonização com os POT, PBOT e EOT existentes, a compatibilidade com normas das *Corporaciones Autónomas Regionales*, a atualização do sistema cadastral rural, a participação comunitária nos CMDR, *Consejos Municipales de Planeación*, JAC, assim como de outras organizações comunitárias.

Enquanto à viabilidade financeira, no nível departamental se criará um orçamento no *Presupuesto Departamental* o qual terá investimentos públicos e privados para o desenvolvimento dos DAS a partir do acesso ao crédito e investimento.

Por outro lado, o DAS poderá formular projetos na linha de desenvolvimento rural sustentável para obter recursos do *Sistema General de Regalías*, assim como investimento por parte do Departamento de Antioquia para formular seu próprio *Plan de Desarrollo Sostenible* com o objetivo de incluir assistência técnica integral, capacitação e transferência de tecnologia, planejamento ambiental, apoio ao empreendimento e produtividade das unidades de produção camponesa.

Em torno do acesso à terra, desencadeará a conformação, regulamentação e planejamento das ZRC, nas quais se conservaria e integraria a figura atual de DAOA. Por outro lado, se fomentará a criação de *Centros Poblados Rurales*, que baseados na Lei 388 de 1994 e o Decreto N° 3600 de 2007, definirão a dotação de infraestrutura de serviços básicos, moradia, educação, saúde, recreação e expressão cultural, assim como o abastecimento, transformação, e comercialização dos produtos e insumos.

Deve se destacar que dentro da conformação do *Consejo de Dirección Departamental*, órgão máximo de regulamentação, de doze cargos de participação popular, apenas um pertence diretamente às organizações camponesas que integram o DAS. O resto deve ser conformado pelo Governador de Antioquia, *Secretario de Agricultura y Desarrollo Rural*, *Secretario de Medio Ambiente*, *Secretario de Productividad y Competitividad*, *Director del Departamento Administrativo de Planeación de Antioquia*, *Gerente de Seguridad Alimentaria*, *Secretario de Participación Comunitaria*, prefeito de cada sub-região dos DAS, representante das autoridades



ambientais de jurisdição de Antioquia, delegado do CONSEA, e um representante dos CMDR.

A aprovação dos DAS foi realizada em novembro de 2014, porém, o processo histórico que dá base a esta conquista tem mais de 20 anos.

### 3.1.3. Modelo de acumulação e inserção do Ordenamento Territorial Camponês no modelo territorial colombiano

#### 3.1.3.1. Zonas De Reserva Campesina

As ZRC nascem com as multitudinárias marchas que o campesinato colono autodenominado *cocalero* da região sudeste nos departamentos de Meta e Caquetá fez a propósito das pulverizações com glifosato na região, no marco da luta contra o narcotráfico em finais da década dos 90's. As marchas simbolizavam os reclamos dos camponeses por ter uma moradia digna em um território, em contraposição ao estigma que carregavam por conta da produção de coca e da luta contra o narcotráfico. Estas marchas também são herdeiras das lutas pela terra dos anos 50's e da avançada camponesa após a década de La Violencia nas *zonas de autodefensa campesina*, remontando o Rio Duda e atravessando a cordilheira oriental. O processo de ampliação da fronteira agrícola atrelado ao modelo de acumulação aqui retratado, que fez do narcotráfico a base para as economias legais e centro de acumulação de capital desde a década dos 80's, encontrou em La Macarena um dos primeiros lugares de assentamento.

O modelo territorial colombiano, descentralizado após a *Constitución Política de 1991*, mas na prática unitário e centralizado nas principais cidades (Bogotá, Medellín, Cali), tem configurado a partir do modelo de acumulação uma regionalização desigual, concentrando o investimento estatal no centro geográfico do país e coincidindo com os processos de povoamento iniciais atrelados às indústrias que colocaram a Colômbia no mercado internacional. As periferias internas têm se conformado nas fronteiras agrícolas com diferentes graus de consolidação, mas que na extensão territorial, corresponde em sua maioria ao sudeste colombiano.

Os departamentos de Guaviare, Meta, Caquetá localizados no sudeste, Putumayo localizado no sudoeste, a região do Cimitarra e o norte do Magdalena Medio no nordeste da Colômbia, locais de 6 das ZRC constituídas, são todas fronteiras agrícolas e epicentro de cultivos ilícitos, expressando com isso a inviabilização da economia camponesa que, sem ter outra opção, dedica-se a este negócio com todos os impactos sociais, políticos,

econômicos que isso comporta. A única ZRC localizada dentro da fronteira agrícola é a ZRC de Cabrera oficializada em 2000.

A hoje, em processo de constituição se encontram sete ZRC's. No norte da Colômbia, a ZRC Montes de Maria, nos departamentos de Sucre-Bolívar com 380.000 hectares aprovados, a outra no departamento de Bolívar com 78.000 ha aprovados; a Ariari-Guejar-Cafre com 40.000 hectares e a de Lozada – Guayabero, com 210.000 hectares, as duas no departamento de Meta; a de Catatumbo, no Norte de Santander com 353.000 ha (contando com a extração da reserva forestal); a de Sumapaz em Bogotá Distrito Capital, com 40.000 ha; a de Cesar, no norte da Colômbia com 150.000 há.

Vários elementos já foram aqui colocados para entender a dinâmica territorial na fronteira: a configuração territorial desigual e combinada do latifúndio – minifúndio que na Colômbia tem deslocado o latifúndio às zonas marginais, mas sem desconcentrá-lo, mantendo uma relação monopólica no território relacionado com a proximidade aos mercados e concentrando nas fronteiras economias extrativistas. Por outro lado, a política de expansão de fronteira agrícola como contrarreformas agrárias na forma de titulação de baldios (regularização fundiária) e não desconcentração das terras mais férteis dos vales inter-andinos e com proximidade aos mercados.

Ao respeito da ZRC Lozada-Guayabero, os símbolos desta relação são a *Hacienda Larándia*, entre Caguán e o Yará, propriedade de Oliveiro Lara, assim como a *Hacienda Colombia* das famílias Herrera e Uribe, destinadas inicialmente à extração de borracha e depois à pecuária e cultivo de café e cacau. Esta última abrangia desde a cidade de Neiva no departamento de Huila, até os municípios de La Uribe e San Martín. A presença das duas fazendas permitiu a conexão vial Villavicencio – Bogotá, nos albores da década de 1920. A consolidação da indústria da borracha com a *Rubber Development Company* em 1939, e a *Tropical Oil Company* nos finais da década de 1940, iniciaram os processos de colonização ao longo do rios Ariari e também a construção das rodovias Calamar – San Martín – Villavicencio. A divisão política se deu associada ao desenvolvimento das atividades produtivas com a fundação do município de Granada como centro de abastecimento de borracha e epicentro do Programa de Colonização Meta 1; e Castilla La Nueva como centro desta última empresa. A década de *La Violencia* aumentou a pressão por terra, recebendo camponeses expulsados principalmente de Cundinamarca, Tolima e Huila, tornando-se refúgio de liberais (RESTREPO, 2014, p 22).

A configuração regional amazônica é estratégica para o território nacional. Sua extensão abrange cerca do 40% deste, e as ideias difundidas da possível secessão deram origem à famosa arremetida militar após a proclamação das *zonas de autodefensa campesina* e o nascimento das FARC nos municípios de Marquetalia, El Pato e Riochiquito. Estas foram precedidas pelas guerrilhas liberais dos *Llanos*, encabeçadas pelo Guadalupe Salcedo.

A região dos departamentos de Meta, Guaviare e Caquetá iniciam seu processo de divisão a partir da declaração de *Reserva Biológica de la Humanidad* pela UNESCO, a serra de La Macarena como *Monumento Nacional* e o Meta como departamento. Só até 1965 se definem os limites territoriais de La Macarena, onde se designa uma área de 1.019.036 hectares de superfície, que definiria a área para Reserva Natural.

O vigoroso processo de ordenamento territorial deu-se em vários sentidos. A conformação de *veredas* como a *Inspección de Puerto Rico* em 1965, em 1966 o município San Juan de Arama e em 1969 *Vista Hermosa*, os três no departamento de Meta. Entre tanto, o Estado como forma de conter a avançada, de novo propõe uma política de colonização dirigida associada ao DRI que promoveria uma inclusão real nos mercados a partir de investimento no desenvolvimento rural. Tal promessa só foi uma ilusão, pois o orçamento planejado nunca chegou, situação que abriu a porta para a consolidação do narcotráfico (HURTADO, 2010).

A indefinição de regras claras para o uso do território e um processo ativo de povoamento por conta do negócio do narcotráfico, configurou uma fragmentação elevada do solo evidenciada na declaração em 1989 da *Área de Manejo Especial de La Macarena* (AMEM), cuja zonificação a divide em doze categorias diferentes, entre Parques Naturais, Zonas de Preservação, Zonas de Recuperação para a preservação e Zonas de produção, totalizando 3'891.790 hectares. No entanto, as próprias organizações de colonos e sua dinâmica social já tinham regularizado o território e a economia extrativista estava já suficientemente consolidada (RESTREPO, 2015).

Entre tanto as comunidades seguiam se organizando a partir da conformação de sindicatos agrários em conjunto com o Partido Comunista, como principal forma comunitária e que seria parte do contínuo organizativo por parte do campesinato. Por outro lado, e mantendo a análise contraditória, a expansão do capitalismo levou à apropriação das rendas por meios dos avanços técnicos feitos nas terras por parte do campesinato colono.

O grau do avanço e apropriação é descrito na classificação em: grupos altamente móveis, que só queimam e roçam, derrubam o mato para estabelecer cultivos de subsistência e são chamados de colonos fundadores; um segundo grupo chamado de Segundos Colonos que compram ao primeiro grupo o resultado do trabalho realizado na terra –chamado de *mejoras*– e desenvolvem um processo de afirmação territorial mais avançado, contando com a força de trabalho comunitária na forma de mutirões para consolidar sua própria economia camponesa; os terceiros colonos, que também compram as *mejoras* dos anteriores grupos e estabelecem medianas empresas pecuárias, montando também parcerias para a manutenção do negócio; e por último, os quartos colonos, quem representariam o capitalista externo que concentra de um modo mais acentuado as melhores e terras compradas pelos anteriores grupos, desenvolvendo uma dinâmica econômica baseada no minifúndio – latifúndio. Esta forma de apropriação faz claramente referência à extração da renda diferencial, cujo grau de consolidação está estreitamente ligado com a consolidação dessa fronteira agrícola (INCORA, 1990, apud RESTREPO, 2013).

A matança de tigres para extração de peles marcou o início da diversificação da economia camponesa de fronteira desde finais da década de 60 até finais dos anos 70's. Outro elemento foi a pesca no rio Guayabero, que na época de *subienda* alcançou duas toneladas de peixe semanal. O peixe era transportado nos aviões do exército colombiano até Madrid no departamento de Cundinamarca enquanto era comercializado por provisões de víveres básicos como sal, óleo, bebidas alcóolicas e outras mercadorias que não se conseguiam ali. Simultaneamente, também começou a cria de porcos, para os quais faziam sapatinhos de couro destinados a aguentar a forte caminhada até o departamento de Huila. A extração de madeira tornou-se a atividade mais estável dentro da limitada economia de colonato. A intensa extração de madeira devastou a serrania de La Macarena e a partir de proibições por parte das FARC e depois das associações regionais, conseguiriam controlar o desmatamento dos bosques e florestas da região.

O precário estado das vias de circulação, a falta de serviço aéreo e em conjunto, a nula presença estatal e o conflito armado com a presença do exército e as FARC, configuraram uma limitada diversificação econômica, que encaixou perfeitamente com a chegada do cultivo de maconha em 1973, alicerce para a produção de coca nos finais da década dos 80's. La Macarena foi o ponto central de expansão até Caquetá, Putumayo, Vichada e Vaupés (RESTREPO, 2013, p 51).

A fragmentação do ordenamento territorial é a síntese da luta de classes no território. O fracasso tanto das políticas de colonização dirigida, como do ordenamento territorial ambiental, entretanto o problema principal, a distribuição da terra, não é abordado. Como aponta o célebre documentário *La ley del Monte*, filmado justamente na época das mobilizações que deram lugar ao *Parque Nacional Natural Serranía de La Macarena* e a consolidação do cultivo de coca na região, de intensa tensão social:

Aí está o centro da contradição do Estado. A contradição entre suas dezenas de leis, decretos, e institutos, destinados na teoria a proteger os recursos naturais e uma longa prática política de solventar as tensões sociais, com métodos desenvolvimentistas que aniquilam esses mesmos recursos [CASTAÑO; TRUJILLO, 1983, 49:08’].

Em 1984, no governo de Belisario Betancur, é subscrito o documento *Acuerdo de La Uribe* (Meta), no qual as FARC ordenam o cese unilateral ao fogo e tendo como base a impossibilidade militar de cada um dos atores de ganhar a guerra, buscar uma saída negociada ao conflito armado. Nesse acordo, estabelecia-se que o movimento armado a partir do (PNR) teria as condições jurídicas e legais para o restabelecimento dos direitos. As FARC promovem um projeto político unitário sintetizado no partido político *Unión Patriótica* (UP) e, por outro lado, a conformação da *Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar*.

O ambiente político estava bastante conturbado. 1986 era o primeiro ano de participação eleitoral e a *Unión Patriótica* obteve a eleição de cinco senadores, nove representantes à Câmara, quatorze deputados departamentais, 351 vereadores e 23 prefeitos municipais. As tensões entre o modelo territorial e a luta de classes ali inserida tomava a forma das eleições populares como símbolo da atuação das bases sociais e apoio a um projeto democrático de reforma agrária. O *Acuerdo de La Uribe* acaba em 1987 e consequentemente se dá o surgimento do paramilitarismo como vigoroso ator armado e em conivência com o Estado, desatou um cruel genocídio: mais de 3000 militantes da UP foram assassinados, entre eles dois candidatos à Presidência da República (MEDINA, 2010).

A organização dos sindicatos agrários, em conjunto com o Partido Comunista e a *Unión Patriótica*, acompanhariam a multitudinária *Marcha de Iracá* em 1987, com 20.000 camponeses colonos que tomaram a cidade de San José del Guaviare, com o objetivo de redemarcação da Reserva Biológica nos terrenos ocupados por eles por muito tempo atrás e que levaria a criar a *Área de Manejo Especial de La Macarena* (AMEM)

(HURTADO, 2010, p. 16). Com o acirramento da luta contra o narcotráfico, a região converteu-se em um reduto de guerra e corredor de todos os atores armados.

Na década dos 90's consolida-se o negócio do narcotráfico e, como já destacado na primeira seção, as grandes somas de dinheiro advindas dessa atividade sentam as bases para o desenvolvimento de uma economia parasitária baseada na ilegalidade e conexas a outros setores lícitos como meio para lavagem de ativos. A bonança da coca encontra seu ponto mais alto e se desata uma guerra contraditória entre o Estado e o narcotráfico, cujo auge é o assassinato de Pablo Escobar –um dos principais narcotraficantes do país e associado ao *Cartel de Medellín*– em 1993, em uma operação conjunta entre órgãos de seguridade de EUA e o governo colombiano.

Entre 1998 e 2002 desenvolveu-se a *Zona de Distensión*, nos municípios de Uribe, Mesetas, La Macarena, San Vicente del Caguán –todos localizados na AMEM–, como território dos diálogos de paz entre o governo colombiano e a guerrilha das FARC. Em 2000 se implanta o *Plan Colombia*, acordo de cooperação internacional entre EUA e Colômbia, que em relação direta com a liberalização de capitais, a privatização estatal, o desmonte da institucionalidade destinada à reforma agrária e a assistência técnica no campo, como a abertura dos estamentos públicos a financiamento externo, simboliza a militarização da questão agrária, cujo foco principal é a fronteira agrícola na qual a AMEM é o recorte territorial.

O *Plan Colombia* aumenta tanto o tamanho do exército colombiano, quanto a parcela orçamentaria para Defesa, expressada em porcentagem do PIB nacional e se dá início às pulverizações aéreas com glifosato, como método para acabar com os cultivos de coca, atacando o elo mais fraco em toda a cadeia do narcotráfico: a produção e com isso a opção de vida do campesinato colono da região. A primeira fase (1996 - 2006) custa US\$10.732 milhões de dólares e em 2003 se encontram 4500 funcionários estadunidenses e 1000 soldados, em uma autêntica ocupação militar (VEGA, 2015, p 40). Paralelamente, nos períodos entre 1984 e 1994 e 2000 e 2004, se vive uma verdadeira bonança da coca. É pertinente lembrar o depoimento de Molano (2011) quando afirma que a pulverização aérea faz parte das economias ilegais associadas à coca, por quanto supõe um melhor preço no mercado. Porém, as piores consequências ficam para as comunidades moradoras desses territórios.

Simultaneamente, as organizações comunitárias de base camponesa, lideradas pela AMCOP, logram a constituição da ZRC El Pato – Balsilla em 1998. Em 2001, a

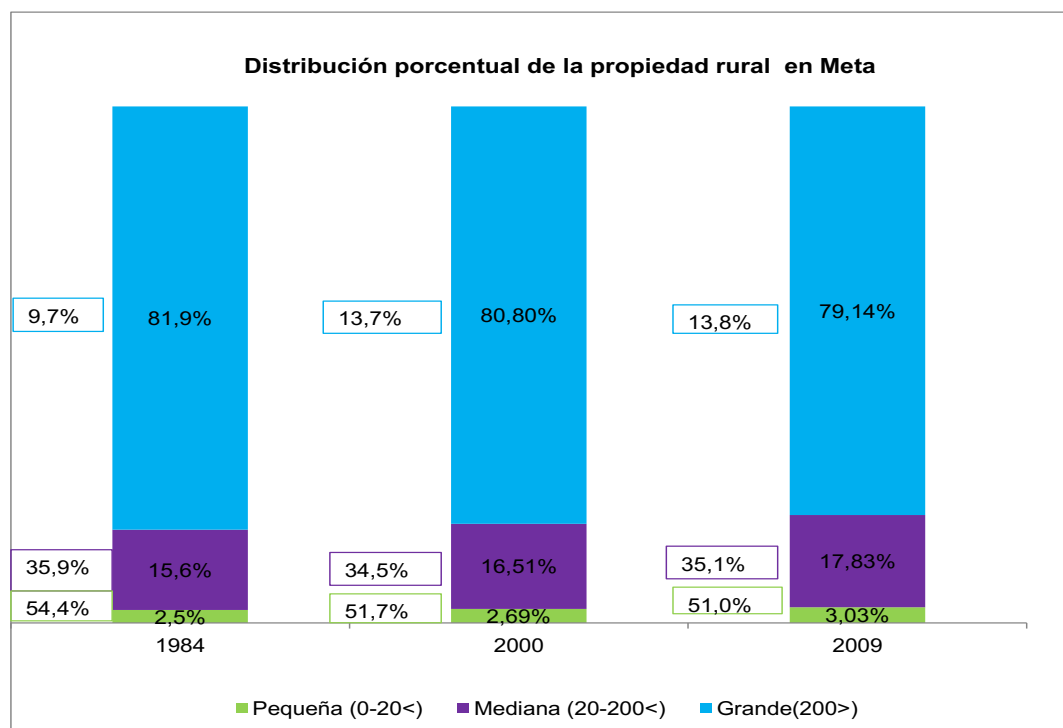
*Asociación Campesina Ambiental Losada* – Guayabero (ASCAL-G) formula o *Plan de Desarrollo Sostenible*, e se avança na constiuição de uma nova ZRC na região Losada – Guayabero, adiada pela agudização do conflito armado na região (HURTADO, 2010, p. 20).

Derivado do *Plan Colombia*, a militarização do país sofre uma ascensão na segunda fase (2007 - 2013) e com um custo de mais de USD\$9.000 milhões: em 2009 são instaladas sete bases militares, é concedida impunidade absoluta a militares estadunidenses, se exime do pagamento de impostos, e se inicia o *Plan Nacional de Consolidación* no departamento de Meta (VEGA, 2015, p 47). Em Vista Hermosa estabelece-se o *Centro de Fusión Integral*, sede do componente militar conjunto entre o Exército Nacional, a Armada Nacional e as Forças Aéreas.

Por parte do governo colombiano duas forças atuam no reordenamento territorial rural da região: Por um lado com o *Plan Nacional de Consolidación* que busca ter um controle estatal sobre a região desde um enfoque militarista e sem se articular com a outra proposta, por parte de *Parques Nacionales Naturales de Colombia*, que busca a realocização e estabilização da população camponesa que está assentada irregularmente dentro dos Parques (HURTADO, 2010, p 22).

A consolidação territorial do modelo de acumulação a partir da guerra se expressa no corredor Tinigüa – Picachos – Cordilheira Oriental, comandado pelo Bloque Oriental das FARC-EP; Corredor Yará – Guayabero, em disputa entre Bloque Sul das FARC, o Exército e paramilitares. A inserção da ZRC no modelo territorial de acumulação, pode se constatar na estrutura fundiária, concentrada na grande propriedade de mais de 200 hectares de terra.

**Gráfico 5. Meta: Distribuição da propriedade rural segundo tamanho 1984-2009**



Fonte: CEGA, 1984 e 2000 y 20009, ATLAS, 2012, apud RESTREPO 2014, p 108.

A afirmação territorial está mediada pelas dinâmicas impostas pelos grupos armados em confronto com o exercício político de autonomia das comunidades camponesas, drasticamente mermado com Massacres como o de Mapiripán –no qual foram assassinadas 49 pessoas–, e se causou o deslocamento de 70% da população.

### 3.1.3.2. Distrito Agrário del Oriente Antioqueño DAOA

Quando se aborda a afirmação no território a partir das organizações camponesas, também se mostra uma parte do campesinato e suas formas de ação no território. A precariedade das vias *de facto* dentro das formas territoriais de afirmação se explica pelas formas repressivas que foram exercidas na região. O Estado e sua posição de classe foram materializados a partir da repressão e da violência na expressiva convivência das ações entre paramilitares o exército colombiano e a *Fiscalía*. Todas as instâncias estatais na região foram ultrapassadas pela força paramilitar.

Ao respeito da estrutura fundiária do *Oriente antioqueño* é importante destacar as dificuldades metodológicas para ter dados confiáveis sobre a concentração da terra, pois as medições foram realizadas sobre bases de dados inconsistentes e mudanças tanto nas plataformas informáticas como na metodologia de medição. Porém, se toma como



suposto empírico que a terra está concentrada e esta condição é determinante para sua inserção no modelo de acumulação.

Como já colocado, a *colonización antioqueña* foi uma das expressões das políticas de colonização promovidas pelo Estado colombiano em torno ao povoamento da cordilheira central, articulada aos principais centros comerciais produto do arranjo espacial feito desde os tempos coloniais. As origens se fundam na criação de um contingente de pequenos comerciantes independentes articulados em torno à mineração, política promovida por Francisco Antonio Mon y Velarde, *oidor* de Antioquia e que propôs uma reorganização produtiva das comunidades índias, que estruturaram os primeiros centros povoados. Mon y Velarde, perante a ausência de uma agricultura local e o monopólio dos cursos de água por parte dos proprietários das concessões mineiras, o que produzia uma exploração ineficiente por parte dos empresários privados, decide democratizar a propriedade da terra e criar colônias agrárias (GONZÁLEZ, 2012). Desta forma, Antioquia converteu-se no primeiro produtor de ouro da *Nueva Granada* durante o século XVI e já nos anos finais do século XVII o Vale do Aburrá era o centro econômico de Antioquia.

A promoção de formas de trabalho livre propostas pelo *oidor* Mon y Velarde nos tempos coloniais, associadas à ineficiência da mineração como estrutura sustentadora da força de trabalho negra, somada ainda às lutas que a população negra levou adiante em torno à sua liberdade, promoveram uma camada de trabalhadores chamados *mazamorreros*, ou pessoas dedicadas à mineração em pequena escala e quase de forma artesanal. Isto foi somado às experiências prévias de colonização em torno da nucleação agrícola para manter a mineração, o que levaria à colonização de amplas áreas posteriormente. O princípio era unir o rendimento econômico da pequena mineração junto com a do Estado. No início do século XVIII, 85% da atividade mineira era independente.

O progresso econômico sem precedentes que foi registrado em Antioquia desde finais do século XVIII foi traduzido, primeiramente, em um resurgimento da economia mineira que segundo Alejandro López deveu-se precisamente à subdivisão da propriedade do solo e, com isso, à utilização máxima da força laboral e à habilitação de novas terras para a agricultura [GONZÁLEZ, 2012, p. 21].

A mineração, itinerante e independente ligada à atividade agrícola de minifúndio e de autoconsumo configuraria uma peculiar estrutura fundiária. Separavam grandes distâncias as minas dos centros povoados, desta forma nasceu uma classe comerciante que levava alimentos e manufatura provenientes de outras províncias aos locais de

exploração e voltava com ouro, derivando da combinação mineração e comércio um médio de mobilidade social ascendente (ARBELÁEZ, 2000, p. 84).

Essa classe comercial captaria o excedente produto da mineração. Durante o século XIX Antioquia já estava amplamente povoada, com caminhos, uma rede de comerciantes –conhecidos como *arrieros*– e uma economia dinâmica. Assim, se incorporaria o capital inglês na exploração de ouro e esses excedentes capitalizar-se-iam no negócio financeiro e bancário.

Em Antioquia se passou da extração de ouro à economia do café, produto da diversificação, mas também por ter uma queda nos preços do ouro finais século XIX, pelo encontro de uma nova reserva. Porém, o ouro segue tendo um papel protagonista na economia.

Desta forma, o café seria a principal mercadoria que levaria contingentes de população a atravessar as cordilheiras, o que seria conhecido como *colonização antioqueña*. Esta seria a exceção das políticas agrárias por parte do Estado colombiano, no sentido de cumprir grande parte dos objetivos propostos.

A primeira fase de colonização na primeira metade do século XIX, ocorreu ocupando-se a vertente leste do rio Cauca no oeste da cordilheira central. Em uma segunda fase, ocupando a vertente leste, nos finais do século XIX atingiu os departamentos de Caldas, Risaralda, Quindío, Norte Valle del Cauca e Norte del Tolima.

A consolidação da estrutura fundiária trouxe a necessidade de criar infraestrutura suficiente para escoar as mercadorias aos circuitos centrais comerciais, até então precariamente estabelecidos. Além do percurso traçado pelos rios era necessário construir caminhos que permitiram desbravar as cordilheiras, situação que já era exercida pelos comerciantes. Desta forma chegou a necessidade do investimento de capital.

A maior parte da privatização da terra deu-se em Antioquia, por conta da valorização das terras produto da expansão da indústria mineira e a especulação em bens imóveis e de colonização. A renda diferencial da terra estimulada pelo Estado e suas políticas de colonização e posterior articulação com o modelo de acumulação, na forma de concessão de terras para exploração.

A maior concessão de todas, 102.700 hectares em 1835, foi adjudicada a três antioqueños ricos de Caramanta quem haviam construído um caminho para unir a região com a zona mineira de Supía- Marmato e que estimulavam a colonização do território com fines lucrativos. Fora essa concessão, o promédio anual de adjudicações foi de só 7.855 hectares de 1827 a 1869 [LEGRAND, 1988, p. 70].

Nessa apropriação da renda da terra por parte de empresários, se consolidaram diferentes estruturas fundiárias iniciadas nesse primário ordenamento para controlar da Colômbia. Todas elas, no espaço e no tempo concentravam terra e capital, configurando os primórdios do atual modelo de acumulação. Ativando e desativando as lutas sociais que surcariam o panorama da reforma agrária no século XX e XXI. A privatização da terra só reforçou a concentração fundiária no campo colombiano.

Mais das três quartas partes de todo o território concedido a particulares, companhias e populações desde 1827 até 1931 foram repartidos em concessões de 1.001 hectares ou mais. [...] Só foi concedido o 5% da terra às populações antioqueñas, sobre as quais tanto têm se escrito, e só outro 4 por cento está representado em parcelas inferiores a 100 hectares [LEGRAND, op cit., p. 79].

Desta forma podem comprovar-se os diferentes ensambles na configuração territorial, produtiva, social baseada em torno da estrutura fundiária. Inicialmente com a política colonial de conformação de centros povoados, dinamizados fortemente pela indústria de mineração e continuada depois com as contrarreformas agrárias como política de Estado. Tudo isto matizado e configurado a partir das diversas lutas sociais, das quais os homens e mulheres colonos *antioqueños* seriam pioneiros. Inicialmente independentes e donos da sua própria terra, depois seriam trabalhadores e arrendatários, como assinalasse Legrand (1988), configurando o que García Nossa (1973) chamaria de *latifúndio como constelación social* e que daria passo à estrutura bimodal de minifúndio – latifúndio proposta por Machado ao longo da sua obra. A fazenda cafeeira, eixo central das lutas pela terra no centro da Colômbia ao longo da primeira metade do século XX marcariam um antes e depois, especialmente até eclodir no *Bogotazo* em 1948.

Como parte da integração produtiva da região, desde os anos 60's começa a operar uma reestruturação produtiva que leva consigo uma reconfiguração espacial. Desta forma são implantados três megaprojetos econômicos na região:

1. Complexo hidroelétrico construído entre os anos 70's e 80's, que chega a produzir 60% da energia elétrica do país.
2. Autopista Medellín – Bogotá que liga o mercado interno com a área metropolitana de Medellín.
3. O aeroporto internacional e a Zona Franca definem o processo de industrialização, *Oriente antioqueño* como área de transição entre área metropolitana Medellín e mercado internacional

A industrialização do *Oriente Antioqueño* é resultado de uma migração da indústria do *Valle de Aburrá* para a periferia. O desenvolvimento desigual e combinado mostra seus efeitos reais sobre o espaço que se concentram em determinados municípios e dividem a região em duas partes: especificamente o altiplano em Rionegro como o polo, Marinilla, La Ceja, El Carmen de Viboral e El Santuario. Nesta região, o Estado está presente em diferentes níveis: não só no investimento público quanto nas intervenções com claros efeitos sócio espaciais.

Ao longo de toda a década dos anos sessenta observa-se no *Oriente antioqueño* o impulso que as autoridades públicas imprimem às assembleias municipais de prefeitos; nelas elabora-se uma espécie de documento de necessidades regionais cujo conteúdo é induzido desde acima e tem claros efeitos sobre os discursos que todo funcionário começa a difundir no território e que as comunidades acabam por integrar como seu. Foi assim como a região começou a se conceber a si mesma em função de assuntos tais como a instalação de centrais hidroelétricas, a industrialização do *Oriente cercano*, o impulso do polo de desenvolvimento (Rionegro), a construção da rodovia e do aeroporto internacional José María Córdova. Assim, o Estado atua com uma “política menos publicitada, mais silenciosa, aparentemente muito burocrática, mas igualmente efetiva: a homogeneização das consciências e dos discursos que a integram” [GARCÍA, 1994b, p. 24 apud DE LA TORRE, 2011, p 50].

O Estado, seguindo os preceitos do Banco Mundial para a adjudicação de créditos e financiamento de megaprojetos (em consonância com as tentativas de privatização e a necessidade de capturar recursos externos e a financeirização da economia), cria a *Corporación Autónoma Regional de las cuencas de los ríos Negro y Nare* (CORNARE), com a qual se institucionaliza a região do *Oriente antioqueño* organizada a partir da bacia dos rios Rionegro e Nare.

Em sua criação jogaram-se todos os poderes regionais de Antioquia, que desde a década anterior estavam indo atrás da criação de uma entidade que lhes permitisse integrar o desenvolvimento da área metropolitana de Medellín à do *Altiplano oriental*, mas que não havia podido se materializar por conta da proposta original, que pretendia subordinar este último para a área metropolitana de Medellín [DE LA TORRE, op. cit., p. 50].

Desta forma, a presença estatal se materializa na facilitação das condições para um determinado tipo de desenvolvimento. Como sustentado linhas atrás, os megaprojetos associados ao desenvolvimento desta região e a CORNARE, converteu-se na canalizadora dos recursos via regalias da região e ao mesmo tempo, em mediadora de conflitos ambientais. Isso também acarreta uma reorganização espacial do território: o *Oriente antioqueño* é dividido em sub-regiões: *altiplano, embalses, bosques e paramos*.

O *Oriente cercano*: conectado ao centro e a sub-região de Altiplano e Embalses e desenvolvimento urbano e industrial e a produção hidroelétrica; *Oriente Lejano*, mais

periférico, especializado na produção de rapadura, hortaliças e frutas, cacau e produção pecuária em pequena escala.

**Tabela 1.** População *Oriente Antioqueño* 2009

<b>Zona</b>	<b>Urbana</b>	<b>Rural</b>	<b>Total</b>
<i>Páramo</i>	27.028	56.093	83.121
Floresta	11.399	20.595	31.994
Embalses	33.757	34.766	68.523
Planalto	236.901	136.436	373.337
Total	309.805	247.890	556.975

Fonte: CORPOCEAM, 2014. Documento de Trabajo, p 4.

**Tabela 2.** Uso do solo rural *Oriente antioqueño* 2009

<b>COBERTURA</b>	<b>ÁREA (Has)</b>	<b>Porcentagem</b>
Floresta	318.801	45,20%
Cultivos	216.119	30,64%
Pastagens	152.200	21,58%
Áreas urbanizadas	2.229	0,32%
Outras	15.980	2,27%
Total	705.329	100%

Fonte: CORPOCEAM, 2014. Documento de Trabajo, p 4.

As políticas públicas canalizariam os recursos estatais favorecendo a criação do desenvolvimento desigual e combinado atrelado à estrutura fundiária, mediante os *royalties* e em um processo crescente de privatização e descentralização.

As possibilidades que abria a Lei 56 de 1981 junto com a criação da CORNARE e uma reorganização a partir das ações coletivas efetivas pelos moradores das cidades que foram atingidas pelas barragens, como Guatapé, El Peñol, Granada, San Rafael, foram a raiz do *Movimiento Cívico Regional*.

Segundo relata Arcila (1986), uma das lideranças do processo e quem seria assassinado anos depois por militar nesta causa<sup>84</sup>, a força do movimento foi construída através de um processo de participação em assembleias locais, assembleias regionais, marchas nos municípios, entre outras, lutando em contra do aumento do preço na tarifa da energia elétrica.

É conveniente notar que, quando o Movimento começou, no final de 1981, estávamos em uma das etapas mais duras de repressão militar *turbayista* e em plena vigência do Estado de sítio e do Estatuto de Segurança. O movimento

<sup>84</sup> Após 25 anos, a data de comemoração do assassinato de Ramón Emilio Arcila, Coordenador Geral do Movimiento Cívico 1981 – 1984, foi marco para o lançamento da *Comisión de la Verdad del Oriente Antioqueño*, proposta com o objetivo de conseguir a verdade, a justiça, a reparação coletiva e evitar a impunidade do assassinato de muitos dirigentes da região. Esta comisión contará com capítulos em cada município.

floresceu sob estas circunstâncias e foi forçado a mover-se, inicialmente, pelos árduos caminhos da ditadura turbayista [ARCILA, 1986, p 54].

Segundo Sáenz (1986), o primeiro Movimento Cívico foi no *Oriente próximo* em 1963, liderado por Rionegro e Marinilla, em confronto com a Electrificadora de Antioquia e o *Circuito Eléctrico de Oriente*. Esse movimento não teve greve mas teve sucesso porque as tarifas baixaram até o preço inicial. Também teve *Paros Cívicos* nos municípios El Peñol e Guatapé contra a represa de Guatapé. Em 1972, teve outra greve contra o cobro da valorização pela construção da rodovia Medellín – Bogotá. Essa greve, fundamentalmente de base camponesa, foi liderada pela classe dirigente antioqueña. Os Movimentos cívicos de base camponesa lutavam por problemas de transporte veredal e insumos agrícolas. Já em 1978 em Marinilla ocorreram 4 greves, contra as *Empresas Públicas de Medellín* e *Electrificadora de Antioquia*, também contra administrações municipais. No total, de 1960 a 1982 ocorreram 24 paralisações, das quais 17 correspondem à região do *Oriente*. A greve de 1984 contou com um trágico balanço de 7 pessoas assassinadas.

O movimento cívico do *Oriente antioqueño* nos 80 forjou um sentido de pertença territorial cheia de sentido político: como "produtores" de uma percentagem significativa de poder nacional, como uma coletividade "injustamente" tratada pelo Estado nacional na sua política energética e como uma comunidade cidadã com capacidade para pesar o significado de sua região, para enfrentar o governo e reivindicar o que é próprio [DE LA TORRE, 2011, p. 53].

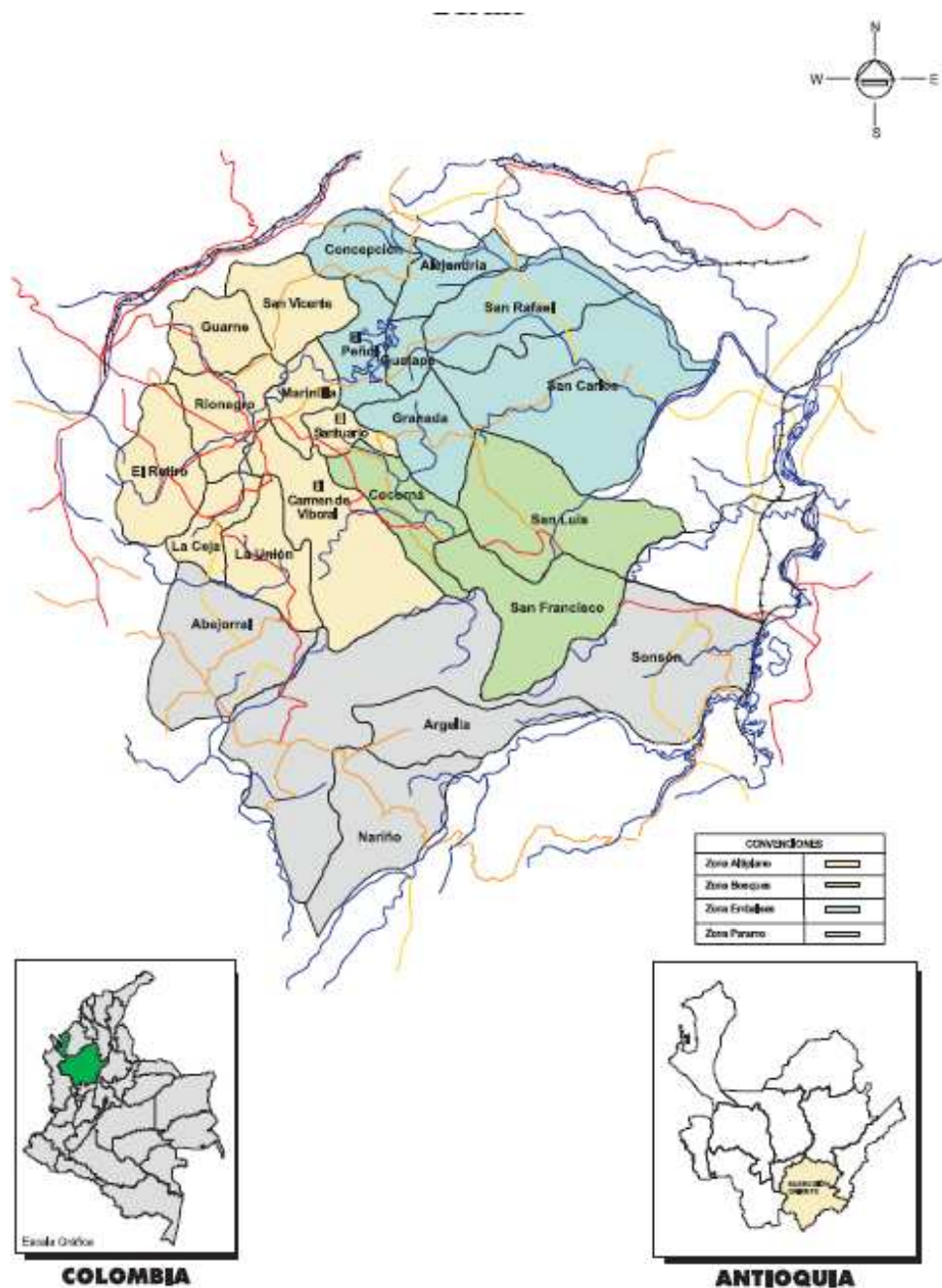
A organização comunitária foi construída com Assembleias Gerais onde eram elaboradas as pautas das manifestações.

Entre as atividades associadas à greve, houve marchas regionais, 60 assembleias, foros ideológicos, entre esses sobre a Lei 56 de 1981, sobre o papel da CORNARE, o cumprimento do plano - maestro nas comunidades atingidas pelas barragens, sobre conjuntura nacional. As pautas reivindicativas contemplavam exigir o congelamento das tarifas dos serviços públicos por quatro anos, supressão da cobrança por carga instalada ou o valor da demanda, renegociação e revisão da dívida externa e empréstimos internacionais, o levantamento do estado de sítio em todo o país. A partir da Lei 156 de 1981, as *Empresas Públicas de Medellín* foram obrigadas a pagar imposto predial pelas terras alagadas em um 4% de energia bruta. Segundo Arcila (op. cit.,) este conseguiu reunir a amplas massas populares sem consultar com partidos (liberal, comunista ou comunista marxista leninista), nem com sindicatos e Igreja Católica e o partido conservador.

Porém, no *oriente antioqueño* já existia uma dinâmica organizativa. A forte e consolidada dinâmica comercial a partir da concentração fundiária, foi origem de um conjunto de organizações e sindicatos que, associados com a ética católica fortemente arraigada na região, promoveu a conformação de organizações de vital importância na época como a *Federación Agraria Nacional* (FANAL), que segundo assinala Mondragón (2003), após a forte repressão e a ilegalidade declarada às ligas camponesas, era a única via legal disponível para o campesinato no período prévio ao *Bogotazo*. A FANAL foi fundada em 1946 com o apoio da Igreja Católica e a *Unión Trabajadora Católica* (UTC), contendo um programa assistencialista que não atacava o problema da terra. Conseguiu desenvolver focos de organização em zonas de influência do Partido Conservador nos departamentos de Boyacá, partes de Santander, Cundinamarca, Huila e Tolima, contando em 1948 com 293 sindicatos em nível nacional (MEERTENS, op. cit., p 235).

A Igreja Católica também ajudaria a criar a *Acción Social Católica*, o jornal *El Obrero Católico*, a *Juventud Obrera Católica*. O que sugere um fluxo refluxo dentro da dinâmica das lutas sociais da região.

**Mapa 9.** Localização *oriente antioqueño*



Fonte: CAICEDO, 2006. P 83, organização pela autora.

### 3.1.4 A guerra na reconfiguração produtiva geográfica

No *Oriente antioqueño* tem se detectado uma nutrida presença de atores armados, representada na presença inicial do ELN, seguido pelas *Fuerzas Militares* (FF.MM, as FARC e por último o paramilitarismo. Desde os anos setentas se registra presença guerrilheira na região. A partir de 1997 muda a dinâmica e pode se analisar três períodos:



I. Entre 1997 e 2000: expansão e crescimento das guerrilhas, assim como aparição de paramilitares. O ELN intensifica ações no território. O foco do conflito é as barragens localizadas em San Luis e o ponto da rodovia Bogotá-Medellín que passa por esse município.

II. Entre 2000 – 2004 diminuem ações do ELN e paramilitares, aumentam as das FARC e FF. MM. Relevam-se paramilitares e forças armadas estatais. O ELN tende a desaparecer e as FARC assumem rol protagonista com um descenso desde 2005, e ascensão em 2007. As FF.MM chegam na região para cuidar do complexo hidroelétrico, porém, os embates somente são contra as guerrilhas e não contra o paramilitarismo que emerge com força como novo ator armado. A ascensão na região da *Política de Seguridad Democrática* de Álvaro Uribe Vélez (2002-2006 e 2006-2010). No entanto, a subregião altiplano não foi produto de intervenção armada estatal.

O ELN teve influência na sub-região dos *bosques*, fazendo interferência na rodovia Medellín – Bogotá e a zona embalses. Este ator armado entra em confronto com as FARC na década dos anos 1990 pelo controle da região. Um fator importante é que o ELN tem laços familiares com habitantes da região, por isso também se propuseram construir um trabalho de base. O ELN se aproxima com prefeitos e tem trabalho com assembleias municipais. Já em 2011 contava com uma presença mínima do grupo armado.

O anterior pode ser explicado pela forte perseguição paramilitar feita para bases sociais guerrilheiras na região e o controle ferrenho imposto nas áreas urbanas; as ofensivas militares da força pública, lançadas em 2002 e 2003 e sua presença consolidada nas principais estradas e núcleos urbanos de municípios e distritos e, finalmente, o confronto que a guerrilha das FARC estabeleceram contra esse grupo guerrilheiro [INER, 2011, p. 67].

Para o ELN era importante possibilitar a participação comunitária em diversos espaços organizativos (assembleias comunitárias, associações, cooperativas) mas diante a forte repressão, o ELN se mobiliza como reação aos grupos paramilitares e também à guerrilha das FARC.

A guerrilha das FARC chega nos finais dos anos 70's, como parte de uma recuada desde a região de Urabá (noroeste da Colômbia) e começam a atuar na região de *embalses*. Na década dos anos 90's a parte sul da região é dominada pelo cultivo de coca. Entre 2001 – 2004 as FARC combatem o ELN para se posicionar, paralelamente às ações das FF.MM.

Os paramilitares derivados da ACCU sob o comando de Carlos Castaño e conformados das Autodefensas Magdalena Medio de Ramón Isaza, Bloque Metro

Cacique Nutibara e Héroes de Granada fazem a primeira incursão em 1998 com o Massacre de La Ceja e depois no *corregimiento* El Jordán. A ACCU chega na região *embalses*. Em 2001 se posicionam no altiplano (centro industrial e urbanizado), onde nem as FARC nem o ELN tinham domínio. Depois se consolidam no *Oriente lejano*: onde se localizam as regiões de *Embalses* e *Bosques*, e se concentra a infraestrutura nacional das hidroelétricas. Em 2003 se realiza a desmobilização paramilitar. O Bloque Cacique Nutibara é o primeiro do país em aceitar e 800 integrantes das comunas de Medellín se desmobilizam em La Ceja.

Segundo De la Torre (2011) as ações territoriais da guerrilha no território se concentram sobre a infraestrutura hidroelétrica e as rodovias para demonstrar sua capacidade de destruição e comprovar a incapacidade do Estado de exercer poder territorial. Extraem rendas a partir das extorsões aos indivíduos, empresas de transporte e administrações municipais. Também incursionam na zona de altiplano, sub-região urbana, industrial e de casas de lazer, mostrando sua capacidade de expansão e confronto entre as guerrilhas e a limitada ação estatal, chegando nas cidades também o confronto aumenta com as elites que agora veem se ameaçadas pelas extorsões.

Entre 1995 e 1997, em vários municípios da sub-região do departamento, incluindo os pertencentes à chamada zona do planalto, Rionegro, El Retiro, Guarne, La Ceja, La Unión, El Carmen de Viboral, Cocorná e Marinilla, estavam sendo executada uma operação de contra-insurgência contra pessoas suspeitas de apoiarem guerrilha, membros de organizações sociais e / ou políticas e em concessão aos preconceitos da sociedade, contra as pessoas pobres que viviam do microtráfico ou consumidores delas. As investigações iniciais permitiram estabelecer que os responsáveis por esses assassinatos eram membros da ACCU que tinham chegado lá de mãos de fazendeiros e empresários, a Força Pública e autoridades civis, preocupados todos eles pela insegurança que reinava. Além disso, eles contaram com a cooperativa de vigilância e segurança privada conhecida como a Convivir Cantarrana, organizada e integrada por pessoas prestantes da sub-região [IPC, 2010, p. 48].

As FARC entre 1995 e 2000 atingem especialmente os municípios de Guarne, La Ceja, Marinilla, La Unión e El Santuario. Todos os quatro grupos armados convergiram nas políticas de desenvolvimento estimuladas pelo Estado, que seriam porta de entrada para as multinacionais que tomariam o controle sobre a energia elétrica. *Oriente antioqueño*: despesa alimentaria de Antioquia –por isso a centralidade das rodovias–, e complexo hidroelétrico.

Tanto o ELN como os grupos paramilitares da região de Magdalena Medio têm vínculos afetivos com a região, pois procedem de diferentes partes do *Oriente*. No caso

do ELN, as células Carlos Alirio Buitrago e Bernardo López Arroyave<sup>85</sup> foram criadas por pessoas nascidas ali. No caso do paramilitarismo, o comandante McGiver, é do município de San Francisco, sub-região de bosques.

O *Oriente antioqueño* não produziu grupos paramilitares após a desmobilização da *Ley de Justicia y Paz* como o fizeram as regiões de Magdalena Medio, Nordeste antioqueño e Valle de Aburrá. A partir delas o paramilitarismo passou a atuar no *Oriente*.

Com a *Política de Seguridad Democrática* do governo de Álvaro Uribe Vélez o exército colombiano expande nas regiões de *Embalses*, *Bosques* e *Páramos*, assim como *Altiplano*, paralelamente ao movimento das guerrilhas. O paramilitarismo se expande ao longo de todo o altiplano, mas não produz a mesma reação das FF.MM (DE LA TORRE, 2011, p 93).

O estudo de De la Torre (2011) comprova uma correlação: a *Seguridad Democrática* como política de Estado do presidente Alvaro Uribe Vélez, o *Acuerdo de Ralito* em 2003, no qual diversos senadores e deputados juraram refundar a pátria junto com o paramilitarismo e a *Ley de Justicia y Paz*, desmobilização dos atores armados 2005 iniciada em Antioquia. Apesar de se constatar um descenso das ações bélicas do paramilitarismo, se comprova uma ascensão do Exército Nacional aos territórios e expansão do cultivo de coca em áreas supostamente recuperadas pelo Exército.

O significado da associação desses três processos não deixa de se colocar como uma grande questão: o deslocamento massivo da população camponesa abatida, o retorno do Exército Nacional para o controle do território do leste mais distante (enquanto a guerrilha é encurralada e paramilitares se desmobilizaram) e expansão de culturas de coca ao longo do território. Na área há fala-se sobre a parceria entre o poder paramilitar que não acaba de ser desmantelado, embora agora opera sob formas diferentes e menos visíveis em termos de indicadores tradicionais, e esta nova dimensão territorial da coca na região [DE LA TORRE, 2011, p. 103].

Vários municípios tiveram então uma ascensão nos níveis de industrialização: La Ceja, Marinilla, Rionegro, Carmen de Viboral aumentaram seus ingressos, derivados também da implementação da Política de Seguridad Democrática no *Altiplano*. A região de *Embalses* vive na época uma queda significativa dos ingressos financeiros. O restante dos municípios teve seus ingressos estancados salvo Argelia, cuja expansão foi produto da coca.

---

<sup>85</sup> Sacerdote integrante da Golconda e da Teologia da Libertação, fervente admirador do sacerdote Camilo Torres, militante do ELN encarregado de conformar células nas Comunidades Eclesiais de Base e outras instâncias. Foi assassinado.

O município de Marinilla se enquadra nos municípios denominados como polos de desenvolvimento da região de *Altiplano*, apesar de que –segundo a autora–, este fato não tem desencadeado verdadeiros processos de mudança estrutural para as economias locais. É muito importante constatar que, a raiz dessas mudanças, todos os municípios tiveram reduzida sua produção agrícola, salvo San Vicente, Marinilla, Cocorná e Abejorral, configurando assim uma reestruturação da vocação produtiva da região.

Segundo De la Torre (2011) o ordenamento territorial oficial se divide para dar forma e dinâmicas próprias diferentes desse ordenamento territorial oficial e que são condizentes com a guerra e o capital. Conclui que a *Seguridad Democrática* impulsionou as economias da Área Metropolitana, em detrimento das economias camponesas, confirmando a guerra como eixo central na configuração desigual e combinada expressada em diferentes escalas.

Os efeitos espaciais se sentem na faixa territorial do *Oriente lejano*, onde a organização comunitária se mobiliza em torno ao destino das transferências do setor energético, que não se refletem em investimento nas comunidades locais.

### 3.1.5 Organização política e ordenamento territorial

#### 3.1.5.1 ZRC Losada Guayabero

A coca e a pecuária configuraram a nova paisagem na região da ZRC de Losada – Guayabero. Entretanto em San Juan de Losada a pecuária começa nos primeiros anos da década de 1990 e hoje se consolida como a principal atividade econômica do município de La Macarena, dificultada pelas precárias vias de acesso, mas que tem desenvolvido uma dinâmica conectividade com os municípios de San Vicente del Caguán, Vista Hermosa e Villavicencio.

Os *Diálogos de Paz*, o *Plan de Consolidación*, o *Plan Colombia* e o PNR converteram-se em fatos associados à repartição de baldios em La Macarena, de importância extrema enquanto as políticas de contrarreforma agrária a partir da colonização dirigida não derivaram na titulação dos mesmos, tornando o Estado como o principal proprietário de terras, dentro da fronteira agrícola aberta e de importância estratégica para o crescente processo de estrangeirização de terras.

A chegada de multinacionais petroleiras e a solicitude de concessão de numerosas áreas para exploração mineira levou a necessidade de regularizar os imóveis para se proteger perante os megaprojetos, ou seja, poder vender os lotes. A carência de um título

na região legitimou a expulsão violenta do campesinato colono nas últimas décadas, no conturbado ambiente político da região, deixando o campesinato sem ferramentas para se defender. Por outro lado, evitou que muitos imóveis foram confiscados e entregues ao processo de extinção de domínio, necessário para destiná-los às políticas de reforma agrária.

A militarização da questão agrária se evidencia na região a partir da implantação PNR e da *Política de Consolidación Integral de La Macarena (PCIM)*, as quais têm como objetivo a erradicação manual dos cultivos ilícitos, que foi o antecedente para a política de *Seguridad Democrática* já assinalada no texto. O PCIM surge em 2007 como uma tentativa de afirmação territorial por parte do Estado em uma região historicamente abandonada, tal plan comandado pelas FF.MM, atua no território a partir de um exercício de colorimetria, representado com uma cor dependendo do nível de segurança garantido pelo Exército.

É importante destacar aqui o paradoxo: a presença do Estado se dá mediante a presença do Exército colombiano, um dos atores armados responsável pela violação contínua e sistemática aos direitos humanos. Em dezembro de 2007, todos os municípios de La Macarena aparecem marcados com vermelho, como símbolo de que somente com estratégias contrainsurgentes o Estado conseguiria fazer presença na região. Entre 2007 e 2013 a situação mudou consideravelmente, conseguindo uma ascensão da presença do Estado simbolizada na colorimetria do município, o que permitiu a entrada de pequenos créditos bancários, subsídios mínimos e assistência técnica à produção agropecuária e ingresso do exército para confrontos com a guerrilha (RESTREPO, op. cit., p 147).

Como já foi exposto anteriormente, a população civil das regiões onde estão assentados os diferentes atores armados é a mais vulnerável por conta das contínuas violações aos direitos humanos por parte de todos estes. A política de consolidação se constitui como militarização da questão agrária, pois na região atualmente existe uma grande concentração de terras, onde o exercício político de autonomia e soberania territorial comandado pelas organizações comunitárias encarregadas de administrar e organizar o território de acordo com interesses comuns e contra a guerra como materialização do capital, têm conseguido dirimir uma eficiente apropriação da terra.

As famílias colonas afiliadas às JAC e após de 4 a 6 anos de ocupação de um imóvel, logram obter uma *carta de colono* ou um *certificado de propiedad y permanencia* expedido pelo presidente das *Juntas* e baixo juramento de testemunhas. Este

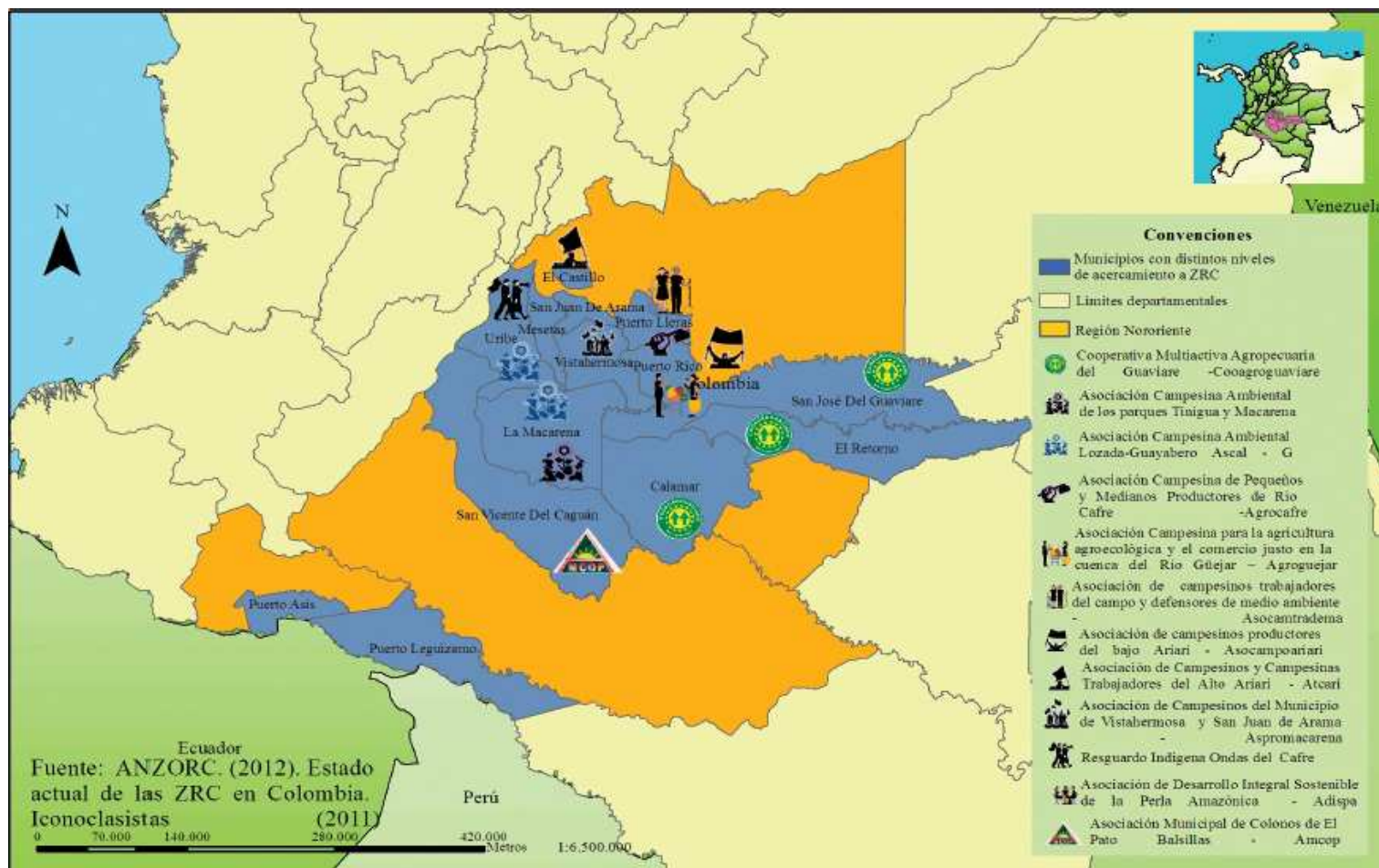
exercício tem contribuído a proteger as terras e suas melhoras por parte das famílias dos camponeses colonos que, como já foi colocado, converteu-se em uma das principais fontes de apropriação de terras na região e, com isso, da renda diferencial.

Desta forma, este tipo de exercícios se convertem nas únicas opções que poderiam confrontar problemas como a falsidade dos títulos após processos de despojo violento de terras na região, estrangeirização de terras, adjudicações ilegais de baldios por cima da UAF, ocupações em diferentes períodos por diferentes pessoas, compra-venda a baixos preços produto da pressão dos atores armados, entre outros problemas concernentes à distribuição e regularização fundiária. Este tipo de exercício realizado por parte das organizações comunitárias inscritas às JAC se constituem como *reformas agrárias de facto* e são expressivas de um Ordenamento Territorial Camponês.

A semente dessas organizações comunitárias provém das famílias assentadas a partir das *zonas de autodefensa campesina* da região del Guayabero, herdeiras também das chamadas *Columnas de Marcha* como reação à violência estatal iniciada após *El Bogotazo*. Algumas destas famílias foram as que conseguiram consolidar as primeiras formas de ação comunitária.

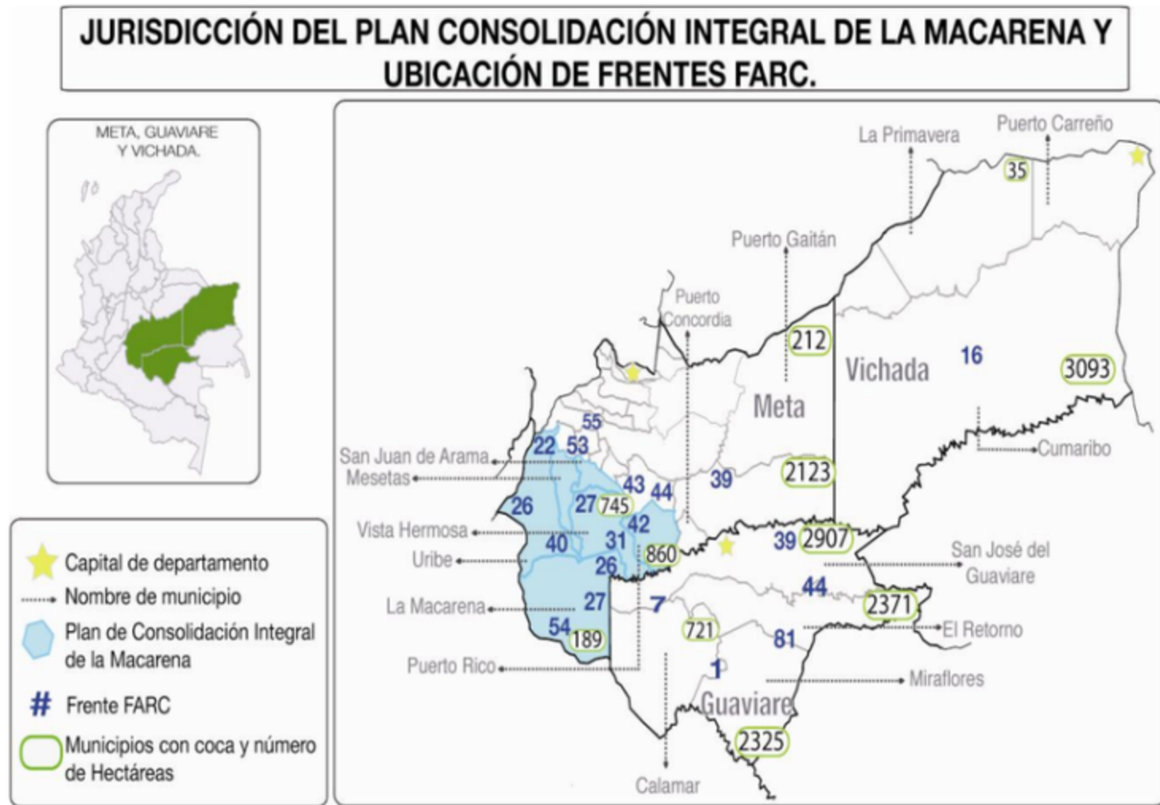
Entre 1961–1964 foi criada a *Primera Asociación de Colonos*, cujo término dá lugar à primeira JAC ao mesmo tempo que a *Inspección de Policía de Vista Hermosa*, na *vereda* Agua Azul, a 10 minutos do centro urbano de La Macarena, foi fundada a segunda JAC em abril de 1968. Paralelamente com o crescimento dos centros povoados e o aumento da população nas veredas, vão se conformando JAC em cada localidade. Assumindo o papel do Estado, estas organizações administraram comunitariamente os recursos provindos das bonanças da maconha, da coca, da extração de madeira, porcos e peixes, todas elas produto da expansão da fronteira agrícola. Com isto construíram rodovias, realizaram a manutenção viária, aportaram recursos para criação das escolas, ordenaram o território a partir da experiência dos anos e invocando à capacidade de resistência do espaço, que consegue agrupar conhecimentos dos camponeses provindos de diferentes regiões, com diferentes conhecimentos. Todos estes exercícios contribuíram para uma coesão organizativa na região, vigente até hoje. Na década de 1970, numerosas JAC tinham sido conformadas, convertendo ao município de La Macarena como referente de organização comunitária no país. Como exercícios de afirmação territorial se encontram os pedágios, utilizados pelas comunidades (RESTREPO, op. cit, p 168).

**Mapa 10.** Processos organizativos de base camponesa associados à ANZORC na região leste e sul da Colômbia



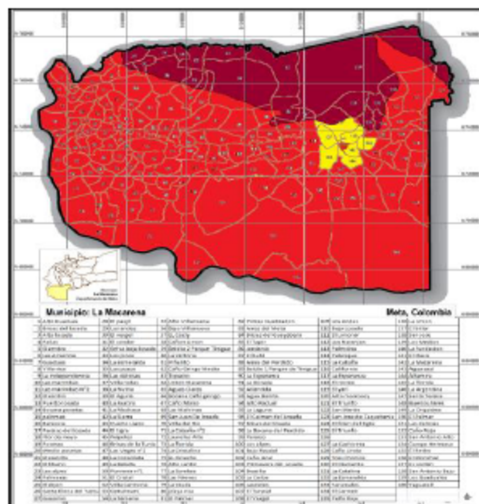
Fonte: ESTRADA, 2013, p 66.

**Mapa 11.** Colômbia: Ação territorial da Política de Consolidación Territorial de La Macarena PCIM 2007 – 2011.

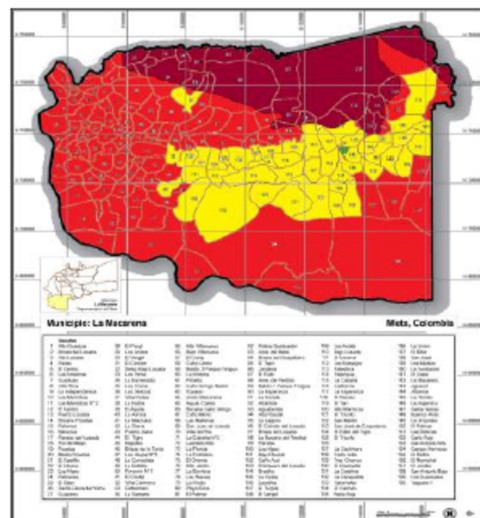


# Macarena

**Diciembre 2007**



Marzo 2011



Fonte: Unidad Administrativa para la Consolidación Territorial Caguán Macarena, apud RESTREPO, 2014, p 146.



Na década de 1980 a ascensão na criação das JAC, na qual a criação de ASOCOLONO em 1987, que constrói a rodovia Macarena – Vista Hermosa e se organiza em uma cooperativa contra a especulação dos víveres, traídos à região por comerciantes, que abusavam dos preços. Por fim, em 1990 se conforma a *Asociación de Juntas de Acción Comunal* (ASOJUNTAS), em um verdadeiro exemplo de soberania territorial:

Atualmente Asojuntas conglomeram 134 *juntas* rurais e urbanas das quais 138 possuem personalidade jurídica e agrupam 142 *veredas*, de um total de 188. Atualmente, existem 56 JAC funcionando que não estão registradas no município de La Macarena, devido ao diferendo fronteiriço entre Meta, Caquetá e Guaviare, o que sugere que as JAC não inscritas encontram-se nos registros de San Vicente del Caguán ou San José del Guaviare [RESTREPO, 2014, p. 168].

Além de ASOJUNTAS, as JAC se agrupam em torno a outras associações camponesas de caráter ambiental e produtivo, como a mencionada ASCAL-G, *Asociación de Pequeños Productores de la Cristalina* (ASOPEPROC), *Corporación de Trabajadores Campesinos Agropecuários y Ambientales de los Llanos de Yari* (CORPOAYARI), *Asociación de Trabajadores Campesinos del Guayabero* (ASTRACAGUA), *Asociación Gremial de Ganaderos y Productores Agropecuários de La Macarena* (AGGAPAM), que por sua vez encontram-se vinculadas a associações departamentais e nacionais como a *Mesa de Unidad Cívico, Agrario y Popular del Oriente Colombiano* (MUCAPOC) e a iniciativas como as *Constituyentes por la Paz con Justicia Social*, a ANZORC no caso de ASCAL-G por ser a organização que lidera a formalização da ZRC Losada – Perdido-Guayabero (RESTREPO, op. Cit., p 170). Uma das lideranças conta como tem ocorrido esse processo:

Assim, quando este conflito termina nós ficamos com uma população muito grande, porque entraram pessoas de todos os lugares, lá entravam pretos, feios, bonitos... todo mundo queria ir para esse território, então a base que tínhamos nós de pessoas que vivíamos lá, se perdeu, a gente se misturou, então a parte organizacional que a gente tinha pois, com medo, mas tínhamos sim a parte jurídica comunal, foi se perdendo [e] começou a regir os famosos.... como os mecanismos que tinha a insurgência para regulamentar o plano de vida dos habitantes. Tínhamos umas normas pedagógicas ou manual de convivência, para falar mais claramente. Assim, sob essas regras de convivência foi muito bom, porque aí a mão pesada governou, aí não poderia estar roubando, como você nunca pode, você não pode roubar, nem pode matar...

Continuamos atuando como um Estado porque lá não chegava o Estado logicamente pela questão de que estava à insurgência, então aí havia já muitas estradas, mas essas estavam feitas por nós porque com apoio da insurgência, porque pelo menos estava lá para [...]

Nós imediatamente para resolver este problema tivemos de nos organizar ... procurar a parte organizacional, e como nós o fizemos? Todo mundo violava os direitos humanos, logo em seguida tivemos que pegar o recurso de nos

organizar e, passe a redundância, tendo a experiência prévia das organizações sociais como ASCAL-G e outras como ASOPEPROC em 2004, nós assumimos a tarefa de construir entre as organizações sociais [e] começamos entre todos a lhe fazer frente ao conflito. Para além daqueles que manejavam esse tema que era o governo e a insurgência [...] aí começamos trabalhar, começamos a realmente fazer um plano de vida de acordo com o que nós realmente precisávamos, então nós repartimos nosso território por *veredas* e imediatamente começamos fazer pequenas escolas e postos de saúde e solicitar ao Estado que, pelo menos, cumprisse com esses senhores da saúde.

Havia quatro organizações sociais fortes lá, com ASOJUNTAS, uma chamada ASCAL-G, que está sobre o rio Losada indo pro norte, o Losada Guayabero, aquele que está para lá ... pelo mesmo leito do Río Losada. A Ascal-G é composta de 70 *veredas*. Há uma outra chamada ASOPEPROC, pelo leito do rio Losada indo para o sul, composta por 21 *veredas* e outra associação chamada CORPOAYARÍ com 63 *veredas*...

Aí a política leva a visão precisamente para a construção desses projetos que estão sendo feitos agora. Então essa visão levou a gente a procurar por cima e a visão é precisamente leva-lo até onde está.

Isso têm nos dado hoje o reconhecimento de que somos guerrilheiros, todos os que habitamos nessa área e não somos guerrilheiros. A outra coisa é que temos podido juridicamente fazer essas organizações sociais e estão se realizando para buscar a mudança no nível de país<sup>86</sup>.

A liderança também reconhece que atualmente em La Macarena um dos conflitos territoriais mais fortes tem a ver com a exploração de hidrocarbonetos, e a concessão à mineração dos três PNN existentes na zona: Tinigua, Serrania La Macarena e Los Picachos. Entre conflitos pela apropriação dos recursos por parte do capital privado e o conflito armado, se evidenciam as maneiras que as organizações camponesas têm encontrado para poder permanecer no território.

### 3.1.5.2 Asociación Campesina Ambiental del Lozada – Guayabero (ASCAL-G)

A Asociación Campesina Ambiental del Lozada – Guayabero (ASCAL-G) nasce em agosto de 1996, por iniciativa do campesinato frente à devastação ecológica cujo objetivo era a conformação de um comitê ecológico, que com 300 camponeses afiliados começou a fazer um controle à pesca e a caça.

A tarefa que nós colocamos a cada comunidade foi que por lei tinha de conformar um comitê ecológico de três [pessoas] de modo que fosse o verificador da *vereda* e que o *fincario* que não queria mais deixar caçar ou pescar, é claro, lhe respeitávamos seu direito, e é aí quando começamos a ganhar uma enorme quantidade de pessoas e também um monte de inimigos, aqueles inimigos que hoje são quem agradecem a gente: Obrigado, obrigado porque vocês nos levaram a isso, incrível, hoje muitos dizem para nós:

---

<sup>86</sup> Depoimento de G.P., obtido no evento Diálogos del Sur, mesa *Rutas hacia una nueva ruralidad en Colombia*, 6 de dezembro de 2014.

Perdoem-nos porque vocês encontraram uma guia para nós... então hoje nós temos o apoio de todos.<sup>87</sup>

Atualmente, ASCAL-G aglomera 69 veredas distribuídas em sete núcleos *veredales*, encarregados de tarefas como trabalho mensal nos caminhos vizinhos, aporte em dinheiro ou espécie aos projetos comunitários, cumprimento do Manual de Convivência e de resoluções coletivas definidas em assembleias. A ASCAL-G tem feito acordos sobre pautas de comportamento ambiental e social:

[...] preocupada pela questão ambiental, especialmente na área da associação, onde se reconhece que estamos extinguindo extensões de floresta com as conhecidas consequências para a água (diminuição de rios, riachos, córregos, lagoas, nascimentos) e extinção de muitas espécies animais como *pava cuyuya*, *paujil*, capivaras, dantas, *manaos*. CONCORDA: [Conservar] 100 e 80 metros a partir das margens de rios e córregos, respectivamente...; em nascimento deixar pelo menos três hectares de nascimento ao redor. Reflorestar as margens dos rios, córregos e riachos com árvores como o carvão, *guamos*, *bambú*, *picus* e outras espécies nativas protetoras para evitar a erosão das margens dessas fontes... Não jogue objetos poluentes... caça com cães é restrita [...] [RESTREPO, 2014, p 174]<sup>88</sup>.

Progressivamente, os exercícios de administração e controle comunitário sobre o território têm construído uma série de normas de convivência que regulam a tenência, posse e propriedade do uso do solo, uma espécie de *protocolos* (CERSUR, 2012) que influem decisivamente sobre o ordenamento territorial daquela zona. A partir de normas como a proibição do derrubamento de bosques perto das nascentes de água, o corte de árvores para madeira, a pesca e caça de espécies nativas para comercialização, a obrigação de plantar um hectare de alimentos por cada hectare de coca e a estipulação, a cada ano, de uma regulamentação sobre quantas hectares podem ser adequadas para pastos ou cultivos<sup>89</sup>.

O ingresso e permanência no território é permitida mediante documentos como *Cartas de Recomendación* expedidas pela JAC do território de origem para o presidente do local onde vai se assentar o recomendado; *Cartas de Propiedad* o *Cartas de Colono* aceitam a posse da terra por parte da pessoa que requer o documento, que deve estar assentada por um tempo superior a seis anos no território:

Da forma que eu entendo, seu território é o que está demarcado pelo limite de cada organização social. Vamos dizer ao respeito da sua soberania dentro da mesma união com o mesmo [município] *San Vicente del Caguán*. É uma

<sup>87</sup> Depoimento H.M., fundador ASCAL-G. Entrevista tomada de Restrepo (2014, p. 172).

<sup>88</sup> Acuerdo 001 de 1996. ASCAL-G Pág. 4 y 5. Tomado de Restrepo (2014, p. 172).

<sup>89</sup> Evaluación de las estrategias de consolidación estatal en la Serranía de la Macarena”, Centro de Estudios Regionales del Sur CERSUR, Corporación Nuevoarcoiris CNA, fevereiro de 2012. Pág. 115 – 116 (documento inédito).

comunidades estabelecida como Zona de Reserva Campesina jurídica, eles têm seu próprio plano de desenvolvimento, seu próprio plano de vida, vamos dizer, sua agenda política de paz e por trás desse exercício, dessa luta e desse exemplo que deram - eu também estive lá – igualmente nós tomamos e estamos replicando todos os saberes em seus aprendizados, esses ensinamentos, esses anseios pela paz<sup>90</sup>.

### 3.1.5.3 Asociación de Pequeños Productores de la Cristalina ASOPEPROC 2000 – 2001

A *Asociación de Pequeños Productores de la Cristalina* (ASOPEPROC 2000 – 2001) foi fundada em inícios de 2000, aproveitando o investimento que Nações Unidas estava fazendo à região por conta da *Zona de Distensión*. Porém, os maus manejos com o orçamento fizeram com que a organização acabasse e fosse reativada também como figura jurídica. Atualmente, possui uma farmácia veterinária coletiva, assim como tanques frios para o processamento do leite que chega na região, que vincula a 21 veredas dividida em três grupos populacionais chamados de núcleos, que trabalham comunitariamente nos projetos coletivos e na manutenção das rodovias. A sua área de influência é nas proximidades do território da ASCAL-G e CORPOYARÍ, organizações com as quais conflui na organização geral da região.

[...] nós temos uma quota de 5.000 pesos [colombianos] por cabeça de gado por ano, cada *vereda* administra seu pedaço de estrada, a grana deste gado que nós pegamos, nós investimos nele: nós investimos cada ano 14 milhões [de pesos colombianos], outros 17 milhões por *vereda*, o total é um investimento enorme, faça as contas: cerca de 14 milhões em 21 *veredas*, tudo isso é investido em todas essas estradas comunitárias...<sup>91</sup>.

A ASOPEPROC e ASCAL-G demonstram uma recriação do campesinato a partir da organização territorial fruto das dinâmicas populacionais e fatores geográficos, principalmente rios e locais de confluência comunitária. A ASCAL-G abrange sete núcleos com 69 veredas localizadas na bacia do rios Losada e Guayabero; ASOPEPROC por sua vez agrupa três núcleos com 21 *veredas* na área entre a margem direita do rio Losada e a região dos *Llanos del Yará* que corresponderia à zona de influência de CORPOAYARÍ. Desta forma, o conhecimento contínuo do território e as dinâmicas próprias da região, particulares por ser uma zona de fronteira em consolidação, originam

---

<sup>90</sup> Depoimento A.M., presidente associação UNIOS. Tomado do documentário *Con las manos untadas de tierra*, CERSUR. 2014 (inédito).

<sup>91</sup> Depoimento dirigente camponês Vereda de Laureles, La Macarena – Meta, 16 de Junio de 2013, tomado de Restrepo (2014, p 178).

um conhecimento do território por parte das lideranças reconhecidas como competente para fazer delimitações pertinentes a um Ordenamento Territorial Camponês.

#### 3.1.5.4 Corporación de Trabajadores Campesinos Agropecuários y Ambientales de los Llanos de Yarí CORPOAYARI

*A Corporación de Trabajadores Campesinos Agropecuários y Ambientales de los Llanos de Yarí* (CORPOAYARI) foi fundada em 2000, mas só a partir de 2012 se formaliza legalmente. Nela estão articulados cinco cabildos indígenas que conformam o resguardo multiétnico e pluricultural chamado Yaguará II, assim como a organização de mulheres AMPY. A zona de influência de CORPOAYARI compreende 79 *veredas* distribuídas em nove núcleos localizados no sul do município de La Macarena, entre os limites da zona de influência de ASOPEPROC.

Nós surgimos à vida legal em 2012 e estamos apostando em construir um modelo de desenvolvimento que fortaleça as economias camponesas, que reconheça ao campesinado e ao povo indígena como sujeitos políticos fundamentais na construção da nação colombiana e que reconheça nossa cultura *yariceña* e *llanera*, nossas danças, sementes tradicionais, nossos cantos e as nossas formas ancestrais de defesa do território, desde os *cananguchales*, as planícies e os subúrbios construímos paz e desenvolvimento<sup>92</sup> [CERSUR, 2014].

Desta forma, CORPOAYARÍ também contempla dentro da sua dinâmica formas organizativas diferentes, derivadas de sua composição multiétnica.

#### 3.1.5.5 Asociación de Trabajadores Campesinos del Guayabero ASTRACAGUA

*A Asociación de Trabajadores Campesinos del Guayabero* (ASTRACAGUA) é uma organização cuja zona de influência atualmente compreende os territórios da margem esquerda do rio Guayabero, na região que conecta La Macarena com Vista Hermosa e agrupa as JAC localizadas entre as bacias de rios e *caños* como Caño Cabra e Caño índio, nas proximidades da divisa com o departamento de Guaviare.

Em La Macarena existem vários níveis de planejamento regional conformados na seguinte escala: vereda com as JACs, e os núcleos e associações, que atuam como unidades territoriais para a efetiva realização de projetos comuns como rodovias, projetos educativos, e também exercícios de afirmação territorial como auto-reconhecimento como sujeitos, com protestos e passeatas. As microrregiões têm sido denominadas a partir

---

<sup>92</sup> Apresentação realizada pelos camponeses de CORPOAYARI em 2013 Tomado do documentário *Con las manos untadas de tierra*, CERSUR. 2014 (inédito).

da influência das associações, dando lugar a quatro zonas regidas pelas quatro organizações anteriormente descritas ASCAL-G, ASOPEPROC, CORPOAYARÍ, ASTRACAGUA. Como bem apontava uma liderança, o território é reconhecido pelos seus moradores, como aquele que limita cada organização social que trabalha conjuntamente tanto para superar as problemáticas comuns na região, como para incorporar uma proposta de país. As quatro organizações estão inscritas na MUCAPOC que também acolhe ao resto dos municípios do leste colombiano.

Frente à estrutura fundiária e aos processos de regularização feitos pelas organizações, é importante destacar que tem sido decretada como *fecha* a fronteira agrícola, resolução à que se suma a proibição da guerrilha das FARC no mesmo sentido: “*El que quedó quedó, si usted quiere puede venderle las hectáreas que le parezcan de su predio pero abrir más monte, eso ya no se puede (...)*”<sup>93</sup>.

### 3.1.5.6 Asociación Gremial de Ganaderos y Productores Agropecuarios de La Macarena AGGAPAM

A *Asociación Gremial de Ganaderos y Productores Agropecuarios de La Macarena* (AGGAPAM), surgiu como expressão do associativismo e atendendo as particularidades da região, por ser zona intensa de conflito armado e uma fronteira agrícola em consolidação, que atendem às demandas da produção e comercialização camponesa. No mapeo organizativo realizado por Restrepo (2014) se contam 37 organizações camponesas produtivas diferentes localizadas no município de La Macarena. Uma delas é AGGAPAM, que nasce a partir de 26 associações e 112 produtores e hoje tem afiliados a 820 produtores. Dentro dos requisitos para fazer parte da organização encontram-se ser agricultores e ter propriedade sobre a terra, viabilizando com isso a mediana e pequena produção camponesa, recentemente especializada na produção pecuária. A associação impulsiona créditos com bancos como o *Banco Agrario*, cujo suporte financeiro foi *Acción Social*, política pública destinada à população vulnerável em toda Colômbia.

O mapa *veredal*, conhecido anteriormente, com a fundação das *Juntas de Acción Comunal* JAC em La Macarena é complementado por um mapa das associações produtivas de pelo menos 35 Associações de produtores distribuídas em diferentes territórios do município, com atividades comuns, relativamente contemporâneas em sua fundação, todos com a mistura de colono e camponês. Cada uma destas associações, brevemente caracterizadas, pode projetar para nós as imagens da titulação, os documentos de posse, a

---

<sup>93</sup>Depoimento de camponês de La Macarena, março de 2013. Tomado de Restrepo (2015, p. 189).

estrutura fundiária das *veredas*, os ofícios, fundações ou uso atual da terra, as vocações históricas da terra, a produção agrícola, ingressos e gastos entre outras informações que podem ser obtidas a partir das informações que foram coletadas e sistematizadas pelas próprias organizações e em corroboração no campo e o registro audiovisual e etnográfico da vida cotidiana para os agricultores e suas associações [RESTREPO, op. Cit., p 192].

Retomando os protocódigos e diferentes mecanismos de convivência e resolução de conflitos comuns, podem ser encontrados no município de La Macarena quatorze tipos diferentes de documentos, criados e legitimados exclusivamente pelo exercício político de organização e planejamento comunitário na região. Os documentos são:<sup>94</sup>

- 1- A Carta de Colono (27)
- 2- *Sana posesión* (80)
- 3- Compra-venda (107)
- 4- Documento de Participação de Herança Familiar (1)
- 5- Documento de Venda (1)
- 6- Documento de Permuta (1)
- 7- Promessa de Venda (5)
- 8- Contrato ao maior Valor
- 9- Contrato de Arrendamento (12)
- 10- Escritura (13)
- 11- Título (5)
- 12- Título de Domínio (1)
- 13- Própria (41)
- 14- Sem Registro (46)

---

<sup>94</sup> Corresponde ao número de documentos existentes por cada categoria em uma amostra de 344 associados de 22 associações de produtores agropecuários inscritos em AGGAPAM. Estatística realizada com base em dados suministrados por AGGAPAM. La Macarena – Meta, Junho de 2013. Tomado de Restrepo (2014, p 193).

## Mosaico 1. Eleição ASOJUNTAS La Macarena – Meta



Fonte: CERSUR, 2014. Documentário Con las manos untadas de tierra.

Porém, La Macarena apesar de ser um município representativo da conformação histórica de territórios autônomos, não é uma exceção na região. Em estudos como o de Ramírez (2012) se descreve como a ausência histórica do Estado faz com que na hora da re-apropriação por parte do capital das fronteiras agrícolas se tenha gerado processos autônomos, os quais devem ser retomados e legitimados como processos de resolução dos conflitos agrários e elevados à categoria de insumos para a paz. Em Caquetá, outro dos departamentos integrantes da fronteira agrária, o projeto de nação conformou também zonas de influência zero por parte do Estado, mas também por sua vez, mecanismos de organização e planejamento do território.

Na área rural de Caquetá, exceto sua capital Florença e os núcleos municipais mais consolidados, o Estado não tem uma relação exata das *veredas* e aldeias desses territórios, não há estatísticas sobre o número de habitantes, as pessoas que moram lá não pagam impostos, o Estado não conhece as estradas que cruzam esses territórios, os mapas mais recentes que existem sobre estas áreas desfrutam reserva militar e foram realizados pelos *malariares*, as pessoas quase nunca dizem seus nomes, não há censo atualizado de cultivos, animais e produtos, centros povoados aparecem e desaparecem no ritmo do conflito, os camponeses também estão se movendo constantemente de um lugar para outro [RAMÍREZ, 2012, p 140].

A estigmatização por parte do exército colombiano dos camponeses que conformam a base social das organizações comunitárias como guerrilheiros e a pouca legitimação do Estado por parte das mesmas organizações camponesas, assim como os



diferentes graus de apropriação por parte de cada um desses sujeitos, fazem das fronteiras agrícolas territórios expressivos do acirramento da luta de classes.

O campesinato da região, representado a partir das organizações anteriormente descritas, que fundamentam seu exercício político de soberania e planejamento e administração territorial, logram com isso um papel sumamente importante na resolução dos problemas associados às políticas de contrarreforma agrária efetivadas pelo Estado colombiano. A existência de três registros catastrais diferentes –*Superintendencia de Notariado y Registro*, *Instituto Colombiano de Desarrollo Rural* (INCODER) e o *Instituto Colombiano Agustín Codazzi* (IGAC)– no departamento de Meta, consignam a negligência estatal para resolver o problema agrário na região (RESTREPO, 2014) e também a necessidade de legitimar o papel que as organizações comunitárias têm feito suprimindo o papel do Estado, organizando o território e gestando um projeto societário em oposição ao capital.

### 3.1.5.7 A Reorganização coletiva do Distrito Agrário del Oriente antioqueño DAOA

É no período entre 1994 e 1997 que a Igreja Católica logra aglutinar as forças sociais em encontros e marchas regionais. A partir de 1998 as mobilizações adquirem caráter massivo, ações como passeatas, caravanas, concentrações, encontros, fechamento do comércio, assim como assembleias comunitárias, reconstruiriam o tecido social rompido após a incursão da violência armada na região. Seria o embrião de múltiplas organizações coletivas que atualmente conformam diferentes cenários de integração regional, com pautas políticas concretas, que no início se vinculavam em torno a propostas de paz e superação do conflito e foram evoluindo para pautas de investimento econômico na região, mas que também são propostas de paz. Nesse ano se conforma a *Asamblea Provincial* e *Consejo Provincial de Paz* e organizações como a *Asociación de Mujeres del Oriente* (AMOR), *Red de Jóvenes*, *Red de Asociaciones de Juntas de Acción Comunal* e *Sistema Regional de Planeación*. Esta série de ações consolidam as iniciativas coletivas impulsionadas pelas organizações comunitárias:

No caso do *Oriente antioqueño*, para essa construção subjetiva estavam ligados também elementos fornecidos pelo fator propriamente territorial: a) em primeiro lugar, as redes comunitárias e institucionais que mantêm em contato seus líderes e prefeitos e uma consciência coletiva da capacidade de ação conjunta originada nos movimentos cívicos da década dos anos oitenta, aportaram o capital social básico para a construção de identidades e de ação colectiva; b) em segundo lugar, existia o discurso que fazia possível o diálogo e interlocução com os atores armados. Isto teve duas significantes chaves: a "neutralidade" em relação com as outras partes em disputa, incluindo o Exército da República, e a "reconciliação" com os atores ilegais, que também

são considerados membros da região e, portanto, dignos de serem incluídos [DE LA TORRE, 2011, p. 138].

A capacidade de ação coletiva construída com o movimento cívico do *Oriente antioqueño*, é desta forma atribuída à dialética da luta de classes. Nessa luta também são criadas as subjetividades que avançam na consciência de classe, porque constroem respostas coletivas historicamente gestadas, diante da guerra como símbolo e materialização do capital no território. A guerra funcionaliza e insere todos os sujeitos sociais, privilegiando nessa escolha os interesses do capital. A guerra é outro megaprojeto, só que com implicações duradouras e em uma escala que sempre remete ao global.

Cabe destacar que, nesse contexto, as mulheres são muito ativas no papel da reconciliação: a reorganização esteve liderada por mulheres vinculadas à guerra a partir do rol exercido na sociedade: como mães, como esposas, mas como principais articuladoras do tecido social. As autoras mencionam que todos os atores armados são da região e quem vem de fora recruta pessoal da região, por isso, ao retornar aos seus lares, as mulheres, mães, têm o desafio de esperar e reintegrar seus filhos e filhas.

Porém, este tipo de atos de afirmação territorial se vincula também a “recursos políticos” que, segundo De la Torre (2011), deram força à gestão dos prefeitos.

Vale a pena lembrar que a década prévia à Constituição de 1991, teve a efervescência dos reclamos por um Estado descentralizado, o que por um lado, enquanto eliminava a intermediação entre sociedade e Estado através dos partidos ou sindicatos e outro tipo de organizações de caráter político, foi a única resposta em alguns casos para a reorganização política através da eleição popular de prefeitos e governadores que no caso do *Oriente antioqueño*, também capitalizou a base social produto das mobilizações em contra dos megaprojetos da infraestrutura hidroelétrica, a autopista, o aeroporto e a zona franca. Prefeitos e lideranças comunitárias ganharam em “capital social” ao fazer públicos em assembleias comunitárias os diálogos com os atores do conflito armado na região do *Oriente antioqueño*.

No auge do conflito armado, os prefeitos assumem o diálogo com os atores armados, o ELN aceita e a polícia se realocaliza. A sociedade regional representada em prefeitos, assembleias locais e *Asamblea Provincial de Paz* se fortalece. O *Programa de Desarrollo y Paz* (PRODEPAZ) desde 1999 aglomera empresas do setor elétrico em projetos de paz (nos chamados *Programas de Desarrollo y Paz*), em aliança com a Diócesis e jesuítas. 2001 – 2003 constroem um projeto regional com todas as partes civis

e institucionais envolvidas na região para criar um “laboratório de paz”, o que significou uma mudança na política que tinha planteado o *Oriente antioqueño* como zona de reabilitação e consolidação. O Estado aproveita este fato e o institucionaliza (De la Torre, op. cit., p 142).

O coletivo conformado para resistir frente à guerra, agora é “interlocutor social” do Estado frente à União Europeia UE, assim os prefeitos se configuram em *Consejo Regional de Alcaldes* e a *Asamblea Provincial de Paz* agora é *Asamblea Provincial Constituyente*, que discutirá os eixos sobre os quais seria estruturado o “laboratório de paz”.

O Estado nacional mantém latentes suas diferenças com os setores sociais e governamentais regionais em relação ao conflito armado e seu tratamento. Porém, isso acaba passando para um segundo plano e o que vira aglutinador de vontades é a realização do acordo e a consecução da cooperação internacional para um projeto que permita trabalhar pela paz e o desenvolvimento regional, em um contexto no qual Álvaro Uribe chega à Presidência da República com um projeto militarista extremo, em que convém para ele deixar alguns traços de política social e experimentos de não violência para ser legitimado diante as nações europeias [INER, 2011, p 143].

Os três sujeitos centrais podem se agrupar em AMOR que em 1994 nasce de um processo de formação política no marco de uma cidadania ativa, as assembleias (municipal e Provincial) e as vítimas agrupadas na *Asociación Provincial de Víctimas a Ciudadanos* (APROVIACI). A organização PRODEPAZ se converte em um ator importante na região por conta da execução de recursos, mas o dinheiro não chega, entanto os indicadores de violência descem.

Depois do *Laboratorio de paz*, as assembleias municipais deixaram de ser legítimas a partir da humanização do conflito como eixo principal de reivindicação. Com os recursos do Estado e a cooperação internacional, as assembleias foram institucionalizadas para elaborar os planos de desenvolvimento para a região através de propostas participativas. Por um lado, se promove uma cultura de participação cidadã, que envolve, sobretudo, questões de caráter administrativo funcionais ao desenvolvimento dos projetos, mas que as comunidades leem como aportes a esses processos antes mais distantes. Os empecilhos que aparecem com isso se refletem no enfraquecimento ou desaparecimento de várias assembleias nos municípios. A burocratização do movimento social tem sido uma realidade a ser enfrentada historicamente.

Os impactos na desestruturação social não seriam os únicos: também se vincula o aparecimento dos investimentos na da União Europeia com a implantação do megaprojeto

da palmeira do dendê, especialmente no Magdalena Medio, financiada também pelo BM e pelo Banco Interamericano de Desarrollo (BID).

A governação de turno do departamento só queria apoiar seus próprios programas e não construir ou fortalecer base social, assim, os espaços de participação legitimam a presença institucional do prefeito, que confere credibilidade ao pactuado, além disso o novo governador eleito em 2008 acaba de vez com apoio às assembleias para gerar *Consejos Comunitários*, atrelados à política social da presidência de Álvaro Uribe Vélez.

Por isso, a política é confundida com coronelismo e por conta da repressão, o exercício territorial de política por parte das organizações é levado com reservas e medo.

Em 1997, as organizações começam a participar de espaços públicos de participação como os *Consejos Territoriales de Planeación Municipal* e os CMDR. Em 1998 promovem marchas, mobilizações e se constituem outros espaços organizativos como a mesa provincial de gestão pública com perspectiva de gênero, vinculada a *Consejo Provincial de Paz* e *Asamblea Provincial Constituyente*, espaços cuja maior incidência está nas vítimas do conflito armado. Na sua maioria são mulheres organizadas em torno a um processo que vai desde o reconhecimento como vítimas a uma atuação social como cidadãs, como propostas sobre reconciliação. Os comitês de vítimas conseguem não só serem ouvidos, mas que nas pautas reivindicatórias expressadas na verdade, justiça, reparação e garantia de não repetição, também se envolva a garantia de todos os direitos como cidadãos, seja incluída nos planos de desenvolvimento dos governos municipais nas assembleias constituintes dos municípios.

O movimento regional de vítimas, com a mediação de APROVIACI, reposicionou o problema do conflito (que levou à construção do projecto regional e do Laboratório de Paz) no campo da política onde estão em jogo as redefinições das relações entre a sociedade e o Estado [DE LA TORRE, 2011, p. 157].

Os Prefeitos viram uma figura protagonista. Os mandatários desaparecem após janeiro 2004, pela recomposição promovida pela política de *Seguridad Democrática*, se radicalizam as posturas frente ao Estado por parte de prefeitos e *Asamblea Provincial*, mas quando começa o Laboratório de Paz, as prioridades giram em torno a elaborar projetos e orientar o desenvolvimento da região. A *Asamblea Provincial* recebe apoio por parte da governação do departamento, e finaliza quando entre no poder o opositor.

Enquanto a *Ley de Justicia y Paz* ajudou a configurar um movimento regional de vítimas do conflito armado, a organização AMOR consolidou suas bases territoriais. A construção de movimento social se fez com base na construção de cidadania, e desta como

forma de reivindicação de direitos historicamente negados, mas que no processo politizou os seus integrantes. Valores como cidadania e democracia foram centrais, assim como a interlocução com o Estado.

Os enfoques das organizações poderiam se resumir assim: AMOR (gênero); APROVIACI (vítimas e cidadania ativa), *Asamblea Provincial* (construir território e processo político, trabalhar com diversidade de sujeitos faz ficar sujeita a fluxos e refluxos de poderes). Desta forma podemos constatar o papel do território na construção de sujeitos políticos:

Em primeiro lugar enfatizar o papel do território como agulha que tece e inscreve nos corações um sentido muito especial entre assembleias locais, a assembleia provincial e organizações de mulheres e vítimas. Pois há uma memória coletiva produzida por graves afrontas de décadas passadas, a memória em que uma consciência foi formada sobre o valor político, econômico cultural do território e como ele pode estar objeto de projetos econômicos e políticos conflitantes. Essa memória é reativada e assume outro significado no presente, com os desastres que causa a guerra entre essas comunidades [DE LA TORRE, 2011, p. 172].

A auto-denominação como *provincia* é um ato político de ordenamento territorial frente ao Estado, que lembra o ordenamento territorial em *veredas*, núcleos, microrregiões, municípios e sub-regiões, no caso de La Macarena. A *Asamblea Provincial*, e o *Consejo Provincial de Paz*, emergem como figuras *de facto* perante o não reconhecimento pelas vias de direito sobre a *provincia*. Esta figura congrega delegados de comunidades locais organizados em assembleias comunitárias municipais e em autonomia do resto de instituições públicas.

Sob os slogans da reconciliação, da cidadania e da província, esses atores lançaram um projeto de desenvolvimento regional e da democracia orientado a ganhar o pulso fora da inércia de três processos sociais que operam em contramão: a) o da economia e sua "mão invisível", que só aprofunda cada vez as desigualdades sócio-espaciais entre um planalto cada vez mais rico, industrializado e urbanizado e um espaço (o maior, em termos territoriais) mais pobre e marginado dos benefícios do desenvolvimento; b) o dos processos políticos institucionais nacionais que têm promovido e reforçado durante dois séculos o clientelismo e assistencialismo que impedem ou limitam a construção de cidadãos; c) o dos processos de violência política e guerra que, em diferentes períodos históricos, têm excisado as vidas daqueles que promovem movimentos sociais e atores políticos alternativos e, assim, restringem a emergência e consolidação dos processos de formação de sujeitos políticos coletivos alternativos [DE LA TORRE, 2011, p 180].

Concordamos com De La Torre, no sentido de analisar as contradições colocadas no Laboratório de Paz: se por um lado atribui-se a ele a queda dos indicadores de violência, por outro lado também é atribuído a ele a despolitização dos processos cujo objetivo era a paz, para convertê-los em projetos voltados a um modelo de

desenvolvimento vindo de cima (bloco dominante do Estado) e destinado à base social. Com a participação cidadã e o apoio da governação de Antioquia, não se colocam em questão posições políticas sobre os atores armados e o Estado, mas se discutem assuntos que “cotidianamente as coletividades tinham tramitado mediante as redes de coronelismo tradicional” (p. 182). Embora por parte de lideranças regionais e ONG tenham se proposto capitalizar o esforço para projetar agendas e figuras políticas, este processo sem o acompanhamento efetivo do Estado, entrou em crise.

O Estado participa do Laboratório de Paz através do programa *Acción Social*, meramente assistencialista. Fragmenta o sujeito vítimas, dividindo através de partições. E as vítimas do Estado, ainda não são reconhecidas.

Territorialmente, a guerra aprofundou as diferenciações regionais entre os dois *orientes*. Porém, a chegada de infraestruturas e a produção de coca não tiveram nenhum impacto sobre o desenvolvimento local, comprovando assim que o conflito armado associados à chegada de megaprojetos, só gera prejuízos nas comunidades camponesas, que têm que empregar diversos mecanismos de resistência e viabilização da sua reprodução enquanto classe.

### 3.1.6 Organização política e ordenamento territorial

#### 3.1.6.1 As ZRC e o projeto de classe

De Estrada (2014) e Cristancho (2014) retomamos o seu questionamento a um ordenamento territorial feito desde acima e reformulado desde abaixo e de Méndez (2013) o Ordenamento Territorial Camponês e a *Reforma Agrária Campesina* como exercícios políticos sobre o espaço, os dois associados às *Zonas de Reserva Campesina* na Colômbia. Como exercícios de afirmação territorial, podemos analisar o Ordenamento Territorial Camponês, que segundo Méndez (2013) em seu estudo sobre a *ZRC del Valle del Río Cimitarra*, teria os seguintes critérios de ordenação do território:

- i) É um ordenamento que se opõe e coexiste em resistência ao ordenamento territorial do capital e do Estado e se expressa em autonomia territorial, ii) surge e se desenvolve a partir do auto-reconhecimento dos conhecimentos tradicionais dos camponeses, iii) orienta os assentamentos humanos e as atividades econômicas, sociais, políticas e culturais para a conservação dos recursos estratégicos para sobrevivência atual e futura, e a permanência da população camponesa no território em condições de dignidade, em particular promovendo a segurança alimentar, iv) se baseia na organização comunitária, a cooperação e fortalecimento da economia camponesa, e, v) está pronto para juntar-se ao ordenamento territorial estatal, desde que a sua autonomia territorial seja reconhecida e respeitada [MÉNDEZ, 2013, p. 98].

A *Reforma Agraria Campesina* analisada pela autora, denomina ao processo levado a cabo pelas JAC e mediante *Asambleas Campesinas* para distribuir a terra, organizar o processo de colonização camponesa e projetar um modelo de desenvolvimento sustentável, baseado no *Proyecto de Desarrollo Sustentable*. Nesse processo são requeridas as habilidades e experiência das pessoas mais honestas, respeitadas pela comunidade e conhecedoras do território, em um autêntico exercício de auto-governo, auto-reconhecimento e auto-legitimação.

Deste modo, a administração do território em *Aldeas comunitárias* assegura a dotação básica em infraestrutura como aqueduto, escola, posto de saúde, casa comunitária, entre outros elementos onde prima a coletividade, assim como a *franja amarilla*, zona de conservação e onde se proíbe qualquer tipo de exploração dos bens comuns, a criação de cooperativas e uma série de atividades no que denominar-se-ia defesa do território e que são exercícios reais de Ordenamento Territorial Camponês, de apropriação territorial e construção e promoção do comunitarismo. Entre os exercícios de afirmação territorial, entendendo eles como eventos de reconhecimento físico do território podem se encontrar:

[...] Acampamentos de Refúgio Humanitário, a Marcha Camponesa de 1996, o Êxodo Camponês de 1998, Encontro nacional e internacional Coca, direitos humanos e conflito na *Zona de Reserva Campesina del valle del Río Cimitarra* 2004, Acampamentos Ecológicos de 2007 e 2010, Encontro Nacional de Paz: O diálogo é a Rota 2011, Mesas pela Vida Digna, juntamente com uma vasta gama de encontros, processos educativos, assembleias, visitas de delegações nacionais e internacionais, intercâmbio de experiências com outras organizações camponesas, entre outras [MENDEZ, 2013, p. 97].

Por outro lado, as metodologias de Ordenamento Territorial que se constituem como ferramentas de espacialização e que contribuem a uma unicidade de classe:

O zoneamento ambiental ou ecológico é definido como o processo metodológico de segmentação de uma área complexa em áreas relativamente homogêneas (unidades de paisagem) que foram caracterizados esquematicamente de acordo com os seus factores de formação (geologia) e a semelhança das características resultantes em cada paisagem (tipos de solo - tipos de vegetação), onde você pode prever comportamentos semelhantes de acordo com determinadas formas de uso pelos grupos humanos. As áreas homogêneas, também chamadas de "unidades de terra" ou "unidades de paisagem" são avaliadas em termos de sua história, potenciais e limitações, assim é determinado as possibilidades de uso e manejo ótimo a garantir a sustentabilidade ambiental [ESTRADA, 2013, p. 108].

Desta forma, o impacto e a força organizativa das JAC demonstram que em várias regiões do país, elas seguem funcionando como o núcleo principal de organização comunitária de base camponesa.

### 3.1.6.1.1 As Zonas de Reserva Campesina *de facto*

Perante o lento avanço da efetivação da Lei 160 de 1994 a ANZORC, organismo que desde 2010 lidera as diferentes ZRC em todo o país, tem promovido a conformação de *Zonas de Reservas Campesina de facto*, ou seja, a efetivação da legitimidade territorial que as comunidades têm construído ao longo de muitos anos de assentamento nas suas respectivas comunidades. Nesta categoria encontram-se dez ZRC, seis das quais se encontram no departamento do Cauca, caracterizado por conflitos territoriais entre comunidades indígenas, negras e camponesas por acesso e demarcação de terras. As ZRC se localizam na região norte do Cauca; no sudeste na região do município de Tierradentro; na região do *Macizo Colombiano*; na cordilheira Sudoeste; na região central e na região do centro-leste, reivindicando mais de 530.000 hectares de terras<sup>95</sup>.

Nesta categoria encontram-se seis ZRCs, localizadas a maior parte no departamento de Cauca: *Zona de Reserva Campesina Inza Totoro*, *Zona de Reserva Campesina Páez*, *Zona de Reserva Campesina Caloto*, *Zona de Reserva Campesina Corinto*, estas formas embora tenham adiantado todos os processos de formalização, ainda não tem o reconhecimento formal:

Estas áreas são chamadas *de facto* porque as comunidades camponesas e suas organizações, como resultado de acordos não cumpridos pelo governo nacional desde o início da primeira década deste século, decidiram exercer o direito legítimo de se organizar, se auto-determinar e defender seu território por meio de acordos internos e sem a aprovação oficial. Durante anos, estas ZRC têm operado e exercido sua autonomia no território sob a sua visão territorial e participativa [ANZORC, 2011, p 6].

Em agosto de 2010 foi constituída a ANZORC, organismo que lideraria a avançada no uso efetivo da Lei 160 de 1994 para a adjudicação de terras baldias ao campesinato mediante a UAF, mecanismo pelo qual são medidas as características homogêneas de um determinado território para a atividade agrícola, pecuária, florestal ou silvicultura. A ANZORC tem liderado os quatro Encontros Nacionais de ZRC, e conta com um *Equipo Dinamizador Nacional*, encarregado das diferentes instâncias como a equipe Administrativa, a equipe Acadêmica Política, e a Equipe Operativa. Tanto Cristancho (2014) como Estrada (2014) partem da hipótese das ZRC e mais especificamente da ANZORC como movimento socioterritorial territorializado.

---

<sup>95</sup> Mapa atualizado das ZRC pode ser consultado na página web: [https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=zxsWqg\\_s1U4w.k8NEGCmj0DM4](https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=zxsWqg_s1U4w.k8NEGCmj0DM4). Acesso 7 de maio de 2015.



Dentro das dinâmicas organizativas podemos encontrar na proposta programática da ANZORC uma superação do recorte territorial como eixo de unicidade das lutas sociais do campesinato:

(i) O reconhecimento social, político e econômico do campesinato, (ii) Modelo de desenvolvimento rural que coloca no centro o respeito pela vida humana e a natureza, (iii) Exploração da riqueza mineira gradual, delimitada, diferenciada e revertida ao desenvolvimento local e nacional, (iv) Ordenamento territorial, social e ambiental que garanta o equilíbrio entre aproveitamento e conservação dos recursos e os ecossistemas (v) Reforma agrária estrutural, que tenha por base as ZRC como instrumento privilegiado e articulado a outros.

É interessante constatar que a exclusão do campesinato enquanto sujeito político configura uma relação contraditória entre este e o Estado, na sua inserção na estrutura jurídico política, mas também na busca de autonomia dela. Dessa forma, grande parte das pautas reivindicativas locais por parte das *Zonas de Reserva Campesina*, se expressam em uma maior presença do Estado manifestado em infraestrutura básica, rodovias, escolas, etc. A interação com e desde a democracia é uma estratégia por parte do campesinato na qual a partir de seu reconhecimento como cidadão/a, se fortalece na luta popular pela terra e pela construção de outro projeto de país.

No projeto político da ANZORC e sua articulação com instâncias de ampla participação popular aqui colocadas como de ascensão do campesinato enquanto classe, podem se encontrar rasgos constitutivos das escalas de organização política: desde as JAC, passando por veredas, núcleos, municípios, sub-região, até a regionalização das ZRC em todo o país e a articulação internacional mediante plataformas como *La Via Campesina*, pode se encontrar o reconhecimento do campesinato como sujeito político.

Por outra parte, retomando a tensão existente entre reforma agrária e ordenamento territorial ambiental, pode-se comprovar um novo elemento frente a criação de novas *Zonas de Reserva Campesina* traduzido em redução das *Zonas de Reserva Forestal*, Lei 2da de 1959, especialmente na região norte e nordeste:

1. Das ZRC constituídas, encontra-se em processo de solicitação a ampliação de 15.000 hectares na *ZRC del Valle del Río Cimitarra* e por 30.000 na *ZRC Arenal – Morales* da região Nordeste e Caribe respectivamente. As duas fazem parte da solicitação de subtração de *Zonas de Reserva Forestal* por 315.000 hectares,

2. Das ZRC em processo de criação, a ZRC no município de Cesar inclui a subtração de *Zona de Reserva Forestal* por 74.968,88 hectares nos municípios Curumaní, Chiriguaná, Chimichagua e Pailitas localizados na região nordeste.

3. A subtração de *Zona de Reserva Forestal* para a criação da *Zona de Reserva Campesina* do Catatumbo na região nordeste, nos municípios El Tarra, Convención, Teorama, San Calixto e El Carmen (INCODER, 2015).

Dessa forma confirma-se o fracasso das políticas estatais orientadas ao ordenamento territorial rural enquanto as políticas de reforma agrária vigentes na Lei 160 de 1994 não desconcentram a terra —em mãos de latifundiários e empresariado agrícola— que garantiria a viabilidade da economia camponesa, localizada em setores com boa infraestrutura, vias de acesso, mercados desenvolvidos, etc, mas atingem formas do ordenamento territorial ambiental expressado nas áreas protegidas (*Zonas de Reserva Forestal*), que mediante o equilíbrio ambiental e uso racional dos recursos por parte do campesinato, garantiria seu pleno desenvolvimento e uso racional. Pelo contrário, se fragmenta ainda mais o espaço agrário e se recortam zonas essenciais onde se concentram os reservatórios de água, os corredores biológicos de espécies em extinção, as florestas e o conjunto de elementos que comportam o equilíbrio da relação sociedade–natureza, que garantiria não só a sobrevivência das comunidades ao redor, mas do país todo.

A administração dos bens comuns localizados nas zonas florestais por parte das comunidades camponesas, contudo não configura uma política integral destinada a viabilizar ao campesinato enquanto sujeito político, senão que expressa a continuidade de uma economia camponesa baseada no extrativismo e a acentuação da dependência de uma economia nacional baseada no setor primário. Por outro lado, a luta desigual por ganhar inclusive esse espaço restrito ao ordenamento territorial ambiental, vê-se expressado na concessão de numerosas áreas mineiras dentro das áreas protegidas, entretanto se mantêm a relação entre mineração e forças armadas, fato que impossibilita o assentamento das comunidades camponesas. O desenvolvimento do capitalismo e o conflito entre classes subjacente exacerba a contradição com a existência da vida mesma.

É importante salientar a continuidade desta prática política, no sentido de que a reforma agrária entendida como titulação de baldios, e no caso atual, a reforma agrária como regularização fundiária, legitima as contrarreformas agrárias feitas como apropriação de rendas fundiárias.

### 3.1.6.2. A organização no *Distrito Agrário del Oriente Antioqueño DAOA*

O *Distrito Agrário del Oriente Antioqueño DAOA* é uma das formas de ordenamento territorial propostas como mecanismo de planejamento territorial destinado à proteção das economias camponesas e como estratégia de permanência no território. No início, começou gradualmente, abrangendo diferentes municípios do oriente *antioqueño*. Atualmente com o decreto dos *Distritos Agrarios Supramunicipales* sua categoria foi elevada à escala departamental.

O *Distrito Agrario*, é a Unidade de Gestão Territorial Agrária, localizada nas áreas de produção agro-alimentar e florestal, por meio da qual se procura proteger as economias camponesas e incentivar a produção ecológica e comércio justo, promovendo a soberania alimentar, o desenvolvimento rural sustentável e o bem-estar da população [PRODEPAZ, 2013, p. 17].

Surge a partir do *Proyecto Pueblos*, iniciativa formulada em 1994 e liderada pela *Asociación de Municipios del Altiplano (MASORA)*, financiado por CORNARE e com a participação da *Gobernación de Antioquia*. Esta iniciativa foi considerada como pioneira no processo de ordenamento territorial do país, antes da promulgação da Lei 388 em 1997 (*Ley de Ordenamiento Territorial*). Paralelo a esse processo, emergiria a *Corporación de Estudios, Educación e Investigación Ambiental (CORPOCEAM)*, cujos integrantes também formavam parte da formulação do projeto e a qual tem sido acompanhante constante ao desenvolvimento desta forma de ordenamento territorial. Atualmente dezesseis municípios dos 23 que integram a região do oriente *antioqueño* fazem parte do DAOA.

Marinilla adotou por primeira vez o DAOA como projeto piloto em 2000, ano que foi incorporado no *Plan de Ordenamiento Básico Territorial (PBOT)*. O município, junto com La Unión e El Retiro, pertencentes à região do *altiplano*, têm regulamentado o DAOA e incorporado nos POTs. Da região *embalses* os municípios de El Peñol e Granada também têm regulamentado o projeto. A zonificação do DAOA é referida às Áreas de produção sustentável, de apoio às atividades agrárias, às atividades turísticas e agrárias e de subdivisão de moradia não tradicional.

Poderia se afirmar que a confluência de lideranças preocupadas pelas problemáticas agrárias e seu posicionamento nas instâncias de incidência nas políticas públicas como prefeituras e secretarias de agricultura têm impactado positivamente na orientação à proteção das economias camponesas do município de Marinilla. Por exemplo, uma das camponesas entrevistadas identifica o começo das *Escuelas*

*Campesinas* (ECAS) com o momento em que uma integrante da organização CORPOCEAM assumiu o cargo de secretária de agricultura do município.

Dentro das problemáticas específicas que deram início à figura, tanto D. como G. que integraram o processo desde o início, a especulação imobiliária seria a principal ameaça à permanência do campesinato na região:

[...] o cenário principal foi que —e que ainda está vigente— e era que os camponeses iam embora e vendiam suas terras para o povo de Medellín para tornar sua propriedade sítio de recreação, porque esta área é muito bonita, é muito próxima ao aeroporto e a Medellín, então há muitas fazendas para recreação, mas houve um momento em que isso se acelerou, se acelerou e desta vez, os camponeses começaram a vender suas terras e os assentamentos industriais também deslocaram muito aos camponeses. Ao fim, quando *Pueblos* fez o diagnóstico da situação da ruralidade percebemos era que íamos ficar sem população camponesa. Então é que os camponeses foram encurralados, vamos dizer, à fronteira do território, então foi feita a proposta de declarar zona de proteção da economia camponesa e foram pensados vários nomes, distrito agropecuário, distrito rural, e, bom, finalmente, ficou com o nome do distrito agrário e foi sugerido isso porque *Pueblos* foi uma proposta, não era obrigatória, os municípios eram livres para acolher estas orientações, que eram de vários tipos, não só era a questão rural, mas também a urbana e Marinilla a acolheu, mas os outros também aprovaram as orientações e criaram seus distritos agrários<sup>96</sup>.

Por outro lado, I. liderança camponesa e um dos presidentes das organizações que fazem parte do DAOA no município de Marinilla expressa a problemática da subdivisão da terra e a especulação imobiliária assim:

Em si todas as chácaras são pequenas todas, por aqui há muita subdivisão da terra... subdivisão demais, porque as famílias são muito grandes e então os filhos vão dando o pedacinho para o filho que faz a casa imediatamente, está a nora, está a outra..., então vão ficando as parcelinhas todas muito reduzidas, muito pequenas... e tem outra coisa também, que vão vendendo o pedacinho ao *veraneante* [turista] para obter algum recursos e laborar, mas aí vão se fechando, e vão ficando os que são grandes lá, são só de umas figuras que são como capatazes em cada *vereda*, que são como os proprietários e emprestam para as pessoas viverem mas os colocam como mordomos para manejar sua própria terra<sup>97</sup>.

Como parte dos mecanismos de planejamento territorial, o DAOA delimita em *Zonas de Producción Agroalimentaria y Forestal* o regulamento do uso do solo, que deve seguir o POT, no caso de Marinilla a porcentagem máxima correspondente à *suburbanização* é de 33,12%. É importante destacar que segundo o PBOT de Marinilla, 79% dos imóveis rurais, se encontram abaixo de dois hectares. Por tal motivo, vários elementos devem ser levados em consideração na avaliação do DAOA.

<sup>96</sup> Depoimento D. S. Marinilla, 17 de dezembro de 2014.

<sup>97</sup> Depoimento R.D. Marinilla, 19 de dezembro de 2014.

Medellín produz apenas 3% dos alimentos que consome, enquanto que o resto do departamento prove o 26%, ou seja, apesar da região do *oriente antioqueño* ser catalogada como produtora de alimentos, Antioquia somente produz 29% da produção total. O 71% provem de fora e do exterior o que lança como resultado que a economia camponesa se encontra em pleno estado de vulnerabilidade (CORPOCEAM, 2014).

As organizações camponesas que compõem o DAOA do município de Marinilla encontram-se no processo de reorganização comunitária do *oriente antioqueño*, após a toma militar da região por parte de diversos atores armados. A chegada da cooperação internacional e a substituição de espaços comunitários por organismos controlados pelo Estado tem sometidos a uma determinada lógica os projetos coletivos de financiamento e assistência técnica.

Encontra-se dentro da área de influência dos cinco departamentos que configuram a região que concentram a riqueza (medida por porcentagem do PIB) o que tem levado a um processo de concentração de terras e posterior subdivisão, especialmente a partir do *boom* imobiliário desatado na zona com o capitalismo criminal e o incremento da industrialização.

Eu tenho um vizinho, que os camponeses o chamamos de rico, e do lado um camponês, quando eles vão fazer a valorização de impostos, e nós já passamos por isso, nós tivemos de fazer uma revolta por isso.

Ir para discutir [ao setor de planejamento de Marinilla] o por que, se somos estrato 2 ou 3 e eles vão subir para 5 ou 6 que não era justo... foi dura a briga mas a conseguimos<sup>98</sup>.

O fato dessa região de Antioquia estar completamente integrada ao projeto de Estado funcional ao capital tem consequências imediatas no campesinato, pois a pesar dele poder ser subordinado ao capital –a partir de processos como territorialização do capital e monopolização do território–, a economia colombiana baseada nas rentas e privilegiando a uma elite, faz que o campesinato tenha muitas dificuldades em se viabilizar enquanto sujeito, pois a tarefa da produção de alimentos cada vez está sendo ameaçada pela importação dos mesmos do exterior.

---

<sup>98</sup> Depoimento G. Marinilla, 21 de dezembro de 2014.

**Foto 4.** Mercado Municipal do município de Marinilla



Fonte: Trabalho de campo. Valentina Montealegre.

Dentro das conquistas realizadas pelo DAOA, se encontra o uso restrito para mineração, floricultura, agroindústria, infraestrutura de redes, atividades de serviço sub-regional, etc. A conformação de um fundo municipal, o qual deve garantir que 10% dos recursos recolhidos por conceito de imposto predial devem ser destinados pela Administração Municipal ao investimento em projetos de desenvolvimento rural, prévia concertação com o *Concejo Municipal*. A realização da *Cátedra Agroecológica*, cujo ensino de ferramentas agroecológicas e conteúdo das práticas do campo é obrigatório nas escolas, a proibição de publicidade relacionada ao uso de agrotóxicos e a focalização do investimento realizado por parte da secretaria de agricultura do município, avaliada como aliada das organizações camponesas por parte de seus integrantes, constituem algumas conquistas do DAOA.

É por isso que são tão pequenas as terras, os lotes, e já é dito que não podem ser mais subdivididos, que já têm um limite. Então quem tem vários filhos, eu acho que esse é o problema que eles sempre têm colocado, se eu tenho vários filhos como que eu não vou poder fazer a casa aqui para os meus filhos, se aqui cabe e a lei do distrito deve ter determinada área para cultivar. Que por aí mais ou menos se contradiz com os benefícios que ele [o distrito] acarreta. Pelo cuidado, porque não entre a mineração, as empresas por aí que querem entrar e acabar com o que é a comida. Sim, é benéfico<sup>99</sup>.

---

<sup>99</sup> Depoimento R.D. Marinilla, 19 de dezembro de 2014.

Porém, os limites desta forma territorial enquanto não atingem o problema da distribuição da terra, se evidenciam na problemática dos DAOA enquanto a partir da estrutura fundiária do município e da região, de microfúndio e minifúndio, combinado com mediana propriedade, não permitem a expansão das famílias camponesas e a permanência no território como camponeses. Por outro lado, problemas derivados da urbanização e da desigualdade social já fazem parte das dinâmicas cotidianas dos habitantes do DAOA.

O fato de que não seja permitido, ou que de uma forma ou de outra seja restringida a possibilidade de que mais pessoas do urbano comprem sítios e as convertam em sítios de recreação e todo esse assunto é bom, porque nesse caso aqui nós tivemos problemas sociais grandes, pela vinda dos *veraneantes*. Muitas histórias de *pelaos* [adolescentes] que agora estão usando drogas, nós as devemos àqueles loucos, o consumo de cigarro, *peladas* gravidas tão cedo e tudo isso... aqui nós temos brigado à bala com eles e não gostamos de ser roubados [...], então são coisas que não teriam de acontecer, se o pessoal que vêm de fora não chega com esses **truques**...

Isso é bom, mas vamos dizer.... daqueles que administram as políticas e tudo o outro, devem ser flexíveis para certas coisas. E não ser de certa maneira tão restritivos. Quando eu sou restritivo para algumas coisas e menos restritivo para outras isso gera problemas também, não toleramos isso. Se eles não quiserem, não nos tratem igual que na cidade, se eles não querem nos aprovar prédios de 10 andares aqui não os aprovem... se eles não querem que nossas famílias cresçam, pois se são tão corajosos, então, venham nos castrar!... mas isso não vai acontecer, não é?

Então, o que que acontece? Tentemos então nos manter iguais. Para o urbano há certos recursos e determinadas políticas e nós não somos diferentes do urbano, pagamos nossos votos, pagamos os nossos impostos, somos exatamente iguais. Portanto não é justo que eles dem pra nós um tratamento diferente. E quando temos esse tratamento diferente, então é como se estivéssemos falando sobre pessoas diferentes e estamos fazendo a mesma coisa. Inclusive!... eu diria que há muito mais humanidade no campo do que na cidade, todo mundo conhece todo mundo aqui! Na cidade, nem sabemos quem está por trás da parede e só 10 centímetros nos separam<sup>100</sup>.

Aqui se refletem as diferenças no reconhecimento do campesinato como sujeito social, no sentido de que enquanto não se resolve o problema da propriedade da terra, vão ser os camponeses quem assumem as piores consequências do modelo de acumulação. Enquanto o *Distrito Agrario* não entre na discussão do problema da propriedade da terra, os camponeses seguirão excluídos e isso é evidente quando Naranjo fala de “*mantenerse a la par*”.

Por conta da estrutura fundiária de minifúndio de grande parte de Antioquia e o leste do departamento, este fato é evidenciado na impossibilidade de ter suficiente espaço

---

<sup>100</sup> Depoimento I. Marinilla, 18 de dezembro de 2014.

dentro de cada lote, não só para reprodução do campesinato, mas para sua família e futuros herdeiros, enquanto que a cidade segue se expandindo e absorvendo as zonas rurais.

Vamos dizer algo, a expansão urbana, que está sendo muita em Marinilla, quando você monta um distrito agrário, ela é freada pelo distrito agrário. A parcelação, a mesma coisa de não pegar uma hectare e dividi-la em pedaços, isso freia também a expansão urbana... o que poderia ser bacana de alguma forma. Então municípios como Rionegro que recusaram-se a adotar distrito agrário, pois isso os limita, porque em Rionegro está urbanizado o rural, já Rionegro quase não tem área rural e tudo o que é área rural estão sendo puxado para construções para veraneio, e venda de terras para implementação industrial, e espaços para lazer e descanso para as pessoas que vêm do exterior para o aeroporto, e tudo o outro... tornou-se um modo de vida e de negócio [...] já não vai poder ser vendido, por metro, a cinco milhões de pesos [colombianos] por metro. Já não. Essa é uma estória. Então há algumas coisas que têm sido estudadas e se sabe que não vai ajudá-los politicamente. E eles têm outra história desde o rural. Em Rionegro quase todas as estradas rurais são pavimentadas e são estradas rurais e são pavimentadas não porque coitadinhos, que os camponeses, que a estrada é tão ruim pra tirar a comida... não! É porque eles estão interessados que aqueles que vêm lá entrem no campo, comprem fazendas, se estacionem lá, descensem, isso valoriza a terra.

Para eles estimula o comércio, incentiva um monte de outras coisas que são feitas desde lá, assim a comida [eles dizem] vamos comprar aos *marinillos* ou vamos trazer do centro atacadista de Medellín. Então, para eles produzir seu próprio alimento não é uma prioridade.

[...] Estar imerso ou não em uma política de distrito agrário implica um filtro para movimentar recursos e você sabe que assim tenha sido muito boa sua gestão e tenha boa vontade e muito mais, se tu não passa esse filtro, a obtenção de recursos para teu município é mais complexa<sup>101</sup>.

A contradição campo–cidade se evidencia não só na inviabilidade da reprodução do campesinato a partir das atuais políticas de reforma agrária, mas no não reconhecimento dos seus direitos como cidadãos e cidadãs, expressando as fraquezas da democracia e os estreitos alcances do regime jurídico político colombiano. Derivado daquilo, reforçando também o discurso da cidade como lugar ideal.

Então hoje o termo *montañero*<sup>102</sup>, vamos dizer, porque até nisso as coisas têm mudado, o termo *montañero* é usado para significar que uma pessoa é grosseira, mal vestida, rude, grosseira. E o termo *montañero* é habitante da montanha... e nós somos muito mais humanos do que eles!

Não faz muito tempo que esse pessoal de Planejamento, agora que eles estão montando aquela coisa dos Planos de Ordenamento Territorial, os POT e todas aquelas merdas, porque trazem pessoas de fora para construir o POT aqui, eles não o fazem participativo, então claro! Chegam essas pessoas e elas ficam falando: - uy! Esta casa está colada à estrada – não irmão, seis metros para dentro... - você tem que derrubá-la. Derrubá-la?... Outra! Isso aí é outra história. Em seguida, iniciam e aparecem aqui tudo forte: - Não, irmão, o que você construa daqui para frente eu derrubo a construção. - *Compa*, com quem você acha que está conversando?... Está me entendendo o que eu quero dizer?

<sup>101</sup> Depoimento I. Marinilla, 18 de dezembro de 2014.

<sup>102</sup> As pessoas que nasceram e moram em Antioquia são conhecidas como *montañeras* devido à orografia da região.



Então isso não é assim: Por que você a deixou construir? Onde você estava quando a casa foi feita? agora aparece tão forte e tão restrigente e também tão mal localizado, porque você não estava aqui há três anos que foi feito isso?

[...] mas, de onde provêm estas coisas? do Distrito Agrario, essa é a figura para ir e pedir os recursos<sup>103</sup>.

Desta forma, o DAOA comporta sua principal contradição. Na medida em que responde a necessidade de pôr teto aos índices de urbanização das zonas rurais, também põe limites à permanência no território do campesinato e suas famílias, pois a estrutura fundiária do município baseada no microfúndio é o principal problema a resolver. A necessidade de uma reforma agrária.

[...] é que a reforma agrária seria o ideal. Mas nem as FARC tem feito ela! Porque uma reforma agrária, eles dizem [o Estado] que custa muito... uma reforma agrária completa, né?... inclusive às vezes a gente fala sobre qual seria a melhor maneira de remover a pobreza? É espalhar a riqueza. Isso seria ideal. Então, é onde você pega pessoas com zero de recursos económicos e lhes coloca uma taxa. E esa taxa você vai tirar de que tem bastante. Mas vamos ver se os grandes vão dar ela.

[...] para o Estado é melhor ou mais fácil concentrar 50, 100 bobinhos aqui protestando e fazendo paralisações agrárias porque está muito caro o *granulado* [fertilizante químico], que mexer com a classe mais alta e de altos recursos. Por isso com eles não lutam, porque eles financiaram quem está montado lá. Eles apoiaram um monte de coisas. Eles são amigos. Eles podem vir e derrubar a floresta e não há problema porque eles pagam uma indenização<sup>104</sup>.

A reorganização comunitária a partir de instâncias públicas é abordada pela CEAM como espaço chave de integração:

[...] e aí começamos trabalhar com organizações camponesas, nós nos encontramos com várias organizações e começamos fazer também um exercício de produção e comercialização agroecológica muito incipiente e começamos também a trabalhar com a gestão política com os CMDR, que naquele instante a maioria estava inativo, então nós ficamos com a tarefa de fortalecer esses espaços para a participação cidadã que camponeses e camponesas nem conheciam, e onde os prefeitos não estavam interessados – ainda não se interessam–. Então nós fizemos um esforço para reviver esses espaços e desde aí que vá nascendo a mesa rural, desde esses espaços de participação, que motiva às pessoas para participar, porque vêm que isso é interessante, se sentem ouvidos, pelo menos...<sup>105</sup>

Por outro lado, a insuficiência dos dados acerca da estrutura fundiária e as dificuldades enfrentadas pela histórica falta de informação aqui apontada anteriormente, faz ainda mais difícil um diagnóstico completo sobre os conflitos territoriais que levem a uma reforma agrária como medida reparatória diante da desestruturação do tecido

---

<sup>103</sup> Depoimento I. Marinilla, 18 de dezembro de 2014.

<sup>104</sup> Depoimento I.D Marinilla, 18 de dezembro de 2014.

<sup>105</sup> Depoimento D. S. Marinilla, 17 de dezembro de 2014.

organizativo na região por conta da guerra. Embora se tenham registros sobre propriedades baldias, a carência de informação confiável é funcional às políticas de reforma agrária que o governo colombiano tem substituído por políticas de titularização de baldios.

Baldios nós temos aqui. Um estudo feito o ano antepassado pelo INCODER, DPS e bom, outras instituições, e no inventário feito de terrenos baldios existem mais de 5000 imóveis, vamos dizer, sem título e desses 5000 imóveis sem título há cerca de 3800 que são: terras onde as pessoas vivem há muitos anos, e que o Estado diz que são baldios já que habitam em territórios baldios, e o Estado, o INCODER então criou um programa chamado o Plano de Choque, que foi criado o ano passado para titular essas propriedades<sup>106</sup>.

Em palavras de um dos entrevistados<sup>107</sup>, políticas de assistência ao campo como o *Desarrollo Rural Integrado* (DRI) converteram o camponês em uma pessoa individualista, conseguindo com isto que práticas coletivas de trabalho como mutirões, fossem difíceis de promover.

Segundo o secretário de agricultura do município de Marinilla, o referente que tinham para a implantação das ECA's no departamento de Antioquia era o processo iniciado em Marinilla em 1998, a partir de um plano de formação da região desenhado pela *Secretaría de Agricultura y Ambiente*, que incluiu essa metodologia.

Desta forma, a Secretaria de Agricultura destina 80% do seu orçamento a atividades de formação, como as ECA'S, a Cátedra agroecológica; apoio aos estudantes do *Sistema Aprendizaje Tutorial* (SAT), os *Programas Pedagógicos Productivos de Emprendimientos*; a formação em segurança alimentar (alimentos alternativos) com alimentos que não precisam de manejo agrônomo, tudo isso em um contexto no qual o campo se encontra ameaçado pela proximidade à cidade, que fica a quarenta quilômetros.

#### 3.1.6.2.1. Acueducto Comunitario da *vereda* Cascajo Abajo, ADEC

Os aquedutos comunitários são uma das experiências de organização territorial no município, resultado da ausência da garantia dos direitos por parte do Estado e que a partir da privatização da prestação de serviços teve uma desestruturação da sua base comunitária. Em Marinilla são nove os aquedutos comunitários, localizados nas *veredas Alto del Mercado, Gaviria, Primavera, Las Mercedes, Montañita, Pozo, Los Altos, Cascajo* e CORBELÉN (semiurbano e quer ser empresa). A matrícula custa entre 1.5 e 3 salários mínimos legais mensais vigentes e a taxa básica mensal é de \$COP: 15.000 por

<sup>106</sup> Depoimento D. S. Marinilla, 17 de dezembro de 2014.

<sup>107</sup> Depoimento O. Marinilla, 22 de dezembro de 2014.

um consumo até de 17 m<sup>3</sup>: “Não é só fornecer um serviço público senão que é conjuntura para outras coisas que podem ser pensada na região<sup>108</sup>”.

O *Acueducto Comunitario de Cascajo Abajo* ADEC inicia as atividades em 1975, com um motor de bombeamento do aqueduto que capta de uma fonte superficial que nasce no município vizinho de Carmen de Viboral, na *quebrada* La Rivera, com uma média de 60 litros por segundo. A água distribuída não tem tratamento, mas a água mantém boa qualidade e já foi certificada pela CORNARE. Para ter uma afiliação no aqueduto, se deve pedir uma matrícula ou ponto de água, e se apresentar com o documento de propriedade do imóvel o documento de identidade do titular do prédio. Contrato de prestação de serviço provisional. Se a pessoa é arrendatária, quando termina o arrendamento da terra, termina o serviço para o arrendatário.

O ADEC tem cobertura em quatro *veredas*: *Cascajo arriba, cascajo abajo, chimarronas, campo alegre* e conta com 850 afiliados cuja tendência é aumentar a 1000. O fenômeno da urbanização tem atingido o aqueduto, na medida em que a partir do dinamismo da construção mais pessoas têm solicitado afiliação. A zona de influência do DAOA é de expansão urbanística.

O Plano de Ordenamento Territorial é muito importante, mas às vezes a gente não coloca isso na balança. Se eu não tenho uma [propriedade] de 2000 metros e tenho quatro casas para construir, porque as pessoas lá dividem seus 500 metros e os tornam sua moradia<sup>109</sup>.

A ADEC não tem vinculação com o *Distrito Agrario* e sim com as *Juntas de Acción Comunal*, pois o presidente do aqueduto é presidente da JAC da vereda *Cascajo Abajo*. Com respeito ao exercício político de soberania territorial, projetam sua participação na *Asociación Municipal de Acueductos Comunitarios*. Também recebem assessoria da organização *Penca de Sábila* para trabalho comunitário:

A idéia de construirmos a associação tinha, na verdade, um monte de coisas de política. Um dos critérios que ele [o presidente do aqueduto] teve foi não cumprir as normas, então não cumprir ao Estado, não informar ao Estado, então é você de lado, você sozinho, você fornece o serviço e você é uma roda solta, então fique aqui. Mas não, o Estado pretende nos privatizar. Aí é preciso tirar os serviços da política, e as associações prestadoras de serviços públicos da política, é o melhor, que eles colaborem comigo mas não deixar toda a parte. Para ver onde está indo isso, onde que estão apontando, o que estão gerindo eles, mas não deixar que o aqueduto tenha usuários e venham e votem por esta pessoa. Este é o jogo do aqueduto, isso já foi tentado alguma vez, algumas pessoas fizeram, mas isso realmente não é bom<sup>110</sup>.

<sup>108</sup> Depoimento L. Vereda Cascajo Abajo, Marinilla, dezembro de 2014.

<sup>109</sup> Depoimento L. Vereda Cascajo Abajo, Marinilla, dezembro de 2014.

<sup>110</sup> Depoimento L. Marinilla, 19 de dezembro de 2014.

Dentre os principais riscos para os aquedutos comunitários se encontra a privatização do serviço por parte de várias empresas regionais, com o beneplácito do Estado. Porém, a Lei 142 de 1994 os autoriza a operar como empresas ou administradas por comunidades organizadas. Dentro da sua projeção política buscam uma lei própria que os permita seguir operando, tendo como princípio que o acesso à água seja um eixo fundamental para o exercício de ordenamento territorial, que fique consignado nos POT.

Eles tratam a gente como ilegais ou não cumpridores e, o que é ilegal? É ser criminoso. Senhores, nós estamos ajudando o Estado a realizar algo que ele não fez. Nós somos colocados como invisíveis. Mas há alguns anos, dois anos, estamos muito visíveis, por quê? Para privatização porque há sistemas... eles querem montar companhias regionais, assim, para montar a empresa regional [essa] absorve todas as pequenas. Na *Superintendencia* somos muitos os fornecedores e não temos nem tempo, nem oportunidade, nem funcionários para nos vigilar [...] A principal ameaça é privatizar todos os aquedutos. Eles tiram regulamentos para asfixiar<sup>111</sup>.

Os aquedutos comunitários são vigiados pela *Gobernación de Antioquia*, o *Municipio*, a *Contraloría*, a *Superintendencia*, a cada 31 de março devem apresentar-se informes que se não são cumpridos a ameaça é o fechamento. Atualmente existem vários aquedutos bem organizados que se constituem como os próprios inimigos, por gerar disputas pela apropriação de afiliados.

**Foto 5.** ADEC Acueducto Comunitário de Cascajo



<sup>111</sup> Depoimento L. Marinilla, 19 de dezembro de 2014.

Foto: Trabalho de campo. Marinilla, 19 dezembro de 2014. Valentina M. Melo.

### 3.1 6.2.2 Asociación de Mujeres Campesinas Buscando Futuro AMCABF

A *Asociación de Mujeres Campesinas Buscando Futuro* (AMCABF) é a organização mais antiga do município e uma das mais atuantes dentro do DAOA. Está localizada na *vereda* Cascajo Arriba, no sul do município de Marinilla. Nasce em 2004 e atualmente conta com 70 associadas, das quais 45 mulheres fazem parte ativa dentro da organização. Tem como linha produtiva plantas aromáticas medicinais e hortaliças, todas elas com um processo de valor agregado na transformação. Está articulada também com outras organizações da região.

O principal requisito para fazer parte da organização é ser camponesa ou com vocação camponesa. O forte enfoque agroecológico presente nas organizações camponesas que fazem parte do *Distrito Agrario* –o qual se expressa tanto nas pautas reivindicativas como nas conquistas em matéria do enfoque de desenvolvimento rural–, tem raiz nas ECA’S, que nasceram em Asia na década dos 90’s impulsionadas pela FAO com o objetivo de promover a incorporação de tecnologias no cultivo de arroz. Dali se expande ao Peru com o cultivo de batata e depois a outros países de América Latina, onde se junta com outras metodologias, como a do *Campesino a Campesino*, que nasce da experimentação da organização comunitária de base camponesa- indígena e torna como referentes no tema na Nicaragua e sobre tudo, em Cuba.

Foto 6. Praca presença do CMDR na vereda Cascajo Arriba.



Fonte: Trabalho de campo. Vereda Cascajo Arriba, município de Marinilla, 19 de dezembro de 2014. Valentina M. Melo.

Na Colômbia as ECA's conseguem se expandir rapidamente através de organizações comunitárias de base e em conjunto com o processo pioneiro do antropólogo Guillermo Castaño, quem cria as *Escuelas Agroecológicas Campesinas* a partir da prática da *minga* ou mutirão, desenvolve uma metodologia baseada na soberania alimentar, a horizontalidade na construção de relações dentro da organização, a educação popular conhecida pelos aportes da metodologia *campesino a campesino* e as desenvolvidas por Paulo Freire, a ecologia a política e um eixo ético espiritual, que soma aos princípios agroecológicos e à valorização da transmissão dos conhecimentos ancestrais através da família. Uma das redes mais consolidadas desta experiência se localiza no município de Calarcá, em Quindío, chamada *Escuelas Campesinas Agroecológicas de la provincia de Entre Rios*.

Eu comecei a gostar desde 2000, quando fui para a primeira escola camponesa e a partir daí nasceu a associação, este ano nós fizemos uma espécie de escola camponesa e, o que eu gostei? Eu gostei de tudo, é uma mudança total de qualidade de vida... é saúde, e é muito aprender a trabalhar com a comunidade, a gente aprende muitas coisas, entera-se de coisas que a gente não sabia, é como sair de casa para o mercado municipal e ficar nele<sup>112</sup>.

A presidenta da associação trabalhava dentro do setor de alimentação de uma empresa têxtil em Marinilla. Trabalho que teve que deixar por reclamos por parte de seu esposo em assumir tarefas domésticas e que depois se transformou em uma admirável liderança da organização AMCABF, da qual é presidenta desde 2005, um ano depois de conformada. Dentre das diretrizes da organização estão a luta contra o machismo, os problemas intrafamiliares, como forma de empoderamento da mulher.

---

<sup>112</sup> Depoimento R.D. Marinilla, 19 de dezembro de 2014.



## Mosaico 2. Sítio da Rosa Angélica Duque, presidenta da AMCABF



Fonte: Trabalho de campo, Marinilla, 19 de dezembro de 2014. Valentina M. Melo. No sentido do relógio: horta de plantas medicinais; sementes de feijão *riñón*; cultivo de hortaliças; troca de sementes nativas.

A articulação que tem tido a AMCABF com o Distrito Agrário foi desde seu surgimento, com a ajuda do Ministério de Agricultura quando Doris Suaza era a secretaria. A partir dessa iniciativa buscaram-se os comités *veredais* da zona onde estava o distrito. As zonas mais agrícolas foram as primeiras, o centro de organização foram os *comités veredales*, liderados pelas *Juntas de Acción Comunal*.

As organizações que compõem o *Distrito Agrario del Oriente Antioqueño* (DAOA) fazem parte ativa da *Mesa de Desarrollo Rural del Oriente Antioqueño*, que atualmente conta com 31 mesas rurais, de realização periódica em diferentes zonas a cada dois meses. Nesse espaço de articulação regional são discutidos temas como a legislação, as formas de implementar o DAOA, e buscam a participação de pessoas com incidência na política pública. A assistência das mesas que são regionais de Santuario, Ríonegro, La Ceja, San Vicente, com 52 organizações, média entre 50 – 80 pessoas. A articulação com o Estado tem sido constante, fato que enxergam como uma instância de apoio em assistência técnica, mas que nem sempre dá bons resultados.

Nós temos estado sempre da mão com eles [Estado]. A partir daqui do município, da governação, a partir do segundo Laboratório de Paz feito em 2006, projeto que também foi apresentado em 2007, 2009 o realizamos, e também a partir de *Acción Social* [...] Tem se fortalecido a relação interinstitucional com o Estado.

O município apresentou cinco projetos para o *Pacto Agrario*. Cada município podia passar cinco projetos para o *Pacto Agrario*<sup>113</sup>. Ele apresentou um para ASOCAMPO e AMCABF, e isso é grande, vem com a *tisanadora* [máquina] e com o fortalecimento da produção para chás aromáticos [...] Vamos instalá-la no ponto de venda do corredor turístico<sup>114</sup>.

O município através da Secretaria de Agricultura de Marinilla adequará um local no corredor turístico para que funcione tanto a indústria das aromáticas como o ponto de venda; o município também se encarregará de financiar a certificação para a venda do produto. Por outro lado, a Plataforma de sostenibilidad é conformada por 13 organizações as quais preparam projetos de fortalecimento às organizações com agências internacionais de cooperação internacional.

Os comités *veredales* têm uma dinâmica de ser ponte entre a organização e a comunidade, eles podem ter mais de uma *vereda* a seu cargo. Ali coordenam os trabalhos que são levados ao comitê organizador ou diretiva. Isso se traduz em acompanhamento técnico agropecuário e produção orgânica. Também há capacitação em transformação de alimentos, e produção artesanal, por exemplo de sabonetes e pomadas. Porém, os membros das organizações também são conscientes das dificuldades que entrinha uma excessiva burocratização dos recursos, que poucas vezes passam às mãos das organizações.

Nada menos a semana passada ligaram para a gente. E aí eu também fui muito sincera e disse-lhes: acompanhamento, para o que queremos? Traga sim, mas que traga recursos, que não seja só para que lá os técnicos ganhem um dinheirinho e venham aqui para fazer nada a nos dizer o que já sabemos, isso não. Eu pego as mulheres e as cito, mas pelo menos que lhes paguem o transporte e lanche para que elas coloquem seu tempo e venham ouvi-los, mas que eles venham sim com recursos, porque é muito esgotante que todas as instituições querem vir: - cite-as e pegue-as! quando têm uma reunião e querem dizer alguma coisa, mas nunca [algo] que já se veja refletido em algo e não apenas em treinamento.

Que os recursos tivessem algo para o administrativo, já que a gente sempre fica com muito pouco e nunca temos como dar um bônus para alguém, a gente se desgasta sim, e corra e corra e quando os recursos são assim de... existem instituições que montam os projetos para eles lá desde um escritório e não a partir das necessidades da comunidade. Então eu já estou tão relutante em receber toda essa parte aí...

---

<sup>113</sup> O Pacto Agrario foi a resposta do governo de Juan Manuel Santos diante os reclamos efetivados nas paralisações agrárias de 2013 e 2014.

<sup>114</sup> Depoimento R.D. Marinilla, 19 de dezembro de 2014.



[...] E os contratos que amarram a vender-nos um monte de coisas... que trazem como uma lista de mercado, que *Natural Control* [insumo agrícola]..., eles sempre trazem alguns insumos que são permitidos pela BPA, mas se você já sabe fazer um adubo, um extrato, por que este recurso não fica com as organizações, com os que não têm e nos trazem coisas de outras pessoas? Ah, é porque a lei... vêm amarrados com que se apresente o projeto, mas para nós compram certas coisas e eles são os únicos que ficam com tudo<sup>115</sup>.

Desta forma, a burocratização dos espaços de construção política se evidencia em um esgotamento das vias legais para lograr não só um reconhecimento, mas viabilidade concreta da economia camponesa. As lideranças que podem assumir maiores responsabilidades no planejamento organizativo, usualmente também são as que têm outras fontes de renda e, por conseguinte, mais tempo disponível.

### Mosaico 3. Sítio integrante de AMCABF.



Fonte: Trabalho de campo, Valentina M. Melo. No sentido do relógio: Desidratador solar, horta medicinal, galinheiro, máquina para triturar pasto ou *rípio*.

Quase 30% dos ingressos derivados do apoio por parte do DAOA é a porcentagem que os proprietários do sítio estimam que a produção de animais, aromáticas e hortaliças como ingressos dentro do lar. Diante disso tem opiniões encontradas: por um lado,

<sup>115</sup> Depoimento R.D. Marinilla, 19 de dezembro de 2014.

pensam que teriam uma melhor inserção no mercado se adotassem as práticas da agricultura convencional baseadas nos químicos. Por outro lado, também pensam que não tem “batido nas portas” devidas no mercado, para vender mais volume de produção, porque nos mercados estabelecidos para a produção agroecológica os produtos têm um melhor preço de venda, comparados com os derivados da agricultura tradicional.

Aqui aparece uma contradição recorrente dentro da agroecologia como orientação para a agricultura camponesa. A agroecologia muitas vezes tem significado a criação de um segmento de mercado diferenciado, que no preço dos alimentos pagaria a força de trabalho incorporada, mas a partir do escasso investimento estatal, inviabilizaria a expansão dos mercados. Seria uma contradição entre o volume e o preço final dos produtos, mas cujo problema fundamental radica na agroecologia como solução absoluta a um problema que é relativo enquanto depende do funcionamento de todo um sistema.

#### Mosaico 4. Produtos comercializados pela AMCABF



Fonte: Trabalho de campo, Valentina M. Melo. No sentido do relógio: Sede do escritório da AMCABF, shampoo marca *BioPalmas* com aloe vera, alecrim quina; caixas de aromáticas (*capim cidreira*); essências e óleos essenciais.

Por outro lado, a propriedade da terra aparece como um problema que atinge especialmente as mulheres, pois a maioria das associadas não são proprietárias da terra,

e esta aparece a nome do esposo. A média dos sítios onde as mulheres trabalham são de 300, 500 metros, no máximo 1000 m. Por isso uma das razões pelas quais o DAOA poderia ser viável seria no maior apoio à comercialização.

Que as coisas sejam vendidas, de modo que não tenha tanto auditor, os atravessadores no mercado municipal são aqueles que ficam com o dinheiro e desde aqui todo o país é abastecido, especialmente a costa mas, que preço é pagado para quem realmente sua e trabalha? Essa é a maior tristeza... os preços são manejados por um pequeno grupo lá e eles são quem estão manejando tudo... tiramos nossos pequenos produtos ao [preço] que eles quiserem e não ao que nos custa tirá-los, o real, o legal, por meio de uma economia solidária que tenhamos preços justos<sup>116</sup>.

As práticas políticas comunitárias manifestam-se na articulação com outras organizações no planejamento de manifestações em contra dos megaprojetos, também no planejamento e participação nos foros sobre os impactos das barragens. Em torno a exercícios de planejamento territorial, AMCABF aponta:

[Ordenamento territorial] Isso já foi feito muito com o CEAM, com o PET produtivo temos feito muito isso sobre planejamento, envolvendo treze mulheres, algumas das quais ficaram com o sistema de garantia participativa, elas foram bem avaliadas porque era trabalhado assim, foi bem marcado, a parte das áreas de fluxos dos córregos, como cuidar da água, e com essa teia [metodologia] que também foi feita para isso, para qualificar...

Em 2015, a AMCABF se preparava para abrir seu ponto de venda, antigamente localizado em frente do mercado municipal de Marinilla. Agora localizado no corredor turístico Marinilla – Peñol – Guatapé. O ponto, que também serve de comercialização para outras organizações, incluindo a planta de transformação de plantas aromáticas, gerando com isso grandes expectativas pelo possível aumento na comercialização dos produtos.

### 3.1.6.2.3 Asociación de Productores Campesinos del Oriente Antioqueño ASOCAMPO

Em 1998 foi criada a *Asociación de Productores Campesinos del Oriente Antioqueño* (ASOCAMPO), com 24 associados e cuja linha produtiva são as hortaliças com critérios de agroecologia. A média no tamanho da terra dos associados é de 5000 m<sup>2</sup>, sendo a *quadra* a medida utilizada na região, que é de 6400 m. Dentro dos requisitos para entrar na associação estão ser agricultor, ser maior de idade, passar o pedido de entrada na organização —o qual é discutido na junta—, e que possua orientação pela agroecologia. O sítio do membro entrevistado se localiza na *vereda* Cascajo Abajo, dentro da zona sul

---

<sup>116</sup> Depoimento R.D. Marinilla, 19 de dezembro de 2014.



do município. Dentro dos ganhos conseguidos ao longo de dezessete anos de trabalho tem sido um eficiente exercício de comercialização direta, atingindo a 300 consumidores de produtos agroecológicos cadastrados na base de dados, que cada semana comercializam no ponto de venda, localizado em frente ao ativo mercado municipal:

Esta é a zona sul, há aqui uma tendência muito grande para a partição da terra. Então, as propriedades normalmente são relativamente pequenas, a produção agrícola é muito mais reduzida, há uma tendência muito mais industrial, pela proximidade que temos com Carmen de Viboral que fica lá por trás desse morro e com o município de Rionegro pelo leste<sup>117</sup>.

#### **Mosaico 5.** Sítio Ivan Naranjo, presidente ASOCAMPO.



Fonte: Trabalho de campo. Marinilla, dezembro de 2014. Fotos Valentina M. Melo. No sentido do relógio: Divisão do sítio em lotes; parcela de feijão para semente; cultivo de amaranto; cultivo de batata *holandesa*, da qual é guardião de sementes crioulas.

Dentre as práticas agroecológicas do sítio no qual trabalha (não é proprietário) se incluem a preparação de caldos minerais, rotação de cultivos, minhocultura e um exercício de planejamento do lote a partir da biodinâmica, assim, os cultivos estão divididos em diferentes setores: produtos de raiz, como beterraba e cenoura; produtos de folha como coentro, alface, repolho; produtos de flor como couve flor, brócolis e girassol; produtos de fruto como leguminosas, frutíferas e cereais como o amaranto. A área total

<sup>117</sup> Depoimento I. Marinilla, 18 de dezembro de 2014.

do sítio é de 3300 m<sup>2</sup>. Do DAOA tem lhe parecido importante a proibição de publicidade de agrotóxicos e a Cátedra Agroecológica:

Mas, como mínimo, chegam e dissem a eles: a agroecologia é isto tun tun, tun, lhes ensinam a preparar um líquido, como preparar um fertilizante e as crianças já saem com essa história<sup>118</sup>.

#### Mosaico 6. Loja ASOCAMPO, município de Marinilla (Antioquia).



Fonte: Trabalho de campo. Fotos Valentina M. Melo.

O presidente da associação, Iván Ocampo, é guardião ou custodio de sementes nativas de batata, as quais troca em encontros com outros camponeses. Cada semana planta cinco linhas de alface, a maioria vendidas mediante ASOCAMPO. Ele trabalha na construção com bambu, e assessora jovens no campo, também é encarregado do ponto de venda ASOCAMPO e recebe outros ingressos a partir da loja escolar que tem na sua casa. Está no lote há dois anos e meio, no qual sempre maneja a agroecologia. Adicional ao trabalho no cultivo, recebe visitas remuneradas de estudantes das universidades ou outros agricultores que querem aprender das suas práticas agroecológicas, o que gera ingressos ao redor de 50USD no mês com um tempo de dedicação baixo. Os ingressos derivados pelo sítio são de 20% o que califica como que planta pouco, vende pouco, mas a dedicação

<sup>118</sup> Depoimento I. ASOCAMPO.



ao sítio é pouca também. Segundo seu presidente, todos os esforços comerciais que tem feito ASOCAMPO têm sido por mérito próprio. O ponto de venda dos seus produtos foi construído por seus próprios integrantes, após o pedido pela administração municipal do ponto de venda anterior.

Associado ao exercício de comercialização surge a rede *Biocomercio*, financiada pela EU e *Ministerio de Comercio*, integrando 24 organizações camponesas. Esta iniciativa tem logrado criar uma marca própria chamada *Distrito Agrario Regional* (DAR) para os produtos de comercialização agroecológica, cuja certificação se dá a partir do *Sistema General Participativo de Garantías*, no qual são as mesmas organizações camponesas as encarregadas de certificar a qualidade dos produtos a partir da confiança mútua e processos comunitários de base. A rede Biocomercio<sup>119</sup> tem logrado autorização para o uso da marca em três tipos de produtos: um que inclui o açúcar, o mel de abelhas e a rapadura, outro as hortaliças e outro os cárnicos. Para ter uma dimensão produtiva da capacidade da red, a oferta de rapadura regional redonda disponível é de cinco toneladas semanais.

#### Mosaico 7. Chocolates de la abuela, produto marca DAR.



Fonte: Trabalho de campo. Marinilla, dezembro de 2014. Valentina M. Melo.

A dinâmica de trabalho da ASOCAMPO contempla a planificação dos cultivos, plantando somente o que vai vender. Como fraquezas dentro da associação, o entrevistado

<sup>119</sup> Para mais informação disponível na página web: [http://redbiocomercio.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=9&Itemid=110](http://redbiocomercio.org/index.php?option=com_content&view=article&id=9&Itemid=110)

coloca a carência no acesso à saúde, o analfabetismo de vários associados –segundo o entrevistado traço comum em todo o campo–, aponta e em geral, muitas necessidades básicas insatisfeitas, produto da não garantia dos direitos básicos ao campesinato.

A articulação com o Estado se dá a partir do orçamento participativo, como aconteceu com o *Pacto Agrario*, no qual qualquer projeto que pretenda recursos deveria passar pelos CMDR, isso deu força aos conselhos municipais. A maioria dos associados da ASOCAMPO formam parte da JAC da *vereda* e paralelamente de outras organizações. Porém, na avaliação do integrante na região não tem um movimento político forte e, por outro lado, embora ASOCAMPO faça política, “*no son politiqueros*”.

A participação com o DAOA tem sido a partir da base social da organização, pois são atingidos pelas suas políticas. Participam também em espaços comuns de interlocução na identificação de problemas e construção de soluções.

Dentro das pautas reivindicativas da ASOCAMPO, contempla-se montar uma política pela qual “o camponês fique no campo”, porque ele migra do campo à cidade a raiz da venda de terra:

Então essa mesma figura do *Distrito Agrario* que surgiu desde o ano 98, eu acho que é só aqui, vão 16 anos, e já tiveram que fazer muitas reformas e uma das reformas é essa que está aparecendo por lá, a figura de condomínios... então aparece sim por lá uma figura de condomínios familiares. Quando voltamos para o mesmo caso [...] como há sim uma transcendência familiar, e como foi assim que aconteceu, e como o que estávamos procurando com as políticas de D.A era evitar o deslocamento dos agricultores para a área urbana, vamos aceitar isso, então vamos fazer a legalização da casinha. Então eles pegaram vários meninos e lhes legalizaram e cada um deles ficou como legal. Porém, aqui seguimos como em um pedaço de 1100 metros agora. Aí seguimos. E a família ainda está crescendo. Mas eles não têm pensado nisso. O crescimento da população atinge muito na área rural para o que são essas políticas de *Distrito Agrario*<sup>120</sup>.

Dentre os projetos para o futuro, a associação contempla a certificación agroecológica, cujo financiamento por COP \$200 milhões provém da *Gobernación de Antioquia*.

#### 3.1.6.2.4 Asociación de Frutas de Marinilla ASOFRUMAR

A *Asociación de Frutas de Marinilla* (ASOFRUMAR), está formalizada desde 2008 e é integrada por dez associados<sup>121</sup>. A linha de produção está baseada na amora, tomate, feijão, milho, alface a partir da produção limpa e agroecológica. A média do

---

<sup>120</sup> Depoimento I. ASOCAMPO.

<sup>121</sup> Não foi possível visitar o sítio de algum dos integrantes da organização, pois o encontro marcado com o presidente da mesma foi desmarcado quando me encontrava na região.

tamanho da terra dos associados é de duas a três quadras. A associação tem recebido apoio na parte produtiva, social e, técnica. Com a ASOCAMPO tem parcerias para comercialização.

#### **Mosaico 8.** Ponto de venda ASOFRUMAR.



Fonte: Trabalho de campo. Valentina M. Melo. No sentido do relógio: a produção de *mora* comercializada no ponto de venda; hortaliças; feijão; *arepas* alimento processado a partir da farinha de milho e muito comum dentro da gastronomia tradicional da região.

Possui um ponto de venda construído com apoio da secretaria de agricultura, e está articulada a projetos como PRODEPAZ e *Federación Fruqueña*, que inicialmente apoiava a produção de frutas e depois se diversificou. O presidente foi formado como promotor agroecológico a partir da CORPOCEAM.

Dentre as problemáticas presentes na região e evidenciadas pela associação, se encontram os conflitos pela terra, a distância das *veredas* de alguns colegas, desta forma, a comercialização é muito custosa, tanto que sai mais barato levar os produtos ao município de Santuario do que para Marinilla. Desde que iniciou a associação tem um ponto de venda. A porcentagem derivada dos ingressos pela produção agropecuária é de 50%. Além dos cultivos também há outros ingressos, como a venda de animais. A associação não trabalha com a marca DAR, mas está articulada com a *Red de Biocomercio*.



Como conclusões preliminares podemos afirmar que o DAOA é produto da reorganização comunitária da região após décadas de violência extrema, desencadeadas principalmente pela apropriação dos ricos recursos hídricos da região e o seu aproveitamento para megaprojetos energéticos. O *oriente antioqueño* foi cenário da consolidação do paramilitarismo em nível nacional e isso trouxe graves consequências nos processos políticos de organização e territorialização do campesinato.

O DAOA se consolida como uma proposta de Ordenamento Territorial Camponês na medida que se propõe a permanência no território das famílias camponesas. Os limites do trabalho de campo não permitem chegar a conclusões definitivas sobre o mesmo mas permitem enxergar as contradições dessa proposta entre conquistas e concessões sobre o projeto capitalista na região.

Por um lado, a região segue sendo uma grande produtora de alimentos na região, especialmente no município de Marinilla, que opera como um dos municípios que abastece o departamento de Antioquia. Por conseguinte, as práticas agroecológicas promovidas pelos projetos do DAOA buscam um grau de autonomia diante o modelo de desenvolvimento rural que a partir dos pacotes tecnológicos associados à Revolución Verde, criam dependência do campesinato aos insumos.

A desestruturação da economia camponesa se evidencia no índice de urbanização e fragmentação da propriedade rural, também na pouca segurança alimentar do departamento, que assegura o 71% da sua alimentação com produção vinda de fora. Embora o município de Marinilla se destaque por ter investimentos significativos no setor rural, estes não possibilitam uma reprodução do campesinato, na medida em que estes ainda dependem completamente dos ingressos extra-sítio, entre eles o trabalho assalariado para completar suas fontes de renda. Embora não seja uma conclusão absoluta, a porcentagem da renda derivada da produção camponesa nos três sítios analisados não superou o 50% ou a metade.

Este fato também pode ser explicado porque o DAOA ainda não é uma forma de ordenamento territorial consolidada. Até finais de 2014, após 20 anos da sua formulação no *Proyecto Pueblos*, somente um dos 16 municípios que fazem parte do DAOA tinha conseguido a regulamentação do DAOA e a inclusão dentro do POT. Por outro lado, apesar da construção comunitária em variados espaços de participação do DAOA, este não apresenta um grau de apropriação considerável por parte das organizações camponesas que o integram.

Aliás, uma das organizações afirma que os empreendimentos produtivos que atualmente manejam foram por conta da sua própria gestão, pois o DAOA seria simplesmente o meio pelo qual algumas ONGs captam recursos, como intermediárias financeiras, produto da cooperação internacional e de programas do *Laboratorio de Paz*, mas que tal gestão não se concretiza em ações dentro das organizações.

Porém, no investimento financeiro aos pontos de venda para a comercialização camponesa, nos espaços de formação agroecológica e política mediante as *Escuelas Campesinas*, e também no exercício de reflexão territorial e ambiental a partir da ordenação do território entre bacia, *vereda*, e sítio, podem se encontrar brechas abertas que estão sendo aproveitadas pelo campesinato em prol da sua organização política.

### 3.2 Considerações finais

A importância de pensarmos o espaço a partir da luta de classes é essencial para entender que nenhuma luta se desativa. Pelo contrário, enraíza-se em um contínuo de resistências e embates, expressados através da história em diferentes formas territoriais de contenção e avanço do capitalismo, mas também em formas de ordenar o território desordenando-o, em uma apropriação que deixa marcas no tempo e no espaço. Daí a continuidade entre formas de resistência territorial de índios, mestiços e brancos das *rochelas*, os *palenques* dos negros *cimarrones* fugitivos, as *colonias agrícolas*, os *baluartes campesinos*, as *zonas de autodefensa campesina*, assim como *Zonas de Reserva Campesina*, *Distrito Agrario Supramunicipal*, *Reservas Naturales de la Sociedad Civil*, *Paisaje Cultural Cafetero*, *Territorios Interétnicos*, *Comunidades de paz*, *Zonas Humanitarias* e *Zonas de Biodiversidad*, *Territorios Libres de Transgénicos*, entre outras, como parte desse contínuo de resistência camponesa e como possibilidades emancipatórias.

Segundo os estudos, a luta de classes e sua dinâmica se evidenciam em pelo menos dos sujeitos principais: o bloco hegemônico do Estado colombiano –que tem liderado a desestruturação das lutas sociais fortemente enraizadas cujo centro é a distribuição da terra– e como sujeito central o campesinato, cujos mecanismos de organização política têm sido as *Ligas Campesinas* e sindicatos, assim como os partidos de tendências anticapitalistas, especialmente, o Partido Comunista.

A centralidade do Estado no papel que cumpre com respeito à acumulação do capital, se evidencia em diferentes momentos: desde a *Guardia Rural*, passando pelo pacto entre as elites dos partidos liberal e conservador que estourou com *El Bogotazo*, a

ditadura da *Frente Nacional*, o aparecimento das ACCU, as alianças com o narcotráfico e a consolidação do paramilitarismo como projeto de Estado com o capitalismo criminal.

A recorrência da via armada é geopoliticamente consequente com o papel que tem a Colômbia, como país aliado de Estados Unidos e um dos principais beneficiários e financiadores da guerra a nível mundial. O conflito armado interno como eixo de acumulação por parte do capital acentua a dependência da Colômbia como economia periférica às economias centrais, entregando a soberania territorial. As respostas políticas e ideológicas de tal fato se evidenciam tanto em guerrilhas, como em propostas por parte da subversão não armada, expressada nas múltiplas formas de resistência territorial que na guerra gestam sua contradição: a paz.

A centralidade do Estado na formação socioeconômica colombiana consolidou relações de *gamonalismo* (coronelismo) que dariam lugar às contradições principais com o modelo territorial proposto pelo Estado e que nas lutas sociais do campesinato, se expressam principalmente em reivindicações democráticas.

Decorrente do ponto anterior, Colômbia teve um incipiente processo de modernização rural provocado pela falta de industrialização do setor agrário colombiano e a primazia das rendas da terra e o pacto entre as elites da pecuária e do café. Tal modernização, de similar forma que no Brasil, se originou nos períodos de autoritarismo estatal, evidenciados na ditadura do Brasil e na *Frente Nacional*.

A centralidade do Estado também se evidenciou nas diversas consequências da *Constitución de 1991*, como emblema de uma reestruturação do capital e também da luta de classes. A crescente articulação do Estado com o capital transnacional se evidenciou nas PEA e na Descentralização, materializada na constituição como mecanismo de desestruturação de classe a partir da participação cidadã e que gestou ali sua própria contradição: o apoio das bases populares a cargos na Prefeitura, no Senado e Congresso, cujo maior símbolo foi o apoio ao partido UP, que canalizou os anseios populares de desconcentração do poder e da ampla base social das FARC, que expressou a possibilidade de fazer contraposição ao bloco dominante do Estado por parte das guerrilhas. Tal partido é emblemático porque foi praticamente exterminado, ficando na impunidade a morte dos mais de 3000 integrantes.

Por outro lado, a *Constitución de 1991* materializou um novo “pacto social” a partir da desmobilização das guerrilhas como *M-19*, *PRT*, *EPL* e *MAQL*, mas também no bombardeio à guerrilha das *FARC* em *Casa Verde*, onde estavam sendo realizados os

Diálogos de Paz com o governo colombiano. Nessa nova reestruturação, as políticas de distribuição de terra tiveram como objetivo a “*etnização da questão agrária*” ao regularizar a propriedade da terra para comunidades indígenas com as *Entidades Territoriales Indígenas*, que possibilitavam o manejo autónomo dos recursos transferidos pelo Estado e com as *TCN* para as comunidades negras, localizados na bacia do Oceano Pacífico e dos quais poucos anos depois seriam expulsas para dar lugar a um êxodo contínuo, a partir da implantação de megaprojetos como o da palmeira do dendê e mineração em grande escala. Os resultados da reconfiguração do capital se evidenciam nas políticas públicas, entendendo elas como expressão do bloco dominante do Estado, mas também como resultado das lutas sociais do campesinato. Assim, entanto para o capital é desejável a aglomeração e compactação territorial que possibilite um maior controle, o campesinato no processo de toma de consciência de classe e se autoidentificando como mistura de diversas comunidades indígenas e negras, desenvolve exercícios políticos de soberania e autonomia territorial, expressados em mecanismos de organização e planejamento do território que visam um projeto nacional que confronte ao modelo de desenvolvimento dominante no campo.

Porém, tal fragmentação de classe a partir das violentas vias *de facto* por parte do paramilitarismo, teve como antecedentes os sucessivos *estados de sitio* declarados pelo Estado, como políticas repressivas contra a ascensão das lutas sociais vivido nos finais da década de 1970 e inícios da década de 1980, mecanismos que transitam uma fina linha entre as vias *de facto* e as vias de direito.

Pela carência de uma industrialização da economia na Colômbia, não houve uma fusão direta entre o capital industrial e o capital financeiro, senão que este último se articulou com o capital transnacional a partir do narcotráfico, fato que teve como consequências a emergência do capitalismo criminal.

A desestruturação violenta dos partidos, sindicatos e outros mecanismos de organização da classe trabalhadora, originou que na ascensão das lutas sociais produzida também por uma reconfiguração produtiva do capital, elas tomem a forma de plataformas e redes, como a *Marcha Patriótica* e o *Congreso de los Pueblos*, símbolo de quem sobreviveram às ultimas duas décadas, nas quais foi perpetrada uma violenta tomada do poder por parte do paramilitarismo e em oposição às forças sociais de esquerda. A heterogeneidade nas lutas sociais não anula uma análise de classe, pelo contrário, expressa a dinâmica de fluxos e refluxos da classe trabalhadora.

Entretanto, o campesinato segue lutando contra o capital materializado na guerra, e personificado nos cinco atores armados combatentes no país. Falar da questão agrária na Colômbia remete ao conflito armado e este pela sua vez remete à ingerência de EUA e a guerra que entrega a soberania colombiana ao governo norteamericano. Por isso, a militarização da questão agrária não é uma expressão só da Colômbia, mas do continente e, dessa forma, a paz da Colômbia também é a paz da América Latina.

Entender a luta pela terra e inseri-la na luta de classes, permite compreender que existe uma fina divisão entre os atores armados e a sociedade, na qual o elo mais fraco é o campesinato, pois são muitos dos filhos das famílias camponesas os integrantes das fileiras dos diversos atores armados, em uma guerra que está esvaziando o espaço agrário e se coloca como estratégia para a negação da reforma agrária por parte do Estado.

Desta forma, o objetivo da luta popular principalmente se coloca em oposição à guerra, demonstrado mediante o apoio aos diálogos de paz entre o governo e a guerrilha das FARC, embora esse mesmo cenário seja entendido como insuficiente porquanto não abrangem a totalidade dos grupos armados, principalmente do paramilitarismo, fortalecido após a desmobilização de 2005.

A análise proposta pela TMD demonstra que as políticas de desenvolvimento rural advindas com a modernização no campo que promulgam soluções dentro do capitalismo, são insuficientes. O principal limite ao potencial revolucionário da reforma agrária é a propriedade privada sobre a terra porquanto a partir dela se estrutura a complexa luta entre classes, que se espacializa mediante o fluxo e refluxo das lutas sociais do campesinato.

A relação migração – colonização – violência – migração tem sido consequência das contrarreformas agrárias efetivadas ao longo do século XX.

A violência sistemática contra a classe trabalhadora e a acumulação do capital a partir do narcotráfico tem gerado inúmeros impactos nas relações sociais de produção da Colômbia: alto índice de informalidade laboral, um contínuo exército industrial de reserva que pressiona pela acumulação a partir da extração de mais-valia relativa e a guerra como elo principal de transferência de excedentes às economias centrais, em uma relação dialética de dependência.

O modelo territorial consolidado com a *Constitución de 1991* comporta uma contradição principal: se denominar descentralizado quando sua formação histórica tem sido produto de uma concentração desigual e combinada da riqueza associada à guerra. A articulação com a guerra leva a que o capitalismo criminal desenvolvido ali conforme

um modelo unitário, do qual o paramilitarismo é expressivo na medida na qual também se territorializa e tem logrado desenvolver um projeto político e econômico.

Atrelado à reconfiguração do capital, houve uma reorganização do regime jurídico político com a LOOT e a *Ley de Víctimas*, que se colocam como antecedentes para ter uma maior dinâmica no mercado de terras e que coloca na disputa pelos *royalties* um novo elemento dentro da contradição do modelo territorial proposto para a Colômbia.

As contradições do modelo territorial proposto pelo governo colombiano dentro dessa luta de classes levaram a uma crescente fragmentação do ordenamento territorial, evidente na tensão entre a Reforma Agrária como política agrária e o Ordenamento Territorial Ambiental, na qual se evidencia uma exclusão de distribuição de terras para o campesinato para dar primazia ao sistema ambiental colombiano, funcional à lógica de acumulação do capital a partir da economia verde, se colocando como reservas de recursos naturais.

O Ordenamento Territorial Camponês é uma reforma agrária *de facto*, ao se materializar no exercício político de soberania e recriação do campesinato enquanto classe. Apesar do campesinato ser o elo fundamental no processo de acumulação do capital na Colômbia, a presença de um bloco dominante no Estado e uma economia rentista baseada no poder da terra, tem levado a um esvaziamento proposital dos campos e a um extermínio gradual da população camponesa, negra e indígena.

As diferentes formas de Ordenamento Territorial Camponês são propostas construídas historicamente, que comportam como projeto político a paz, entendendo ela não só como o término do conflito, mas como a superação das causas de opressão que mantêm restringida nossa autonomia e soberania como povos. Na forma da agroecologia, conservação e preservação adequada dos recursos naturais, da construção do território a partir de diferentes cosmovisões, se constroem propostas que questionam o atual modelo de desenvolvimento rural.

As organizações comunitárias construídas historicamente como mecanismo de organização do campesinato enquanto classe correspondem ao exercício político de soberania territorial como resposta à ausência do Estado e ao projeto classista que ele materializa.

O projeto classista do bloco dominante no Estado explica como dois lados da mesma moeda, tanto a ausência dele na garantia dos direitos humanos fundamentais concernentes ao campesinato (como o acesso à terra) e, por outro lado, a presença dele na

forma de políticas públicas do desenvolvimento rural, que o ratifica como engrenagem para a acumulação do capital mediante as rendas da terra.

As políticas de contrarreforma agrária por parte do Estado colombiano têm sido funcionais ao fenômeno de estrangeirização de terras, configurando um novo processo rentista na fronteira agrícola, articulado de forma homogênea às fronteiras agrícolas no mundo inteiro.

O modelo territorial colombiano não está acabado, pois a espacialização da luta de classes deixa traços nele de acordo com o fluxo e refluxo das classes sociais. Atualmente estão ocorrendo mudanças consideráveis que são resposta a uma reconfiguração produtiva do capital, que mediante uma trajetória no tempo e no espaço evidenciam processos de extração de valor tanto a partir das rendas da terra, como do trabalho.

O processo de consolidação das fronteiras agrícolas traz várias conclusões, nele o Estado cumpre um papel central com dois elementos aparentemente contraditórios: sua presença a partir das contrarreformas agrárias entendidas como políticas agrárias de colonização e que têm sido funcionais a uma posterior apropriação da renda da terra a partir da guerra; e a consolidação do bloco dominante no Estado da mão do capital privado após ter um grau de estabilização da fronteira agrícola, o qual gera fortes conflitos com os processos comunitários iniciados nas zonas e impulsados por exercícios políticos de autonomia e soberania territorial.

Em inícios do século XX, o desenvolvimento das forças produtivas do país levou a que as políticas de colonização camponesa, das quais só a *colonización antioqueña* foi efetiva para o projeto de classe do Estado –no sentido de conformar uma base econômica produtiva e duradoura a partir do café e sua inserção aos circuitos mundiais de acumulação capitalista–, conformaram uma apropriação da renda diferencial por parte do capital privado, a qual se realizou na forma de infraestrutura de transporte e conexão dos centros primários de acumulação do capital, o que configurou um modelo territorial centralizado, cuja concentração de riqueza supus uma presença maior do Estado.

Desta forma foi se desenvolvendo uma extração tanto da renda diferencial da terra quanto da renda absoluta, cumprindo em diferentes momentos os dois processos: inicialmente a monopolização do território, na qual o campo segue povoado e se recriam relações de subordinação ao capital, redefinindo a reprodução camponesa; e um segundo momento, a uma territorialização do capital monopolista na agricultura, especialmente

com a chegada dos megaprojetos associados à infraestrutura energética e a emergência e consolidação dos atores armados na região, como evidenciado no *Distrito Agrario del Oriente Antioqueño* (DAOA), o que levou à realização do valor do capital pela exportação de energia elétrica e a mediação do capitalismo criminal. Ou seja, o produto da consolidação de uma fronteira agrícola simultaneamente com uma configuração regional do capital.

Por outro lado, nesse mesmo percurso no tempo e no espaço, a particular conformação do Estado como modelo territorial, levou à criação de periferias explicitamente denominadas como *Territorios Nacionales*, e que na verdade operavam como fronteiras agrícolas: Caquetá, Meta, Vichada, Casanare, Arauca, Guainía, Vaupés, cujos traços territoriais correspondem às formas históricas de ocupação do território por parte de comunidades indígenas, expressivo disso é que é ali onde estão localizados os municípios com maior extensão do país inteiro. Estes territórios que historicamente não faziam parte do processo territorial do projeto de classe do Estado, simbolizado pela escassa concentração da terra e a riqueza, levou a processos autônomos de recriação do campesinato enquanto classe, os quais geraram uma série de mecanismos e alternativas de resolução dos conflitos territoriais derivados das suas condições particulares. Desta forma, a resolução da questão agrária nestes territórios só pode ser contemplada no reconhecimento efetivo, tanto desses exercícios políticos da soberania e a autonomia territorial, quanto da sua capacidade para resolver os conflitos a partir de fatos historicamente construídos como reformas agrárias *de facto* e Ordenamento Territorial Camponês.

Nos dois casos, o conflito armado de forma cada vez mais aguda, tem se convertido na materialização extrema do capital, na forma da militarização da questão agrária e da polarização política do país comprometendo seriamente o objetivo principal do Estado em tanto aparelho democrático. Ou seja, o estado de coisas atual não permite avaliar o nosso projeto de nação como democrático.

As consequências no espaço da luta de classes se evidenciam em diferentes formas organizativas por parte dos sujeitos centrais nessa luta. As *Juntas de Acción Comunal* têm sido o núcleo típico de convocação nos processos organizativos do campesinato, gestados historicamente em conjunto com formas organizativas sindicais, partidárias e na forma de movimentos sociais. As formas de apropriação por parte do Estado e do capital têm variado dependendo do modelo territorial ao qual estão inseridos. No caso do DAOA as



JACs têm respondido a um crescente processo de cooptação por parte do Estado, na forma de uma espécie de burocratização do campesinato a partir da inserção a mecanismos criados desde cima, como os CMDR, que funcionam só como espaços de presença estatal que não comportam uma completa legitimidade por parte das organizações camponesas, entanto não configuram mudanças estruturais à viabilidade das economias camponesas e a sua reprodução enquanto classe. Porém, a articulação das organizações que fazem parte do DAOA, assim como outras organizações e espaços de articulação como a *Mesa de Desarrollo Rural del Oriente Antioqueño*, e organizações locais como os aquedutos comunitários, traz consigo uma análise de escala da luta de classes expressada nos impactos espaciais do conjunto das organizações que agrupam o campesinato da região.

Um dos desdobramentos do capitalismo criminal no oriente *antioqueño* tem se manifestado na forma da especulação imobiliária, a qual tem atingido especialmente à população camponesa ao redor dos polos de desenvolvimento urbano. Embora nem todas as propriedades definidas como *sítios de lazer* sejam produto da realização do valor do narcotráfico, uma proporção importante corresponde a esse tema, e outra corresponde à inviabilização da economia camponesa a partir da não efetivação da reforma agrária. O DAOA nasce como resposta a essa problemática. A recente resolução dos DAS caminha na superação dos limites do acesso à propriedade da terra, na articulação dessa forma de ordenamento territorial às *Zonas de Reserva Campesina* (ZRC).

No caso da ZRC Lozada – Guayabero, as JACs têm alcançado uma rica coesão organizativa que se traduz em variadas formas de resistência por parte do campesinato, que têm logrado com muitas dificuldades a permanência no território por ser este foco do conflito armado. Desta forma, foi nas JACs que se conquistou um exercício de organização e planejamento político do território, na autonomia e soberania territorial como exercício de consciência de classe, a partir da articulação a processos de interlocução a nível nacional, como a MUCAPOC e a ANZORC, nos quais por um lado, se constituem como espaços de auto-reconhecimento como sujeitos políticos centrais na formulação de um projeto societário além das reivindicações e pautas locais.

O enfraquecimento dos Estados como parte das estratégias para uma maior acumulação do capital, evidenciados na Colômbia especificamente com a descentralização e a *Constitución de 1991*, tem aberto as portas à cooperação internacional e com isso, tem gerado diversos conflitos territoriais. De um lado, EUA com as políticas de militarização das quais o *Plan Colombia* é expressivo e que atingem

especialmente as populações camponesas na forma da economia política da guerra e, por outro lado, a Europa, mediante acordos de cooperação internacional destinados ao desenvolvimento rural, na forma de *Laboratorios de Paz e Programas para Desarrollo Rural*, que privilegiaram uma adjudicação dos recursos baseados na eficiência produtiva e na articulação do capital para lograr economias de escala, como foi o caso da palmeira do dendê no Magdalena Medio. Porém, como espaços em disputa, no caso do *Oriente antioqueño* têm sido utilizados como espaços de articulação política, atingindo uma precária viabilização da economia camponesa, mas encontrando no processo político de construção de identidade camponesa uma forma de construir consciência de classe por parte das organizações comunitárias.

Por outro lado, é central o papel que as mulheres camponesas realizam nos cenários de guerra e conflito, pois são elas as principais atingidas pela sua condição de mulheres ao ser objeto recorrente de violência sexual por parte de todos os atores armados. Também pela sua condição de mães, na desestruturação violenta das famílias e assassinato principalmente de filhos e esposos. Por conseguinte, e como foi demonstrado no caso de DAOA, as mulheres camponesas apesar de estar nesse grau de vulnerabilidade, conseguem se organizar firmemente contra a guerra, fortalecendo o tecido social e aportando centralmente ao projeto de classe do campesinato.

A partir das contrarreformas agrárias, o papel central do Estado nessa articulação e a existência de um conflito armado prolongado que fazem da democracia da Colômbia um projeto particularmente falido, as reivindicações do campesinato passam em primeira instância por assegurar a garantia dos seus direitos em um contexto de vulneração constante e sistemática deles. Nessa medida, faz-se necessário exigir do Estado como medidas reparatórias não só o reconhecimento da sua responsabilidade nos fatos violentos que tem desencadeado o deslocamento forçado de milhões de mulheres e homens do campo, quanto da necessidade de cumprir a reforma agrária e garantir uma vida digna para o campesinato, reivindicações amplamente expostas à sociedade desde os espaços de articulação política por ele organizados e sistematicamente deslegitimados e reprimidos. Só assim poder-se-á construir uma verdadeira paz com justiça social, que contribua à paz do nosso continente.

## REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Álvaro. **Escuelas de agroecología en Colombia**. La construcción e implementación del conocimiento agroecológico en manos campesinas. Corporación Ecofondo. [On-line] Disponível na página web: <http://semillasdeidentidad.com/wp-content/uploads/2014/11/Escuelas-de-Agroecolog%C3%ADa-en-Colombia.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2015.

ALENTEJANO, Paulo Roberto. **Os movimentos sociais rurais e a teoria geográfica**. Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007.

AMARAL, Marisa. **Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo**. Tese (Doutorado em economia). USP. São Paulo: 2012. 147 p.

AMNISTÍA INTERNACIONAL. **Un título de propiedad no basta**. Por una restitución de sostenible de tierras en Colombia. Madrid: Centro de Lenguas de Amnistía Internacional, 2014, 109 p.

ARANGO, Mariano. Esquemas de políticas de reforma agraria en Colombia. **Lecturas de Economía**, N° 23, p. 195-220. 1987.

ARANGO GAVIRIA, Oscar. El paisaje cultural cafetero: Una aproximación desde la institucionalidad emergente. In: Seminario Investigación Urbana y Regional, X, **Políticas de vivienda y derechos habitacionales**. Reflexiones sobre la justicia Espacial en la Ciudad Latinoamericana, Bogotá, 19 de septiembre de 2012. [Online] Disponível em: <http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/cvyu/article/view/5472/4735>, acessado em janeiro de 2015.

ARBELÁEZ, Alejandro. La minería antioqueña y su importancia en la acumulación primaria de capital. **Semestre Económico** N° 8, p. 79-87. 2000.

ASAMBLEA DEPARTAMENTAL DE ANTIOQUIA. Proyecto de ordenanza n° 37 de 30 de julho de 2014. Por la cual se conforman los Distritos Agrarios Supramunicipales en el departamento de Antioquia. Medellín, julio de 2014.

ASOCIACIÓN PARA EL DESARROLLO CAMPESINO, ADC. **Recopilación histórica del proceso de la declaratoria de La Cocha como Humedal Ramsar**. 2004 [On-line]. Disponível em <https://vdocuments.site/recopilacion-historica-del-humedal-cocha.html>. Acesso em 30 de março de 2015.

BARTRA, Armando. **Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

BUSTOS, Camilo. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena awá do departamento de Putumayo (Colômbia)**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) FFLCH -USP. São Paulo: 2008. 209 p.

CAICEDO, Luz Piedad. **Desplazamiento y retorno**. Balance de una política: retornar no es sólo volver. Desplazamiento y retorno en San Carlos, Antioquia. Bogotá: ILSA, 2006.

CALLEJAS, Apolinar Díaz. **El 9 de abril 1948 en Barrancabermeja**: Diez días de poder popular. Bogotá: Ed. El Labrador, 1988.

CAVIEDES, Mauricio; CALDÓN, José Domingo. **Territorios Agroalimentarios**. Bogotá: CEDINS, 2015. Disponível na página web: <http://cnagrario.org/category/ordenamiento-territorial/>. Acesso em 22 de maio de 2015.

\_\_\_\_\_. **Paz y resistencia**: experiencias indígenas desde la autonomía. Bogotá: Centro de Cooperacion Al Indigena, 2007.

Centro de Investigación y Educación Popular / Programa por la paz (CINEP/PPP). **Informe especial Luchas sociales en Colombia 2013**. Bogotá: CINEP, 2014, 28 p.

\_\_\_\_\_. **Informe especial Minería, conflictos sociales y violación de derechos humanos en Colombia 2012**. Bogotá: CINEP, 2013.

CHAVARRO, William. **Sintaxis de condiciones agrarias, el origen agrario de la subversión y reacción**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), PUJ. Bogotá: 2009. 35 p.

CLEPS JUNIOR, J. **Dinâmica e estratégias do setor agroindustrial no cerrado: o caso do Triângulo Mineiro**. 1998. 291 f. Tese (Doutorado em Organização do Espaço) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP/Rio Claro, 1998.

**Centro Nacional De Memoria Histórica – CNMH. ¡Basta Ya!** Colombia: Memorias de guerra y dignidad. Informe General del Grupo de Memoria Histórica – GMH. Bogotá: Imprenta Nacional, 2013.

COLECTIVA AGRARIA ABYA YALA. **Matriz de Sistematización de Documentos sobre Tierra y Territorio**. 2014 (inédito).

COLÔMBIA. Decreto 2811 de 18 de dezembro de 1974. Por el cual se dicta el Código Nacional de Recursos Naturales Renovables y de Protección al Medio Ambiente. Bogotá, dezembro de 1974. Disponível na página <http://parquearvi.org/wp-content/uploads/2016/11/Decreto-Ley-2811-de-1974.pdf>. Acessado no 22 de maio de 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto 1974, de 31 de agosto de 1989. Por el cual se reglamenta el artículo 310 del Decreto - Ley 2811 de 1974, sobre Distritos de Manejo Integrado de los Recursos Naturales Renovables y la Ley 23 de 1973. Bogotá, agosto de 1989. Disponível na página [http://www.minambiente.gov.co/images/BosquesBiodiversidadyServiciosEcosistemicos/pdf/Normativa/Decretos/dec\\_1974\\_310889.pdf](http://www.minambiente.gov.co/images/BosquesBiodiversidadyServiciosEcosistemicos/pdf/Normativa/Decretos/dec_1974_310889.pdf). Acessado no 22 de maio de 2015.

\_\_\_\_\_. Lei N° 99, 31 de dezembro de 1993. Por la cual se crea el Ministerio del Medio Ambiente, se reordena el Sector Público encargado de la gestión y conservación del medio ambiente y los recursos naturales renovables, se organiza el Sistema Nacional Ambiental –SINA y se dictan otras disposiciones. Bogotá, dezembro de 1993.

\_\_\_\_\_. Resolução 1510 de 2010 de 13 de agosto de 2010. Por la cual se redelimita la Zona Forestal Protectora declarada y reservada a través del Acuerdo 31 de 1970 de la Junta Directiva del Inderena, aprobado mediante la Resolución Ejecutiva 24 de 1971 del Ministerio de Agricultura y se adoptan otras determinaciones. Bogotá, agosto de 2010. Disponível na página: <http://curaduria2envigado.com/sitio/download/Normatividad/Resolucion-1510-de-2010-Reserva-Nare.pdf>. Acesso 24 de julho de 2015.

\_\_\_\_\_. Lei N° 1450, 16 de junho de 2011. Por la cual se expide el Plan Nacional de Desarrollo, 2010-2014. Bogotá D.C, junho de 2011.

COMISIÓN INTERECLESIAL DE JUSTICIA Y PAZ. **En 2012 se declararon 6 nuevas Zonas de Biodiversidad.** 2013. [On-line]. Disponível em <http://justiciaypazcolombia.com/En-2012-se-declararon-6-nuevas>. Acesso 14 março de 2013.

\_\_\_\_\_. **Declaración final 5° Movimiento Ecuménico, Ecológico Social.** 2012. [On-line]. Disponível em <http://jyp.megadatesystem.com/Declaracion-final-5o-Movimiento>. Acesso 14 de março de 2013.

COMUNIDAD DE PAZ SAN JOSÉ DE APARTADÓ. **Declaración relativa a la Comunidad de Paz de San José de Apartadó.** 1997. [On-line]. Disponível em <http://www.cdpsanjose.org/node/13>. Acesso 30 de julho de 2014.

CON las manos untadas de tierra. Direção: CENTRO DE ESTUDIOS REGIONALES DEL SUR (CERSUR), 2014 (Inédito, 45 minutos).

COORDINADOR NACIONAL AGRARIO (CNA). **Cartilla desde el corazón del movimiento campesino.** Bogotá: Editorial Gente Nueva, 2014. 62 p.

COORDINADOR NACIONAL AGRARIO (CNA); CENTRO DE INVESTIGACIÓN Y EDUCACIÓN POPULAR (CINEP) / Programa por la paz. **Desde el corazón del movimiento campesino.** Bogotá: Gente Nueva, 2014.

CORPORACIÓN DE ESTUDIOS, EDUCACIÓN E INVESTIGACIÓN AMBIENTAL (CORPOCEAM). **El Distrito Agrario del Oriente Antioqueño: una propuesta de ordenamiento territorial y desarrollo rural sustentable.** 2014 (inédito). 17 p.

CORTÉS, Ingrid. Revisión y análisis parcial de la información de Reservas Forestales Distritos de Manejo Integrado de los Recursos Naturales Renovables y Áreas de manejo Especial declaradas Colombia. **Revista Colombia Forestal.** N° 15, vol. 7, p 101-107. 2002.

CUMBRE AGRARIA CAMPESINA, ÉTNICA Y POPULAR - CACEP. **Pliego de exigencias de la Cumbre Agraria.** 2014. Bogotá Disponível na página web: <https://prensarural.org/spip/spip.php?article13670>. Acesso 12 maio de 2014.

CURRIE, Lauchlin. **Bases de un programa de fomento para Colombia:** informe de una Misión. Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento. Bogotá: Imprenta del Banco de la República, 1950.

DEININGER, Klaus W.; BYERLEE, Derek. **Rising global interest in farmland:** Can it yield sustainable and equitable benefits? Washington: World Bank Publications, 2011.

DE LA TORRE, Clara Inés García et al. **Geografías de la guerra, el poder y la resistencia:** Oriente y Urabá antioqueños 1990-2008. Bogotá: Cinep, 2011.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN (DNP). **Bases del Plan Nacional de Desarrollo 2010-2014.** Prosperidad para todos. Bogotá: DNP, 2011.

\_\_\_\_\_. Documento CONPES 3803. **Política para la preservación del paisaje cultural cafetero de Colombia.** Bogotá, 2014.

DUNCAN, Gustavo. **Del campo a la ciudad en Colombia:** la infiltración urbana de los señores de la guerra. Bogotá: Universidad de los Andes, 2005.

ESTRADA, Jairo. **Derechos del capital.** Dispositivos de protección e incentivos a la acumulación en Colombia. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. 2010.

ESTRADA, Jairo (ed). **Capitalismo criminal, Ensayos críticos,** tomo 3. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2007, 174 p.

\_\_\_\_\_. **Territorios campesinos:** la experiencia de las zonas de reserva campesina. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia; Instituto Colombiano para el Desarrollo Rural (INCODER). 2013. 257 p.

FAJARDO, Darío. Notas sobre el minifundio en Colombia: su marco histórico y espacial. In: **Revista Maguaré.** N° 2, p. 155-176. 1984.

\_\_\_\_\_. **Para sembrar la paz, hay que aflojar la tierra:** comunidades, tierras y territorios en la construcción de un país. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2002. 193 p.

\_\_\_\_\_. **Propuesta para algunos contenidos del proyecto de la ley orgánica de Ordenamiento Territorial (LOOT) referidos en especial a asentamientos humanos y sector agrario.** Red de Estudios de Espacios y Territorio. Espacio y Territorios. Razón pasión e imaginarios. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2003.

\_\_\_\_\_. Balance sobre el desarrollo de la política de tierras en el marco del conflicto armado en Colombia. In: **Monográfico N° 3. Centro Internacional de Toledo para la Paz (CITpax),** 2011.

FALS BORDA, Orlando. **Historia doble de la Costa.** 1ª edición. Bogotá: El áncora, 2002. 4 volúmenes.

FERNANDES, Bernardo Mançano et al. Movimiento social como categoría geográfica. In: **Terra Livre,** v. 15, p. 59-85, 2000.

FERRO, Juan Guillermo. **As FARC: Dimensão Organizacional e Política.** (Dissertação) Mestrado em Ciência Política. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2000, 191 p.

FERRO, Juan Guillermo; URIBE, Graciela. **El orden de la guerra: las FARC-EP entre la organización y la política.** 1ª edición. Bogotá: CEJA, 2002. 208 p.

FORERO, Jaime; De Vargas, María; Rodríguez, Claudia, León, Andrea. **La viabilidad de la agricultura familiar en la altillanura colombiana**, análisis de su eficiencia económica – productiva y su dinámica ecosistémica en comunidades de Puerto López. Bogotá: Universidad Javeriana, 2015. 61 p.

GAITÁN, Gloria. [Carta aberta] 18 de outubro, 2012. [Para] Presidente da Colômbia Juan Manuel Santos, e comandantes das FARC-EP Rodrigo Londoño Echeverri e do ELN, Nicolás Rodríguez Batista, Bogotá, 4f. Faz um relato histórico sobre o surgimento das guerrilhas como consequência de crimes do Estado colombiano. Disponível em Radio Macondo <http://radiomacondo.fm/2013/09/11/de-como-nacio-la-guerrilla-en-colombia-carta-de-gloria-gaitan-al-estado-colombiano>. Acessada no dia 19 de dezembro de 2013.

GALVÃO, Andréia. Marxismo e movimentos sociais. In: **Crítica marxista**, Nº 32, p. 107-126, 2011.

GARAY, Luis Jorge et al. **Minería en Colombia.** Institucionalidad y territorio, paradojas y conflictos. Bogotá: Contraloría General de la República, 2013.

GARCÍA Aida Milena, BARRERA, Juan Sebastián. **Casa de Semillas Taapay Mikuy**, estratégia de la Universidad Tecnológica de Pereira para la conservación de la agrobiodiversidad. Instituto de Investigaciones Ambientales: Pereira, 2013. Disponível na página web: [http://media.utp.edu.co/centro-gestion-ambiental/imagenes/Semillas\\_flash.swf](http://media.utp.edu.co/centro-gestion-ambiental/imagenes/Semillas_flash.swf). Acesso em 30 de maio de 2015.

GARCÍA NOSSA, Antonio. **Sociología de la reforma agraria.** 1ª ed. Bogotá: Ediciones Cruz del Sur. 1973. 238 p.

GONZÁLEZ, Margarita. El resguardo minero de Antioquia. In: **Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura**, Nº 9, p. 17-37, 2012.

GONZÁLEZ–ARIAS, J. Cultivos ilícitos, colonización y revuelta de raspachines. In: **Revista Foro**, v. 35, p. 43-54, 1998.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

GUZMÁN Germán, Monseñor; FALS BORDA, Orlando; UMAÑA LUNA; Eduardo. **La Violencia en Colombia.** 1ª edición. Bogotá: Punto de lectura, 2010. 2 volúmenes.

HARALAMBOUS, Sappho; LIVERSAGE, Harold; ROMANO, Monica. **The Growing Demand for Land–Risks and Opportunities for Smallholder Farmers.**

Discussion paper prepared for the round table organized during the 32<sup>nd</sup> session of IFAD's Governing Council. Roma, IFAD, 2009.

HURTADO, L. **Documentación y Caracterización de la Experiencia de Ordenamiento Territorial y Formalización de la Tenencia de la Tierra en sectores aledaños al Parque Nacional Natural Sierra de La Macarena, Municipio de Puerto Rico Departamento del Meta. (2007-2011).** 2011 [On-line]. Disponible na página web: [http://www.ame-macarena.org/descargar\\_archivo.php?archivo\\_id=33&hash=d3f90a757db80f39aa3ebec86574ef](http://www.ame-macarena.org/descargar_archivo.php?archivo_id=33&hash=d3f90a757db80f39aa3ebec86574ef). Acceso em 11 de fevereiro de 2015.

INSTITUTO GEOGRÁFICO AGUSTÍN CODAZZI (IGAC), CEDE, UNIANDES. **Atlas de la distribución de la propiedad rural en Colombia.** Bogotá: Imprenta Nacional de Colombia, 2012.

INSTITUTO GEOGRÁFICO AGUSTÍN CODAZZI (IGAC). Mapa oficial físico político 2012. Disponible na página web: [http://ssiglwps.igac.gov.co/mapas\\_de\\_colombia/IGAC/Tematicos2012/MapaFisico.pdf](http://ssiglwps.igac.gov.co/mapas_de_colombia/IGAC/Tematicos2012/MapaFisico.pdf). Acceso 13 julho de 2015.

INSTITUTO COLOMBIANO DE DESARROLLO RURAL (INCODER). **Procedimiento Zonas de Reserva Campesina.** Bogotá: Equipo Nacional ZRC, 2013.

\_\_\_\_\_. **Informe de gestión 2014.** 2014 [On-line]. Disponible na página web: [http://www.incoder.gov.co:80/documentos/AÑO\\_2015/Gestion\\_Incoter/Informe\\_de\\_Gestion/INFORME\\_DE\\_GESTIÓN\\_2014\\_\(Versión\\_editada\\_febrero\\_6-2015\).pdf](http://www.incoder.gov.co:80/documentos/AÑO_2015/Gestion_Incoter/Informe_de_Gestion/INFORME_DE_GESTIÓN_2014_(Versión_editada_febrero_6-2015).pdf). Acceso em 11 de fevereiro de 2015.

INCORA, et al. **Diagnóstico y plan de desarrollo de las cuencas de los río Duda-Guayabero – Losada Guaviare y los Llanos del Yará.** Proyecto de Colonización. Volumen V. Aspectos Históricos – Aspectos Sociales. Medellín: UdeA, 1990. 243 p.

Instituto Latinoamericano Servicios Legales Alternativos (ILSA). Instituto por un derecho y una sociedad alternativos. In: **Revista El Otro Derecho.** N° 31-32. Bogotá, 309-322.

\_\_\_\_\_. **Zonas de Reserva Campesina, elementos introductorios y de debate.** Bogotá: ILSA, 2012. 50 p.

\_\_\_\_\_. **El Mandato Agrario Vive 2002-2010.** In: **Cuadernos de Tierra y Justicia** N° 11. Bogotá, 2011. 48 p.

INSTITUTO POPULAR DE CAPACITACIÓN (IPC) et al. **Memoria de la impunidad en Antioquia, lo que la justicia no quiso ver frente al paramilitarismo.** Medellín: IPC, 2010. 276 p.

KALMANOVITZ, Salomón. **Desarrollo capitalista del campo colombiano.** 14<sup>a</sup> ed. Colombia hoy, perspectivas hacia el siglo XXI. Bogotá: Siglo XXI Editores, 1991.



\_\_\_\_\_. La teoría marxista de la renta del suelo. In: **Publicaciones especiales del CID**, N°2. Bogotá, 1971.

LA LEY del monte. Direção: Adelaida Trujillo, Patricia Castaño. Citurna, FOCINE, 1983 (62 minutos). Disponível na página web: <https://www.youtube.com/watch?v=PLpBIx7NSpY>. Acesso em 23 de maio de 2015.

LEGRAND, Catherine. **Colonización y protesta campesina en Colombia: 1850-1950**. Bogotá: Ed. Universidad Nacional, 1988. 285 p.

LEFEBVRE, Henri. **La renta de la tierra**. 1ª ed. México: Editorial Tlailualli, 1983.

LIBREROS, Daniel. Intervención en Pre- Foro Crisis de idearios y nuevos referentes ideológicos y políticos, debate de inclusión, poder y gobierno. 2013. [Online]. Disponível em: <https://www.desdeabajo.info/ediciones/item/23181-los-retos-que-nos-plantea-el-capital-para-ser-poder-hoy.html>, acessado no 20 de maio de 2015.

LONDOÑO, Rocío. Debate. De Juan de la Cruz Varela a Tirofijo. Entrevista con Alfonso López Michelsen. In: **Análisis Político**, N°37, p., 73-86. 1999.

MACHADO, Absalón. **Ensayos para la historia de la política de tierras en Colombia**: de la colonia a la creación del Frente Nacional. 1ª edición. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2009. 350 p.

\_\_\_\_\_. **De la estructura agraria al sistema agroindustrial**. 1ª ed. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2002. 320 p.

\_\_\_\_\_. **La academia y el sector rural**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2004.

MARINI, Ruy Mauro. Las razones del neodesarrollismo (respuesta a FH Cardoso y J. Serra). In: **Revista Mexicana de Sociología**, vol. 40, N° extraordinario, p. 57-106, 1978.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981. 180 p.

MEERTENS, Donny. **Ensayos sobre tierra, violencia y género**. Hombres y mujeres en la historia rural de Colombia 1930-1990. 1ª. Edición. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Centro de Estudios Sociales, CES, 2000. 458 p.

MEDINA GALLEGOS, Carlos. El narco-paramilitarismo. Lógicas y procesos en el desarrollo de un capitalismo criminal. In: **Capitalismo criminal, Ensayos críticos**, tomo 3. E. ESTRADA, Jairo (ed). Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2007, p.104-141

\_\_\_\_\_. **FARC-EP y ELN, una historia política comparada 1958-2006**. Tese (Doutor em História). Universidad Nacional de Colombia, 2009. 1057 p.

MÉNDEZ BLANCO, Yenly. **Derecho a la tierra y al territorio, justicia y zonas de reserva campesina el caso del Valle del Río Cimitarra**. Dissertação (Maestría en Desarrollo Rural) PUJ: Bogotá. 2013. 141 p.

MOLANO, Alfredo, Fajardo, Darío, Carrizosa, Julio, Salvadó, E, Miragem, S., Davis, L. H. & Luiselli, C. A. **La colonización de la reserva La Macarena**: yo le digo una de las cosas No. DERAJ-361. Panamá: IICA, 1990.

MOLANO, Alfredo. **Coca**, 2011. Palestra apresentada no ciclo *Ciencia en Bicicleta: Amazonia Perdida*, Parque Explora, Medellín, 2011. Disponível na página web: <http://otramerica.com/mapas/donde-nace-la-coca/3261>. Acesso em 29 de janeiro, de 2015.

MOLANO, Alfredo. Fragmentos de la historia del conflicto armado (1920-2010). In: **Contribución al entendimiento del conflicto armado en Colombia**. Bogotá: Comisión Histórica del Conflicto y sus Víctimas. 2015.

MONCAYO, Héctor-León. **La cuestión agraria hoy**: Colombia, tierra sin campesinos. Bogotá: Instituto Latinoamericano de Servicios Legales Alternativos, 2008.

MONDRAGÓN, Héctor. La organización campesina en un ambiente de terror. **Cuadernos tierra y justicia**, serie 1, No.7. ILSA, Bogotá, agosto de 2002.

\_\_\_\_\_. **Colombia: O mercado de terras o reforma agraria**. [Online] Disponível na página web: <http://migre.me/oNjFx>. Acesso em 29 de maio de 2014.

\_\_\_\_\_. **Expresiones del campesinado**. 2003. [Online] Disponível na página web: [www.kus.uu.se/CF/politicas/actor\\_campesino.pdf](http://www.kus.uu.se/CF/politicas/actor_campesino.pdf). Acesso em 29 maio de 2014.

MONTENEGRO, Jorge. **Desenvolvimento em (des)construção**. Narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente. 2006. 438 p.

MOREIRA, Emilia. O espaço enquanto produto do trabalho: Uma contribuição ao ensino de Geografia. In: **Cadernos do Logepa**, vol. 1, no 2, 2010.

MOREIRA, Ruy. Marxismo e geografia (a geograficidade e o diálogo das ontologias). In: **GEOgraphia**, v. 6, n. 11, 2009.

\_\_\_\_\_. **Geografia e práxis**: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas. São Paulo: Contexto, 2012.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Orientações políticas e práticas para os delegados do VI Congresso**. Brasília: MST, 2014.

MÚNERA, Leopoldo. **Rupturas y continuidades**. Poder y movimiento popular en Colombia 1968-1988. 1ª edición. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, CEREC, 1998. 501 p.

NARIÑO. Acuerdo N° 31, 21 de dezembro de 2012. Por el cual se crea la protección especial del territorio en el municipio de La Unión - Nariño y se prohíben algunas prácticas. La Unión, dezembro de 2012.

OCAMPO-PENUELA, Natalia. (Editora). **Mecanismos de conservación privada: una opción viable en Colombia**. Grupo Colombiano Interinstitucional de Herramientas de Conservación Privada. Bogotá: La imprenta editores, 2010, 112 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: **O campo no século XXI território de vida, de luta e de construção da justiça social**, MARQUES, Marta Inêz M. (org). São Paulo: Ed. Casa Amarela e Ed. Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur ed, 2007. 184 p.

PALACIOS, Marco. **¿De quién es la tierra?** Propiedad, politización y protesta campesina en la década de 1930. 1ª ed. Bogotá: Universidad de los Andes, FCE, 2011. 255 p.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64 p.

PAZ, Planeta. **La cuestión agraria en Colombia: tierra, desarrollo, y paz**. Bogotá: Torre Gráfica / Corcas impresores, 2012.

PENUELA, L. CASTRO, F; OCAMPO - PENUELA. **Las reservas naturales del nodo Orinoquia en su rol de conservación de la biodiversidad**. 1ª ed. Bogotá: Fundación Horizonte Verde y RESNATUR, 2011. 104 p.

PEREIRA, João Márcio M. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro--1944-2008**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2010.

PROCURADURÍA GENERAL DE LA NACIÓN. **Descentralización y entidades territoriales**. Bogotá: Imprenta Nacional de Colombia. 2011. 95 p.

QUESADA, Carlos. **Derecho a la Consulta Previa para comunidades campesinas**. Trabajo final de pesquisa (Magister en Derecho) – Facultad de Derechos, Ciencias Políticas y sociales, UNAL. Bogotá: 2013, 119 p.

RAMÍREZ, Érika. GÓMEZ, Tania. **La ficción del Estado – Nación**. Configuración territorial del Estado en el departamento del Caquetá. (Monografía). Ciencia Política. Universidad de Antioquia. Facultad de Derecho y Ciencias Políticas. Medellín, 2012, 172 p.

RAMOS FILHO, E. D. S. **Movimentos socioterritoriais, a reforma agrária de mercado do Banco Mundial e o combate a pobreza rural: os casos do MST, CONTAG e MARAM**. Subordinação ou resistência camponesa. Buenos Aires: Conselho Latino Americano de Ciências Sociais–CLACSO-CROP, 2010.

RAMOS E SILVA Ana Carolina. **A Frente Nacional e os limites à democracia na Colômbia (1958 - 1974)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás (UFG). Goiânia: 2011. 143 p.

RAMOS E SILVA Ana Carolina. **A questão agrária na Colômbia: expansão capitalista e conflitos sociais (1974 - 1986)**. Relatório de Qualificação (Doutorado em História Econômica). Programa de Pós-Graduação em História Econômica. FFLCH – USP. São Paulo: 2013. 38 p.

RESTREPO, Darío. **Procesos de descentralización en Bolivia y Colombia, 1980 – 2005**. Una propuesta de economía política espacial comparada. Tesis (Doctorado en Historia). Facultad de Ciencias Humanas, Universidad Nacional de Colombia. Bogotá: 2014. 749 p.

\_\_\_\_\_; Las fracturas del Estado en América Latina. In: **Economía política de las estructuras espaciales del Estado en Colombia**. Restrepo, Darío (coord.). 1ª edição. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2006. 604 p. p. 13-40.

\_\_\_\_\_; CUELLAR, Daniel. In: **Economía política de las estructuras espaciales del Estado en Colombia**. Restrepo, Darío (coord.). 1ª edição. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2006. 604 p. p.309-386.

RESTREPO CORREA, Andrés. **Macarena, de la colonización de frontera a las fronteras de la colonización**. Documento preparado para a CNMH. 2015. Inédito.

RESTREPO, Gloria Inés. Dinámicas e interacciones en los procesos de resistencia civil. In: **Revista Colombiana de Sociología**, Nº 27. 2006, p. 169-202.

ROA, Tatiana. América Latina: De los negocios del clima a la economía verde. In: **Ecología política**, Nº 44, 78-84, junho de 2013.

ROLDÁN, Diego. Algunos aspectos sobre la apropiación y renta de la tierra en Colombia. In: **Academia de Ciencias Económicas (ACCE)**. 2005. Disponível na página web: [www.acceconomicas.org.co/documents/DiegoRoldnDisertacion7deJulio05.doc](http://www.acceconomicas.org.co/documents/DiegoRoldnDisertacion7deJulio05.doc)

RUBIO, Rocío. **Actores políticos frente al agro colombiano**. Bogotá: ILSA, 2002. 55 p.

SÁENZ, Orlando. **Desarrollo Regional y Movimientos Cívicos en el Oriente Antioqueño**. Los movimientos cívicos. Bogotá: CINEP, 1986.

SALCEDO, Leonardo. PINZÓN, R. DUARTE, Carlos. **El Paro Nacional Agrario: un análisis de los actores agrarios y los procesos organizativos del campesinado colombiano**. Cali: Centro de estudios interculturales – Universidad Javeriana de Cali, 2013.

SALINAS ABDALA, Yamile. **Dinámicas en el mercado de la tierra en Colombia**. Food and Agricultural Organization-Latin America and the Caribbean Regional Office, 2011 (no prelo).

SANTOS, Milton; **Brasil**. O território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

**SERIE "CULTIVANDO UN BIEN VIVIR EN LA AMAZONÍA"**, II. Plan de Desarrollo Integral Andino-Amazónico. Dirección: MESA REGIONAL DE ORGANIZACIONES SOCIALES DEL PUTUMAYO, BAJA BOTA CAUCANA Y COFANÍA JARDINES DE SUCUMBÍOS (NARIÑO) – COLOMBIA – MEROS. 2015 (15 min). Disponible na página web: [https://www.youtube.com/watch?v=zEg\\_gr\\_WnOY](https://www.youtube.com/watch?v=zEg_gr_WnOY). Acesso em 6 de junho de 2015.

SISTEMA DEPARTAMENTAL DE AREAS PROTEGIDAS DE ANTIOQUIA (SIDAP). **Atlas áreas protegidas Departamento de Antioquia**. Medellín: Invenmar Gobernación de Antioquia Sistema Departamental de Areas Protegidas de Antioquia, 2010.

SISTEMA DE INFORMACIÓN DEL MEDIO AMBIENTE (SIMA). **Proporción de la superficie protegida por el SINAP**. 2012. [On-line] Disponible na página web: [https://www.dane.gov.co/files/investigaciones/pib/ambientales/Sima/Proporcion\\_superficie\\_protegida\\_SINAP\\_13.pdf](https://www.dane.gov.co/files/investigaciones/pib/ambientales/Sima/Proporcion_superficie_protegida_SINAP_13.pdf). Acesso em 5 de janeiro de 2015.

SISTEMA DE PARQUES NACIONALES NATURALES DE COLOMBIA (SPNN). **Acuerdo de voluntades para la conformación de la mesa de concertación nacional** entre organizaciones campesinas e instituciones para la formulación y gestión de la política pública participativa para la solución de conflictos territoriales en áreas del Sistema de Parques Nacionales Naturales de Colombia. Bogotá, 26 e 27 de novembro de 2014. [On-line] Disponible na página web: <http://www.parquesnacionales.gov.co/portal/es/mesacampesinos/acuerdo/>. Acessado em 13 maio de 2015.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: Natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 250 p.

SPÓSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia**. Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. 1ª edição, São Paulo: Editora UNESP, 2004.

TARAZONA, ARIEL. Movimiento en defensa del lago de La Cocha, Pasto, Nariño, Colombia. In: **Revista Luna Azul**, N°. 30, janeiro-junho 2010, p. 108-141.

TENTHOFF, Moritz; EVENTON, Ross. Una ‘verdadera revolución’. La Ley de Restitución de Tierras y la transformación del sector rural en Colombia. In: **Programa de Justicia Agraria del Transnational Institute (TNI)**, Informe de abril de 2013.

TIRADO, Álvaro. Colombia: Siglo y Medio de Bipartidismo. In: **Colombia Hoy**. MELO GONZÁLEZ, J. O. (Org.) Bogotá: Banco de la República, 2001.

TORO PÉREZ, Catalina. **Biodiversidad, imperialismo y gobernabilidad global el caso de la política de biodiversidad en Colombia**. Proyecto de investigación: política y geopolítica de la ecología en América Latina y el Caribe, Programas de Becas Clacso Senior, 2006. 265 p. [Online] Disponible em: [https://www.academia.edu/3721476/Biodiversidad\\_Imperialismo\\_y\\_Gobernabilidad\\_Global](https://www.academia.edu/3721476/Biodiversidad_Imperialismo_y_Gobernabilidad_Global), acessado em 5 de janeiro de 2015.

THOMAZ JR, Antônio. Trabalho de campo: o laboratório por excelência do geógrafo. In: \_\_\_\_\_. **Geografia passo-a-passo** (ensaios críticos dos anos 90). Presidente Prudente: Centelha, 2005, p 31-39.

VARGAS, Marlyn. **Efectos macroeconómicos del Desplazamiento forzado en Colombia:** un análisis desde Karl Marx y Amartya Sen. Monografía (Pregrado en Economía), Facultad de Ciencias Sociales y Económicas. Universidad del Valle, Cali 2013. 36 p.

VEGA CANTOR, Renán. **Gente muy Rebelde.** 1ª edición. Bogotá: Editorial Pensamiento Crítico, 2002. 4 volúmenes.

\_\_\_\_\_. Las luchas agrarias en Colombia en la década de 1920. In: **Cuadernos de desarrollo rural**, vol. 1, N° 52. 2011.

VILLAMIZAR, Juan Carlos. **La influencia de la CEPAL en Colombia 1948-1970.** Tesis (Doctorado en Historia). Facultad de Ciencias Humanas, Universidad Nacional. Bogotá. 2012. 372 p.

VIVAS, Julián. **Ganaderos y políticas agrarias entre la república liberal y los albores de la violencia en Colombia.** Tesis (Maestría en Historia) Facultad de Ciencias Humanas, departamento de Historia, Universidad Nacional de Colombia/Bogotá, 2010, 172 p.

WANDERLEY, MARIA DE NAZARETH B. O camponês: um trabalhador para o capital. In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 2, N° 1, p. 13-78, 1985.

ZAMBRANO, Bernardo Tovar; ARCHILA, Mauricio. **La historia al final del milenio:** ensayos de historiografía colombiana y latinoamericana. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 1994.

Fonte: INSTITUTO GEOGRÁFICO AGUSTÍN CODAZZI (IGAC). 2012





## Anexo 2. TRABALHO DE CAMPO

### **ORDENAMENTO TERRITORIAL POPULAR: experiências em torno da construção do território pelo campesinato colombiano**

**Estudiante: Valentina Montealegre Melo**

**Orientador: Prof. João Cleps Jr.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA INSTITUTO DE GEOGRAFIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

#### Información General

Número Asociados

Línea productiva

Tamaño de las fincas

¿Cómo se da la articulación con el Distrito Agrario?

¿Qué requisitos deben cumplir las personas para hacer parte de la organización?

Cronología de la organización: tiempo, líderes, actividades, logros, dificultades

### **1. ORGANIZACIÓN**

¿Cómo se da la articulación con el Estado?

¿Cómo se da la articulación con otras organizaciones?

¿Cuáles son las principales reivindicaciones / demandas / pedidos en los que la organización viene trabajando?



¿Cómo el Distrito Agrario fortalece cada uno de los instrumentos a partir de la ordenanza?

¿Cuáles son las prácticas comunitarias que desarrolla la organización?

¿Cuál es la actual vinculación del D.A con el Laboratorio de Paz?

## **2. ACCESO A LA TIERRA / PROPIEDAD SOBRE LA TIERRA / ORDENAMIENTO TERRITORIAL**

¿Cuáles son las herramientas del D.A para incidir en el ordenamiento territorial de los municipios?

¿Existen conflictos en torno a la tenencia de la tierra en la región? ¿Cuáles?

¿Cuáles son las modalidades de tenencia de la tierra por parte las/los asociados/as?

¿Cómo asume el Distrito Agrario el tema de la tenencia de la tierra?

## **AUTONOMÍA / DEFENSA DEL TERRITORIO**

¿Existen conflictos en torno al modelo de desarrollo en la región? ¿Cuáles?

¿Qué herramientas provee el Distrito Agrario para impedir la llegada de megaproyectos?

## **3. COMERCIALIZACIÓN / SOBERANÍA ALIMENTARIA**

¿Cómo es el proceso de comercialización?

¿Qué prácticas fortalecen la soberanía alimentaria desde la organización?

## **4. TECNOLOGÍAS**

¿La organización tiene prácticas agroecológicas? ¿Cuáles?

¿Qué tecnologías ha implementado en las fincas?